

CADERNO DE DEBATES

VOLUME XIV - AGOSTO DE 2012

“SE O PRESENTE É DE
LUTA, O FUTURO NOS
PERTENCE”



EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Gestão 2011 - 2012

CADERNO DE DEBATES

VOLUME XIV

AGOSTO DE 2012



**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

GESTÃO 2011 - 2012

PARA OS QUE VIRÃO

(Thiago de Mello)

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.



ExNEEF - Gestão 2011/2012



Nominata Nacional

Coordenação Geral: Guilherme Stürmer Lovatto (UFSM) e Vivi Portela (UFRGS)

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: Vinícius de Moraes Brasil (UFSM) e Eva Pacheco (UEFS)

Coordenação de Imprensa e Divulgação: Marina El Hajjar Meneghel (UFRGS) – Luiz Carlos Machado (UFRJ)

Coordenação de Finanças: Marcela Darido (USP) – Alex Lauriano (UFRJ)

Nominatas Regionais

Coordenação Regional 1 (SP)

Diogo Poletti Moreira (USP)

Ci Iakaoki Barbosa (USP)

Luana de Oliveira Cândido

Mariana Prado

Felipe Muchiute Cruz

Coordenação Regional 2 (RJ, ES, MG)

Coordenação Geral: Rudson e Herman

Coordenação de Finanças: Sara Mesquitta e Cadu

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: Pedro e Tiago

Coordenação de Imprensa e Divulgação: Felipe Senra e Filipe

Coordenação Regional 3 (AL, BA, CE, MA, PB, RN, SE)

Coordenação Geral: Edberto “Êgo” (UEFS) e Naiara (UFBA)

Coordenação de Finanças: Tainã Oliveira Soares Da Silva e Rafael Gomes De Souza Pompílio

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: Luiz Carlos (UEFS), Charlene Araújo Santos “Mafalda” Vitor Maia Sabóia “Varejão”

Coordenação de Imprensa e Divulgação: Sérgio Bruno Freitas Saraiva, Daniel Da Rocha Queiroz e Willy Rennet Silva Dias “Varejinho”

Coordenação Regional 4 (AM, AP, MA, PA, PI, RR)

Sem nominata

Coordenação Regional 5 (DF, GO, MS, MT, RO, TO)

Weberson Barbosa

Paula Falcão

Rúbia Garcia

Johnnys Fleuri

Daniel Silva

Luciano Rocha

Coordenação Regional 6 (PR, SC, RS)

Coordenação Geral: Mateus Ballardín, Caroline Roque e Saulo Testa

Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão: João Genaro, Patrícia Nunes, Alex Raval Bertozzi e Maiko

Coordenação de Imprensa e Divulgação: Karen Moraes Santos, Rogério Paes de Oliveira, Paty e Giuliano

SUMÁRIO

5	Editorial Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!
8	Conjuntura política e implicações para o Movimento Estudantil <i>João Genaro Finamor Neto e Vinicius de Moraes Brasil</i>
24	O meef e a une: reafirmando a ruptura, contribuição para o debate da reorganização do movimento estudantil <i>Eduardo Pergher "Alemão", Guilherme Stürmer Lovatto e Vivian Portela</i>
51	A universidade em tempos de precarização: nexos entre a reforma universitária e a greve nas federais <i>Mateus Ballardín e Shin Pinto Nishimura</i>
75	Crítica a formação na Educação Física: Em defesa de novas diretrizes curriculares <i>Celi Zulke Taffarel</i>
117	ExNEEF – 20 Anos de luta em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada <i>Ediberto Almeida "Egô" e Mateus Ballardín</i>
136	Licenciatura Ampliada <i>Karen Moraes dos Santos e Marina El Hajjar Meneghel</i>
156	Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo <i>Alan Jonh de Jesus Costa</i>
176	Contribuição sobre megaeventos esportivos: quebrar ilusões para um debate necessário <i>Eva Pacheco da Silva Santos e Guilherme Gil da Silva</i>
192	Discutindo opressões: minoria que é maioria! <i>Vivian Machado Dutra e Marcela Darido</i>
	Contribuições - ExNEEF - Gestão 2011/2012
207	A luta pelos 10% do PIB para a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada: a luta é pra vencer!
216	Democratização do acesso ao ensino superior público: é possível em tempos de repressão ao movimento estudantil?
218	Plano Nacional de Educação, a greve das universidades federais e os dilemas da educação nacional
221	O que é ser professor?
222	Plano Nacional de Educação: histórico e necessidade de luta em prol da educação pública
225	De uma vez por todas... Regularizar pra quem???
229	Estatuto: Por que, como e quando? Discutirmos
230	Contra-Reforma Universitária: O Movimento Estudantil e as Ocupações de Reitorias
233	Texto Introdutório sobre Movimento Estudantil
238	A quem servem os megaeventos?
243	Notas e Moções de Apoio às Lutas no Brasil



EDITORIAL

ExNEEF 20 anos - Se o Presente é de Luta, o futuro nos pertence!

Nós da gestão 2011/2012 da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física temos o prazer de apresentar ao conjunto de estudantes de educação física organizados no MEEF, o XII Caderno de Debates da ExNEEF. Este caderno, importante instrumento de acúmulo dos debates do MEEF, é produzido em um ano incomum, tanto para o MEEF quando para a educação pública brasileira.

Neste ano, fecha-se cinco anos da aprovação do Plano de Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI, o qual deu conta, através de um plano de metas mercadológico e pouco financiamento, de ampliar a precarização e a privatização da universidade pública sob a falsa propaganda da expansão do acesso.

Com isso, cada vez mais percebemos o inchaço das salas de aula, a ausência de materiais acadêmicos, a terceirização dos técnico-administrativos, a falta de professores contratados e o excesso de trabalho nos professores mais antigos, o que tem contribuído para a insustentabilidade do tripé básico ensino-pesquisa-extensão, o que tem feito com que tivéssemos neste ano Greve de professores, técnico-administrativos e estudantes em praticamente todas as federais, afirmando a necessidade de contrariedade a contra-reforma universitária de Lula/DilmaPT e a necessidade de maior financiamento público para a educação pública.

Nesse ano fomos sujeitos da maior greve da historia, dos Institutos Federais de Ensino Superior, foram e ainda são 57 IFES em greve de docentes, 34 em greve dos Técnicos Administrativos e ainda muitas Universidades em greve estudantil. Essa conjuntura foi estopim para mais 34 categorias de Servidores Públicos Federais entrarem em greve e darem um basta a política do Governo Dilma/PT que já provou ser um governo sem espaço para as demandas da classe trabalhadora.

Em 2012 também, fomos testemunhas de mais uma falácia da União Nacional dos Estudantes (UNE) que comemorou a vitória de 10% do PIB para a educação pública até 2023. Sendo que o movimento estudantil de luta e combativo, junto a outros setores da classe trabalhadora, encampavam uma campanha de 10% dos PIB pra educação pública já, exigindo que a aplicação da verba fosse somente para educação pública e que fosse imediata. Diferente da UNE, que comemora o descaso do Governo Dilma/PT ao aplicar em doses a verba até 2023 e que

também comemora que o investimento do dinheiro público vai para educação privada também, alimentando os empresários e não investindo na educação pública. Não era de se esperar isso, da entidade que vêm sendoum braço do Governo Petista ao implementar cada política neoliberal para a educação.

Junto a isso, comemorando com muita luta em nossas escolas e em unidade com outros setores da classe trabalhadora, a ExNEEF completa 20 anos. Vinte anos, dos quais vem demonstrando a necessidade do movimento estudantil entender-se como componente da classe trabalhadora na defesa do projeto histórico socialista. Projeto este, que afirmamos como a bandeira de luta do MEEF, pano de fundo que sustenta todas as demais bandeiras que encampamos ao longo destes 20 anos e que são: a defesa da Regulamentação do Trabalho - contra o Sistema CONFEF/CREF e sua regulamentação das profissões; a defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada na luta dos trabalhadores – contra a contra-reforma universitária de Lula/Dilma/PT/FMI; e a Licenciatura Ampliada como projeto de formação para os professores de educação física – contra a fragmentação da nossa formação.

Estas bandeiras estão expressas nos textos que compõem este caderno de debates e que buscam fortalecer nossa compreensão da realidade e a formação necessária para através da luta e da organização dos diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e coletivos que compõe MEEF, possamos nos colocar na grande tarefa que é transformar a realidade colocada.

Para isso, o caderno tem como objetivo trazer um texto de análise de conjuntura, a qual aponta que caminhos a luta de classes pode tomar e de que forma nós estudantes devemos nos inserir e contribuir com a luta dos trabalhadores.

Também, trás dois textos com elementos sobre a formação em educação física, a luta contra as DCNs e a fragmentação e confusão que acarreta na área, e em defesa da Licenciatura Ampliada e o papel que a campanha Educação Física é uma só! Formação Unificada Já!”vem desempenhando.

Além disso, trazemos dois textos que trazem subsídios para que compreendamos como se dá o processo de precarização e privatização da universidade pública via contra-reforma universitária, como isto influencia em nossa formação e de que forma podemos combater esse processo na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Entendendo o processo de fragmentação e cooptação que vive a esquerda e o próprio movimento estudantil, temos ainda um texto que a analisa e avalia o rompimento com a União

Nacional dos Estudantes por parte da ExNEEF, pontuando-a como importante e necessária e quais são os rumos que devemos enquanto movimento tomar.

O Caderno também traz um texto sobre as opressões, que dialoga sobre a perspectiva de classe que temos de ter ao combater as opressões como um todo, compreendendo que uma sociedade livre das opressões só é possível ao romper com o modo de produção capitalista de produzir, e sob a perspectiva de classe a luta contra as opressões tem de ser ligada a todas lutas sociais e não isoladas em si.

Para finalizar, teremos dois textos, um que diz respeito ao debate de Saúde, muitas vezes pouco realizado no MEEF, e que visa aprofundar essa discussão relacionando com nosso objeto de estudo a cultura corporal, e outro que visa aprofundar nossa compreensão em torno do papel dos megaeventos para o Brasil.

Desejamos assim, que estes textos reforcem a necessidade de nos colocarmos ombro a ombro na luta junto dos trabalhadores, em defesa do socialismo e contra todas as armadilhas e enganações colocadas pelos defensores deste modo de vida que mantém a exploração do homem pelo homem como seu pilar de sustentação.

Força na luta, pois ela é pra vencer!

Conjuntura política e implicações para o Movimento Estudantil

João Genaro Finamor Neto¹

Vinicius de Moraes Brasil²

*“Antes a frase ia além do conteúdo;
agora é o conteúdo que vai além da frase.”*

(Karl Marx - O 18 Brumário de Luiz Bonaparte)

O pensamento acima exposto, exposto por Marx em seu *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, resumia em grande parte a conjuntura política colocada a partir do momento em que a burguesia consolida-se como classe e ao mesmo tempo germinam as primeiras contradições da nova ordem social e as primeiras formas de manifestação da possibilidade da constituição do proletariado como classe. A análise do autor, na época, revelava a inexistência de determinadas condições necessárias para a abertura de um novo período revolucionário, que pela primeira vez na história seria uma revolução da maioria contra a minoria, ou, em termos mais precisos, dos trabalhadores contra seus exploradores. Na falta das referidas condições objetivas para tal, Marx alertava que a *frase ia além do conteúdo*, ou seja, que os anseios dos trabalhadores encontravam sua manifestação e possibilidade de concretização no futuro. Com os sucessivos acúmulos históricos, erros, ensinamentos e, junto a isso, o amadurecimento de condições objetivas a um estágio no qual o desenvolvimento das forças produtivas já entra em choque com as relações sociais, poderíamos dizer que agora *o conteúdo que vai além da frase*. Compreendemos, porém, e tendo o entendimento de que o desenvolvimento histórico não é linear, que voltamos a um período onde precisamos avaliar os resultados e táticas empreendidas pelos trabalhadores na luta contra o capital de forma a apontar para um projeto revolucionário, entendendo a impossibilidade de compactuarmos com programas de colaboração de classes, reformistas e até mesmo com uma revolução pacífica, arraigada nos princípios de um “socialismo democrático”.

Passado mais de um século da elaboração das primeiras formas de luta pelos trabalhadores, poderíamos iniciar qualquer análise afirmando que já vivemos tempo demais para acumular

¹ Estudante de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria e coordenador da ExNEEF – Regional 6.

² Estudante de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria e coordenador da ExNEEF – Coordenação Nacional.

experiências, nos educarmos enquanto classe e construir um projeto de sociedade autônomo, que representasse os interesses universais e, que, portanto, teríamos em mãos todas as condições para adentrarmos numa época de profundas mudanças. Porém, iniciamos o século XXI e ainda percebemos um longo caminho a trilhar. O regime do capital, porém, a cada dia, ao mesmo tempo em que escancara seu esgotamento, nos oferece todas as condições para compreendermos a necessidade da sua supressão.

Ao olharmos para a materialidade, vimos o horizonte do aprofundamento de uma crise, que se expressa de diversas formas, desde um âmbito macroeconômico até a individualidade das pessoas, que não acreditam mais na política; que vêem a destruição do planeta, mas não conseguem visualizar alternativas; que não conseguem até mesmo dar um sentido às suas vidas em meio à ordem social posta etc. Essas manifestações revelam algo mais profundo, revelam a própria impossibilidade do capitalismo em resolver suas próprias contradições, que se acentuam cada vez mais a partir de um estágio em que vive uma crise, uma crise do sistema do capital. A identificação das crises como um elemento intrínseco ao funcionamento do próprio capital nos revela que elas sempre existiram, porém, sob a ótica de uma crise profunda, temos o entendimento de que seus efeitos cada vez mais se adensarão. Para Mészáros (2011, p. 796), caracterizar a crise social que passamos perpassa pelo entendimento de que:

“(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este ou àquele tipo de trabalho [...]); (2) seu alcance é verdadeiramente global [...]; (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

A análise do autor identifica defeitos estruturais e a ativação dos limites absolutos do sistema no mecanismo de acumulação do capital a partir da década de 1970, onde a base da valorização capitalista— o taylorismo-fordismo e o estado de intervenção social — dá sinais de insuficiência. É neste período onde as teses neoliberais são retomadas, ganham força e constituem a base da política de atuação tanto da burguesia internacional quanto dos estados nacionais dentro da chamada “globalização econômica”. Com uma concepção de críticas profundas à regulação econômica feita pelo estado e também combatendo as organizações classistas dos trabalhadores (especialmente os sindicatos) para construir uma nova sociabilidade, a burguesia coloca no campo da luta de classes uma contra-revolução preventiva, de caráter permanente.

Essa nova forma de intervenção burguesa não se dá por acaso, mas através do entendimento de que ela tem a necessidade de aprofundar seu domínio político-ideológico, abrir e explorar novos campos de valorização do capital e, junto a isso, conformar para a formulação de uma nova sociabilidade, dentro dos limites do capital. Tendo o entendimento de que “pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia tende a conquistar a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte (MARX, 2002, p. 29)”, ao olharmos para a conjuntura da década de 1970, compreendemos que essa necessidade de mudança nos padrões de acumulação capitalista era fruto do esgotamento de duas décadas de crescimento econômico acelerado, na fase do pós 2ª guerra mundial. Com grandes excedentes econômicos sobrando, criaram-se novas esferas de investimentos (como o mercado financeiro), a desregulamentação de direitos, a quebra das fronteiras nacionais e a diluição dos limites entre o público e o privado, para citarmos algumas mudanças ocorridas. Contudo, e observando todas as medidas tomadas pela burguesia como tentativa de dar sobrevida ao sistema do capital, os limites absolutos deste sistema estão colocados, limites que colocam em contradição

(...) a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar, a qualquer custo, seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e conseqüências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2011, p. 175).

Seus limites não podem ser resolvidos no interior de sua própria lógica, pois são expressão de seu próprio modo de ser, sendo que para resolvê-los o capital entraria em contradição consigo mesmo. Eles manifestam-se, para o autor, em quatro pontos, quais sejam: 1) o desemprego crônico; 2) a luta pela emancipação das mulheres; 3) a destruição dos recursos naturais; e 4) o conflito entre o desenvolvimento dos estados nacionais com o capital transnacional.

Essa conjuntura de ampla crise no sistema do capital mostra-nos também que ainda existem altas e baixas na economia capitalista, ou seja, picos onde as manifestações de crise se elevam. A exemplo disso citamos a chamada crise financeira de 2008, que teve como causa uma bolha especulativa criada no setor imobiliário dos EUA e que teve repercussão em outros setores e em outros países, ganhando uma dimensão global.

Diante da impossibilidade de resolver seus próprios problemas, o mecanismo de funcionamento da sociedade não só fornece as contradições necessárias para sua superação, mas fornece também seus próprios coveiros. A tarefa de uma superação estrutural do atual modo de

organização social está dada; as condições de esgotamento da velha ordem e de construção de uma nova estão apresentadas; o que nos importa agora é compreender os caminhos possíveis para tal realização, ou em outros termos, a construção da estrada que levará os coveiros a enterrarem toda a antiga sociedade e inaugurarem a verdadeira história da humanidade, uma história longe da opressão, da exploração do homem pelo homem e da divisão social em classes.

A realidade mostra, no entanto, que a luta será árdua. Além da intensificação das formas de exploração do homem, da natureza e de todos os sinais de insustentabilidade do modelo social colocado, a luta de classes revela as dificuldades dos trabalhadores em conseguirem dobrar seus adversários, ir além de reivindicações e lutas que situam-se dentro dos limites da ordem capitalista. Ao mesmo tempo em que a burguesia perde o controle da própria forma organizativa que criou, arrasta os trabalhadores, junto de si, para o fundo do poço. Preso às determinações do capitalismo, os trabalhadores vivem o dilema de uma classe que precisa se assumir enquanto classe que nasce da ordem do capital e que precisa destruí-lo, ou seja, uma classe que precisa entender a necessidade de negar a si mesmo. Mesmo em meio a um bombardeio ideológico e a uma falta de direção política, ela consegue dar alguns sinais de entendimento da necessidade de uma ruptura radical, como nos mostram alguns exemplos recentes em alguns países europeus, como é o caso da Grécia, onde medidas de austeridade estão sendo tomadas para controle da crise econômica, o que tem levado milhares de trabalhadores a reivindicarem o fim do reinado dos bancos e das grandes empresas, células que alimentam o regime do capital no atual estágio do desenvolvimento histórico.

Ainda a nível global, o imperialismo, conceito historicamente determinado, mostra a marcha da sociedade para sua divisão cada vez mais definida entre alguns poucos que concentram os meios de produção e uma grande massa de miseráveis, que vivem em condições indignas. O *Relatório mundial do emprego*, documento elaborado pela Organização internacional do trabalho (OIT), ainda em 2004/2005, revelava que desde aquele período passamos a ter metade dos trabalhadores do mundo vivendo abaixo da linha da pobreza, não conseguindo atingir a renda de um dólar por dia³. Do outro lado, os 200 homens mais ricos do mundo possuem mais dinheiro que os 2,5 bilhões de pessoas mais pobres do mundo.

Sob a fase monopolista do capital, entramos numa nova fase da precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2009), com sua maior degradação e exploração, transformando o que era pra ser elemento fundante da vida humana na causa da sua destruição. Os novos contornos assumidos pelo mundo do trabalho desde sua reestruturação (processo que não tem fim, mas está sempre acontecendo) trazem implicações não só para os trabalhadores de forma isolada, mas também à sua

³ O Brasil, em 2011, possuía cerca de 16,3 milhões de pessoas na extrema pobreza.

organização coletiva. A desproletarização de uma grande parcela de trabalhadores, o surgimento de grandes contingentes de subempregados e terceirizados e a retirada de garantias trabalhistas tem formado uma *nova morfologia do trabalho*. Na América Latina, incluso o Brasil, a inserção de forma dependente na economia mundial realça traços de super exploração do trabalho. Assim, o panorama geral anunciado é catastrófico. Há um modo social organizacional que vai levando a natureza e a humanidade à sua extinção; uma economia cada vez mais em crise e que não apresenta possibilidades de se auto-sustentar; e, sobretudo, vivemos num período onde a falta de perspectivas históricas de transformação social é exacerbada.

Mas, se as contradições estão cada vez mais evidentes, por que há tanta dificuldade de os homens se entenderem enquanto sujeitos da história, que fazem a história, e assumirem as tarefas do seu tempo?

Poderíamos, sem problemas, apenas argumentar que a subjetividade da classe não está dada e que precisamos, portanto, desenvolver as condições subjetivas necessárias para que os trabalhadores se coloquem em movimento. Contudo, necessitamos entender as causas disso tudo para termos uma compreensão ampliada dos desafios colocados.

Historicamente, as próprias construções e experiências dos trabalhadores serviram de referência a si mesmos. Assim aconteceu com a comuna de Paris, com a revolução russa de 1917 e a construção do estado operário e também com a socialdemocracia. Nenhuma destas experiências, porém, conseguiram transcender as amarras do capital, seja por limitações objetivas do seu tempo, seja pelo confortável amoldamento à ordem por que passaram.

Compreendemos que, visualizado de forma imediata, a classe trabalhadora, principalmente no Brasil, se encontra estagnada. Esse processo de amoldamento carrega traços das experiências que não deram certo, mas é determinada, principalmente, pelo processo de transformação das principais referências de organização e luta no país, que assumiram para si a construção do projeto burguês de sociabilidade. O Partido dos Trabalhadores (PT), carregando consigo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e influenciando também os movimentos sociais, passa a não mais representar os interesses do trabalho no seu embate contra o capital.

O processo de transformismo⁴ sofrido pelo PT evidencia o movimento mais amplo de consolidação neoliberal no mundo, que acaba por colocar a acumulação do capital sob novas bases

⁴ O conceito de transformismo, elaborado por Antonio Gramsci, possui uma densidade que não nos permite explicar de forma minuciosa como ele explica o processo de amoldamento do PT. De forma muito genérica, poderíamos fazer uma subdivisão entre dois tipos de transformismo, o restrito e o ampliado. O transformismo restrito, muita sinteticamente, se

e também constrói a noção do individualismo humano junto à tese do fim da história (FUKUYAMA, 1992). Desta forma, abre-se o debate sobre o fim das classes sociais e de um sujeito revolucionário, o fim da possibilidade de superação do capital e o seu reinado absoluto sobre a humanidade. A queda do muro de Berlim e o fim do chamado socialismo real ofereceram novas oportunidades para que a burguesia implementasse o projeto neoliberal no mundo todo. Ao mesmo tempo, fez com que o mesmo projeto encontrasse eco nos trabalhadores, que passam a restringir sua atuação política a obtenção de melhorias por dentro da ordem. O problema colocado, é que o sistema do capital, mergulhado na sua profunda crise, não permite mais melhorias ou reformas que venham a favorecer os trabalhadores. Assim, abre-se um novo ciclo de contradições, onde se coloca de vez a impossibilidade de manutenção deste sistema.

Mesmo assim, o projeto burguês fora legitimado como sendo também o projeto dos trabalhadores, num pacto de classes que passa a se consolidar a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, já no final da década de 1990, que não abre mão, porém, da política de desertificação neoliberal (ANTUNES, 2004).

A implementação do neoliberalismo na América Latina se deu de forma distinta do resto dos países. Aqui, ao invés de combater as organizações sindicais ao extremo e também abrir bruscamente o estado para a intervenção do mercado, a política neoliberal foi aplicada de forma mais sutil, inclusive no Brasil. Com políticas inflacionárias, resultado da entrada de maciços investimentos estrangeiros, os governos brasileiros, para controlar as altas inflacionárias utilizavam-se da medida de retirar parte da moeda em circulação para baixar o preços dos produtos. Porém, retirava da pior forma: através da retirada de direitos trabalhistas, principalmente mecanismos de rebaixamento do salário.

Sob essa lógica, Collor de Melo dá o pontapé inicial no início dos anos 90 para a implementação, de vez, do neoliberalismo à brasileira. Seus planos além de não conseguirem atuar na estabilização da moeda brasileira, caíram por terra diante de escândalos de corrupção. Collor, tendo seu impeachment, deixa a Itamar Franco a tarefa de tornar concreto o projeto que fora fracassado. É, porém, com a implementação do plano real e a ascensão de Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo no Brasil toma corpo. Com a política de enxugamento da máquina estatal e abertura de campos estratégicos para gerenciamento do mercado junto à política de privatizações e também combate a organizações contrárias ao seu projeto (o maior exemplo foi à

manifesta quando setores dominantes operam um movimento de cooptação de forças contra-hegemônicas, que acabam por decapitá-las e tirá-las da cena política. Entendemos que o PT, ao contrário, passou por um transformismo diferenciado, ampliado. O transformismo ampliado permite que as forças contra-revolucionárias preservem as forças oponentes, anulando seu caráter contra-hegemônico sem decapitá-las.

repressão à greve dos petroleiros de 1995, no primeiro ano de seu mandato; o fuzilamento de 9 sem-terras em Corumbiara (RO) em julho de 1995; e o massacre de outros 19 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA), no ano seguinte, em 1996) FHC avança com todo vapor sobre tudo que havia sido arduamente conquistado pelos trabalhadores brasileiros.

Ainda no primeiro mandato, em 1995, institui a Reforma Administrativa do Aparelho do Estado, onde abre mão do gerenciamento estatal de algumas áreas sociais - o estado apenas financiaria estas atividades, sendo aberto ao mercado a possibilidade da sua administração -, formalizando parcerias público privadas e preparando todo o terreno para o aprofundamento do neoliberalismo brasileiro. Fazendo críticas ao neoliberalismo radical, que colocada o mercado acima de tudo, e também à esquerda, que defendia uma intervenção estatal mais forte, o governo FHC atua na tentativa da formação de uma terceira via, que recupera traços do reformismo social-democrata, mas que possui mais similitude com a política liberal.

A esquerda brasileira ainda conseguia dar combate a algumas políticas que o governo buscava realizar, como aconteceu com a reforma da previdência e vários ataques à educação pública. É nesse contexto que as bases de implementação neoliberal começam a ser remodeladas. Visualizando a impossibilidade de desenvolvimento do neoliberalismo a partir de uma relação truncada com o restante da sociedade, o governo brasileiro dá os primeiros passos para uma tentativa de ter coesão social a partir de políticas de alívio a pobreza e também de um “estado mais próximo ao povo”. Agora, ao invés de uma relação pautada na utilização da força, o estado brasileiro busca a formação de um pacto social através de consensos entre trabalhadores e frações da burguesia. O projeto de desenvolvimento dependente do Brasil a partir de 1990, portanto, forma uma política de consenso, que, quando encontra obstáculos, recupera elementos autoritários e que utilizam a força política, econômica e militar. O projeto em curso visa favorecer tanto as frações burguesas que atuam dentro do país a partir da super exploração dos trabalhadores brasileiros quanto, e principalmente, ao capital internacional.

O projeto burguês recebia fortes críticas pelos partidos de esquerda e mesmo algumas organizações centristas. Foi no curso de sua implementação que o PT, pela primeira vez na história, elege um presidente da república. O ano de 2003 marca o início do mandato de Lula da Silva, figura pública e dirigente sindical que construiu, junto consigo e com os trabalhadores, um ciclo de lutas que tem início no período da abertura do regime ditatorial-burguês. Em 2003, porém, quando de vez o PT consegue assumir a direção política do estado brasileiro, o partido já havia degenerado sua ação de classe, servindo como meio para dar continuidade à realização do projeto neoliberal no Brasil. Antes mesmo de ser eleito, Lula da Silva lança uma *Carta ao povo brasileiro*, onde se

afirma que “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento”. Sob o compromisso de respeitar a autonomia das instituições democráticas brasileiras e também de dar continuidade à rendição nacional frente aos imperativos do capital internacional, Lula da Silva, utilizando-se da sua figura pública, aprofunda o projeto neoliberal por um lado e, por outro, consegue contornar a resistência dos trabalhadores organizados, cooptando várias entidades combativas.

No primeiro mandato, o PT consegue colocar em curso a reforma da previdência, política que não havia conseguido ser feita por FHC, evidenciando que o modo de atuação petista era mais eficaz para a formação de consensos e também para dar prosseguimento ao desenvolvimento do neoliberalismo. Com a confiança de amplos setores da sociedade, o PT realiza proezas que nem mesmo os governos declarados burgueses conseguiram.

O projeto petista, que não se apresenta como a alternativa dos trabalhadores ao conservadorismo burguês, é formulado ainda nos anos 80, tendo como base uma leitura peculiar do capitalismo dependente. Nesta época, o PCB, analisando o atraso de etapas a serem vencidas para abrir espaço a uma revolução socialista, formula o Plano de Desenvolvimento Nacional, onde se alia com setores da burguesia nacional para efetivar uma revolução burguesa tardia e desenvolver as forças produtivas. A tática utilizada mostrou-se equivocada. Ao invés de aliar-se aos trabalhadores, a burguesia nacional construiu uma ditadura militar.

Sob o mesmo entendimento, de que o país necessitava de reformas burguesas, o PT formula as bases de um Projeto Democrático Popular, que coloca junto à construção da revolução socialista o cumprimento de tarefas democráticas em atraso. Assim, a estratégia petista afirmava a necessidade de acúmulo de forças, fazendo reformas populares e alianças com os setores explorados, oprimidos e também setores médios. O projeto, no entanto, amolda-se à ordem, sendo que a tomada do poder e a luta por democracia tornam-se fins em si mesmo. A tática transforma-se em marco estratégico. Ao adentrar por dentro das estruturas do estado, e sob a conjuntura de ampla crise no sistema do capital, o PT, quando passa a governar o país em 2003, limita-se a dar continuidade ao projeto burguês mascarando sua política. Sob o caminho de políticas assistencialistas, de alívio à pobreza, como o Bolsa Família, busca-se uma maior distribuição de renda - distribuição que acontece dos trabalhadores aos banqueiros e setores burgueses – como forma de aparentar um governo popular. Desta maneira, a desculpa utilizada centra-se na argumentação de que não há correlação de forças favorável à implementação de um projeto que ataque as bases do capital. Na atual conjuntura, onde o Brasil torna-se país capitalista de

desenvolvimento monopolista, com um estado burguês maduro e uma estrutura de classes capitalista, a revolução só pode ser socialista, e não democrática.

Nesse processo de amoldamento, vários setores da classe são levados de arrasto. Uns defendem o partido, outros o projeto do partido, democrático e popular, como se este fosse dos trabalhadores. Compreendemos que a história tem mostrado a quem tem servido o projeto democrático popular, que em essência encontra impossibilidades de ser efetivado. Se a política de ampliação da democracia (burguesa) é feita, as reformas populares, que dariam conta também de formar as condições subjetivas da classe trabalhadora, são impossibilitadas; acontecem, mas não na ótica dos trabalhadores e sim da burguesia. Assim, o PT, junto a uma ampla base governista, limita-se a ampliar seu leque de alianças e gerenciar o estado burguês, dando forma a um social-liberalismo. Iasi (2012) afirma que “o resultado desta alternativa foi o desarmar da classe trabalhadora para a disputa real da luta de classes, subordinando-a a defesa de um governo que de fato representava um projeto que não era mais o seu”.

A reforma da previdência, o pagamento da dívida externa, o escândalo do mensalão, e implementação de uma contra-reforma universitária e toda decapitação intelectual da classe são exemplos de como Lula da Silva se conformou e conformou a classe aos ditames da ordem do capital. Além de não avançar um palmo sequer na distribuição de terras por via da reforma agrária, Lula estimula o crescimento do agronegócio; abre espaços importantes para a inserção do capital em todas as esferas sociais, sendo que a educação vem sendo um dos principais pólos da intervenção governista neste sentido.

A educação, área promissora e ainda a ser explorada é uma das que mais vem sentindo os impactos desta política. Primeiramente, Lula não retira o veto colocado por FHC ao artigo do Plano Nacional de Educação aprovado no ano de 2001 que previa maior investimento na área. Em 2004, aprova, de forma fatiada, uma contra-reforma universitária que no final de 2004 cria a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), lei 10.973, encaminhada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em janeiro de 2005; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) já em 2007, no seu segundo mandato. Assim, abre a universidade pública brasileira, considerada um mercado em potencial, para um processo de privatização silenciosa. Ao mesmo tempo, investe maciçamente na ampliação do ensino privado e também na transferência de recursos das instituições públicas para as privadas.

As medidas tomadas por Lula da Silva não encontraram resistência nos setores organizados da classe. Assim, para manter viva a ideia de que seu governo era do “povo”, inúmeras políticas

foram criadas no intuito de oportunizar aos trabalhadores maior acesso a bens e serviços que antes não faziam parte da sua realidade. O PROUNI colocou o filho do pobre na universidade; o programa minha casa minha vida oferece moradia a quem precisa; o bolsa família dinheiro a quem não tem; o programa de aceleração do crescimento moderniza as estruturas das cidades brasileiras. Não vem a tona, no entanto, que todas estas políticas têm um duplo caráter, pois ao mesmo tempo em que “democratizam” bens e serviços, o fazem na perspectiva de atender à pressão do mercado. Assim, o PROUNI tira investimentos do setor público e amplia a educação privada; o programa minha casa minha vida e o programa de aceleração do crescimento abrem campo fértil para desafogar as empreiteiras. A síntese disso é o entendimento de que até mesmo bandeiras e necessidades históricas dos trabalhadores passam a fazer parte da engrenagem capitalista no seu período de crise.

A ideologia petista também afirma a formação de uma nova classe média, produto do desenvolvimento brasileiro na economia mundial. Acontece que a “nova classe média” nada mais é do que setores empobrecidos que aumentaram seu padrão de consumo pela utilização de crédito, ou seja, a classe média brasileira, além de ser um engodo, é uma criação para aumentar o consumo das massas empobrecidas e, portanto, atender também aos interesses do mercado.

O governo Lula nada mais faz do que cumprir à risca os desejos dos organismos coletivos do capital, abrindo o Brasil cada vez mais o país à exploração estrangeira. No seu último dia de mandato, em 31 de dezembro de 2010, ainda deixa um “presente” aos brasileiros ao editar uma medida provisória que privatiza os hospitais universitários. Deixando esse legado, sua sucessora, a também petista Dilma Rousseff, é eleita sob promessas de “fazer tudo o que Lula não fez”. Já nos primeiros dias de mandato, Dilma corta 50 bilhões de reais do orçamento público, comprometendo áreas como educação e saúde na tentativa de cumprir as metas de superávit para transferência de dinheiro para salvar os bancos internacionais em crise.

Porém, aqui faremos uma distinção fundamental entre os dois governos, embora construam o mesmo projeto. O modo de atuação e a forma como a política é implementada sofre distinções de Lula para Dilma. Se aquele conseguia colocar os trabalhadores de joelhos obtendo seu consenso, esta procede de forma mais dura e truculenta, abrindo um espaço maior de contradições. Do início de seu mandato até os dias atuais, Dilma/PT elaborou um Plano Nacional de Educação, que transforma lógica da contra-reforma universitária em política universal para os demais âmbitos do ensino; um novo código florestal, que interessa aos ruralistas e permite a continuidade da exploração desenfreada das riquezas naturais do país; aprovou o início da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, um crime contra a vida; efetuou, em 2012, um novo corte no orçamento público, de 60 bilhões de reais; dá continuidade às obras da copa do mundo; e continua precarizando as áreas essenciais para a população. O Orçamento público de 2012 revela que o

Brasil destina 47,19% do seu PIB para pagamento de juros e amortizações de uma dívida que não é nossa. De outro lado, o mesmo governo reserva à educação 3,18 %, à saúde 3,98%, à cultura 0.09%, para termos alguns dados que dimensionam a atuação do governo petista. Não bastasse o desmonte do setor público através dos cortes no orçamento, Dilma, após uma primeira onda de privatização de aeroportos, anuncia o lançamento do programa *Investimentos em logística*, onde irá dar prosseguimento às privatizações de aeroportos, ampliando a ação para portos e dando concessões de rodovias para o setor privado. Os ataques seguem fortes e não têm indícios de que terão fim.

Mas e a classe, como se encontra em meio a um emaranhado de contradições, onde o principal partido por si criado já constrói outro projeto que não pertence a si?

Acontece que junto com toda a política econômica e social que acompanhou o neoliberalismo, uma nova face da ideologia capitalista se formou, amoldando a subjetividade da classe à ordem do capital, fazendo com que defenda um projeto que não é seu. É Marx quem afirma que “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção, isto é, todo o conjunto das relações sociais”. Acontece que desde o período de consolidação da burguesia como classe dominante até hoje, quem tem aprendido mais com as experiências (tanto conservadoras, como as revolucionárias) foi justamente ela, a classe burguesa. Os trabalhadores necessitam, ainda, retirar do passado e do presente os ensinamentos que a história tem dado. A burguesia, ao contrário, além de revolucionar os meios de produção e as relações sociais, revolucionou as próprias técnicas de contra-revolução, de acordo com Fernandes (1980).

A burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções “táticas” e “defensivas”, a burguesia avançou estrategicamente, ao nível financeiro, estatal e militar, e precedeu a uma *verdadeira revolução das técnicas de contra-revolução*. Inclusive abriu novos espaços para si própria, explorado as funções de legitimação do Estado para amarrar as classes trabalhadoras⁵ à *segurança da ordem* e soldar sindicatos ou partidos políticos aos *destinos da democracia* (p. 84 – grifos no original).

A burguesia procedeu às reivindicações que a classe fazia clamando por democracia, exigindo direito à cidadania, tentando entrar por dentro do estado burguês. Realizou ajustes para dar cabo ao processo de amoldamento da classe e suas organizações à ordem. Hoje encontra-se de perna cruzada, descansada, não tendo nem mesmo o esforço de dispêndio de energia para governar o país,

⁵Temos desacordo com a utilização do conceito de classes trabalhadoras, pois compreendemos que só existe uma classe trabalhadora. Utilizamos a análise do autor, porém, no entendimento de que ele vivenciou parte do processo em debate, sendo que suas análises são também expressão do seu tempo histórico.

as cidades e estados; não tem mais dores de cabeça com preocupações de possíveis resistências dos trabalhadores; enfim, aproximaram de si um partido político que conseguiu azeitar a roda do capital em pleno período de crise e ainda mostrar que “não há solução”. Nada de novo há. A história Brasileira mostra que as frações burguesas conservadoras sempre formularam a política nacional através de pactos por cima, excluindo a população dos mecanismos de decisão. Hoje o que se mostra é que há uma tentativa de criação da idéia da democracia plena, e acesso a todos, e que todos têm poder de decisão numa república democrática, escondendo e não mostrando que os pactos, por mais que realizados com o consentimento dos trabalhadores, só servem à burguesia e à pequena burguesia.

Estes pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe dominante, mais do que marcas de determinados momentos históricos, demonstram as características da burguesia brasileira: submissão a capital internacional, negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses particularistas, que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo. Esta composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo das massas populares, não são fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à ação das burguesias dos países periféricos (LIMA, 2005, p. 187).

A classe trabalhadora, por outro lado, seguiu esse mesmo destino, confiando e legitimando o projeto democrático popular. Porém, isso não se deu não na sua completude. Em meio ao processo de transformismo petista, vários setores começaram a apontar a necessidade de ruptura com o partido e o projeto que defendia, passando também a apontar a necessidade de uma nova organização para os trabalhadores. Já em 1992, um setor que saiu do PT se reorganiza no ano seguinte através da fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Nesse contexto político, alguns outros partidos também já colocavam-se contrários aos rumos petistas, como o próprio Partido Comunista Brasileiro.

Mesmo assim, era maior a esperança de que tudo mudaria no momento em que o PT conseguisse de vez tomar o estado, e de que todo o amoldamento petista era justamente uma tática para tal. Após 2003, quando mostra que realmente não era mais um partido dos trabalhadores, inicia-se um processo de maior fragmentação da esquerda brasileira. Em 2004 nasce o Partido Socialismo e Liberdade que tem como setor fundacional um grupo que saiu do PSTU, mas que passa a aglutinar setores que rompem com o PT.

Essa reorganização se dá também nos setores sindical, popular, estudantil etc., ou seja, a esquerda como um todo passa a reorganizar seus instrumentos de luta e também suas bases. Claro está que este processo não tem início estanque no período de ascensão petista ao governo; esse

período é utilizado como um marco. Também não é um processo que tem um final delimitado de antemão, mas que se arrasta pelos dias atuais e, ao que tudo indica, prosseguirá ainda por um bom tempo.

Vimos que mesmo com o curto período de tempo entre a falência do PT para os trabalhadores e os dias atuais, algumas tentativas de reorganização já foram realizadas, principalmente no que tange a criação de novos instrumentos de lutas e espaços de organização da classe. Essas tentativas têm esbarrado em limites impostos tanto pela conjuntura política quanto pela fragmentação da esquerda hoje. O período de refluxo das lutas fracionou a esquerda ainda mais, formando novos grupos políticos, que tentam cada um da sua maneira criarem políticas para reorganizar a classe.

Assim, vimos, para citarmos exemplos, a fundação da CSP-Conlutas, criada no Congresso da classe trabalhadora de 2010 de articular setores populares, sindical e estudantil; a criação do FENEX, da CONLUTE e da ANEL no movimento estudantil; proposições de espaços de articulação entre setores do movimento sindical; frentes de esquerda em processos eleitorais, etc. A maior parte das organizações, e isso temos acordo, tem defendido dois pontos necessários para o período, quais sejam, unidade nas lutas e trabalho de base, dois elementos que o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) também vêm apontando. Entendemos a necessidade da unidade nas lutas, mas não uma unidade a todo custo. A unidade precisa se dar com os setores que tem acordo programático como forma de combater a atual base governista e mostrar todas as suas contradições aos trabalhadores. Nisso tudo, o trabalho de base entra como o fundamento da reorganização, que será um processo lento, mas que precisa ter consistência.

Entendemos que diante do atual período histórico, de ofensiva neoliberal e do recuo do projeto socialista, necessitamos de algumas mediações no diálogo com a classe como forma de levarmos o debate a ela sem sermos esquerdistas, porém não rebaixando os princípios socialistas. O MEEF, através da atuação em algumas pautas de luta do movimento estudantil, vem apontando indícios de como realizar esse trabalho. Através das contradições cotidianas mais sentidas pelos estudantes, o movimento consegue direcioná-las a um projeto maior, colocando o entendimento de que a resolução dos problemas sociais hoje perpassa pela ruptura com a ordem do capital.

A reorganização, contudo, não depende somente das forças revolucionárias, mas também das contra-revolucionárias. Hoje, o que está em curso é uma contra-revolução permanente, que conta com a atuação dos tradicionais setores conservadores da política brasileira, mas, acima de tudo, com a atuação petista, que como já colocado vem construindo o projeto do capital. O PT não somente passa para o outro lado da luta de classes, mas atua pelo outro lado na luta de classes.

Vimos inclusive mecanismo para isso, como o financiamento da UNE, que também abandonou a perspectiva da luta; o colaboracionismo da CUT, maior central sindical do país e que mantém estreita relação com o PT; a fundação de novos sindicatos patronais, como o PROIFES, criado em 2004; todas medidas que vêm formando uma casta de burocratas, que se desprendem da classe e atuam por cima das relações estabelecidas incutindo uma prática imobilista no seio das organizações dos trabalhadores. A reorganização da classe, portanto, perpassa também pela derrota, na prática, ao projeto petista.

O mecanismo de criação de espaços e/ou ferramentas a partir da deliberação das direções do movimento ou dos partidos políticos, quando não existem condições concretas para tal, na idéia de que primeiro organizamos um espaço e depois chamamos a classe para dentro, não vem dando certo. A Executiva Nacional de Educação Física (EXNEEF), analisando esse processo dentro do movimento estudantil, afirma que:

(...) entendemos a necessidade da criação de uma nova ferramenta dos estudantes em nível nacional que aprofunde a reorganização do ME pela base. Deve-se acompanhar o processo de reorganização do ME, e por isso a ExNEEF deve constantemente avaliar as condições objetivas de lutas nacionais e a conjuntura do ME para que o MEEF/EXNEEF se insira de forma combativa e fomenta o debate sobre o ME (EXNEEF, 2011).

A conjuntura, ao mesmo tempo em que nos mostra as dificuldades do atual período histórico, revela também que ao passo de que a exploração capitalista se acentua, acentuam-se também as suas contradições, de onde brotam gritos de que nem tudo está perdido. No mundo árabe vimos revoltas que derrubaram ditadores; na Europa, os pacotes de enxugamento do estado e retirada de direitos têm colocado milhares de trabalhadores nas ruas; no Chile milhares de estudantes mobilizam-se para colocarem-se contrários à política de privatização da educação; no coração do capital financeiro, o movimento occupy wall street surpreendeu até as análises mais pessimistas. Todos estes movimentos, porém, sofrem do mesmo mal: a falta de uma direção política. Isso deve-se a debilidade dos partidos socialistas em todo mundo como também à descrença na política por parte da população, que colocou-se contrária aos partidos políticos na grande parte destes movimentos.

No Brasil desde o início de 2011 algumas respostas vêm sendo dadas. A partir da metade do mesmo ano inicia-se uma greve dos técnicos administrativos em educação, que reivindicam o reajuste do salário; ocorre a greve dos trabalhadores das obras da copa do mundo; greves de trabalhadores do setor de serviços; greves dos professores da rede estadual em alguns estados; ocupações de reitorias pelo movimento estudantil etc.

Porém, é no primeiro semestre de 2012 que estas movimentações se intensificam. Em 17 de maio o ANDES-SN, representação sindical dos docentes do ensino superior, deflagra greve nacional. Aos poucos, as universidades brasileiras foram aderindo à pauta nacional e incorporando suas reivindicações específicas. Esta greve respingou amplamente no funcionalismo público.

Além da área educacional, há mais de 40 dias estão paralisados mais de 350 mil servidores de 35 órgãos públicos de 26 unidades da federação. A greve afeta o Incra, Funasa, os IFET's, Arquivo Nacional, Previdência Social, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário, Ibama, áreas da saúde e transporte, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, entre outros, na maior greve nacional desde 2003. O governo além de não negociar, argumenta que não há dinheiro em caixa para atender as reivindicações dos trabalhadores ao mesmo tempo em que mantém a política de superávit para derramar dinheiro no bolso dos banqueiros. Em alguns casos, como na greve das universidades federais, percebemos que a luta transcende o patamar econômico e toma dimensão política no sentido em que dá coesão ao funcionalismo público federal e também dirige forças para mostrar as contradições do governo petista.

Reafirmamos a importância destas lutas, sejam a dos trabalhadores que ainda estão vivenciando um processo de desmonte de suas carreiras, sejam a dos trabalhadores mais explorados, que também têm se movimentado com greves e paralisações. Assim como os anarquistas, não dando conta de organizarem as lutas dos trabalhadores no início do século, perderam a direção política da classe para o recém formado PCB; assim como o próprio PCB, já nos anos 70, quando não conseguia mais dar resposta à classe, perdeu as rédeas da esquerda com a fundação do PT, o próprio PT também já se mostra insuficiente, e, mais cedo ou mais tarde, uma nova necessidade de organização dos trabalhadores virá. Porém, o movimento da classe não é linear, e este processo não ocorrerá de forma natural. A história, por si mesma, não se encarregará de fazer o trabalho dos homens.

Reafirmamos a defesa da construção do socialismo, porém não um “socialismo democrático”, por dentro das vias institucionais, ou um socialismo pacífico, que é possível de ser concretizado com a colaboração de todos. Somente uma mudança violenta no atual modo de organização social, com a expropriação de todos os parasitas e a socialização dos meios de produção, colocados sob o controle dos trabalhadores livremente associados, pode apresentar uma alternativa ao modo do capital organizar a vida.

Assim, um novo período vai se formando ao mesmo tempo em que aprendemos com os erros cometidos. Os desafios colocados são grandes e exigirão enorme esforço da esquerda no Brasil e no mundo. Desta forma, vamos contribuindo com a construção coletiva da história com a

compreensão de que somente uma transformação profunda e radical na estrutura social pode realmente dar vida aos sonhos dos trabalhadores, entendendo que os movimentos sociais e, neste caso, o movimento estudantil, cumprem um papel histórico fundamental na construção de uma alternativa histórica ao capitalismo através da luta de classes, perspectivando a concretização do projeto histórico socialista, bandeira reivindicada pelo MEEF.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R.A **desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, R.. **O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. Revista Theomai Nº 19, 2009.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Deliberações da Plenária Final e Estatutária do XXXII ENEEF**. s/ local, 2011. Disponível em <http://www.exneef.libertar.org/wp-content/uploads/2011/09/Delibera%C3%A7%C3%B5es-Plen%C3%A1ria-Final-e-Estatut%C3%A1ria-XXXII-ENEEF-PDF-1.pdf>

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos**. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

IASI, M. **Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil**. s/l, 2012. Disponível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/conjuntura-e-luta-politica-no-medio-e-longo-prazo-no-brasil-de-mauro-luis-iasi/>

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva**. 469 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós - Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, 2005.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

SILVA, L. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>

***O MEEF E A UNE: REAFIRMANDO A RUPTURA,
CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DA
REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL***

Eduardo Pergher (Alemão)¹

Guilherme Stürmer Lovatto²

Vivian Portela³

O presente texto objetiva contribuir com o acúmulo que o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) vem tendo acerca da discussão da Reorganização do Movimento Estudantil (ME). Reafirmamos assim, o movimento da ruptura/superação da União Nacional dos Estudantes (UNE), como um ponto fundamental da Reorganização, buscando apresentar pontos fundamentais para tal reafirmamento, através de análises que extrapolam o próprio ME, mas que se constituem como relevantes determinações, demarcando que a Reorganização do ME perpassa/demanda uma Reorganização da Classe Trabalhadora como um todo. Iniciamos com uma breve análise de conjuntura política, em que tomamos o processo desencadeado pela classe trabalhadora brasileira do final da década de 1970 e início de 1980, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), e seus desdobramentos que levaram ao amoldamento da classe e a degeneração dessa organização. Em seguida entramos no debate do ME discutindo concepção, buscando um embasamento maior para daí apresentarmos elementos que retomam e reafirmam o rompimento com a UNE, a partir deste arcabouço que vamos compondo. Ao final, apresentamos perspectivas em relação ao ME no sentido da sua Reorganização.

1 Professor de Educação Física, militou no DAEFI-UFRGS de 2004 a 2009, no DCE-UFRGS de 2005 a 2008, participou das gestões da ExNEEF de 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, sendo as duas últimas na Coordenação Nacional.

2 Estudante de Educação Física, milita no DACEFD-UFSM desde 2007, participando das gestões da ExNEEF de 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Atual Coordenação Geral ExNEEF

3 Estudante de Educação Física, milita no DAEFI-UFRGS desde 2007 e no DCE da UFRGS nas gestões de 2008/2009, 2010/2011 e 2011/2012, participando das gestões da ExNEEF de 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Atual Coordenação Geral ExNEEF.

CONJUNTURA POLÍTICA

“Há tempo de esperar
E tempo de decidir.
Tempos de resistir.
Tempos de explodir.
Tempo de criar asas, romper as cascas
Porque é tempo de partir.
Partir partido,
Parir futuros...”

A retomada da luta política no Brasil, a partir do definhamento da ditadura militar ao final da década de 1970 e início de 1980, ou da dita abertura política do país, traz em seu bojo a reorganização da classe trabalhadora em torno de um projeto classista que tem sua representação máxima na fundação e atuação política do Partido dos Trabalhadores. O fato de demarcarmos a análise de conjuntura política nos marcos da atuação do PT, decorre, pois que neste mesmo movimento foram forjados relevantes movimentos sociais de atuação da classe como a Central Única dos Trabalhadores CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também a UNE, a partir da sua reabertura.

O PT surge da demanda que a classe trabalhadora tinha ao final da ditadura militar, após as organizações da classe terem sido estraçalhadas pela repressão. Esse ponto é fundamental, pois aglutinou em torno de si o desejo da mudança mais radical, que superasse impasses que foram fortemente barrados pela repressão militar. O surgimento do PT advém principalmente das lutas que a classe desencadeou, e aqui a demarcação é relevante, no seio do movimento operário do ABC paulista. Se este movimento operário no decorrer da década de 1970 vai se defrontando com o capital num marco reivindicatório, ou seja, por motivos imediatos de lutas salariais e por condições de trabalho ainda num marco de lutas sindicais, é no final desta década e início da década de 1980 que esta movimentação dá um salto político no sentido de conformar uma organização que atuasse para além da reivindicação imediata. Se constitui como partido político objetivando aglutinar mais setores da classe trabalhadora e ter uma atuação política em âmbito nacional, que confrontasse com o projeto hegemônico capitalista.

Em linhas gerais destacamos o caráter classista que o PT tinha em seu cerne, organizado como um Partido de massas, com uma evidente opção anticapitalista apontado para uma meta socialista. A proposta era ter um governo dos trabalhadores, sem os patrões e a burguesia, objetivando a democratização real da sociedade, evidenciando o fim da opressão e da exploração de classe, ou seja, uma ruptura com a ordem burguesa. Mas o que temos hoje em relação ao PT e o que se propunha na sua fundação, e o que foi num determinado período, é algo muito adverso. Acontece uma transformação do Partido, em que a “expressão máxima”, a vitória eleitoral em 2002 e a consequente chegada à presidência da república, desvela todo um processo que vai da perspectiva da ruptura com a ordem do capital ao amoldamento a mesma ordem.

Esse processo vai se traçando a partir das ações que o PT vai tomando no sentido de reformulação de seu projeto inicial. A análise que a organização fez acerca da revolução brasileira, a partir da demarcação anticapitalista e da meta socialista, opera uma distinção entre 'poder' e 'governo'. O primeiro não estava dado, devido à formação social brasileira que demandava desenvolvimento, e que também não havia consciência na classe trabalhadora para tal ação, vai trabalhando a perspectiva do acúmulo de forças para alterar essa correlação de forças em favor da classe, ampliando espaços democráticos e conquistas populares. Tais táticas têm conseqüências sérias no projeto político do Partido, pois vão moldando as ações da classe para um distanciamento da estratégia socialista. Iasi elucida tal movimento:

na medida em que esta vanguarda constrói o 'acúmulo de forças' pela constatação objetiva da ausência para o conjunto da classe da consciência da necessidade da ruptura socialista, impõe este elemento à consciência da classe que se forma. (...) a ação da vanguarda não é único fator, existe de fato uma correlação de forças, um grau de organização, um poder do inimigo materializado em recursos e instrumentos de domínio que podem e devem indicar objetivamente o ritmo da construção das táticas e da estratégia (IASI, 2006, p. 401)

O autor segue demarcando que a política de 'acúmulo de forças', que inicialmente era tomada como elemento de crescimento, mas que vai se tornando elemento chave da estratégia gradualista, vai moldando o comportamento da classe para ações táticas cada vez mais distantes da estratégia. Isso é evidenciado pela ampliação da base de atuação, buscando unificar politicamente setores para além da classe trabalhadora pela política de alianças, como por exemplo, a pequena burguesia. A linha de atuação consiste numa disputa de hegemonia da sociedade burguesa, em que as instituições burguesas devem ser disputadas e colocadas a serviço da classe trabalhadora. O grande problema é que esta disputa institucional acaba por não mexer na estrutura econômica em que se dão as relações sociais de produção, ou seja, no espaço concreto das relações de propriedade dos meios de produção e apropriação de sobretrabalho, mantendo dessa forma as relações de exploração do homem pelo homem (IASI, 2006).

De certa forma, o PT crescia eleitoralmente na década de 1980, elegendo parlamentares a cada eleição⁴, tendo na eleição presidencial de 1989 um enorme movimento que quase leva Lula a presidência do país. É no balanço deste processo, no início da década de 1990, que a política acima descrita de acúmulo de forças e alianças toma proporções mais profundas, flexibilizando já para alianças partidárias fora do Campo Democrático Popular⁵, abrindo margem para alianças burguesas. Esse movimento vai corroendo internamente a organização, principalmente após a eleição de 1994 para a presidência, já tendo desdobramentos nas eleições municipais, pautando o calendário político dos ditos “2 em 2 anos - eleitorais”. O delineamento 'tático' remetido as eleições burguesas, começa a moldar a própria organização para ficar mais palpável aos ditames do pleito, seja com marketing⁶, ou recebendo enormes financiamentos de empresários e grandes empresas do capital.

Vale destacar que um dos principais elementos deste amoldamento consiste na burocratização da organização no sentido de manter os ditos 'espaços democráticos' conquistados. Esta burocratização partidária e sindical, formada ao longo do processo petista, acaba por destacar um determinado setor social do Partido⁷, em que este ascende a cargos e posições de poder, que além de receberem altos salários, reforçam também as próprias correntes internas da organização, que acabam acumulando poder interno no Partido a partir do viés financeiro.

Estes elementos corroboram com a tese de que estas 'táticas', delineadas ao longo da década de 1990 e aprofundadas nos anos 2000, vão distanciando cada vez mais o Partido da sua estratégia – a meta socialista – em que na realidade acaba acontecendo uma inversão, em que a dita 'tática' acaba se tornando uma verdadeira estratégia. O socialismo vai perdendo cada vez mais espaço para a dita democracia, e a disputa da institucionalidade burguesa é tomada como estratégia no sentido de manutenção das “conquistas”. No fundo remetem a uma democratização que mais significa uma ocupação dos espaços burgueses por determinado setor social do Partido, e que para manter tais privilégios, ou espaços democráticos – seja no governo federal, administrações municipais, sindicatos, ou outras instituições – vão deteriorando a perspectiva de ruptura que o PT trazia nas suas origens, num sentido de estar subsumido a dependência material do Estado burguês.

4 Na eleição de 1982 elegeu 8 deputados federais e 12 estaduais; em 1986 elegeu 16 deputados federais e 40 estaduais; em 1988 elegeu prefeitos em 39 cidades no Brasil.

5 Composto pelo PSB, PPS, PC do B, PCB E PSTU.

6 É emblemático o fato ocorrido na eleição de 1998, em que a direção política da campanha aboliu dos programas de TV as bandeiras vermelhas do PT, trocando por bandeiras brancas, tendo as cores verde e amarelo as cores oficiais da campanha, visando ficar mais “menos radical” perante a mídia burguesa.

7 Francisco de Oliveira no texto “Ornitórrinco” destaca que este setor se configura como uma nova classe, que se forma através dessa burocratização, objetivando administrar os fundos de pensão. Mauro Iasi (2006) discorda desta síntese final – da nova classe – mas demarca que este setor ao se burocratizar se configura em uma velha conhecida: a pequena burguesia. Cyro Garcia (2008) diz que é pra além da pequena burguesia, pois se trata da burocracia que defende ferozmente seus privilégios, dependendo do poder para manter seus privilégios.

A eleição de Lula em 2002, e as gestões até agora efetuadas perante a presidência da república dispensam comentários. A 'Carta ao Povo Brasileiro' na qual, antes da eleição, Lula se compromete com os acordos de subordinação ao FMI e aos setores financeiros internacionais, demarcando o respeito aos contratos e acordos feitos pelo governo de FHC. Atualmente é impossível manter aqueles velhos discursos que muito se ouvia no início do governo petista 'deixa o homem trabalhar', ou outro como é 'algo tático', ou é 'acúmulo de força', enfim, o PT já mostrou de qual lado está, e pra quem governa, e a serviço de quem está seu projeto. Dificilmente alguém poderá dizer que é a serviço da classe trabalhadora, pois quem mais está ganhando em seus respectivos mandatos - pra além da manutenção de uma estrutura burocrática extremamente dependente da institucionalidade burguesa entranhada no cerne petista - são exatamente quem mais financia suas campanhas: banqueiros e empreiteiras. A síntese de Antunes, é instigante:

O mais importante partido de esquerda das últimas décadas, que tantas esperanças provocou no Brasil e em outras partes do mundo, assemelha-se, em seus núcleos dominantes, ao *New Labour* da velha Inglaterra. Exauriu-se enquanto partido de esquerda que pretendia transformar a ordem societal, para tornar-se um gestor dos grandes interesses dominantes do país. (...) O governo Lula, que pretendia ter ao menos iniciado o primeiro embate contra o neoliberalismo no Brasil (pois qualquer outra expectativa seria exagerada e mesmo infundada), tornou-se dele prisioneiro, convertendo-se em uma variante social-liberal que *fortaleceu* ao invés de *desestruturar* os pilares da dominação burguesa no país. Aquele que em meados dos anos 1970, mostrava-se como expressão simbólica das possibilidades de ruptura, três décadas depois converteu-se no principal instrumental da conciliação de classes no Brasil. (ANTUNES, 2011, 148)

Como se percebe na referência anterior, é relevante apontar que diferentemente de alguns discursos e elaborações, que acabam tendenciando a um esquerdismo fatalista, o PT nem sempre foi o que é atualmente. Se é válido dizer que a origem classista não credencia quase que ontologicamente o ser da classe trabalhadora, ou seja, pode vir a ser moldar e inclusive, como estamos presenciando, administrar para o capital, é importante também combater certos fatalismos que negam a trajetória petista, principalmente no seu início, de caráter classista, anticapitalista e socialista. Demarcar de certa forma que *nem sempre foi o que está sendo*, e mais que isso, *não é nenhum desdobramento tático*, em que está se operando algo e logo em seguida o PT retomará os rumos, como pensam alguns bravos lutadores que se mantêm nas fileiras petistas.

Outro ponto que é válido destacar é que a quadra histórica em que a classe trabalhadora brasileira entra em cena novamente, capitaneada pela experiência do PT, acontece exatamente quando o cenário mundial é de grande refluxo e perdas históricas da classe em âmbito mundial. A partir da década de 1970, é operada uma reestruturação produtiva que flexibiliza cada vez mais as

relações de trabalho e os direitos trabalhistas, juntamente com a onda neoliberal, que além de corroborar com a reestruturação, criminaliza as organizações da classe, cooptando as mesmas, implementando contra-reformas que atacam os trabalhadores, juntamente com privatizações. Para completar, a queda do 'socialismo real' ao final da década de 1980, em que vem a somar para o grande descenso da classe, em que as teses do fim da história ganham cada vez mais força, juntamente com o discurso de fim da classe trabalhadora.

O problema é que o PT se insere neste bojo, adaptando cada vez mais seus princípios fundacionais numa perspectiva de conciliação entre classes, em que ao invés de impulsionar a classe trabalhadora para a luta, acaba por colaborar com o período de refluxo, desorganizando a mesma a partir dos interesses partidários que não estavam mais conectados com os interesses da classe. A relação que as direções estabelecem com as bases, tanto sociais e partidárias, esta dissociação, quebrando o elo orgânico, coloca as mesmas a mercê da conjuntura de descenso e desorganização, pautada pela regra do amoldamento a lógica do capital, contribuindo fortemente com a despolitização das mesmas.

Este movimento do PT, ao qual descrevemos brevemente, foi acompanhado de grande resistência de setores do partido. Porém estes não conseguiram mudar os rumos da organização, acarretando inclusive em expulsões e saídas do mesmo⁸.

CONCEPÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em meio a essa conjuntura de refluxo e fragmentação da esquerda, a qual ataca também o movimento estudantil, compreendemos, na tentativa de contribuir para o processo de reorganização da classe trabalhadora, a necessidade de caracterizar qual a nossa concepção de Movimento e como a partir dela atuamos para transformar a realidade. Isto nos auxilia também para compreender determinações fundamentais que nos levaram ao rompimento com a UNE, e os motivos pelos quais afirmamos que a mesma esta falida, da mesma forma que o PT, e que se a Reorganização da Classe Trabalhadora brasileira perpassa pela superação da experiência do PT, a Reorganização do Movimento Estudantil perpassa necessariamente pela ruptura/superação da UNE.

8 Se tratando da esquerda brasileira, para além de saídas e das expulsões, “no espectro dos partidos políticos da esquerda, além da atuação do PSTU e do PCB (que vem se reorganizando), deu-se recentemente a fundação do PSOL, uma tentativa de resposta a conversão do PT em partido da ordem” (ANTUNES, 2011, p. 150). Podemos destacar inúmeras outros partidos e correntes político-partidárias de atuação tanto no Movimento Estudantil como em âmbito mais geral da luta sindical e política, tais como a Luta Socialista (LS), Coletivo Marxista (CM), Movimento Revolucionário (MR), entre outros.

Compactuamos com a compreensão de Florestan Fernandes (2008) de que o movimento social e o partido político são manifestações da luta política travada por uma determinada classe social, a qual não deve ser entendida como o “pé-de-chumbo do movimento socialista, mas sim como o elemento central que condiciona e regula o vigor do movimento e do partido”. Dessa forma, podemos identificar que o Movimento Estudantil, longe de se situar a margem da luta de classes, encontra-se determinado por ela, ou seja, encontra-se no mesmo período de refluxo e ataques que a classe trabalhadora enfrenta nos anos de reestruturação produtiva e pós o fim do “socialismo realmente existente”. Ou seja, se a classe trabalhadora no Brasil vem enfrentando as contra-reformas, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, nós do Movimento Estudantil também enfrentamos a Contra-Reforma Universitária do governo Lula/Dilma/PT.

Por se situar na condição de sujeito histórico que é determinado pela luta de classes e determina a realidade pela forma como atua nela, compreendemos que o ME longe de situar-se apenas como mero representante de uma categoria, a qual reivindica apenas pautas de caráter específico como melhoria das condições de estudo ou modificações na grade curricular, pode ser caracterizado enquanto um movimento social. Isto decorre, pois este Movimento intervém na realidade de algum jeito, tanto institucional das universidades quanto nas lutas mais gerais, com a intencionalidade política de transformá-la ou não, a partir de uma determinada condição e consciência de classe.

Este elemento, que pode ser evidenciado nas lutas travadas como, por exemplo, em 1950, em defesa da soberania nacional na campanha “O Petróleo é Nosso”, na luta contra a ditadura militar e em defesa da redemocratização do Brasil nos anos 70 e 80, no movimento dos Caras Pintadas que exigiam o impeachment de Collor, na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade – bandeira histórica do ME - como temos vivenciado nas diversas ocupações de reitoria realizadas no ano de 2007/2008/2011 e na Greve Estudantil no ano de 2012, é que nos leva a caracterizar que o ME, enquanto Movimento Social, a partir da consciência de classe, se aproxima ou distancia de determinada posição de classe, e no caso que tratamos a partir dos exemplos, configura o Movimento Estudantil como um Movimento Social de Luta da Classe Trabalhadora.

Tal processo também se materializa no próprio MEEF, que ao longo de sua história apresentou análises em torno de suas pautas reivindicatórias, dialogando de forma direta ou indireta com uma dada posição de classe, como foi em seu surgimento na antiga escola de educação física da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, na qual lutou no específico pela deposição do diretor conservador e militarista da escola, em defesa de uma direção que se preocupasse com o progresso da educação física. Ou também, quando no processo de democratização do Brasil, encampou em

seus debates a questão do compromisso técnico e político do professor, debate que animava todo o movimento docente e a própria classe trabalhadora brasileira na época.

Com isso, e retomando a análise já apresentada por Florestan Fernandes, podemos dizer que o Movimento Estudantil não se encontra situado em condição de antagonismo aos Partidos Políticos, mas sim se articula com eles de acordo com as relações que ocorrem no seio da própria classe trabalhadora. Nas palavras do autor:

há uma interdependência entre movimento e partido, mediada, naturalmente, pela realidade histórica condicionante, que é o regime de classes, o qual é dinamizado por meio dos conflitos de classes. Os conflitos de classes alimentam tanto o movimento quanto os partidos. (FERNANDES, p.392, 2008)

Ou seja, se vivemos em um período de refluxo e fragmentação da classe trabalhadora, não podemos cair no reducionismo de acreditar que a Reorganização do ME será obra particular do próprio Movimento, mas entendemos que esta será fruto das lutas travadas pela classe como um todo, da qual a construção de um partido político realmente revolucionário se dá como fator necessário para essa Reorganização. Com isso, não queremos negar como fazem os Novos Movimentos Sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), a forma de organização partidária. A entendemos como o elemento articulador das lutas em prol da transformação da realidade mais avançado que a classe trabalhadora construiu. Apesar disso, não compactuamos com a perda de autonomia do Movimento frente ao partido político, o que tende a acarretar um engessamento e o afastamento das lutas por conta da base do movimento.

Esta perda de autonomia, que leva ao engessamento e burocratização, na nossa compreensão acontece também devido à concepção equivocada da relação base e direção, que pode dar-se tanto a nível interno das organizações do movimento estudantil e de trabalhadores como também da própria relação externa entre partido e movimento.

Desta última, podemos identificar a análise já apresentada e da qual compactuamos de centralidade da classe como elo de relação entre partido e movimento, da qual ambos se fortalecem ou se enfraquecem de acordo com a dinâmica da luta da classe trabalhadora; a análise determinista que leva a perda de autonomia do movimento de que o partido é superior a este e que por isso deve determinar as pautas e a forma organizativa do movimento; e a análise autonomista/movimentista que nega a relação entre o partido e o movimento, a qual contribui para a perda do caráter de classe do movimento. Acreditamos que exista uma relação dialética entre o partido e o movimento, do qual o elo articulador é a classe trabalhadora.

Sendo assim é relevante demarcar a necessidade de constante debate para que a organização venha a ter uma atuação coerente e coesa. Nos espaços de construção do próprio MEEF e da ExNEEF, em que durante o ENEEF nas mesas de debate, grupos de estudo, grupos de trabalho temático, CoREEFs e CONEEFs – estes para além do próprio ENEEF - e plenária final que o debate e a defesa da política se faz necessária para o enriquecimento do movimento, mas que a partir das deliberações da plenária é que a entidade irá realizar suas ações ao longo da gestão.

Com isso, não negamos na própria dinâmica interna da ExNEEF e do MEEF a compreensão de que é a base consciente que dirige e educa o Movimento e que as direções possuem o papel de centralizar e organizar a política da entidade, dirigindo a mesma a partir da sua base. Assim, não negamos a espontaneidade das massas e nem mesmo o papel dirigente, organizador e educador das direções. Negamos sim, a falta de democracia interna nos espaços do movimento em geral, que contribuem para a burocratização, o aparelhamento e o engessamento das lutas, bem como o democratismo, que muito mais contribui para o desmantelamento e a desordem das organizações da classe trabalhadora, do que para o fortalecimento do caráter combativo e classista que a nós estudantes também nos cabe tomar. É contra esta forma de organização que mais confunde que orienta e que mais desagrega que unifica que nos colocamos contrários.

Por conta disso entendemos que o Movimento Estudantil não é o sujeito principal da revolução – papel que cabe ao proletariado - mas sim parte constituinte das lutas da classe trabalhadora na defesa do projeto histórico de sociedade socialista. Com isso, afirmamos que o ME situa-se como um movimento dentro da ordem burguesa, imerso na institucionalidade das universidades, mas que luta e deve lutar a favor da revolução dentro da ordem, perspectivando que essa seja feita necessariamente contra a própria ordem (FERNANDES, 2007).

Assim, compreendemos que o ME não deve almejar somente a conquista de resultados imediatos para suas lutas, ou como o sindicalismo de estado que dá um caráter propositivo-conciliatório e de construção da sociedade burguesa as suas ações, mas sim se forjar como um Movimento que deve servir para problematizar as contradições existentes na universidade e fora dela, expressando que somente a luta para a superação da contradição entre capital e trabalho possibilitará a superação dos problemas como privatização da educação, falta de democracia na universidade, perda da função social da universidade pública e formação unilateral voltada ao mercado.

Desse modo, entendemos que o ME deve expressar e contribuir com aquilo que Marx e Engels (2008) apontaram no Manifesto do Partido Comunista, como a tarefa histórica do proletariado: constituir-se enquanto classe da ordem que luta contra a ordem socialmente

estabelecida. Com isso, entendemos que o Movimento deve ter como elemento central de sua organização e atuação a própria manutenção e fortalecimento do Movimento para a luta junto a classe trabalhadora, e que em sua fileiras se formem militantes para a classe, através do trabalho de base, da disputa de consciência, da formação de militantes e necessariamente da luta ao lado da classe trabalhadora.

Este trabalho de base deve ocorrer tanto quanto pela necessidade colocada pelo período de Reorganização da Classe, de voltarem-se as bases do movimento, tanto quanto pela compreensão de que é somente pela base que o movimento se constrói e se sustenta historicamente, já que a grande maioria de seus militantes não se torna eterna em seus espaços, mas sim atua em certo período de tempo, o que dá ao movimento a necessidade de manter-se sempre junto da base estudantil.

Assim, deve ocorrer a partir da disputa de consciência em torno da necessidade de organização coletiva para superação das contradições encontradas pela base, demonstrando a intencionalidade de explanar que estas contradições somente serão superadas totalmente com a construção do projeto histórico de sociedade socialista, único capaz de dar fim a propriedade privada dos meios de produção e da divisão da sociedade em classes.

Com isso, necessitamos ter espaços de organização, como DAs, DCEs e entidades nacionais, que possibilitem a intervenção ativa dos estudantes na formulação e implementação da política. Entidades que estejam inseridas na base do ME, intervindo politicamente em torno das necessidades imediatas dos estudantes como falta de bolsas de estudo, faltam de bebedouros, abuso por parte de professores, aulas inchadas e carga horária excessiva, condições precárias da universidade, mas fazendo com que estas reivindicações pontuais sejam relacionadas, transcendendo-as, com as reivindicações nacionais como a defesa da universidade pública e gratuita, a ampliação do financiamento público em educação pública, ampliação da política de assistência e permanência estudantil, bem como a articulação com pautas que dizem respeito as lutas da própria classe trabalhadora, dentro e fora da educação, como é o caso possibilitado pela campanha em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já, trabalhando desta forma, estas lutas reivindicatórias, tanto específicas como gerais no marco do projeto histórico socialista da classe.

A UNE SOMOS NÓS?

“... Lá no passado tínhamos um futuro

Lá no futuro tem um presente

Pronto pra nascer

Só esperando você se decidir...”

Em 2012 a União Nacional dos Estudantes completa 75 anos. Ao longo de sua história a entidade teve um passado relevante, organizando e impulsionando lutas sociais, cumprindo um importante papel de colocar o protagonismo estudantil a serviço da classe trabalhadora. Por mais redundante que seja dizer que o passado de lutas da UNE ficou para trás, reafirmamos isso para expressar que a entidade teve seu peso histórico para o Movimento Estudantil de luta no país, mas que hoje não cumpre mais esse papel, colocando-se contrária a luta dos trabalhadores e agindo como um dos agentes do capital no Movimento Estudantil.

No início da década de 90, com as mobilizações pelo “Fora Collor” o Movimento Estudantil, representado pelos “caras pintadas” e pela UNE teve papel importante na conjuntura política da época. Nesse período, a UNE já apresenta elementos que não condiziam mais com as lutas e anseios do ME combativo da época, como por exemplo, as posições dos grupos que compunham sua direção, de defender o Fora Collor, porém sem novas eleições, o que colocava o vice Itamar no governo. Nesse processo algumas secretarias de curso rompem com a UNE, tendo desacordo dessa política e fundam algumas executivas e federações de curso. É em 1992 também que o Fórum de Executivas e Federações de curso passa a se reunir, demonstrando que naquele período a entidade já não estava dando respostas ao Movimento.

A direção majoritária da UNE apóia a entrada do vice Itamar e em troca, durante o governo ganha o monopólio das carteirinhas estudantis. Este monopólio, além de demonstrar por parte do estado burguês certa identificação com a entidade, afirmando-a como única representante do Movimento Estudantil a nível nacional, também irá contribuir para a arrecadação de grande financiamento para a entidade. Este financiamento que poderia contribuir para a autonomia política da entidade irá acarretar uma mudança da relação da direção do movimento com a base estudantil, de luta e disputa de consciências para uma relação puramente mercantil.

Junto a isso, ao mesmo tempo, em que há uma tentativa de democratizar a entidade no que diz respeito à proporcionalidade nas suas eleições, também se modifica a forma de tiragem de delegados da mesma. Aumenta-se a relação entre estudantes que votarão e o número de delegados que as representam além de passar de esta tiragem ser realizada não mais nos cursos, mas sim nas

universidades. Esta dinâmica interna, articulada com a política das carteirinhas acaba por contribuir com o aparelhamento e burocratização da entidade, a qual possui há quase 20 anos, o mesmo grupo político na direção majoritária, a UJS, corrente da juventude do PCdoB.

Indisputável tanto para as cadeiras e cargos, como para a política que a entidade defende, o Congresso em si, além de um espaço extremamente antidemocrático, é esvaziado de debate político que sirva para organizar um movimento de luta e combativo. As eleições para delegados são antidemocráticas e distantes dos estudantes da base de fato, já que a UNE não organiza as lutas e não defende a mobilização estudantil na sua prática.

Desde 1992, a UNE se distância das lutas estudantis e em 2002, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, na figura de Lula, a entidade se entrelaça fortemente ao governo federal. A UNE defendeu cada projeto da contra-reforma universitária do governo petista. Lula mesmo declara em 2010 que “a UNE nunca esteve tão rica” já que a entidade naquele ano, recebe singelos 44 milhões do Governo Federal para reconstrução de sua sede no Rio de Janeiro. Essa relação entre Governo Federal PT e UNE, aparelha a entidade as políticas do governo e a torna um braço do mesmo.

Além da burocratização e aparelhamento da UNE, para nós é importante também trazer ao debate a concepção de movimento que a mesma representa e defende. Abaixo reproduzimos um trecho que está no site da entidade sobre a atuação política da entidade:

Portanto, obviamente, todos os partidos políticos e todas as ideologias são extremamente bem vindas dentro da UNE. Participam da entidade, por exemplo, jovens filiados ao PT e ao PSDB, ao PC do B e ao DEM, ao PMDB e ao PPS, assim como militantes de outros partidos e um número imenso de jovens independentes, sem nenhuma agremiação partidária. O movimento estudantil acompanha de perto as atividades do Congresso Nacional, as comissões especiais e frentes parlamentares, assim como as ações do poder executivo, levando sempre idéias e propostas positivas para o Brasil e sua juventude. (sitio da UNE, sobre a atuação política da entidade)

Esse trecho demonstra uma concepção de movimento que temos desacordo, que é a de esvaziar o caráter de classe e de luta das reivindicações estudantis, passando a corroborar com a construção de políticas parlamentares, “positivas” para o Brasil. Essa lógica de movimento que a UNE carrega em si voltada ao que acontece no parlamento, e pautando sua disputa, nega a mobilização estudantil. Sabemos que o parlamento, e a democracia burguesa, estão a serviço da burguesia e que a classe trabalhadora só conquista mesmo com luta e mobilização. O método de

movimento que defendemos é que o está na rua e nas lutas reais, mobilizando e organizando a estudantada e buscando a articulação de lutas com o conjunto da própria classe trabalhadora.

Esta articulação e unidade dos estudantes com a classe trabalhadora, a qual é reivindicada por muitos para permanecer disputando internamente a entidade, com a doce ilusão de que esta um dia voltará para as lutas, não nos contempla. A realidade concreta tem demonstrado mais do que nunca que ao se tratar de fazer luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e em unidade com os movimentos sociais da classe, a UNE em nada se propõe a isso, pelo contrário, tem se colocado como impulsionadora de políticas e ações que vem no sentido de ataque a classe. Exemplos não nos faltam, como o silêncio em torno da corrupção do mensalão no ano de 2006, a não composição da Frente de Lutas contra a Reforma Universitária no ano de 2007, e também em plena luta na defesa do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, construído pela classe através do Fórum em Defesa da Escola Pública (FNDEP), mas que a UNE, em conjunto com a CUT defendeu a não radicalização contra a manutenção dos vetos de FHC por Lula, acabando por fazer com que o fórum perdesse sua unidade e acabasse por se pulverizar, somente sendo resgatado no ano de 2011 através da campanha em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já, encampada por setores como o ANDES, a ANEL, o MST, mas não pela UNE, que preferiu referendar a defesa de 10% do PIB para a educação até 2023, tanto pública quanto e principalmente privada, proposta que é a mesma do governo.

Percebemos com isso, que a UNE tem a perspectiva de fazer unidade é com os agentes do capital, na defesa do governo Lula e Dilma, apaziguando as mobilizações estudantis e perdendo totalmente seu caráter de classe combativo contra a ordem do capital. Caráter de classe, que pela leitura do trecho acima citado, percebemos o abandono, ao defender um mundo multilateral, ou seja, um mundo de muitos lados. Se todas as “ideologias são bem vindas”, a UNE está também a serviço de “um país para todos”? E perguntamos: todos quem? Abandonar a posição de classe é parte também de uma concepção de movimento. Que amortece os impactos dos ataques do Governo aos trabalhadores, e cumpre um papel de conciliação entre classes e interesses que são antagônicos – dos trabalhadores e da burguesia. A UNE defende as contra-reformas, de adequação as necessidades do capital, como a reforma educacional, a reforma tributária e a reforma política, todas caracterizadas como ofensivas do capitalismo aos direitos dos trabalhadores. A UNE atua na conciliação de algo que é inconciliável: a da luta de classes.

NÓS NÃO SOMOS A UNE!

“... Porque são tempos de decidir

Dissidiar, dissuadir,

Tempos de dizer

Que não são tempos de esperar

Tempos de dizer:

Não mais em nosso nome!

Se não pode se vestir com nossos sonhos

Não fale em nosso nome...”

O MEEF ao longo dos últimos anos vêm debatendo o processo de Reorganização do Movimento Estudantil. Entendemos como processo pois não é algo que será dado de forma imediata, ou com ações localizadas. É processo pois é algo em movimento, que avança e retrocede, que fica estagnado e muitas vezes velado, e pode inclusive dar saltos. Enfim, no próprio embate interno da superação das contradições, tomando a materialidade mais ampla da luta de classes como um todo, ou seja, a partir da própria Reorganização da Classe Trabalhadora, é que a Reorganização do ME se coloca em movimento, e conseqüentemente o MEEF situado nesse bojo, podendo vir a ter o avanço necessário para as lutas da classe.

Este debate, ao mesmo tempo em que é demandado pelo período, toma grandes proporções em se tratando do mesmo, período de amplo *refluxo* do movimento de massas, de grande *fragmentação da esquerda*, de diversos militantes quebrando ou 'voltando pra casa', de *cooptação* de lideranças e organizações para um projeto político adverso ao da classe trabalhadora, enfim, um período de tamanha defensiva do Movimento Socialista, em contraponto a enorme ofensiva do capital sobre os trabalhadores e suas organizações. Disso decorre que o processo de Reorganização da Classe Trabalhadora tem sido lento, e no que tange ao Brasil, mesmo com a derrota do ciclo histórico capitaneado pelo PT, as expressões da Reorganização ainda estão em estágios iniciais, de rompimento com este antigo projeto, e as condições para tal movimento, de setores que estão rompendo com o projeto do PT, como temos visto, são as mais duras e difíceis possível.

O debate de rompimento com a UNE, como percebemos no ponto anterior, não é algo novo ou exclusivo a algum grupo político ou entidade que atua no ME. Porém a chegada do PT ao estado burguês, expressa em seu ponto alto na vitória de 2002, se coloca como um marco fundamental. O

desenvolvimento dos primeiros passos do governo, em que não precisou de muito tempo para mostrar a que veio, já nos primeiros meses deflagrando as contra-reformas, e aqui especificamente a Reforma Universitária e o papel que a UNE desempenhou frente a tal cenário, se colocando como braço forte do governo petista frente aos estudantes brasileiros, apoiando⁹ e operando políticas do governo, de certa forma se configura como um ponto relevante no sentido de desvelar elementos que estavam se desenvolvendo e se aprofundando no interior da entidade, porém que necessitavam ter uma prova de fogo para se confirmar enquanto totalidade.

Sendo assim, o debate ganha peso com este fato, e a discussão de rompimento com a entidade vai tomando corpo ao poucos nos fóruns do ME. Não significa dizer que havia um amplo acordo em relação ao rompimento, pelo contrário, os setores teciam críticas a direção majoritária e o alto grau de burocratização, denunciavam a entidade pelo fato do distanciamento das bases, e devido principalmente a análise da conjuntura, de refluxo e fragmentação da esquerda, o que inviabilizava a construção de uma nova entidade, mantinham políticas de oposição de esquerda. Outros setores, que se encontravam na esquerda também, tratavam inclusive da possibilidade real de retomar a UNE para as lutas, acreditando na possibilidade de tirar a direção da entidade das mãos da UJS. Porém a cada CONUNE, a cada ataque de Lula a classe trabalhadora e em específico à educação, entre outros tantos pontos, dificultava e quase inviabilizava¹⁰ a sustentabilidade de discursos como estes.

A discussão no MEEF acompanha este movimento de burocratização e tomada de posição contrária as lutas estudantis pela UNE, mas acontece principalmente a partir dos grupos políticos que atuavam na entidade, se desenrolando de diversas formas. Se por um lado é relevante a relação das organizações partidárias e suas juventudes atuando no ME, trazendo o debate necessário acerca da UNE, por outro lado nem sempre a perspectiva do próprio Movimento era levada em conta, o que dava um dimensão desproporcional ao debate. Esta crítica aos grupos políticos se deve principalmente porque em vez de proporcionar o avanço nas discussões, acabavam, cada um a sua forma, engessando o debate numa polarização¹¹ que muito pouco trouxe de avanço para o MEEF.

Em linhas gerais, e devido aos limites deste texto, caracterizamos rapidamente as posições dos grupos políticos que compunham o MEEF a partir do período histórico tratado. Por um lado a

9 O caso do mensalão é emblemático neste sentido. A UNE fez marcha a Brasília, junto a outros setores em manifesto apoiando PT.

10 Não foram poucas as vezes em que o debate tomava contornos de defesa intransigente pautada pela questão da história de lutas da entidade.

11 A disputa da própria direção da ExNEEF na maioria das vezes pautava o debate.

CONLUTE¹² pautando a ruptura com a UNE acima de qualquer coisa, numa perspectiva de reorganização centrada na ruptura e criação de nova entidade, tensionando de forma truculenta o debate, se colocando como a possibilidade de vir a ser a entidade a ocupar o espaço que seria deixado pela UNE. Do outro, a Juventude Revolução¹³, defendendo a UNE como disputável, limitando a crítica especificamente a direção majoritária, inclusive ocupando cargos na entidade. A Frente de Oposição de Esquerda¹⁴, demarcava os limites na disputa da direção da entidade, e também a gama de estudantes que a UNE tinha na base, apontando para a necessidade de uma oposição interna e externa na entidade, que disputasse esses estudantes, que apesar das poucas ilusões sobre a entidade, ocupava também cargos na mesma. Um amplo setor que não era ligado a grupos partidários mais amplos, se configurando como 'independentes'¹⁵ no interior do MEEF, dispersos de certa forma, aos divergir dos debates dos grupos, vai conformando o debate também. Este setor é quem dirige o processo de ruptura, superando os impasses de tais grupos acima citados, apontando para a necessidade da Reorganização do ME.

O primeiro debate com fôlego desse período vem no ENEEF de Brasília em 2004, porém acabou que a discussão da UNE se tornou uma forma de disputa em relação ao debate do governo Lula, que completava um ano e pouco a frente do Estado Burguês brasileiro. Em 2005, em Salvador-BA, o ENEEF foi tomado pelo debate, capitaneado pela CONLUTE contra setores que viriam a compor a JR, em que devido a truculência dos setores a frente do MEEF, e da forma como a CONLUTE propunha o debate, acontece a implosão da Plenária Final, em que a mesma se retira, não legitimando as decisões tiradas ali. Em 2006, no ENEEF de Goiânia, após a ressaca advinda do ENEEF de Salvador -BA, aprovou-se uma resolução apontando para a UNE, mas restrita a sua direção majoritária: “Que a ExNEEF aprove a moção de repúdio à direção majoritária da UNE por apoiar e fortalecer a reforma universitária”. Isso demonstra, mesmo limitada exclusivamente a direção majoritária, que o grau de contradições já estava grande, e o descontentamento com a entidade estava atingindo a base do Movimento, principalmente através dos ataques que a contra-reforma universitária trazia em sem bojo, e pelo envolvimento da UNE na sua implementação. No ENEEF de João Pessoa-PA, em 2007, este setor de 'independentes' do movimento pauta a discussão de forma mais firme, apontando para a necessidade do debate acerca da UNE, como podemos ver na resolução:

12 Composta por diversos grupos, sendo dirigida majoritariamente pela juventude do PSTU, mas com atuação destacada no MEEF do Coletivo Marxista.

13 Composta majoritariamente pela juventude da corrente O Trabalho do PT.

14 Composta majoritariamente pela juventude do PSOL. No MEEF, pelas juventudes Romper o Dia-MES (atual Juntos!) e Domínio Público (atual Rompendo Amarras).

15 Independentes de Partidos Políticos, como expressão da conjuntura política a qual tratamos acima. Era composto principalmente por militantes ligados a Diretórios e Centros Acadêmicos da base do MEEF.

Que a ExNEEF faça a discussão na base, centros e diretórios acadêmicos e dentro das escolas sobre a UNE, com ponto específico nos COREEF's, CONEEF's e se possível nos EREEF's, garantindo os diferentes posicionamentos;

Esta deliberação é que encaminha e organiza a discussão nos fóruns do Movimento, e vai possibilitando que o debate vá ganhando contornos e sínteses, garantindo o posicionamento dos grupos políticos, mas a partir do debate.

O I CONEEF de Florianópolis, no final de 2007 tinha a tarefa de organizar politicamente o que viria a ser o próximo ENEEF, em Porto Alegre. É neste espaço, em que a partir do acúmulo, o MEEF propõem que seja discutido a UNE no Encontro Nacional. A proposta não previa que essa discussão entrasse como eixo temático, mas que através de uma mesa de debate pudesse acontecer, sendo intitulada “MEEF debatendo a UNE: análises e apontamentos”. A proposta foi garantir a representatividade dos principais setores do MEEF na mesa, sendo assim, teve um estudante da FOE, um da CONLUTE, um independente e um da Juventude Revolução¹⁶.

Sendo assim, em 2008, durante o ENEEF de Porto Alegre, após acúmulo coletivo do conjunto do movimento, com um amplo debate durante toda a gestão da ExNEEF passada, tendo como debate síntese a mesa acima citada, deliberamos em Plenária Final do ENEEF Poa¹⁷ a ruptura com a União Nacional dos Estudantes (UNE).

19. Que a ExNEEF rompa com a UNE e priorize a formação e reestruturação de sua base, além de manter sua atuação no FENEX e construir outras lutas do ME.

20. A ExNEEF entende a importância de uma nova entidade para o Movimento Estudantil Geral porém não avalia a conjuntura como favorável para construção de uma nova entidade.

21. A ExNEEF se propõe a participar e construir espaços por fora da UNE de reorganização do ME combativo e de luta, inclusive um congresso nacional dos estudantes, levando em consideração as resoluções aprovadas neste ENEEF e as bandeiras históricas do MEEF.

(Resoluções 19, 20 e 21 da Plenária Final do XXIX ENEEF, realizado em Julho de 2008, na UFRGS, Porto Alegre - RS)

O debate de ruptura com a UNE veio de acúmulo do próprio Movimento, construído em seus fóruns regionais e nacionais e também na política de base, fomentando a discussões nos

16 Que não compareceu ao espaço.

17 A votação expressa o processo de debate. A votação do rompimento foi feito em uma das maiores Plenárias dos últimos anos, em que 287 estudantes votaram pelo rompimento com a UNE, 5 contrários e 5 abstenções.

Centros e Diretórios Acadêmicos e coletivos que compõe o MEEF. Destes, demarcou-se que a análise acerca da UNE engloba elementos *estruturais e conjunturais*, chegando à compreensão de que a UNE não se coloca mais ao lado dos interesses dos estudantes, em que além de estar profundamente burocratizada, a partir da composição da sua direção majoritária e da forma como se compõem o processo de composição, inviabilizando qualquer processo de retomada ou disputa, acaba também servindo como uma correia de transmissão das políticas do governo PT para a educação e a sociedade brasileira, políticas que estão em consonância com a adequação da realidade brasileira aos interesses do capital internacional. Ou seja, pra além de não organizar e construir a luta contra as ofensivas do capital, acaba por se colocar como um verdadeiro agente a favor deste, e consequentemente contra os estudantes e a própria classe trabalhadora. Esta síntese demarca veemente a inviabilidade de qualquer retorno da UNE para o campo da luta combativa, exatamente pela mesma estar entrelaçada a ordem do capital, sendo agente ativo da mesma.

São inúmeros os exemplos, desde a Caravana do REUNI, organizada pela entidade em 2008 com o objetivo de defender a implementação do projeto, quando todo o movimento estudantil estava, abaixo de muita repressão, ocupando reitorias para exigir o debate e a inaplicabilidade de tal forma de desestruturação da universidade. Também, no ano de 2012, enquanto a universidade pública fervilha com a greve dos docentes, técnico-administrativos e estudantes, a UNE em seu 58º CONEG lança documento para referenciar e aperfeiçoar o PROUNI. Além de demorar cerca de um mês para se manifestar através de nota pública em apoio às greves nas IFES, porém demonstrando que este apoio visava deslegitimar o Comando Nacional de Greve Estudantil, como bem o fez ao negociar com o ministro Mercadante a aprovação de 10% do PIB para a educação, bandeira que não identifica a defesa da educação pública e do aumento imediato de financiamento para a mesma.

Nos anos pós-rompimento com a UNE o MEEF tem reafirmado a sua posição, e mais que reafirmar aponta para que a ExNEEF siga no combate a UNE tanto na concepção de movimento, seguindo na organização e mobilização da luta estudantil, quanto nos embates nas escolas que a ExNEEF atua. Em 2011, último ENEEF que tivemos, novamente o Movimento reafirmando o rompimento com a UNE. Caracterizando a entidade como braço do governo, ao defender as políticas implementadas por ele.

1- A ExNEEF reafirma o rompimento com a UNE, entendendo que a mesma não representa mais os interesses dos estudantes e das estudantes, pois esta se coloca como um braço do governo facilitando a implementação de políticas neoliberais na educação brasileira.” (Resolução 1, sobre movimento estudantil, da plenária final do XXXII ENEEF, realizado em Julho de 2011, na UFSM, Santa Maria - RS)

O MEEF mantém o debate da Reorganização do Movimento e socializa o acúmulo acerca do mesmo através de debates, textos, Caderno de Debates, enfim, a discussão tem demandado reflexões, juntamente com o retorno as bases do MEEF, e da participação deste em experiência que venham a somar para o processo de Reorganização. É válido destacar, que mesmo com setores internos ao MEEF que através de seus grupos político-partidários ainda compõem as fileiras da UNE – principalmente na oposição – desde a ruptura, em nenhum outro ENEEF, mesmo debatendo em espaços do MEEF e reafirmando a ruptura com a UNE, em Plenária Final, nunca apareceu enquanto proposta um possível retorno da EXNEEF a UNE.

PERSPECTIVAS DE REORGANIZAÇÃO – MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

“...É tempo de lutar
É tempo de festa, tempo de cantar
As velhas canções e
as que ainda vamos inventar.
Tempos de criar, tempos de escolher.
Tempos de plantar os tempos que iremos colher...”

No cenário do Movimento Estudantil Brasileiro não podemos deixar de pontuar a União Nacional dos Estudantes (UNE) como entidade, que mesmo ainda aglutinando setores combativos do ME, organizados a partir da Oposição de Esquerda da UNE, se consolida como entidade que não organiza as lutas estudantis, e pelo contrário, acaba por se colocar do outro lado da trincheira em muitas lutas, como no exemplo já tratado do REUNI. Outro exemplo relevante foi a comemoração pela UNE da vitória da aprovação de 10% do PIB para a educação, até 2023¹⁸. Esse fato representa

18 Desde 2011, setores do Movimento Estudantil e dos trabalhadores da educação encampam a campanha “10% do PIB pra educação pública já”. Tal campanha aglutina setores em torno da pauta do financiamento da educação e da contrariedade da proposta do Plano Nacional da Educação (PNE) do Governo. A palavra de ordem sintetiza dois importantes marcos na luta: o primeiro, que o investimento de 10% do PIB pra educação tem de ser unicamente para a educação pública, e o segundo que o investimento tem de ser pra já, ou seja, uma aplicação imediata. A UNE comemora uma aplicação de 10% do PIB, em parcelas, até 2023, e ainda sem especificar em que setor se investirá a verba, abrindo brecha para o investimento da verba para o setor privado, como por exemplo, as bolsas do PROUNI. Se utiliza de uma pauta do movimento de luta, que é de maior financiamento para a educação, e defende a política do Governo Dilma/PT.

muito bem no que se moldou a UNE, numa entidade que defende os interesses do Governo e suas políticas e não o interesse e lutas dos estudantes.

As lutas hoje não acontecem mais a partir e pela a UNE. Há 20 anos a sua direção majoritária é um setor que se caracteriza como atual base do governo PT, que transformou a entidade em um aparelho do Governo Federal, auxiliando na implementação das políticas do Governo para a educação e para a sociedade, além de contribuir para um imobilismo do Movimento Estudantil. Mas o que é emblemático são setores que além de disputar a diretoria da entidade, se voltam para a disputa interna da base da mesma, acreditando que ao conquistar mais espaço dentro da UNE as lutas serão retomadas. Se caracterizando como um disputismo institucional, que contribui para a não efetivação de uma articulação e consolidação de uma alternativa nacional, ao movimento estudantil.

Reafirmamos que não é preciso voltar esforços para disputar a UNE no período de dois em dois anos do qual seus fóruns acontecem, para que possamos avançar no processo de Reorganização do Movimento Estudantil. Fazer parte da entidade, para estar em "contato com a base", sendo que este contato ocorre no período de dois em dois anos é algo que pretende com que a Reorganização se dê de forma *descolada da base e do movimento*, mas sim através de uma *crítica* – limitada obviamente - e disputa entre *direções do movimento*. Pontuamos, que a realidade concreta cotidiana dá cada vez mais elementos contraditórios que possibilitam ampliarmos e fortalecermos o trabalho de base e com a base em nossas escolas e universidades. Não necessitamos de um simples espaço nacional para isso, mas sim de um espaço político-organizativo, uma nova entidade, que articule estas lutas específicas, questão que hoje, não se dá dentro da UNE.

Também, diferente de alguns setores que defendem a utilização dos cargos da UNE para “aproximação aos estudantes”, principalmente das universidades privadas, defendemos que o Movimento Estudantil deve ter uma política de financiamento que possibilite autonomia e independência do Movimento frente a governos, reitorias e patrões. Se utilizar do dinheiro da UNE, para fazer o trabalho de base, é reivindicar que o dinheiro desviado do SUS para a Caravana do REUNI ou os 44 bilhões de reais dados por Lula a entidade reconstruir sua sede no Rio de Janeiro, são legítimos e podem ser disputados. Ora, como fazer então, uma crítica ao aparelhamento e a falta de autonomia da entidade, se compactuamos com o envio destas verbas do setor que aparelha a mesma?

Para dar combate a isso, o MEEF vem se utilizado de políticas como a confecção de materiais (camisetas, bandeiras, chaveiros) que além de referenciar na base a própria entidade, também contribui para o autofinanciamento da mesma. Também, nossos encontros são construídos

com verbas arrecadadas da própria inscrição dos estudantes no ENEEF e não de parcerias público-privadas ou de empresários da educação. Também, com o objetivo de buscarmos ampliar a participação de outros setores do movimento estudantil no próprio MEEF temos trabalhado com a construção do Projeto Passadas que visa chegar a universidades aonde não temos inserção, buscando através das pautas do MEEF iniciar novos trabalhos políticos. Nos utilizamos também de textos e materiais que a gestão produz, como o Caderno de Debates, importante documento de acúmulo teórico do movimento e para formação dos militantes no MEEF.

A UNE desde as eleições dos delegados para os seus Congressos, que são tocadas de forma antidemocrática, passando por seus congressos que são espaços de ausência de debate e formação política, em que a direção majoritária sabota a participação dos setores da Oposição de Esquerda, nega debate e despolitiza as discussões, fica cada vez mais distante do ME combativo. Reafirmamos que a UNE não é alternativa para a organização das lutas estudantis, pelo contrário o papel que vem cumprindo é de desmobilização e de institucionalização das pautas estudantis. Conforme fomos traçando no texto, essa entidade se afasta desde sua forma organizativa, a sua forma de sucessão e principalmente na sua política e concepção de movimento do que o Movimento Estudantil combativo e de luta defende e pratica. É por conta disso, que apontamos que o processo de Reorganização se dará por fora da UNE, através do rompimento e combate as suas práticas.

Ao olhar para o mesmo cenário, temos como entidade que se autodenomina alternativa a UNE, a ANEL, Assembleia Nacional dos Estudantes - Livres, criada em 2009, tenta se consolidar como alternativa a UNE. E desde sua criação apresenta limites estruturais. A ANEL não se consolida como entidade nacional de luta aos estudantes, pois sua criação não é fruto de um intenso processo de luta que podemos caracterizar por um ascenso, muito menos por um processo unitário de setores combativos do movimento estudantil, sendo assim, um projeto de um setor da juventude de luta do ME. Hoje podemos caracterizar a ANEL como o espaço hegemônico da militância da juventude do PSTU, há estudantes independentes e outras organizações, mas hegemonicamente a política proposta e tocada pela entidade é desdobramento da política do PSTU.

A construção do Congresso Nacional de Estudantes (CNE - 2009) foi um espaço muito importante para o Movimento Estudantil colocando a UNE como entidade falida para as discussões políticas e lutas sociais. Abaixo reproduzimos a avaliação pública de um observador do DCE da UFRGS que foi ao CNE delegado para esta função.

Há necessidade de um espaço para reunir os estudantes que não constroem a UNE e nem tem a ilusão de conquistá-la. Tal espaço seria uma assembléia, um fórum,

uma união? Não sabemos, ainda se carece de discussão na base. O que foi levantado no CNE, e ganhou com ampla maioria, foi o modelo de assembléia. Será que terá o mesmo futuro da CONLUTE? A prática deve ser usada como critério da verdade. É na prática que saberemos se a ANEL conseguirá vingar sem ter sido construída nas lutas, ou mesmo nas “bases”, sem ter um programa próprio. É na prática que saberemos se será um espaço democrático e de luta, em oposição a UNE. O que sabemos é que a ANEL nasce com o vício de ter uma hegemonia controlando-a, nasce em um congresso onde não se tinha vontade política de se discutir os problemas do movimento estudantil, nasce vinculada a dispositivos que permitem apoiar e fazer campanhas para partidos. (Documento de avaliação Observador do DCE UFRGS no CNE, Tiago Silveira, 2009)

Esse trecho permite a análise da entidade que nasce com velhos problemas, o espaço que deveria servir de discussão sobre a Reorganização do Movimento foi limitado ao espaço de fundação de uma entidade, e essa é a expressão de uma resposta a análise de que o movimento estudantil vive uma crise de direções, restringir o debate de reorganização do movimento estudantil a criação de uma nova entidade é um equívoco. Essa postura nos faz inferir que a reorganização, para os setores que fundaram a ANEL, depende de entidades nacionais e não do movimento real. Obviamente uma entidade nacional é importante e necessária, porém deve ser fruto, conforme viemos acumulando no MEEF, de processos de lutas e de Movimento Estudantil de base, juntamente com a unidade de setores combativos, e não de um projeto individual de um partido¹⁹.

O Movimento Estudantil de Educação Física vem debatendo em seus fóruns nacionais e regionais a Reorganização do Movimento Estudantil há bastante tempo. Em seu espaço máximo de deliberação, o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF) de 2009, em São Paulo o MEEF delibera que:

42. Que a ExNEEF não componha a ANEL, que a ExNEEF não participe como observadora dos fóruns da ANEL, que a ExNEEF leve o debate de reorganização para a sua base.”

41. Que a ExNEEF siga no combate a UNE, que tem representado um retrocesso para o Movimento Estudantil.

19 Em 8 anos, há a tentativa de criação de 2 alternativas estudantis, ambas protagonizadas principalmente pelo PSTU. Em 2004, a Coordenação de Lutas Estudantis (CONLUTE) - que era uma coordenação de lutas, mas se propunha a cumprir um papel de entidade e de combate a UNE, que vai perdendo força a partir de 2007 - e a ANEL em 2009. A criação dessas duas alternativas são expressões da necessidade de uma referencia/entidade nacional, mas também expressam um equívoco político, principalmente de um setor do Movimento, que ao propor a criação de alternativas, não toma como central a necessidade de processos unitários da juventude estudantil e investe em alternativas próprias e sectárias.

A deliberação de 2009 reafirma o rompimento e combate à UNE, compreendendo que essa entidade não mais é uma representação ao movimento combativo. Afirma, no ano de criação da ANEL, que não compõe e nem participa como observadora da nova entidade, apontando para a necessidade de fazer o debate de reorganização estudantil com a base do MEEF, via espaços Regionais e Nacionais de organização, e em Centros e Diretórios Acadêmicos, e coletivos que compõe o MEEF. No ENEEF de 2010, o MEEF delibera que:

44 – A ExNEEF não constrói e não observa a ANEL, mas entende que deve-se acompanhar o processo de reorganização do ME, e por isso a ExNEEF deve constantemente avaliar as condições objetivas de lutas nacionais e a conjuntura do ME para que o MEEF/EXNEEF se insira de forma combativa e fomente o debate sobre o ME. A ExNEEF entende que a nova entidade necessita de um programa claro de ruptura com a UNE, entretanto este não é o único motivo que nos faz não compor a mesma.

Durante o gestão de 2010/2011 da ExNEEF, há esforço de cumprir essa deliberação, lança-se materiais e discute-se nos Conselhos das diferentes regionais e nos Conselhos Nacionais, compostos por Coletivos e Entidades de base (CA e DA) que compõe o MEEF. Essa movimentação é muito importante, porque além de construir o debate de Reorganização do Movimento nos espaços do próprio MEEF, amadurece a análise acerca da própria deliberação do ENEEF, tendo em vista que em diferentes espaços o Movimento retoma a deliberação e segue avaliando se a deliberação condiz ou não com a conjuntura nacional.

Na deliberação do ENEEF de 2011 avalia que o abandono da UNE para a organização das lutas reais e a necessidade de uma nova entidade são fatos que expressam a necessidade do movimento de Reorganização do ME. Avalia também que a ANEL, como entidade que se propõe a ser essa alternativa nacional não vem se consolidando como tal. Essa deliberação, vem num momento de já 2 anos de criação da entidade, já contendo elementos de análise do próprio envolvimento com a ANEL nas lutas.

2- Entendendo que a UNE faliu para organizar as lutas dos estudantes e das estudantes, que necessitamos de uma nova entidade em nível nacional para potencializar e impulsionar as mobilizações em todo o país, que os instrumentos criados no período de reorganização não foram suficientes para dar resposta concreta aos estudantes e que a ANEL reproduz as limitações destes instrumentos ao não atrelar as pautas concretas dos estudantes com necessidade de reorganização no ME e assim não se coloca como alternativa propositiva para o conjunto do ME. Não construímos, não participamos nem observamos a ANEL, mas entendemos a necessidade da criação de uma nova ferramenta dos estudantes em nível nacional que aprofunde a reorganização do ME pela base. Deve-se

acompanhar o processo de reorganização do ME, e por isso a ExNEEF deve constantemente avaliar as condições objetivas de lutas nacionais e a conjuntura do ME para que o MEEF/EXNEEF se insira de forma combativa e fomente o debate sobre o ME.”

Expomos a partir das deliberações, que desde sua criação, a ANEL não vem se consolidando como referência nacional organizativa e mobilizadora do ME. E em 2012, numa conjuntura de Greves Estudantis, a ANEL continua reproduzindo os mesmos limites apontados. Pois não se consolida como referência de luta aos estudantes do país, segundo a deliberação do Comando Nacional de Greve Estudantil, expressa no Informativo Nº 3: *“Quem fala em nome dos estudantes em greve, são os estudantes, por meio do CNGE. Nem UNE e nem ANEL falam em nome dos estudantes em greve.”*

O que queremos colocar é que, mesmo numa conjuntura de fôlego as lutas estudantis, a entidade que se coloca como alternativa a UNE, a ANEL, não vem apresentando respostas concretas para o Movimento Estudantil combativo do país. Os estudantes não reconhecem essa entidade como representativa a nível nacional. E durante seus 3 anos de existência continua com os mesmos limites, já que nenhum grande setor foi convencido pela política da ANEL para sua construção.

Construir a ANEL hoje não representa uma perspectiva de Reorganização para o Movimento Estudantil, já que a entidade apresenta limites já apontados no texto. Para além de todos esses limites apontados, não podemos avaliar que o processo de Reorganização que vivemos terá seu ciclo encerrado com a criação de alternativas artificiais, como a ANEL ou qualquer outra entidade que venha a ser criada pelo próximo período, que não seja fruto de lutas, e principalmente unidade real – programática e de ação – de setores combativos do movimento.

O debate de Reorganização tem de ser pautado pelo próprio Movimento e não a partir de instrumentos operados por setor A ou B. Ao apontar para a criação de entidades nacionais, como a única forma de superação frente o processo de Reorganização, nega-se a conjuntura que vivemos, de refluxo das massas e negação/descrença da política e da luta como um todo. Período que a própria vanguarda tende a afastar-se da base, necessitando estar atento para evitar tal desvio, politizando o Movimento e potencialização de trabalho de base.

Nacionalmente, o Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso (FENEX) é um espaço de articulação entre os movimentos de curso, em que se tem feito debates de pautas que possam unificar as lutas. Esse Fórum apresenta grandes limites, centralmente a forma de

deliberação que é a partir do consenso entre as Federações e Executivas, mas também da própria organização do espaço, que não vem se efetivando com reuniões bimensais, ou trimensais.

O FENEX apesar dos limites que apontamos, é um espaço importante. A EXNEEF em todos FENEX que vem conseguindo participar tem feito o debate de Reorganização do Movimento, tecendo a crítica a UNE, respeitando os momentos de cada entidade frente à mesma, e apontando para a necessidade de uma entidade nacional, que seja reflexo de movimento real e unitário, juntamente com a tentativa de organização e construção de políticas para o Movimento²⁰. Para a ExNEEF é importante compor o FENEX, tendo sempre nítido que esse espaço não é um espaço de potencial reorganizador da base dos estudantes, pois é um espaço de articulação entre as próprias vanguardas dos movimentos de área, o que também é importante na conjuntura de necessária unidade das lutas.

O Movimento de Área tem sido um espaço importante nacionalmente. O MEEF é um Movimento de Área que vem travando lutas em torno de suas bandeiras específicas, como a luta contra a regulamentação da profissão e contra as atuais diretrizes curriculares nacionais, da qual encampamos a campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada já!”. Contudo, faz-se necessária que tais bandeiras específicas tenham mediação com as bandeiras de luta mais amplas, que atingem o MEEF centralmente, permitindo também a articulação com o Movimento Estudantil Geral como a luta contra a contra-reforma universitária, pela educação pública e de qualidade e por outro projeto de sociedade, um projeto histórico socialista.

As perspectivas de organização, frente a essa conjuntura do movimento apontam para a necessidade de estarmos apoiando e organizando as lutas em nossas escolas e coletivos. Hoje, há duas entidades estudantis, e ambas não são referência nacional para as lutas. Passamos por um momento de Reorganização do Movimento em que, mais importante que qualquer construção de entidade é ter a perspectiva de construir as lutas a partir de uma unidade programática e prática também, com setores combativos que encontramos nos espaços de militância.

O Movimento Estudantil que dialoga a partir das pautas específicas e gerais, tendo efetivo trabalho de e com a base, não se findando na disputa de vanguarda, portando crescendo e aglutinando estudantes na defesa da Universidade e da educação pública e de qualidade é um

20 No último FENEX, encaminhou-se a construção de um Seminário sobre Formação e Universidade. O acordo na construção foi em torno do debate da necessidade de um espaço em que o Movimento Estudantil pudesse discutir e avaliar como vem sendo os impactos da Contra-Reforma Universitária e do REUNI e sobre a formação nos diferentes cursos e Universidades do país, objetivando que esse Seminário encaminhe ações em conjunto entre essas Executivas e Federações. A ExNEEF tirou suas posições acerca desse Seminário, em um Conselho Nacional de Entidades de Educação Física, fez o debate com CA's e Escolas que estavam presentes, reafirmando que qualquer iniciativa de processos de reorganização/lutas devem se dar a partir de debates na base e com a base.

importante pólo de resistência, que defenda a autonomia política e financeira do próprio movimento e aponte para a necessidade de lutas gerais, que ultrapassem as esferas do próprio Movimento Estudantil na perspectiva de disputa da sociedade. Compreendendo que tomamos uma posição no mundo, a de estar ao lado da classe trabalhadora, e de que somos parte dela, é importante também que o ME aponte para a luta organizada, rumo à superação da sociedade de classes, colocando aos militantes do ME que a luta não se limita ao fim do período de vivência no Movimento Estudantil, pelo contrario, continua e se acirra.

Com isso, finalizamos o texto apontando que o novo só nasce a partir da ruptura e do desgaste dos velhos métodos e práticas de construção do Movimento Estudantil, reafirmando a ruptura com a União Nacional dos Estudantes. Apontamos a necessidade do trabalho de e com a base em nossos cursos e universidades, visando fazer com que este movimento seja articulado a nível nacional através de uma nova entidade estudantil, que seja construída a partir das bases do Movimento, e não por decreto, e que seja expressão de um processo unitário, e não algo da cabeça iluminada de um ou outro setor, a partir de um amplo processo de Reorganização da Classe Trabalhadora que venha e englobar também a Reorganização do ME combativo e de luta, pautado na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, com uma formação que se coloque na perspectiva da formação omnilateral e em defesa em conjunto com a classe trabalhadora do projeto histórico de sociedade socialista. Com certeza assim, a luta é e será para vencer!

“... É tempo de dar nome aos bois,
De levantar a cabeça
Acima da boiada,
Porque é tempo de tudo ou nada.
É tempo de rebeldia.
São tempos de rebelião.”

(Mauro Iasi – Dissidência ou a arte de dissidir)

Referencial Bibliográfico

Comando Nacional de Greve Estudantil. Informativo nº 3. Brasília, 26 de Junho de 2012.

Deliberação da Plenária Final ENEEF 2008, Porto Alegre.

Deliberação da Plenária Final ENEEF 2009, São Paulo.

Deliberação da Plenária Final ENEEF 2010, Fortaleza.

Deliberação Plenária Final ENEE 2011, Santa Maria.

FERNANDES, Florestan. **Movimento Socialista e Partidos Políticos**. In Teoria da Organização Política III - Bogo (org.) 2008. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução?** In Teoria da Organização Política II - Bogo (org.) 2008. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: da Ruptura com a Lógica da Diferença à Sustentação da Ordem**. Tese de Doutorado apresentada na PPG História da UFF. 2008.

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2006. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. In Teoria da Organização Política I - Bogo (org.) 2008. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular.

A UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO: NEXOS ENTRE A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A GREVE NAS FEDERAIS

Mateus Balardin¹

Shin Nishimura²

O período em que este texto é escrito³, nos convida à uma importante e necessária reflexão crítica acerca do papel social da universidade brasileira, enquanto instituição social responsável pela produção e transmissão da cultura técnico-científica desenvolvida historicamente pela humanidade. Esta assume determinada forma no modo de produção capitalista, onde “a ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material. O conhecimento se converte em força produtiva e, portanto, em meio de produção”, (SAVIANI, 2003, p. 137) expressando assim suas contradições e tensões de classe, consolidando-se assim como uma instituição da sociedade civil em constante disputa.

A *Greve nas Federais*, como ficou conhecido o movimento grevista iniciado em 17 de maio deste ano e que no comunicado especial do Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES) expedido no dia 08 de agosto, conta com 57 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que em assembleia votaram pela continuidade da greve e reabertura das negociações. Essas foram interrompidas de forma autoritária pelo Governo que afirma embasado na consulta eletrônica realizada pelo PROIFES que a categoria acordou com a última proposta apresentada, porém, ainda de acordo com o comunicado, tal consulta incidiu em apenas 3% da categoria, que hoje é representada pelo PROIFES e não pelo ANDES-SN.

A greve teve adesão logo no primeiro dia de 33 instituições, chegando a 47 em apenas duas semanas e ascendeu progressivamente com o passar dos dias e a ausência de propostas que contemplassem as reivindicações da categoria, que colocam em pauta o reajuste salarial, a reestruturação da carreira docente e a valorização e melhoria das condições de trabalho docente nas IFES. Este último, que se tornou eixo comum dos setores, técnicos administrativos e estudantes,

1 Estudante de Licenciatura em Educação Física da UFRGS. Coordenador da EXNEEF, Regional 6. Membro do Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança.

2 Professor da educação básica na Prefeitura Municipal de Alvorada, Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre em educação pela UFRGS. Foi coordenador geral da EXNEEF, gestão 2007/2008, e do DCE-UFRGS, gestão 2006/2007. Militou no DAEFI-UFRGS durante os anos de 2004 a 2008.

3 Este texto foi finalizado em meados de Agosto de 2012.

que embalados pelo forte movimento docente aderiram à greve em diversas Instituições do país. O movimento que iniciou dentro dos muros da universidade logo extrapolou á diversas categorias do Serviço Público Federal, abrangendo atualmente mais de 30 setores paralisados, com pautas pela valorização do serviço público, condições de trabalho, reorganização das carreiras e recomposição imediata das perdas salariais, possibilitando assim a articulação e unidade na luta que atinge a maior dimensão de organização da classe trabalhadora no Brasil nesse início de século.

Este texto alicerçado na luta pela construção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e com referência social na produção do conhecimento, busca trazer à tona o debate sobre o modelo de universidade defendido pelos movimentos que atuam na área da educação, discutindo o papel do conhecimento científico na sociedade capitalista. O contexto é de crise estrutural que atinge todos os âmbitos da existência humana, do econômico ao ambiental, em todos os níveis, assumindo a lógica destrutiva do capital como forma de recomposição das taxas de lucro. Esta lógica tem direcionado uma série de ajustes estruturais, que visam a expropriação dos fundos públicos para satisfazer as necessidades privadas, mantendo assim a hegemonia da dominação de classe da burguesia sobre os trabalhadores, e das nações imperialistas sobre os países que tem seu desenvolvimento sócio-econômico determinado pelo movimento desigual e combinado do capital global que os mantêm na condição de países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho, como é o caso do Brasil. Busca ainda debater como esse processo se desdobra no âmbito da formação universitária, sobretudo no processo de contrarreforma⁴ implementado ao longo dos últimos 10 anos de Governo do Partido dos Trabalhadores. Período marcado pelo atendimento ao receituário dos organismos internacionais, que visam adequar a formação dos trabalhadores na educação superior à composição necessária para sobrevivência do capitalismo como forma de produção da vida humana, articulando interesses internacionais e nacionais, que constituem um bloco de poder. Expressão esta que encontramos na figura do Estado e seus dirigentes no Governo Federal, como bem diz a palavra de ordem da greve federal “Chega de enrolação, negocia Dilma!”.

Os processos ainda em andamento, aprofundamento da crise, ajustes estruturais, organização de resistência da classe trabalhadora, que se expressam na configuração contra-reforma-greve mesmo que não nos possibilite conclusões mais concretas, nos permite apontar algumas tendências e pensar a atuação das forças em movimento na disputa por projetos de Universidade, formação e sociabilidade, sendo assim o texto debate por último os principais atores em cena nesse palco em “explosão”.

4 Contra-reforma porque se caracteriza como uma reforma “para pior”. O termo contra-reforma carrega o sentido da crítica às reformas que vem sendo propostas para o ensino superior brasileiro, que ao invés de fortalecer as instituições públicas, que garantem (cada vez menos) o acesso e permanência custeado pelo Estado, privilegiam a partilha com as instituições privadas, transformando a educação superior em serviço.

Em defesa da Universidade

Concordando com Siqueira (2009), existem vários conceitos de universidade, mas o princípio fundador é a “unidade na diversidade”, ou seja, a universidade enquanto berço da produção e apropriação da forma mais desenvolvida de conhecimento constitui um espaço privilegiado para o debate e recriação de distintos saberes. Por expressar as contradições de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, a burguesia proprietária dos meios de produção e os trabalhadores possuidores somente de sua força de trabalho à ser vendida no mercado, a mesma torna-se um rico cenário da disputa por projetos antagônicos de formação e função social do conhecimento produzido.

Sendo assim, o Movimento que se coloca na luta em defesa de uma Universidade Pública e com referência social, incluindo o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), tem defendido a concepção de que a “qualidade da universidade concretiza-se, ganha sentido e atinge a sua finalidade quando torna o produto do fazer acadêmico acessível à sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida da população” (ANDES, 1981). Para tanto a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão faz-se necessária a fim de aproximar a universidade da sociedade, possibilitando a auto-reflexão crítica e a práxis emancipatória no processo de formação acadêmica.

Outro preceito que deve fundamentar a padrão de qualidade da universidade é a autonomia, tanto didático-científica, como administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Tal preceito visa assegurar a independência da universidade frente as relações com as entidades mantenedoras, a autonomia na gestão dos recursos, da composição das instâncias, da produção científica e nas eleições internas devem consolidar-se vinculadas ao exercício pleno da democracia, tanto quanto a possibilidade de auto-organização das categorias que compõem o corpo universitário, seja no setor sindical com os técnicos administrativos e professores ou no Movimento Estudantil com os discentes. A autonomia universitária e a democracia nos processos decisórios e na gestão da Universidade situam um campo importante da disputa por projetos, sendo seguidamente alvo de ataques pelas políticas advindas dos governos em defesa dos interesses de mercado.

A condição de trabalho dos docentes também compreendem um princípio fundamental na defesa da qualidade universitária, tais como:

Carreira unificada para as instituições de ensino superior, isonomia salarial, estabilidade no emprego, carga e estrutura curricular, regime de contratação, concursos públicos de provas e títulos para ingresso na carreira, critérios para

aprovação de projetos de pesquisa, política de capacitação docente, etc. (ANDES, 1981, p. nd)

Tais condições tem sido duramente atacadas, sobretudo após a consolidação da contra-reforma universitária, sendo um dos estopins da greve nas federais. Qualquer projeto de educação de qualidade deve prezar pela qualidade nas condições de trabalho dos docentes, tanto quanto nas condições de trabalho dos técnicos administrativos, que terão reflexos na formação humana pretendida como emancipatória.

Com a implementação do projeto neoliberal por parte dos governos recentes (FHC/PSDB, Lula/PT e Dilma/PT) a questão do financiamento das universidades coloca-se na pauta do dia. O contexto de retirada de direitos sociais universais, tais como saúde, habitação, trabalho e educação, levados à cabo como estratégia para enfrentamento da crise, tem colocado em cheque o caráter da educação historicamente conquistado pela luta dos trabalhadores, buscando “desconstituir seu caráter de direito social, por meio de sua transmutação em serviço público não-estatal” (PINTO, de LIMA e CISLAGUI et. al. 2009, p. 76). A defesa de uma universidade pública remete inexoravelmente a defesa do financiamento 100% estatal, contrapondo-se a lógica defendida pelos documentos do Banco Mundial que defendem a diversificação do financiamento das instituições estatais e adoção de incentivos para o seu desempenho, lógica essa que tem sido aplicada como política pública educacional, e que baliza projetos como a Lei de Inovação Tecnológica, o SINAES, as Fundações de Apoio e as diversas parcerias público privadas que estão no bojo da contra-reforma.

Como instrumento de defesa da concepção do financiamento público e estatal, desde 2011 tem-se articulado um bloco de esquerda em defesa da campanha “10% do PIB para educação pública já!”, que defende a priorização das verbas públicas para suprir as mazelas sociais resultantes do modo de produção capitalista e suas crises. O Brasil investe hoje menos de 5% do Produto Interno Bruto em educação, este número é insuficiente para garantir a qualidade necessária à formação acadêmica, sobretudo num país que conta de um atraso educacional como é o Brasil, esse mesmo país que converte 47% do seu orçamento geral para o pagamento e dos juros e amortizações da dívida interna e externa, e que “orgulha-se” de ocupar o 6º lugar na economia mundial, mas não “envergonha-se” de seu 84º lugar no índice de desenvolvimento humano.

Na difícil conjuntura de espoliação de direitos como forma de retomar as taxas de lucro para manutenção da ordem vigente, e da adequação da produção do conhecimento para atender as demandas de um mercado em crise, a luta por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada comporta um potencial transformador, que pode unificar setores da classe

trabalhadora em torno da questão que mais lhe é cara, o seu direito ao acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Crise estrutural do capital e precarização da universidade pública

O capital carrega em sua reprodução uma lógica expansiva incontrolável, explicada pelo processo de acumulação⁵, que colocam o sistema em crise com certa frequência. As crises capitalistas tem como característica serem crises de superprodução, conforme análise desenvolvida por Marx no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, “as crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contracenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução (MARX, 2009, p. 33).

Entretanto, a crise atual (que teve início na década de 1970) apresenta características diferenciadas das anteriores, sendo caracterizada por Mészáros como *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2002), principalmente pela ampliação da lógica destrutiva que assola as relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza.

A *novidade histórica da crise* é, segundo Mészáros, sua característica diferenciada de: caráter universal; alcance global; temporalidade permanente (escala de tempo extensa); e modo de desdobramento rastejante (MÉSZÁROS, 2002, p. 796). Os desdobramentos da crise materializam na exploração desenfreada dos recursos naturais, na retirada de direitos sociais e na flexibilização dos direitos trabalhistas, como tentativa de recompor as taxas de lucro do capital (ANTUNES, 2009). As antigas consequências permanecem: crise de dominação; maior repressão aos movimentos que pautam uma transformação radical na sociedade; as guerras como elemento de “escoamento” de capital; o desemprego crônico-estrutural; a intensificação da taxa de exploração da força de trabalho; acompanhados de “novas” medidas governamentais para superar a crise (que vão desde o resgate de bancos e empresas à beira da falência, aos estímulos de como podemos ajudar a superar a crise individualmente)

Com o agravamento da crise, são lançados pelos capitalistas mecanismos para tentar recompor as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as reformas do Estado. No âmbito da produção, a tendência é a mudança do taylorismo/fordismo, que atingiu abrangência mundial com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização

5 Ver MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*: livro I. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

flexível), iniciado nas fábricas japonesas. Estas transformações no mundo do trabalho respondem a necessidade da acumulação flexível, que, segundo Harvey, se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1989).

A crise move os ideários do capital a buscarem também a implementação das políticas neoliberais, promovendo mudanças na configuração do Estado. Consideramos que a dimensão da política sempre vai encontrar uma correspondência na materialidade da economia, pois, em última instância, é determinada por ela. Com o diagnóstico feito pelo viés neoliberal, entram em cena as reformas do Estado, que visam reduzir os gastos com políticas sociais (Estado mínimo) e aumentar a participação do Estado nas atividades de capital corporativo (Estado máximo). O esvaziamento das instituições é tensionado na medida em que se propõe a substituição das Instituições Sociais pelas Organizações Sociais, na tentativa de deslocar para a sociedade civil as políticas sociais (direitos) executadas pelo Estado, historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

O principal do receituário neoliberal é analisado, por Anderson, como: disciplina orçamentária, contenção dos gastos com bem-estar social, e a restauração de uma chamada “taxa natural” de desemprego, potencializando a exploração dos trabalhadores a partir do engrossamento das fileiras do “exército de reserva” (ANDERSON, 1995, p. 11), indicados como saídas para a crise. De uma *crise estrutural da acumulação capitalista* tenta-se encobrir como uma *crise causada pelo aumento dos gastos sociais do Estado*, inclusive culpando os sindicatos por promoverem lutas por aumentos salariais e por outros direitos trabalhistas.

Como elemento central na precarização da universidade, identificamos a reforma do Estado, com o recorte do direcionamento da educação dos países de capitalismo periférico pelo “centro capitalista de recomendações”. No sentido de implementar medidas de *ajuste fiscal*, a educação tem sido foco de *recomendações* orientadas pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) de acordo com as políticas neoliberais em curso no período (LEHER, 2008).

O professor Roberto Leher tem utilizado o conceito de *educação superior minimalista*, para analisar as recomendações feitas pelos organismos de financiamento internacional para a educação superior em países de capitalismo dependente. Estas indicam que as “nações situadas na classe de renda baixa ou médio-baixa [...] devem se limitar a desenvolver a capacidade para *acessar e assimilar* novos conhecimentos” (BANCO MUNDIAL apud LEHER, 2011, p. 1 – grifo nosso), ao invés de produzi-los.

Este direcionamento das instituições universitárias pelo capital gera mudanças em aspectos básicos da formação neste nível de educação. As recomendações dos organismos multilaterais afetam elementos da formação (visando aligeiramento, a formação estritamente profissional e uma desqualificação da formação humana) sob a ideologia do empreendedorismo, em que cada sujeito torna-se integralmente responsável pelo seu sucesso profissional, mascarando as relações de desigualdade que atravessam o mundo do trabalho. A partir disso, a universidade passa a assumir o caráter de produzir conhecimento, inovações tecnológicas, para as empresas, estreitando cada vez mais a relação entre o público e o privado, inclusive na busca pela *diversificação* do financiamento das públicas. No mesmo contexto, os empresários da educação encontram um campo fértil para seus lucros, pois está em curso uma outra forma de *diversificação*, a da oferta na educação superior. Trouxemos à tona estes elementos para, adiante no texto, discutirmos quais são as origens e como estão sendo implementadas estas medidas da contra-reforma universitária que atacam a educação superior pública em seus objetivos e qualidade.

Alguns marcos históricos

Para situar as Reformas de Estado no bojo das políticas neoliberais, nos remetemos a uma reunião ocorrida entre funcionários do governo dos Estados Unidos, organismos de financiamento internacional (FMI, BM e BID) e economistas latino-americanos em novembro de **1989**⁶, o chamado *Consenso de Washington*. Nesta reunião, foram delineadas recomendações de caráter neoliberal para os problemas latino-americanos, indicando como solução para a crise destes países, reformas estruturais que visassem a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, a privatização etc. A partir do *Consenso de Washington*, criou-se uma série de “recomendações” sob um “plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo FMI e pelo BIRD em mais de 60 países de todo o mundo, configurando uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais” (FIORI, 1995, apud SILVA Jr, 2003).

No Brasil, estas reformas são impulsionadas pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado⁷, em **1995**, indicando que a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, MARE, 1995, p. 12). O presidente do país na ocasião era Fernando Henrique Cardoso que, junto aos aliados do PSDB, promoveu um grande

6 O **negrito** nas datas são propositais, para percorrermos o texto atentando para a relação entre os fatos.

7 Embora tenham sido iniciadas já no governo de Fernando Collor de Mello, em 1989.

desmonte do setor público através de privatizações de empresas estatais⁸ e incentivou sobremaneira o crescimento da iniciativa privada em setores como saúde, segurança e educação.

As reformas promovidas reconfiguram a estrutura do Estado brasileiro, segundo documento do ANDES-SN, em três blocos: 1) bloco das funções típicas do Estado (segurança nacional e interna; emissão da moeda; corpo diplomático; e fiscalização), 2) instituições das áreas de saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia (hospitais, museus, universidades e centros de pesquisa), transformando os órgãos públicos em Organizações Sociais ou fundações públicas de direito privado, 3) empresas estatais dos setores de energia, mineração, telecomunicações, recursos hídricos, saneamento, entre outras (ANDES-SN, 2007).

Outro marco que consideramos importante é o fato de a educação passar a ser considerada um serviço para a OMC no ano de **1998**. Este processo envolve uma amplitude de direitos conquistados, que se tornam serviços a serem prestados, atendendo a demanda de produção e reprodução do capital em crise, inclusive a área da saúde. A lógica é justificada pela defesa da livre iniciativa, ao mesmo tempo em que o setor público é sucateado e criticado por sua lentidão, peso e burocracia. Por que não privatizar? Tudo fica melhor, mais eficiente! O detalhe significativo dessa lógica é que se cria mais um encargo para salário do trabalhador, que já não consegue cobrir nem o básico para a sua reprodução enquanto trabalhador, condição mínima para a venda de sua força de trabalho (MARX, 2010b).

Em um grande processo de lutas contra esta lógica que chegava ao Brasil com força, os professores e técnico-administrativos das universidades federais entram em *greve* no ano de **2001**, um movimento massivo apoiado por diversos setores da sociedade, que, no mesmo ano, constituíram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública⁹.

Neste período, o Partido dos Trabalhadores exercia um importante papel na resistência aos ataques neoliberais implementados por FHC. Porém, segundo Mauro Iasi¹⁰, ainda na década de 1990 o PT sofre uma metamorfose: de forte oposição ao governo FHC, dá uma guinada à direita. A consolidação desta guinada está registrada na Carta ao povo brasileiro, de **2002** – ano eleitoral em que o presidente Lula assume o compromisso com as reformas BM e FMI, assim como com os empresários brasileiros e estrangeiros.

8 Como o caso da Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1 de junho de 1942, que foi leiloada no ano de 1997 por cerca de 3,3 bilhões de reais, gasto recuperado em menos de um ano pela iniciativa privada.

9 Vide Carta de Declaração de Princípios – acessado em <http://antigo.andes.org.br/forum.htm>.

10 IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2006.

A materialização deste compromisso é efetivada logo no primeiro ano do governo Lula, em **2003**, como uma de suas primeiras medidas, a implementação de uma reforma que foi motivo de enfrentamento por parte do PT durante todo o governo FHC: a reforma da previdência.

Neste mesmo ano o MEC promove debates sobre a universidade no Brasil através do Seminário Internacional Universidade XXI, contando, na organização do evento com a parceria do BM, Organização dos Estados Americanos, Organização dos Estados Ibero-Americanos, Conselho Britânico, Universidade das Nações Unidas e da Rede Orus. Esta última, em especial, foi responsável pela elaboração de um diagnóstico sobre a crise da educação superior brasileira e é presidida por “nada mais nada menos” que Edgar Morin. A reforma universitária brasileira teve seus contornos absolutamente adequados às formulações da Rede Orus, com o aval dos organismos multilaterais (BM, FMI etc.).

A proposta gerada por esta concepção manteve a linha do Banco Mundial de trabalhar com a diversificação da oferta e do financiamento da educação superior, iniciado por FHC e continuado com maestria por Lula. A política educacional do governo Lula privilegia a oferta de “serviços educacionais” pelo setor privado e desresponsabiliza o Estado de garantir direitos, cabendo a ele somente supervisionar as instituições que oferecem tal “serviço”.

No ano de **2003**, o governo federal cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), incumbido da tarefa de formular uma saída de enfrentamento da crise nas universidades brasileiras¹¹. Tal proposta de reforma universitária tem como objetivo a busca da *humanização do capital*. No ano seguinte, os movimentos sociais organizados em torno da luta pela educação pública criaram, em contraposição ao GTI, o Grupo de Trabalho “Vamos barrar essa reforma universitária” (**2004**).

Entre os anos de **2004** e **2005**, o governo Lula aprova de forma “fatiada”, por meio de Medidas Provisórias, os principais pontos da contra-reforma universitária. Um detalhe que chama atenção é a data na qual as leis foram sancionadas, final de dezembro e início de janeiro, período de pouco movimento nas universidades, enfraquecendo as iniciativas contrárias às medidas desde a habilidade política de Lula no poder.

Resumimos os aspectos centrais de cada uma das medidas para que possamos analisar a lógica contida em cada uma delas, para além de sua aparência progressista, seu caráter neoliberal. São elas:

11 Este GT Interministerial produziu um documento intitulado *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira* (2003).

1) SINAES (LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.): é um sistema de avaliação que engloba vários aspectos das instituições, cursos e estudantes. A medida mais polêmica do SINAES é o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que mantém as mesmas características do “Provão” de FHC, pois é uma prova que fere o princípio de avaliação, pois “avaliar não é punir ou premiar, mas conhecer os problemas e encontrar formas de supera-los” (ANDES, 2003, p.59). O ENADE tem o sentido *ranqueamento* das universidades, sem levar em consideração as condições que influenciaram as notas, (resultado amplamente divulgado pelas privadas como indicador de qualidade); acirra a competição entre os estudantes (vide bolsas de estudo¹² oferecidas para os primeiros colocados); tem caráter meritocrático; é uma avaliação centralizadora, pois se caracteriza por uma mesma prova por curso para todo o Brasil, desrespeitando as particularidades regionais; ameaça os estudantes de não receberem o diploma se ausentem na prova, não respeitando a avaliação elaborada nas universidades; o resultado é “mascarado”, pois sabemos que algumas universidades fazem aulas pré-ENADE na busca por uma melhor nota; e, talvez, o mais importante e perigoso, o direcionamento da formação desses estudantes por uma avaliação externa.

2) Lei de Inovação Tecnológica (LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.): estimula a criação de inovações tecnológicas no âmbito das universidades. Diretamente ligado ao papel que o país tem na produção mundial, pois nos países industrialmente mais desenvolvidos entre 80 e 90% das inovações são produzidas dentro das empresas (LEHER, em entrevista a agência de notícias Correio da Cidadania, 2010). No Brasil, o governo quer transferir os custos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a universidade. Na UFRGS existe um Parque Tecnológico:

[...] a criação do **Parque Científico e Tecnológico da UFRGS**, espaço destinado à implantação de empresas nos campi da UFRGS, incluído no conjunto de ações desenvolvidas visando o pleno desenvolvimento da interação universidade-empresa em nossa Universidade (UFRGS, 2010, grifo nosso)

Fica a pergunta: qual é a função social da universidade na sociedade? Desenvolver as empresas ou melhores condições de vida para a população? Ser referenciada no capital ou no trabalho? Penso que é uma disputa a ser feita.

3) Parceria Público-Privada (LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.): regulamenta a vinculação das Instituições de Ensino Superior ao financiamento de projetos de empresas privadas, abrindo as portas da universidade para as empresas. Estas direcionam o

12 “Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento” (BRASIL, 2004)

conhecimento que é produzido, utilizando a estrutura universitária para baratear os custos com a compra da força de trabalho. Estas parcerias são feitas em um período de estrangulamento dos repasses de verba às IFES, fato que abre a corrida da comunidade universitária por recursos, e fortalece as Fundações “ditas” de Apoio às Universidades.

4) PROUNI (LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005): o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é um exemplo da opção do governo pelos empresários da educação, pois neste programa se ocupam vagas ociosas nas universidades privadas em troca de isenção de impostos, em um contexto de grande endividamento dos empresários da educação e sonegação de impostos. Com um verniz de “publicização”, o ministro da educação, na época Tarso Genro, “planeja criar vagas públicas nas universidades particulares e filantrópicas” (LIMA, 2004, p. 41). O dinheiro que o governo deixa de arrecadar em impostos poderia criar vagas no ensino público, criando um PROUNI em universidades públicas. Não se trata de ser contrário aos estudantes das universidades particulares, longe disso, mas de entender que estes teriam uma condição muito melhor de seguir seus estudos, sem endividar-se, se tivessem vagas garantidas nas universidades públicas (com assistência estudantil), pois as mensalidades das particulares aumentam constantemente. Isso acontece em um período de grande endividamento das universidades particulares, e a isenção vêm no sentido do salvamento destas instituições. Para ilustrar a ociosidade de vagas nas particulares, cito um trecho do senso da educação superior do MEC: no país o setor privado ofereceu 2.011.929 (86,7%) das 2.320.421 vagas oferecidas na educação superior. Ingressaram no setor privado 1.015.868 (50,5%) estudantes, ficando ociosas praticamente a metade das vagas oferecidas (MEC, 2004, p. 36 – grifo nosso).

Mesmo após ter aprovado os principais pontos da contra-reforma universitária através de Medidas Provisórias, o governo apresenta no Congresso Nacional um projeto de lei (PL 7.200/2006) com uma “nova” versão para a reforma universitária. A articulação das lutas frente a este ataque que visa a transformação da educação em mercadoria, foi feita através da criação da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária (FLCRU), no ano de 2007. Este instrumento de luta foi composto por diversos grupos do campo da esquerda¹³ e se caracterizou como oposição ao governo Lula e suas propostas educacionais de sucateamento do público e favorecimento do privado.

No sentido de implementar mais uma medida da contra-reforma universitária, o governo Lula cria, ano de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

13 A frente era composta pelos partidos PSOL, PCB e PSTU, atuando em unidade no movimento. Cabe ressaltar aqui que esta unidade no movimento se deu no ano seguinte da unidade em torno de uma candidatura à presidência em oposição ao PT, a frente de esquerda. Nos referimos à candidatura de Heloísa Helena no ano de 2006. Estes elementos nos ajudam a compor uma análise da relação partidos e movimento.

Universidades Federais (REUNI14) em um período de grande sucateamento das IFES. Nesse contexto, o governo elabora um programa de expansão que acena com o aumento do repasse de verbas de até “vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos” (BRASIL, 2007).

A proposta do REUNI tem origem na discussão do projeto Universidade Nova, impulsionado pelo professor Naomar Monteiro de Almeida Filho (reitor da Universidade Federal da Bahia), que visa à criação de Bacharelados Interdisciplinares (BI). Proposta sistematizada em documento do MEC¹⁵ que propõe “implantar uma formação em *ciclos* nas universidades brasileiras [...] em um contexto marcado pela expansão das matrículas na educação superior” (BRASIL, 2010, grifo nosso), citando o REUNI como um dos passos desta expansão articulada com a reestruturação da arquitetura acadêmica, para “melhorar o processo formativo na graduação” (BRASIL, 2010). O documento resgata a organização do ensino superior orientada pelo Processo de Bolonha e os *colleges* estadunidenses, mas com o diferencial da criação dos Bacharelados Interdisciplinares europeus do século XIX. Mas no que consistem os BI's¹⁶?

Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e similares são programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento [...] possibilitando o prosseguimento dos estudos em níveis de graduação profissionalizante (segundo ciclo) ou pós-graduação (idem, p. 4)

Efetivamente, os estudantes saem formados “bacharéis em nada”, tendo a expansão das universidades uma lógica de continuidade do ensino médio. O afunilamento vai se dar mesmo é na passagem para o segundo ciclo, de especialização, pois o mesmo documento recomenda formas de progressão meritocráticas, pautadas no rendimento, desempenho e aproveitamento dos estudantes no primeiro ciclo.

A análise do Relatório de Acompanhamento do REUNI, elaborado pela ANDIFES (2010) mostra que já está em curso a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com cursos de bacharel interdisciplinar em Artes, Ciências e Tecnologia, Saúde e Humanidades. O quadro abaixo nos dá a dimensão desta ampliação:

14 Instituído pelo Decreto nº 6.096/2007.

15 Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares (Documento elaborado em julho de 2010 pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC No. 383, de 12 de abril de 2010).

16 Caberia aqui uma análise sobre o que representam para a educação superior no Brasil a implementação destes cursos, mas reconhecemos que o tempo foi escasso para ir atrás destes elementos mais de fundo.

Quadro - Número de ingressantes nos Bacharelados Interdisciplinares na UFBA

Bacharelado Interdisciplinar	2009	2010	Total
Artes	300	300	600
Ciência e Tecnologia	180	380	560
Saúde	100	300	400
Humanidades	400	480	880
Total	980	1460	2440

Fonte: Relatório de Acompanhamento do REUNI - ANDIFES (elaboração dos autores)

Esta ampliação de 2440 vagas em apenas dois anos, para a formação em áreas do conhecimento sem nenhum tipo de especialização é problemática, tendo em vista que no segundo ciclo (graduação profissionalizante) não haverá vagas para todos estes estudantes. Está em curso uma reconfiguração da educação superior, pautada pela homogeneização regional da formação, para uma melhor circulação da força de trabalho qualificada.

Voltando aos aspectos do programa, à primeira vista o REUNI aparece como um novo fôlego aos anos de escassez de novos recursos para as IFES, mas esse fôlego não vem sozinho, pois o repasse de verbas está condicionado ao cumprimento de *metas*, que centralmente são: a elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% e o aumento na proporção de estudantes por professor para 18:1.

As metas estabelecidas tem como ponto de partida a leitura de que as IFES não estão funcionando a “pleno vapor” como poderiam, e que, com o REUNI, devem “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Este é um deslocamento do problema objetivo, da falta de recursos para de uma melhor organização da gestão e administração das universidades. Este elemento nos dá pistas para desvelar a lógica da expansão do ensino superior no governo Lula, que, enquanto “salva” os empresários implementando o PROUNI passa a “conta” do aumento das vagas oferecidas nas IFES para os docentes, técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados, com a intensificação do seu trabalho, e um melhor aproveitamento da estrutura física. Lógica esta que constatamos nos documentos do BM desde o ano de 1995, conforme segue o trecho de um de seus documentos:

En muchos países em desarrollo la enseñanza superior se caracteriza por la baja relación entre estudiantes y personal docente, servicios subutilizados, duplicación de programas, elevadas tasas de deserción y repetición, y una muy alta proporción del presupuesto destinado a gastos no educacionales, como vivienda, alimentación y otros servicios subvencionados para los estudiantes (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3)

Sob a orientação de *melhor aproveitar os recursos humanos*, na pós-graduação *stricto sensu* foram implementadas as bolsas REUNI, fomentadas pela CAPES, na qual estudantes de mestrado e doutorado são obrigados a ministrarem uma disciplina, de, no máximo 30 horas, todos os semestres em que estiverem recebendo a bolsa. É no mínimo questionável que a tarefa de ensino na universidade seja repassada a pesquisadores em formação.

A greve chamada REUNI

Iniciamos este texto com a contextualização do período em que acontece a maior greve da história das universidades federais no país. O ano de 2012 é emblemático para os movimentos que combatem as políticas neoliberais implementadas por governos do PT e, não por coincidência, é o último ano de vigência do REUNI (2008/2012). Este programa tem sido apontado como um dos estopins fundamentais do movimento de greve nas universidades federais, pois é central na piora das condições de trabalho enfrentadas pelos servidores.

Passados quatro anos da aprovação do REUNI, o balanço feito pela ANDIFES em 2010 aponta para a criação de 65.306 novas vagas, que representam um aumento de 49%, pois em 2007 foram registrados 122.003 estudantes matriculados. Os cursos criados somam 810, cerca de 34% de aumento, todos estes de matrículas presenciais (ANDIFES, 2010). Um aumento de vagas expressivo, com certeza importante para milhares de estudantes do país. Porém é um número que não nos diz muita coisa sobre as condições de sua implementação.

Em um segundo momento do relatório, são expostos os dados sobre a evolução dos cursos de graduação presencial, em que Engenharia, Letras e Matemática ocupam os primeiros lugares, respectivamente, no número de vagas criadas. Este é um número que oculta o curso/modalidade que realmente teve a maior expansão se comparados os dados do ano de 2007: o *tecnólogo*. Em 2007 haviam 378 vagas em cursos de curta duração de tecnólogo, chegando a 3.236 vagas ofertadas no ano de 2012, o que leva a um aumento de 756,08%. É uma evolução em sete vezes e meia do número existente no ano anterior a criação do REUNI. Este dado coaduna com a formulação de Leher de que,

a incorporação do princípio de graduação minimalista pelo MEC é muito importante, pois indica que, enquanto política governamental, o MEC propugna que também as políticas devem harmonizar com a tendência geral de adequação da educação superior ao mercado *capitalista dependente*, equiparando públicas e privadas a partir do metro do mercado (LEHER, 2011, p. 8).

Quando tomamos para análise as metas globais do REUNI à luz desta discussão sobre a intensificação do trabalho, percebemos alguns indícios de que *os objetivos do REUNI, para serem atingidos, precisam passar pela intensificação do trabalho dos servidores públicos federais das universidades*. Chegamos a esta constatação tendo em vista o diagnóstico feito pelo governo Lula/PT de subutilização dos recursos humanos e estrutura física nas IFES, e indicando um “melhor aproveitamento” destes.

A meta de maior incidência no aumento do volume de trabalho para os docentes é a que prevê a elevação da relação professor-aluno de 1:12 para 1:18, no período de vigência do REUNI que é de cinco anos. Os estudos do professor Antônio de Pádua Bosi demonstram que trata-se de uma tendência histórica dos anos de políticas neoliberais no Brasil a elevação do número de estudantes por professor nas Instituições Federais de Educação Superior. No ano de 1980 eram 7:1, passam a 8:1 no ano de 1998 e chegam a 11:1 em 2004 – próximo do que era no ano de 2007, ano de criação do REUNI (BOSI, 2007).

Neste sentido, a proposta do REUNI vem a contribuir para a continuidade desta elevação, fazendo com que este número chegue a 18:1 no ano de 2012, com um aumento de mais de 150% em 30 anos, colocando em dúvida a qualidade desta expansão. Porém, constatamos uma diferença na elevação destes números nos anos de 1980 e 1990 e no final da década de 10: a elevação proposta por Lula é feita por contrato de gestão com um acordo de metas a serem atingidas, um avanço na perspectiva *gerencialista* de Estado.

É importante salientar que, conforme consta Art. 3, § 3º no Decreto do REUNI (nº 6.096/2007), “o atendimento aos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação” (BRASIL, 2007), não havendo nem mesmo a garantia dos recursos já prometidos aos planos. A fragilidade deste item foi criticada pelos movimentos que fizeram o embate contra a aprovação do REUNI e no ano de 2011 mais uma surpresa: não foram efetivadas nenhuma das 100 vagas previstas na expansão pelo REUNI para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Qual o motivo desta alteração nos planos? O que fez com que as 100 vagas REUNI para professor permanente (previstas para professores DE) não se efetivassem?

A explicação para o contingenciamento das 100 vagas previstas para o ano de 2011 foi o corte da Presidente Dilma Rousseff que diminuiu o orçamento anual em 50 bilhões de reais, afetando os gastos com educação em cerca de 3 bilhões de reais. Conforme notícia¹⁷ publicada pela SEDUFSM¹⁸ no dia 11 de fevereiro de 2011,

O governo federal, através dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, anunciou nesta quarta, 9, um corte recorde de R\$ 50 bilhões no orçamento da União [...] Para o pró-reitor de Planejamento da UFSM, professor Charles Prade, as diretrizes anunciadas pelo governo levarão a cortes [...] Prade ressalta que as universidades estão em pleno andamento de programas como o REUNI, que podem ser afetados por esses cortes, inclusive na contratação de professores (SEDUFSM, 2011)

O texto anuncia a possibilidade do corte afetar a contratação de professores e foi exatamente o que aconteceu. As 100 vagas para professor permanente da UFRGS não tiveram a abertura de concursos, conforme previsto no Termo de Acordo de Metas assinado entre a Reitoria da UFRGS e o MEC. Os concursos foram substituídos por processos seletivos para *professores temporários* na UFRGS, com características semelhantes ao contrato de professores substitutos, mas com suas peculiaridades, que serão discutidas no decorrer desta apresentação.

A possibilidade de contratação temporária por parte do governo federal foi criada pela lei 8745/93¹⁹, que institui a “contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de *excepcional* interesse público” (BRASIL, 1993 – grifo nosso) que em seu artigo primeiro explicita:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei (BRASIL, 1993).

Esta *necessidade temporária de excepcional interesse público* tem como casos previstos, por exemplo, as situações de calamidade pública, de emergência na saúde pública, combate a emergência ambientais etc.. Porém, a presidente Dilma/PT adotou a Medida Provisória 525/2011²⁰ que cria o inciso X, somando a esta lista de necessidades excepcionais a “admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino” (BRASIL, 2011).

17 Documento disponível no site <http://sucuri.ufsm.br/noticias/noticia.php?id=32277> .

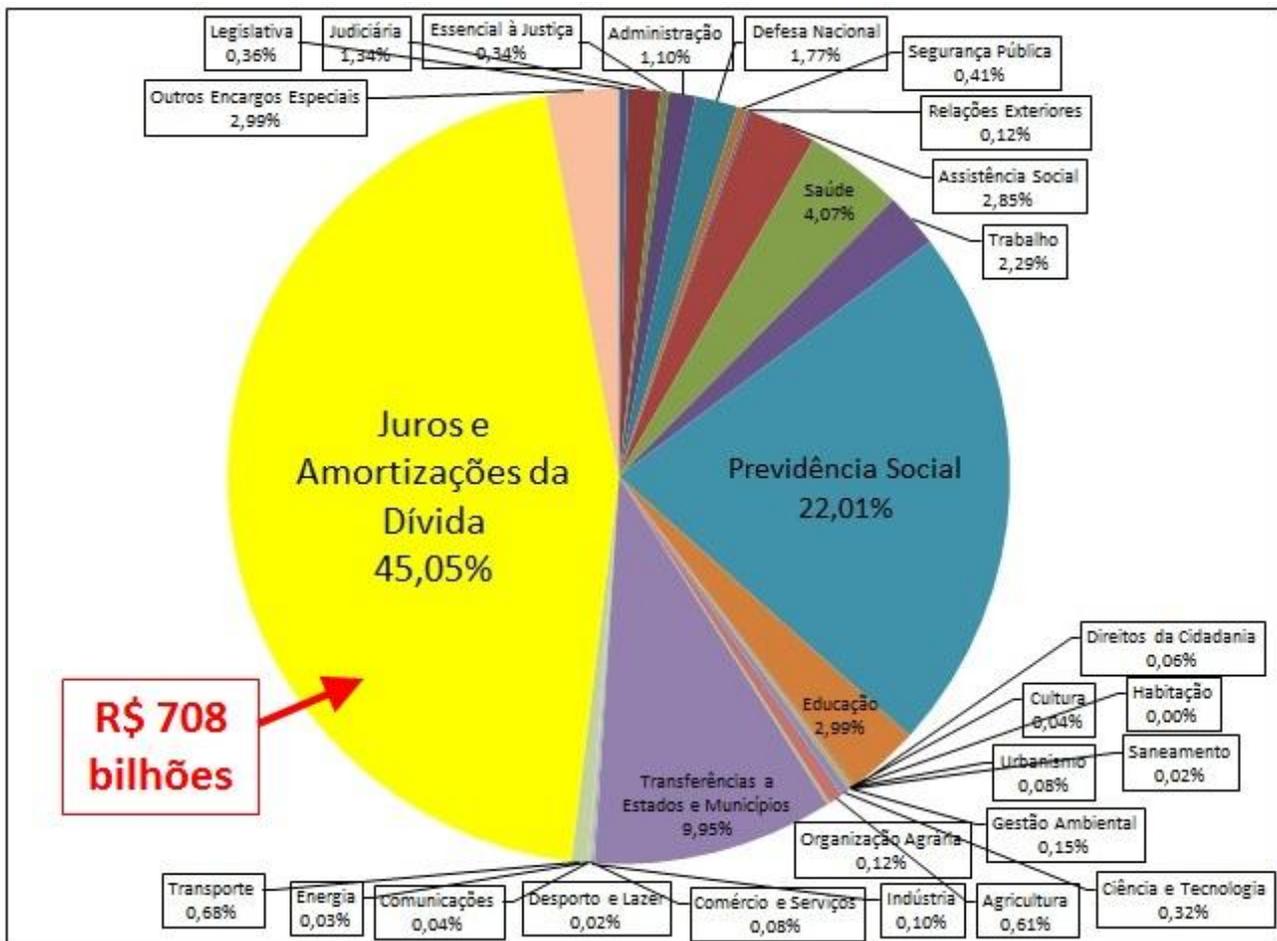
18 SEDUFSM - Seção Sindical dos Docentes da UFSM. Seção Sindical do ANDES-SN.

19 Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1993/lei-8745-9-dezembro-1993-363171-publicacaooriginal-1-pl.html> .

20 Transformada na lei 12.425/11, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12425.htm . Acesso dia 12/01/12.

Esta manobra foi habilmente orquestrada para desvincular 3 bilhões de reais destinados a educação para outros fins, movimento permitido pela existência do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que libera 20% da arrecadação do governo das destinações obrigatórias previstas na Constituição²¹. Cabe aqui um parênteses, e a exposição de dados, sobre o volume de gastos do governo federal com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública brasileira, que chegaram a um montante de 708 bilhões de reais, conforme sistematizado pelo gráfico que segue:

Gráfico 1 - Orçamento Geral da União de 2011, por Função - Executado até 31/12/2011
 - Total: R\$ 1,571 Trilhão



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida²²

21 Informações disponíveis em DESVINCULAÇÃO DE RECEITA DA UNIÃO - DRU - http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=478&cat=51&sec=8&sub=129 . Acessado 12/01/12.

22 Disponível em http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view . Acessado dia 12/01/12.

O gráfico exposto revela a prioridade do governo quando utiliza 45,05% da arrecadação da União com o pagamento de juros e amortizações da dívida enquanto a educação, por exemplo, fica com apenas 2,99%. Estes dois elementos, a DRU e o pagamento da dívida, são alvos constantes de manifestações do sindicalismo combativo que temos no Brasil e precisam cada vez mais entrar na ordem do dia das reivindicações, pois expõe o montante de dinheiro público que é escoado dos “serviços” que deveria ser prestados pelo Estado.

Somadas as vagas de docentes permanentes que deixaram de ser abertas, que se transformaram em vagas temporárias, chegamos ao número de 3.374 professores temporários no Brasil inteiro, que constam na Portaria 196/2011 do Ministério da Educação.

Esta questão confirma o fundamento da preocupação demonstrada por entidades como ANDES-SN, DCE's e DA's, executivas e federações de curso etc. na fragilidade apresentada por um compromisso entre as universidades e o MEC, através de um Termo de Acordo de Metas condicionado pela dotação orçamentária do MEC, sem garantias de sua execução. Ainda no ano de 2007, quando do lançamento do Decreto 6096/07, o ANDES-SN elaborou uma *nota preliminar*²³ para contribuir no debate sobre o decreto, pontuando que

as despesas “*correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação*” (Art. 7º do Decreto nº 6.096/0). Isso representa um congelamento orçamentário, pois a dotação orçamentária do MEC (18% da receita líquida de impostos da União, calculada após o confisco de 20% da DRU e das transferências para estados e municípios) tem tido crescimento anual em valores nominais bem abaixo do que estabelece o REUNI (ANDES-SN, 2007 – grifo do autor).

Esta questão da incerteza em relação as verbas e a forma “acordo de metas” foram alguns dos pontos que levaram o movimento de ocupação de reitorias no ano de 2007, por parte de “estudantes, funcionários e professores de luta [...] Diversas foram as ocupações de reitorias e conselhos universitários: UFRJ, UFF, Uni-Rio, UFPR, UNIR, UFBA, UFC, UFPE, UFJF, UFRRJ, UFSC, UNIFESP, UFSCAR, UFES, UFG [...] UFRGS” (PERGHER, NISHIMURA, 2008, p. 17).

Na época, setores governistas chamavam de elitistas quem se colocava contra o REUNI, por serem “contra a ampliação de vagas na universidade”. Entretanto, hoje conseguimos avaliar o tamanho do estrago que esta política causa nas universidades federais brasileiras.

23 Nota (preliminar) da diretoria do ANDES-SN. O programa REUNI na prática (O que revelam as “diretrizes” do REUNI). Datada do dia 17/08/07. Acesso disponível em www.andes.org.br.

Voltando à questão dos professores temporários, estes tem a relação de trabalho marcada pela provisoriedade, pela incerteza e pela precariedade. Os substitutos e temporários tem como características: não serem pautados pelo tripé ensino, pesquisa e extensão; vínculo de trabalho precário com a universidade; não podem assumir cargos administrativos, o que acaba gerando um aumento de demanda para os docentes permanentes; entre outros.

Os limites que apontamos da relação dos temporários com a universidade nos incitam algumas questões: como se vinculam ao projeto institucional? Como os cursos novos serão conduzidos por professores temporários? Seria mais uma expressão das políticas neoliberais para fragilizar o vínculo com a categoria dos docentes públicos federais?

Para finalizar estes aspectos do REUNI, fazemos um balanço parcial de que as universidades tem sofrido com a falta de salas de aula, de professores, de técnico-administrativos, de bibliotecas e livros para os cursos novos, de assistência estudantil e estrutura física que não acompanham a expansão etc. A precarização do trabalho fica evidente nas turmas superlotadas (algumas universidades chegam a ter 120, 150 estudantes em uma turma, como é o caso da UFSM e UFPEL – atualmente em greve), precarização das condições de trabalho dos professores, técnico-administrativos e terceirizados.

Em síntese, afirmamos que o REUNI está criando verdadeiros “escolões” de ensino, quebrando o tripé ensino/pesquisa/extensão, fundamental para a formação na universidade. É um aumento da **quantidade**, via *melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos já defasados*, que estão alterando a **qualidade** das universidades brasileiras.

Formação minimalista x formação humana: disputas no contexto de greve

Do complexo contra-reforma *versus* greve pode se considerar que a disputa de projetos em torno da formação de trabalhadores no país dá-se sob a caracterização formação minimalista *versus* formação humana. Da adequação da universidade brasileira aos ajustes estruturais mais gerais impostos aos países subdesenvolvidos pode se concluir que a materialização de uma ideologia hegemonizou a agenda política dos sucessivos governos, nas últimas duas décadas.

O neoliberalismo é certamente a ideologia mais abrangente e pretensiosa do último século. Chegou a todos os recantos do planeta, reduzindo à ruína o que parecia sólido e tornando sólido o que parecia se desmanchar. O que há algumas sugeriu fortalezas anticapitalistas, como o bloco soviético e a China, hoje operam nos seus

termos. Mais que uma ideologia conjuntural, em termos conceituais foi identificada como o fim da história (Fukuyama, 1992) e , na prática política, como o único caminho possível: “*there is no alternative*” (Halimi, 2002). (BARRETO e LEHER, 2008, p. 429)

A consolidação da agenda neoliberal na educação foi possível sobre uma sintonia de interesses que aproximaram a burguesia internacional das frações nacionais, oriundas do setor financeiro, do agronegócio e do setor exportador de commodities, a esse bloco interessam o ensino fundamental e o treinamento técnico (Id. Ibid.). Em sintonia com os discursos Bancomundialistas, que defendem que o modelo europeu de universidade, pautado na indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, quando implementado na realidade latino-americana torna-se anacrônico e não responde às necessidades de inserir os países “emergentes” na nova ordem global. Para tanto passam a defender a diversificação das Instituições e a flexibilização das fontes de financiamento. Três foram os marcos que demonstram o ajuste da educação brasileira, o primeiro ainda na constituição de 1988, que abre o ensino à livre iniciativa, o segundo corresponde a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação, todos na década de 1990 e por fim a terceira geração:

[...] um complexo de medidas que articula avaliação, diretrizes curriculares, competências, empregabilidade, inovação tecnológica, TIC, sociedade da informação/conhecimento etc., operando a comodificação da educação de modo orgânico com o padrão de acumulação que prevaleceu no país. (BARRETO e LEHER, 2008, p. 431)

Desse processo emerge uma formação superior minimalista, do tipo terciária, que visa a qualificação da força de trabalho para atender a ordem de acumulação capitalista contemporânea, visando formar um trabalhador adaptável à lógica da empregabilidade, subordinado as dinâmicas fetichistas do mercado de trabalho, tendo sua formação pautada na lógica do desenvolvimento de competências e habilidades. Para dar conta dessa formação, o Estado atua como regulador com seu aparato jurídico-legal, conformando as Instituições Superiores, diversificando seu modelo, ou seja, cresce o número de instituições que não prezam pelo tripé universitário e expandem-se os cursos à distância. Ainda como forma de expansão terciária, para a universidade pública, vemos o REUNI como forma de expansão desqualificada da formação, mantendo alguns centros de excelência para a produção de conhecimento científica, esses também hegemonicamente subordinados aos interesses privados. Assim sendo, o futuro trabalhador em formação que frequenta o Ensino Superior no

Brasil, tem sua formação sob uma perspectiva unilateral, unicamente para o mercado, sobretudo após a consolidação da contrarreforma.

Contra-pondo-se a unilateralidade na formação, temos o Movimento Estudantil de Educação Física como um dos expoentes da disputa pela formação dos trabalhadores, defendendo a partir de seu projeto de formação de professores em Educação Física, a licenciatura ampliada, uma formação humana, omnilateral, que busca através do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade desenvolver as potencialidades do ser humano, tendo sua formação universitária

[...] pautada em princípios morais, éticos, políticos, pedagógicos, científicos e técnicos a partir de uma formação ampla, humanista e crítica, qualificadora da ação acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófica tendo o trabalho como princípio educativo. (ExNEEF, 2010, p. 13)

Tal formação entra em contradição e luta com o atual modelo de universidade que se desenvolve na sociedade capitalista, portanto, a formação humana e omnilateral antes de ser uma proposta imediatista, trata-se de um projeto de formação que coloca em movimento sujeitos históricos, que articulando-se com as concepções e a luta da classe trabalhadora organizada pode romper com as estruturas sociais que amarram a universidade ao mercado, possibilitando assim a transformação radical da sociedade e construção de uma formação superior emancipada.

É no complexo contra-reforma *versus* greve, que podemos apontar para as tendências e caminhos que a educação pode trilhar no país, sobretudo analisando a atuação de seus principais atores. De um lado temos a contra-reforma implementada pelo Governo Lula/Dilma/PT que por sua história de proximidade com a classe trabalhadora e seus instrumentos organizativos majoritários no país a longo das duas últimas décadas do século XX, como a CUT, o MST e UNE. Este fato possibilitou ajustar a educação superior à divisão internacional do trabalho, reafirmando a condição do país no subdesenvolvimento, estreitando os laços com os organismos internacionais da burguesia, e confinando a classe trabalhadora brasileira à mais um ciclo de espoliação e retirada de direitos. De outro lado, a greve dos servidores públicos federais vem apontamento para um novo ciclo de reorganização dos trabalhadores, não foram poucos os exemplos de bases em todos os âmbitos atropelando suas direções cooptadas. No caso dos docentes, vimos a força do ANDES-SN frente à tentativa de deslegitimação do governo por ter no PROIFES seu braço universitário das políticas de precarização do trabalho docente e da estrutura física da universidade. Vimos ainda marchas unificadas dos trabalhadores do serviço público federal, ainda sob influência, das velhas organizações mas buscando no processo de luta o seu refazer.

No Movimento Estudantil, vimos a UNE armar um teatro junto ao governo para comemorar o novo PNE e a implementação de 10% do PIB para educação até 2023. Isso tudo, independente das finalidades do financiamento e das metas do novo PNE que visam transformar em políticas de Estado as metas da contra-reforma, buscando desmobilizar e desviar a direção do movimento. Vimos ainda sua atuação junto ao governo na tentativa de deslegitimar o Comando Nacional de Greve Estudantil, eleito em assembleias democráticas por toda a extensão do país, novamente vimos a resistência dos setores que se organizam por fora da entidade, buscando ainda no próprio criar as ferramentas para responder a essa tarefa histórica que se colocou para o conjunto do movimento.

Se não há como tirar conclusões abrangentes destas lutas ainda um curso, podemos afirmar que há um processo de reorganização em movimento, que pode desdobrar-se para continuidade da política educacional no Brasil ou para uma síntese que supere o atual período. Forças que há tempos andavam “inertes” voltam a se deslocar, abrindo um novo flanco na conjuntura da luta de classes no país, que não se desenvolverá ao natural, mas sim pela ação consciente e organizada da classe trabalhadora.

*Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los
dessa grave e paralisante situação.*

(István Mészáros)

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDIFES. *Relatório de acompanhamento do REUNI*. ANDIFES, jan – 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: SP – Boitempo (9ª reimpressão), 2009.
- BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995. (Série El desarrollo em la práctica).
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente no ensino superior nesses últimos 25 anos. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.
- BRASIL. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 3 de junho de 2007.

BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

_____. MEC. *Censo da educação superior – resumo técnico*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf.

_____. MEC. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. Disponível em http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/bacharelados_interdisciplinares.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

CADERNOS ANDES. *Proposta do ANDES/SN para a universidade brasileira*. Nº 2, 3ª ed. (revista e atualizada) – Brasília: DF, 2003.

CADERNOS ANDES. *As novas faces da reforma universitária do Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior*. Nº 25, agosto – Brasília: DF, 2007.

CNG-ANDES. Comunicado Especial de 08 de Agosto de 2012. CNG/ANDES Desmente o MEC sobre encerramento das negociações. 2012.

EXNEEF. Cartilha de subsídios aos debates da Campanha Nacional pela Revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Educação Física. Porto Alegre, 2010.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola., 1989.

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel G.. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária In: *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

LEHER, Roberto. *Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente*. 2011, mimeo.

_____. *Governo avança no modelo de universidade subordinado ao Banco Mundial*. Entrevista ao Correio da Cidadania em 5 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/4901/9/>. Acessado em 23 de setembro de 2010.

_____. Para silenciar os campi. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004.

_____. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. In: *Revista Outubro*, São Paulo, n. 03, 1999.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma Universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MARTINS, André Silva... [et al.] (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Porto Alegre: L&PM, 2009. (Coleção L&PM Pocket).

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*: livro I. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. 144 p.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PERGHER, Eduardo, NISHIMURA, Shin. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. In: *Caderno de Debates – EXNEEF*. Volume X. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2008.

PINTO, Marina Barbosa, De LIMA, Sonia L. R, CISLAGUI, Juliana Fiúza. Universidade pública na crise atual. In: Universidade e Sociedade – ANDES. Brasília, Ano XIX, n. 44. 2009.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 2003.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reformas do Estado e da Educação e as Políticas Públicas para a Formação de Professores a Distância: Implicações Políticas e Teóricas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 78-94, set./dez. 2003.

SIQUEIRA, Angela C. de. Educação Superior em disputa: expansão excludente versus democratização da universidade crítica. In: Universidade e Sociedade – ANDES. Brasília, Ano XVIII, n. 43. 2009.

TROTSKY, Leon. *Em defesa do marxismo*. Editora Sundermann: São Paulo, 2011.

UFRGS. *Parque científico e tecnológico: proposta de implantação*. Disponível em: http://paginas.ufrgs.br/parquetec/documentos/PropostaOutubro_2009.doc/view. Acessado em 25 de fevereiro de 2010.

Critica a formação na Educação Física: Em defesa de novas diretrizes curriculares

Celi Zulke Taffarel

Professora Dra. Titular FACED/UFBA Pesquisadora 1D do CNPq.

RESUMO

O presente texto trata da formação do professor, em especial de Educação Física. Critica as atuais diretrizes curriculares, a divisão na formação e, a atuação do Sistema CREFE/CONFED, explicando as raízes históricas que determinam esta situação e reconhecendo tendências reacionárias e revolucionárias neste processo. Apresenta, como contra-ponto, uma hipótese de diretrizes curriculares para a formação unificada, na licenciatura plena de caráter ampliado. Apresenta inicialmente as diretrizes de formação de professores e as diretrizes da Educação Física, ou seja, o aparato legal existente sobre formação de professores em geral e em especial de professores de Educação Física, em seguida a concepção de universidade segundo a Constituição Nacional da República Federativa do Brasil, o arrazoado científico que sustenta a proposição da formação em um curso de licenciatura plena, de caráter ampliado e, uma minuta de diretrizes em contra-ponto as atuais diretrizes propostas pelo CNE e pelo Sistema CREF/CONFED.

PALAVRAS-CHAVES: Formação de professores de Educação Física; Diretrizes curriculares.

EMENTA PROPOSTA PELA EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: *“Fazer um resgate de como as políticas dos organismos multilaterais tem influenciado a educação superior no país, quais seus desdobramentos para a formação de professores. Na especificidade da Educação Física fazer um breve resgate de como foi e para quem serviu a formação em Educação Física. Dar ênfase para as Diretrizes Curriculares Nacionais resolução 07/2004 e a fragmentação do conhecimento. A partir da divisão curricular, tratar dos problemas na concepção de formação que está posta, na organização do conhecimento, no objeto de estudo, na avaliação e como a EF tem servido para manutenção e reprodução da ordem o capital”.*

INTRODUÇÃO

Para criticar as diretrizes atuais para a formação de professores em geral e, em especial de formação de professores de Educação Física, partimos de quatro pressupostos. O primeiro diz

respeito ao sentido da crítica ao modo de produção capitalista que está levando a humanidade a degeneração, destruição. O segundo diz respeito ao marco regulatório previsto na Constituição da República Federativa do Brasil enquanto marco referencial da lei maior que rege as relações no modo de produção capitalista, de acordo com seu grau de desenvolvimento, neste momento histórico. O terceiro diz respeito ao projeto histórico para orientar o debate acadêmico, a formulação das pesquisas e, a formação de professores. O quarto diz respeito à realidade atual dentro da qual está inserida a disputa de projetos de formação do professor de Educação Física. De um lado a tendência conservadora de formação dividida em dois cursos e, de outro, a proposta revolucionária de formação unificada, em um curso de graduação - licenciatura plena de caráter ampliado.

No marco do modo de produção capitalista no Brasil, as Reformulações Curriculares da Educação Física podem ser localizadas nos seguintes marcos temporais, com as respectivas normatizações, modalidades e perspectivas de duração do Curso:

Ano	Decreto/ Resolução	Modalidade	Duração do curso
1939	Decreto-Lei 1212/39	Licenciatura em Educação Física	02 anos
1945	Decreto-Lei 8270/45	Licenciatura em Educação Física	03 anos
1969	Resolução 69/CFE/69	Licenciatura em EF e Técnico Desportivo	03 anos
1987	Resolução 03/CFE/87	Licenciatura e/ou Bacharelado em EF	04 anos
2004	Resolução 07/CNE/04	Graduado em Educação Física	04 anos

FONTE: CRUZ (2009)

A estes marcos temporais correspondem determinados graus de desenvolvimento das forças produtivas, graus de desenvolvimento da luta de classes, graus de desenvolvimento da correlação de forças entre trabalho e capital.

As leis são determinadas pela base material da produção da vida e decorrem da luta travada na superestrutura da sociedade para manutenção/superação do modo de produção

Vejamos as características, em linhas gerais de cada período histórico que correspondeu alterações na legislação a saber décadas de 30, 40, 60, 80 e anos 2000.

A década de 30 tem por característica básica a depressão econômica, com a quebra da bolsa de valores em 1929, a ascensão do nazismo, fascismo, stalinismo. No Brasil a Revolução de trinta instala no poder Getulio Vargas inicia o Estado Novo (1937-1945). Com ele a política desenvolvimentista que exigia uma correspondente no campo da formação de professores, para o enquadramento da classe trabalhadora em tal perspectiva ideológica. Mas isto tudo dentro de uma feroz e disputadíssima luta entre as classes, principalmente o operariado e os proprietários dos meios de produção. Vargas orientou a intervenção estatal na economia, e a nacionalização e fortaleceu a industrialização. Decretou o Código Penal e o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todos até hoje em vigor. Criou a carteira de trabalho, a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço (revogada em 1965), substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o descanso semanal remunerado.

A década de 40 reconhecida como o apogeu de conflitos mundiais sangrentos, deflagração de bombas atômicas, tensões entre União Soviética e Estados Unidos com a Chamada Guerra Fria. Década de criação da ONU, OTAN, FMI, BANCO MUNDIAL. Inicia o Plano Marschall de recuperação Econômica da Europa.

A década de 60 representou uma virada a esquerda o que pode ser reconhecido, por exemplo, com a consolidação da Revolução Cubana e avanços dos partidos de trabalhadores no mundo o que levou a intervenções militares sangrentas na América Latina para conter esta tendência. O Brasil não esteve incólume a isto e instalou-se aqui o Regime Militar. Período de sangrentas lutas pela independência principalmente dos países Africanos.

A década de 80 caracteriza-se por mais de 70 conflitos armados no mundo. Década em que ocorre o Consenso de Washington, reunião de organismos internacionais que listaram políticas, orientadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a serem empregadas pelos países imperialistas. Entre as medidas constavam entregar a economia as leis do mercado, intervenção Estatal somente para garantir lucros dos capitalistas, abertura das economias pela liberalização financeira e comerciais e liberação de barreiras impeditivas as lucros do capital internacional, ampla privatização, redução de subsídios e gastos sociais por parte de governos, desregulamentação do trabalho para permitir novas formas de contratação que reduzam custos aos empresários e ampliem exploração da mais-valia, dos lucros resultantes da exploração da força de trabalho. No Brasil período em que ocorre ascenso na organização da classe trabalhadora. Nasce o MST, a CUT, o PT.

É retomada a UNE. Os organismos internacionais avaliam, fazem balanço e estabelecem a política planetária para manter a hegemonia do capital. O Consenso de Washington é um exemplo destes ajustes requeridos pelo capital. Iniciando os anos 90 o Brasil instala a Reforma do Estado capitaniada por Bresser Pereira, visando os ajustes a tais políticas.

Entramos nos anos 2000 com a tendência a cooptação da classe trabalhadora e destruição dos seus organismos de luta para que os ajustes estruturais fossem aprofundados. Entramos nos anos 2000 mais uma vez com o capital em franca agonia arrastando a classe trabalhadora à destruição. Isto é evidente nos ajustes estruturais e na austeridade cada vez mais aprofundada para manter a hegemonia do sistema. Países estão indo a bancarrota e levando consigo direitos e conquistas da classe.

Portanto a recomposição do aparato legal corresponde as tendências econômicas entre as quais, podemos reconhecer a de desregular o mundo do trabalho, controlando, ajustando, enquadrando a força de trabalho por outros mecanismos entre os quais a regulamentação das profissões e desregulamentação do trabalho, a flexibilização, a tercerização, a privatização. Exemplos não nos faltam no Brasil. Desde os cortes no orçamento geral da união, a não aprovação do Plano Nacional de Educação, a privatização dos aeroportos, a não concessão ou rebaixamento do piso nacional para os trabalhadores da Educação, a substituição dos serviços públicos pelos serviços terceirizados ou simplesmente repasses para organizações não governamentais de tais responsabilidades.

Este mecanismo incide sobre a classe trabalhadora para desqualificá-la. Um deles é na formação acadêmica, dividindo a formação, fragilizando pelo esvaziamento teórico a formação dos trabalhadores. O outro é nos campos de trabalho delimitando a atuação e com isto restringindo a intervenção da classe trabalhadora nos campos de trabalho.

O aparato legal, portanto, é resultante da economia política e das leis gerais que regem o capitalismo.

Estamos em um período histórico de transição para outro modo de produção visto que o capitalismo está levando a humanidade a destruição. Isto exige refletirmos sobre a formação de professores tendo em vista um modo de produção a ser superado e outro em construção

Os estudos de Nozaky (2004), Alves (2005), Santos Júnior (2005), Silva (2006), Lemos (2008) Brito Neto (2009), Cruz (2009), Dias (2011), Aranha (2011) Dutra (2011), Morschbacher (2012) que tratam da formação de professores de Educação Física descrevem com muita propriedade nexos e relações entre a economia política e as tendências conservadoras na formação

e atuação profissional de professores de Educação Física. Ou seja, tendências contra-revolucionárias, tendências de amoldamento da classe, tendências ao assalto da subjetividade humana.

A formação de professores no Brasil¹ está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N° 9.394/1996, Artigo 3° Incisos, VII, 9, 13, 43, 61, 62, 64, 65, 67. A lei prevê a licenciatura de graduação plena e os principais dispositivos legais são os seguintes:

No campo da educação no Brasil encontramos o seguinte aparato legal que incide na formação de professores:

- Parecer CNE/CP n° 09/2001 - Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior.
- Parecer CNE/CP n° 27/ 2001 - Dá nova redação ao Parecer CNE/CP n° 09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.
- Parecer CNE/CP n° 21/2001 - Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE/CP n° 01/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE/CP n.º 01/2005 - Altera a Resolução CNE/CP n° 01/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena
- Parecer CNE/CP n° 28/2001 - Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.
- Resolução CNE/CP n.º 02/2002 - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Resolução CNE/CP n.º 02/2004 - Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

¹ TANURI, Leonor. História da formação de professores. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>, acesso Dia 25 de setembro de 2011.

- Parecer CNE/CP n.º 04/2004 - Adiamiento do prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP n.º 01/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

A legislação mais atual que incide na formação de professores é de 2001 e 2002 e a referente a graduação em Educação Física é de 2004, Resolução N.º 07 de 31 de março de 2004 (Resolução n.º07/CNE/04).

A atuação profissional do professor de Educação Física passou a ser delimitada pela Resolução 07 de 31 de março de 2004 que demarcou o campo de atuação do Graduado em Educação Física, ou seja, quem tem a titulação de Graduação em Bacharelado ou Tecnólogo de Educação Física, só pode atuar em áreas não escolares. Entretanto, aquele que possui a Graduação - Licenciatura Plena, pode atuar em área escolar e nas outras áreas que a titulação Graduação, segundo a referida resolução, permite atuar.

Coube, conforme demonstram os estudos de Dutra (2011), que recorreu aos exemplares da Revista Educação Física do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF)², a esse órgão de fiscalização da profissão, posicionar-se em relação as atuais diretrizes curriculares.

Dutra (2011) analisou as posições do Sistema CREF/CONFEF através de suas publicações. As revistas analisadas por Dutra foram as seguintes: EF, Ano VI. n.º 19 de Março de 2006; EF, Ano IX. n.º 32 Junho de 2009 e, EF Ano IX. n.º 38. Dezembro 2010.

Na Revista EF ano VI. n.º 19 de Março de 2006, o presidente do Conselho, Jorge Steinhilber, que desde 1998 exerce o cargo, enfatiza que o licenciado só pode atuar na escola e que o Bacharel, só pode atuar nos demais campos da educação física. O presidente ainda afirma que para o Conselho o termo Graduação corresponde a Bacharelado.

A LICENCIATURA: a formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, portanto, para atuação específica e especializada com a componente curricular Educação Física. O BACHARELADO (oficialmente designado de graduação) qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir por meio das diferentes manifestações da atividade física e esportiva, tendo por finalidade aumentar as possibilidades de adoção de um estilo

² Ver mais in: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471>
. Estatuto do CONFEF acesso em 25 e setembro de 2011.

de vida fisicamente ativo e saudável, estando impedido de atuar na educação básica. (CONFEEF, 2006, p. 20)

Na revista EF ano IX. nº 32 Junho de 2009, o Conselho expressa a necessidade da ingerência na formação, tendo em vista os rumos da formação e os mercados de trabalho, dada a demanda de uma reestruturação produtiva do capital.

...identificam-se diferentes expectativas que refletem, entre outros aspectos, a dinâmica das mudanças educacionais em curso no País, as inovações específicas no campo da intervenção profissional, decorrentes da regulamentação da profissão de Educação Física e até mesmo as incertezas dos jovens acadêmicos diante do futuro profissional e da crise de empregabilidade que caracterizam este novo século. Não há como negar que os novos desafios impostos à formação em Educação Física são diferentes daqueles enfrentados há dez anos. As grandes questões e as principais dúvidas podem até ser as mesmas, mas os contextos são diferentes e exigem novos argumentos, novas abordagens e novas estratégias para superá-los. Assim, resguardada a compreensão de que as concepções e as compreensões apresentadas não são necessariamente as únicas e verdadeiras, este texto procura mostrar um panorama da situação atual da formação em educação física, a partir dos grandes marcos regulatórios nacionais e dos novos rumos estabelecidos para essa formação. (CONFEEF, 2009, p.28)

Na Revista EF ano IX. nº 38 de Dezembro de 2010, o Conselho esclarece as diferenças entre os cursos de Licenciatura e Bacharelado, reafirmando que de fato, o licenciado só pode atuar na escola e que os cursos em si têm significativas diferenças na formação profissional. Defende ainda, que os cursos que mantêm somente a Licenciatura, devem se adaptar a nova lei.

Os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física possuem legislação específica para cada qual, apresentando finalidade e integralidade próprias, exigindo-se, assim, projeto pedagógico e matriz curricular adequados a cada grau. Apenas os alunos ingressantes nos cursos de Educação Física até 15/10/2005 estão aptos a obter a graduação de “bacharel e licenciado em Educação Física”. Portanto, as instituições que ainda ofertam ambos os graus em um único curso devem providenciar as adequações necessárias em conformidade com a norma vigente. (CONFEEF, 2010, p.32)

CONFEEF foi instituído pela Lei 9.696 de Primeiro de Setembro de 1998 e em seu estatuto Artigo 1º, Inciso 2º, o Sistema tem o “*poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos Profissionais de Educação*”

Física e das pessoas jurídicas, cuja finalidade básica seja a prestação de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares.”

As posições do Conselho que em suas legislações específicas delimitam campos de atuação do profissional – professor de Educação Física vem gerando lacunas na formação, lacunas que são sentidas durante o processo de formação, bem como, na atuação profissional, nos campos de trabalho.

As lacunas na formação dizem respeito a negação do conhecimento e as lacunas na atuação profissional dizem respeito as negação de postos de trabalho. A expressão desta negação pode ser identificada nas atuais reivindicações do Movimento Estudantil da área que está reivindicando a revogação de diretrizes a reformulação dos currículos na perspectiva da unificação.

O Sistema CREF/CONFED com suas argumentações ideológicas e com seu aparato legal atuam para restringir, portanto, a formação e atuação profissional, interferindo na universidade e nos campos de trabalho.

O Movimento Nacional contra a Regulamentação vem travando uma batalha nos campos jurídicos e ideológicos sem precedentes na história da Educação Física, contra a ingerência do CREF/CONFED em todas as instituições onde se definem a formação acadêmica, a atuação profissional, a produção do conhecimento e as políticas públicas.

Quanto a Universidade identificamos que o pressuposto **institucional**, presente na Constituição da República Federativa do Brasil³, ali instituído, após uma longa e histórica luta da classe trabalhadora, que tem seu desfecho na promulgação da Lei Maior do Brasil, em 05 de outubro de 1988, prevê em seu Artigo 207 a autonomia universitária.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

É garantido, portanto, que a universidade exerça as suas funções precípuas, a saber, ensino, pesquisa e extensão, respaldada na constituição nacional para propor o que for de mais avançado, bem como, nos rumos do projeto político pedagógico de formação dos profissionais em geral, e em especial os professores de educação física. É garantido, portanto, aos que frequentam a universidade, integralizam o currículo o exercício da profissão a qual foram formados.

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

No entanto, independente deste aparato legal maior, os estudos demonstram a total perda de autonomia da universidade corroborando tese que defendemos em 1993 sobre a necessidade do capital desqualificar o trabalhador em seu processo de formação para extrair mais-valia e com isto manter ou recompor taxas de lucro explorando a força de trabalho.

Os estudos sobre formação do profissional, professor de Educação Física (TAFFAREL, 1993) demonstram a necessidade vital da referencia ao **projeto histórico** para orientar o projeto político pedagógico de uma universidade, orientar a formação de professores – em especial, os profissionais da educação física. Conforme Freitas (1995).

Um projeto histórico aponta para a especificação de um determinado tipo de sociedade que se quer construir, evidencia formas para chegar a esse tipo de sociedade e, ao mesmo tempo, faz uma análise crítica do momento histórico presente. Os partidos políticos (embrionários ou não) são os articuladores dos projetos históricos. A explicitação de como articulamos essas três instâncias parece ser essencial à própria pesquisa pedagógica. A necessidade de um projeto histórico claro não é um capricho. É que os projetos históricos afetam nossa prática política e de pesquisa, afetam a geração dos próprios problemas a serem pesquisados. (Freitas, 1995, p. 142)

O Projeto Histórico⁴ é o eixo em torno do qual devem se definir as orientações pedagógicas, assegurando dessa forma que o “estatuto progressista” do discurso seja menos uma qualificação ideológica do que objetivamente revolucionário. Tratamos aqui da formação humana e da formação de professores de Educação Física na perspectiva do projeto histórico comunista, superador das exauridas e destrutivas relações capitalistas que estão levando a humanidade à barbárie.

Outro elemento vital a considerar na formação profissional do professor de educação física é a **realidade** atual de degeneração e decomposição do modo de produção capitalista, entender a realidade como direcionamento da formação de professores de educação física é colocar as problemáticas no contexto dos conflitos sociais que acirram a luta de classes determinando para a classe trabalhadora a perda do direito ao trabalho, à terra, à saúde, o recrudescimento do analfabetismo e da violência, a mortalidade por doenças decorrentes da destruição do meio

⁴ Segundo FREITAS em seu texto Projeto Histórico, Ciência pedagógica e “Didática” In: Educação e Sociedade, Nº 27 Set., 1987, pp. 122-139, a discussão em torno do Projeto histórico, ou mais apropriadamente, dos projetos históricos subjacentes às posições progressistas na área educacional é, necessária para entendermos melhor a aparente (e só aparente) identidade do discurso “transformador” nesta área: Um Projeto Histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que devemos colocar em prática para a sua consecução. Implica uma “cosmovisão”, mas é mais que isso. É concreto, está amarrado às condições existentes e, a partir delas, postula fins e meios. Diferentes análises das condições presentes, diferentes fins e meios geram projetos históricos diversos. Tais projetos fornecem base para a organização dos partidos políticos.

ambiente e outros. A realidade atual implica perspectivar o ensino e a pesquisa em relação ao “contemporâneo”, que não é, infelizmente, o progresso científico e tecnológico chegando a todos, senão as conseqüências trágicas das novas formas de exploração e de aculturação nos países menos desenvolvidos, ou periféricos. Esse “contemporâneo”, apregoado pela direita, cobriu com doces ilusões a miséria para se colocar como real. Enfim, “realidade atual” caracteriza-se pelos determinantes sociais da educação, ciência, tecnologia confrontando o dia-a-dia da prática pedagógica na formação de professores de educação física.

Desse modo, a formação dos professores necessita orientar-se no conhecimento aprofundado da luta ideológica contemporânea que se manifesta nas características que o capitalismo imprime às tarefas sociais da educação e do esporte assim como o neotecnicismo, alimentando-as com correntes de pensamento idealistas - neopositivismo, existencialismo, pragmatismo, entre outras -, as quais isolam a escola e os esportes dos problemas que afetam a sociedade e incrementam a contraposição dos interesses individuais aos sociais. A “realidade atual” como conceito fundamental para o trato com o conhecimento, deve ser compreendida como referência política, decorrente do projeto histórico que dá origem ao projeto político pedagógico. Somente a clareza do caráter dessa referência pode impedir que a escola insista em defender como tarefa a distribuição democrática do saber historicamente acumulado enquanto subtrai desse conhecimento os laços com o projeto de transformação da sociedade e a possibilidade de promover as explicações do real, do momento histórico em questão, portanto, do projeto de “homem” que a escola quer formar.

Não se fala de lugar nenhum concorda as diferentes abordagens científicas⁵. Situar-se em relação a um Projeto Histórico não capitalista - “contra hegemônico” – implica apontar a superação das atuais estruturas sociais, e ainda, a rejeição radical de teorias pedagógicas e abordagens epistemológicas, que se mantêm hegemônicas por procedimentos ideológicos como a inversão, que coloca efeitos no lugar de causas e transforma estas em causa, produz o imaginário social, através de imagens reprodutoras, por representações da realidade⁶, e pela operação do silêncio⁷. Teorias

⁵ “Falar de um lugar axiologicamente neutro não passa de um engodo”, afirma RICOEUR, Paul; In: Interpretação e ideologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. P.11.

⁶ O “Mito da Caverna” de Platão, ilustra o que significa este processo de manipulação da possibilidade de apreensão da realidade, já explicado nos tempos Socráticos. Platão se refere a Morte de Sócrates pela assembléia Ateniense. Sobre a morte de Sócrates ver: ROCHA, Zeferino. A Morte de Sócrates: Uma mensagem ética para nosso tempo”. Editora da UFPE, 1994. Sobre as “Representações Sociais” ver JOVCHELOVITCH, Sandra, e GUARESCHI, Pedrinho. Textos em Representações Sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

⁷ A respeito dos mecanismos da ideologia MARILENA CHAUI, apresenta uma excelente abordagem In: Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995, p. 174-176. Sobre o verbal e não-verbal, ver ORLANDI, Eni. In: Revista do Núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Março, nº 01, 1995.

reacionárias negam o caráter classista⁸ da educação e da pedagogia, afirmando-se na natureza “invariável” do homem e dos processos educacionais próprios para cada sistema social. São baseadas em normas e valores para uma sociedade capitalista de relações harmoniosas e solidárias, na qual seria possível a realização e a emancipação do indivíduo.

Com essa base delimitada apresentamos a seguir o arrazoado científico baseado na revisão da bibliografia atualizada e na análise da conjuntura atual, que sustenta a proposição de diretrizes curriculares e de trato com conteúdos do currículo – prática do ensino e estágio curricular obrigatório ambos da educação física -, para formar professores de educação física, cujo objeto de estudo é a cultura corporal. Diretrizes para um curso único na perspectiva da formação omnilateral, tendo como referencia o projeto histórico superador ao atual modo de produção capitalista. Trato com o conhecimento no currículo, em especial a prática do ensino e o estágio supervisionado obrigatório, através de ciclos e sistemas de complexos, materializando-se a tese da articulação do conhecimento no currículo tendo como eixo articulador do conhecimento o trabalho, em especial o trabalho na sua dimensão ontológica que se expressa na atuação docente como o trabalho pedagógico com base na cultura corporal.

DESENVOLVIMENTO

A proposta de Diretrizes Curriculares que apresentamos a seguir se opõem a fragmentação e divisão dos cursos de formação de professores da educação física em Bacharelado e Licenciatura conforme explica o CREF/CONFED em seus periódicos. A argumentação aqui presente resulta dos debates e iniciativas adotadas na FACED/UFBA para alterar o currículo de formação de professores de Educação Física.

Estudos como os de Dias (2011), Dutra (2011), Cruz (2009) demonstram que os embates de projetos diferenciados, antagônicos está em curso.

Este embate se expressa tanto nos rumos da produção científica, quanto nos rumos dos estudos dos Grupos de Pesquisa, na posição assumida no embate teórico, nas instituições científicas da área, como, por exemplo, nos eventos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), quanto nas experiências de reestruturação curricular.

⁸ Sobre LUTA DE CLASSES sugerimos: PONCE, Anibal. Educação e Luta de Classes. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000. CHOMSKY, Noam. A Luta de Classe. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

Os casos da UFSM, UFRGS, UFBA, UFPA são emblemáticos e demonstram a resultante da correlação de forças que pode fortalecer a tendência conservadora de fragmentação da formação, ou então, a tendência revolucionária de uma consistente formação teórica, em um curso unificado que desenvolverá competências globais e habilidades profissionais científicas para o exercício crítico da profissão na perspectiva da emancipação humana.

Os principais problemas identificados nos currículos que estamos estudando são os seguintes: Excessiva carga horária, dispersa e diluída em conteúdos fragmentados; ênfase no currículo biologicista, focado na área médica; com ênfase na perspectiva de saúde de matriz patogênica, ou seja das doenças; currículo desportivizado; currículo com caráter terminal – estágio e práticas do ensino previstos no final do curso; currículo sem trabalho de conclusão de curso (TCC) de caráter científico; currículo sem eixos, pilares, módulos ou sistemas de complexos orientadores no trato com o conhecimento; currículo sem previsão da auto-organização dos estudantes na organização livre dos seus conteúdos curriculares; sem unificação teórico-metodológica em torno de capacidade gerais para o exercício da profissão; currículo sem inserção nas redes públicas – de educação, de saúde, de esporte, de lazer, de treino de alto rendimento; currículo sem delimitação de competências globais, ou seja, do desenvolvimento teórico dos estudantes, com elevação das funções psicológicas superiores; sem delimitação de habilidades daí decorrentes para o exercício da profissão do professor de Educação Física; currículo disperso epistemologicamente em um relativismo científico prejudicial a formação acadêmica; currículo sem delimitação de um objeto preciso de estudo; currículo baseado na teoria pedagógica escolonivista.

Com os avanços das posições críticas na reformulação curricular reconhecemos as seguintes propostas superadoras: tempo pedagógico redimensionado, enxuto, redefinido no que diz respeito a relação universidade-campos de trabalho; Conteúdos reordenados tendo o trabalho como princípio educativo; conhecimentos organizados em quatro eixos ou módulos: os fundamentos; os conteúdos específicos; a práxis e; a formação científica; ênfase no currículo multidisciplinar; objeto de estudo, a cultura corporal; prática do ensino (400 horas) tendo como objeto aproximação a docência e, o estágio supervisionado (400 horas) de aproximação aos campos de trabalho de acordo com legislação vigente⁹; trabalho de conclusão de curso iniciado no primeiro semestre letivo com o desenvolvimento de atividades educativas orientadoras do trabalho científico (200 horas); currículo com previsão da auto-determinação dos estudantes na organização livre dos seus conteúdos curriculares (200 horas); currículo com inserção nas redes públicas – de educação, de saúde, de esporte, de lazer, de treino de alto rendimento; currículo com delimitação e avaliação sistemática

⁹ Lei do Estágio 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

do grau de desenvolvimento da capacidade teórica dos estudantes; das competências globais e habilidades para o exercício do professor de Educação Física que se caracteriza historicamente pela docência, ou seja, o trabalho pedagógico, a atitude científica, a gestão e administração científica, a organização do conhecimento pelo trabalho pedagógico; currículo com uma orientação epistemológica com base na teoria crítica, de referência marxista; currículo com delimitação de um objeto preciso de estudo – a cultura corporal.

A implementação da diretrizes conforme aqui proposto é uma possibilidade concreta de alteração do currículo de educação física na perspectiva do curso único, de graduação plena, de caráter ampliado¹⁰.

Uma possibilidade concreta é a possibilidade para cuja realização pode ser reunidas, no momento presente, as condições correspondentes; a possibilidade abstrata é uma possibilidade para cuja realização não há, no momento presente, condições necessárias. Para que esta última se realize, a formação material que a contém deve transpor vários estágios de desenvolvimento. Cheptulin (1982) nos indica ainda, outra distinção importante a respeito da realização das diferentes possibilidades próprias a uma formação material, pois as mesmas não agem da mesma forma sobre a essência:

A possibilidade cuja realização não modifica a essência da coisa é denominada de possibilidade de fenômeno; a possibilidade cuja realização está ligada à modificação da essência da coisa, com a sua transformação em uma outra coisa, é denominada de possibilidade de essência. (CHEPTULIN, op. cit., p. 344).

A compreensão dessa distinção das possibilidades concretas e abstratas, de fenômeno e de essência é de grande importância para a atividade prática e, em particular, para a realização de planificações concretas e em longo prazo. Elas estão em relação direta com a atividade prática humana, e sua consideração assegura uma orientação adequada das vias e dos meios de se chegar a esse ou àquele resultado prático. As possibilidades são ilimitadas, à medida que a matéria passa de um estado qualitativo a outro e aparecem novas possibilidades.

A compreensão do subjacente a uma proposição de diretrizes é necessária para a apreensão do lógico e do histórico, dos nexos e das determinações da formação de professores da educação

¹⁰ Sobre o curso único remetemos a Taffarel Celi, e Santos Júnior, Cláudio (2010). Reafirmamos aqui nossa posição de que os argumentos científicos, pedagógicos e técnicos, que fundamentem a divisão da formação na área da educação física são demasiado frágeis. Os defensores do bacharelado continuam – na maioria das vezes utilizando da referência a um abstrato mercado (que eles nunca cuidam de precisar) e/ou da referência a exigências legais (que o fazem ao arpejo da Constituição Federal do Brasil).

física. Neste sentido buscamos compreender a proposição de diretrizes curriculares nacionais propostas pelo Ministério da Educação para os cursos de Licenciatura.¹¹

Apresentamos inicialmente, na íntegra, a proposta do MEC para na sequência apresentar uma proposição superadora.

Vamos apresentar e analisar as variáveis: Carga Horária; Perfil do Egresso; Temas Abordados Na Formação; Ambientes de Atuação; e Infraestrutura recomendada. Optamos por estas variáveis considerando que as mesmas constam do documento do MEC referente a indicações de diretrizes para os cursos de bacharelado e Licenciatura em Educação Física.

Inicialmente estaremos apresentando os aspectos legais da formação de professores de educação física e apresentamos na íntegra as propostas do MEC e os argumentos para uma proposição superadora.

O Ordenamento legal (LDB, PCNs, PNE, as Diretrizes Curriculares – Parecer N. 58 de 18 de fevereiro de 2004 e a resolução N. 07 de 31 de março de 2004 publicado no Diário Oficial da União em 5 de abril de 2004, Seção 01, página 18 e a regulamentação da profissão - Lei 9696 de 01 de setembro de 1998) incide sobre a formação profissional. Mas este não é um terreno tranquilo visto que e as reações a tais dispositivos legais estão presentes na disputa de projetos e rumos da formação e atuação dos professores – profissionais da Educação Física.

Regem a formação em Educação Física os seguintes dispositivos legais:

- Parecer CNE/CES nº 138, de 3 de abril de 2002
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física.
- Parecer CNE/CES nº 58, de 18 de fevereiro de 2004
Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.
- Parecer CNE/CES nº 400, aprovado em 24 de novembro de 2005
Consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

¹¹ Na resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004 não existe referência a Bacharelado. A divisão da formação, com base nesta resolução, continua sendo mais uma ingerência do sistema confef/cref.

graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005.

- Parecer CNE/CES nº 142/2007, aprovado em 14 de junho de 2007 Alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 4 de outubro de 2007 Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.
- Parecer CNE/CES nº 82/2011, aprovado em 3 de março de 2011 - Solicitação de informações relativas aos cursos de Instrutor e Monitor de Educação Física

Não entraremos em detalhes, neste momento, sobre este aparato, mas, destacaremos dois aspectos relevantes para exemplificar o embate no campo das idéias e no campo dos marcos legal.

Mencionamos apenas os resultados dos estudos de tese de doutoramento do professor Hajime, defendida na Universidade Federal fluminense em 2004. O estudo do professor Hajime (2004) sobre a regulamentação da profissão teve como objetivo empreender análise sobre o reordenamento do mundo do trabalho e suas conseqüentes modificações no campo da educação física brasileira. Buscou-se compreender o reordenamento da educação física a partir dos seus nexos com a relação capital. Aprofundou-se a compreensão histórica do que é a relação capital e as suas mediações para abordagem do problema central analisado, o da adaptabilidade da proposta da regulamentação da profissão às suas necessidades. Sob o ponto de vista da estrutura do capital, foi reafirmado que a reestruturação produtiva deve ser entendida no contexto de tentativa de solução para sua crise. Resgatou-se a necessidade de requalificação do trabalho, de onde demandam mudanças no campo educacional, o qual se insere nessa teia de estratégias de gerência das crises do capital e por ela é mediada, ainda que não de forma exclusiva, visto que, por exemplo, a resistência da classe trabalhadora também se encontra nesse contexto de múltiplas determinações. Concluiu-se que o capital utiliza-se de todas as formas sociais de intervenção para o controle da profunda crise na qual está imerso, necessitando subsumir, também, todas as dimensões humanas, não somente a física, mas os desejos e as emoções. O trabalho, por outro lado, se subsume ao capital, porém, ao mesmo tempo, trava com ele, uma intensa luta. A educação física foi caracterizada no estudo como uma forma de intervenção social que se desdobra num campo conflitivo entre trabalho e capital, contudo, com uma mediação dominante do capital que segue o seu movimento geral. O método de análise utilizado possibilitou encontrar um novo metabolismo do capital manifesto pelo

reordenamento jurídico-político do Estado que se canaliza em reformas no campo das particularidades – educação, educação física. A adequação do trabalhador de educação física às novas demandas das competências e empregabilidade foi mediada pela sua regulamentação da profissão. Foi possível ao professor Hajime afirmar que tal processo se efetivou no mais alto grau de avanço do capitalismo, o que credenciou o sistema CONFEF/CREFs como sua estrutura avançada. Concluiu ainda a tese de Hajime (2004) que a regulamentação da profissão aprofunda a adaptação às demandas da sociedade capitalista: a) na educação física, pela retomada das concepções ligadas à aptidão física e pela não discussão sobre as mudanças concretas do trabalho na área; b) em outras áreas, em que se travou, por outro lado, uma disputa com o Conselho Federal e os Regionais de educação física, a partir de sua intervenção naquelas primeiras. Já os trabalhadores das várias práticas corporais investigadas iniciaram as defesas da regulamentação da sua profissão e criação dos conselhos profissionais, como forma de proteção aos ataques do sistema CONFEF/CREFs, mas também como forma de conformação ao modelo de estrutura avançada do capital.

Outro exemplo do embate está delimitado pelas posições do Movimento Estudantil de Educação Física, única instância de luta que vem defendendo como uma de suas bandeiras e principais reivindicações, a derrubada das atuais diretrizes que orientam a formação dos professores de educação física no Brasil.

A Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, a partir de suas deliberações de base, vem orientando o Movimento Estudantil da Educação Física a aderirem com consciência de classe elevada, a campanha nacional EDUCAÇÃO FÍSICA É UMA SÓ: formação unificada Já. Campanha Nacional que reivindica a revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Educação Física. O documento de 33 paginas datado de 2010 da EXNEEF é uma prova cabal do quanto os estudantes estão avançados em relação a formação do profissional de Educação Física em relação a outros setores , inclusive que articulam professores de nível superior.

A seguir apresentamos detalhes as propostas do CNE/MEC e do que estamos defendendo, alimentando assim, um debate nacional imprescindível.

PROPOSTA DO CNE/MEC
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ¹²

¹²

VER MAIS IN:

http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2004/N12_MAI0/04_DIRETRIZES_CURRICULARES.PDF

PERFIL DO EGRESSO

O **Bacharel em Educação Física** atua no planejamento, prescrição, supervisão e coordenação de projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade, avalia as manifestações e expressões do movimento humano, tais como: exercício físico, ginástica, jogo, esporte, luta, artes marciais e dança. Pesquisa, analisa e avalia campos da prevenção, promoção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora e do rendimento físico-esportivo. Planeja e gerencia atividades de lazer e de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais de modo compatível com as políticas públicas de saúde, primando pelos princípios éticos e de segurança.

TEMAS ABORDADOS NA FORMAÇÃO

Administração Desportiva; Anatomia Humana; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Cinesiologia; Dança; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Fundamentos da Educação Física; Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Política e Estrutura da Educação Física; Prevenção de Acidentes; Recreação e Lazer; Respetivos Esportes; Ritmo e Movimento; Treinamento Desportivo; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

AMBIENTES DE ATUAÇÃO

O Graduado em **Educação Física** atua em clubes; em academias de ginástica; em empresas de artigos esportivos; em clínicas; em hospitais; em hotéis; em parques; nos meios de comunicação. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

Laboratórios de: Anatomia; Biomecânica e Cinesiologia; Bioquímica; Cineantropometria; Comportamento Motor; Práticas Pedagógicas; Fisiologia; Fisiologia do Exercício; Informática com Programas Especializados. Campo de Futebol. Ginásios de: Ginástica; Lutas; Poliesportivo. Piscina. Pista de Atletismo. Sala Multiuso. Sala de Musculação. Biblioteca com acervo específico e atualizado.

PROPOSTA DO MEC Para Formação de Professores para a Educação Básica – Curso de LICENCIATURA

PERFIL DO EGRESSO

O **Licenciado** é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Física. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação Física, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento da Educação Física em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

TEMAS ABORDADOS NA FORMAÇÃO

Administração Desportiva; Anatomia Humana; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Cinesiologia; Dança; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Fundamentos da Educação Física; Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Política e Estrutura da Educação Física; Prevenção de Acidentes; Recreação e Lazer; Respectivos Esportes; Ritmo e Movimento; Treinamento Desportivo; História, Filosofia e Sociologia da Educação; Metodologia e Prática da Educação Física; Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação Física; Psicologia da Educação; Probabilidade e Estatística; Legislação Educacional; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

AMBIENTES DE ATUAÇÃO

O **Licenciado em Educação Física** trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

Laboratórios de: Anatomia; Biomecânica e Cinesiologia; Bioquímica; Cineantropometria; Comportamento Motor; Práticas Pedagógicas; Fisiologia; Fisiologia do Exercício; Informática com Programas Especializados. Campo de Futebol. Ginásios de: Ginástica; Lutas; Poliesportivo. Piscina. Pista de

Atletismo. Sala Multiuso. Sala de Musculação. Biblioteca com acervo específico e atualizado.

AS BASES CIENTÍFICAS PARA A SUPERAÇÃO

Reconhecemos ser procedente a posição do Movimento Estudantil de Educação Física, que vem logrando êxito em seus embates na UFRGS¹³, que instalou e debate e o confronto de idéias e na UFSM¹⁴. Nas argumentações a seguir expostas estão os elementos que nos permitirão distinguir as propostas do MEC, explicitar antagonismo e apresentar a superação.

È imperiosa a compreensão do caráter multidisciplinar que caracteriza a formação e ação profissional/acadêmica na Educação Física, como também a necessidade da presença nos currículos de conhecimentos clássicos e conhecimentos originários tanto do campo das Ciências Biológicas/Saúde como das Ciências Humanas/Sociais, da Terra, das Ciências Exatas e da natureza, da Filosofia e das Artes.

Na perspectiva de superar a concepção fragmentada de ciência, expressa na proposta de divisão dos cursos de formação do professor de educação física propõe como MATRIZ CIENTÍFICA para a formação dos professores a HISTÓRIA: a história do homem e sua relação com a natureza. Tal proposta assegura-se quando da colocação da primeira pergunta ontológica para compreensão do ser humano – como o homem torna-se homem e como se dá o conhecimento?

A relação estabelecida pelo ser humano e a natureza, para garantir sua existência, dá-se no curso da história, portanto, somente a partir da história enquanto ciência é possível tanto apreender e compreender o passado, o presente e o futuro do ser humano. Ao longo da história, também se configura a cultura corporal e o trabalho pedagógico, pontos centrais que estabelece identidade ao profissional de educação física.

A Educação Física se caracteriza historicamente pelo trabalho pedagógico da docência no campo da cultura corporal, ou seja, a ação pedagógica no trato com o conhecimento da cultura corporal. Em qualquer campo de trabalho, a ação pedagógica é à base da formação acadêmica e do trabalho. Isto nos aponta a necessidade de considerarmos o princípio de estruturação do conhecimento científico no currículo. A docência, entendida como trabalho pedagógico, é, portanto, a IDENTIDADE PROFISSIONAL do professor de Educação Física, e isto podem ser

¹³ Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul o embate foi instalado mas o sistema de decisão que preve o voto proporcional 70% peso dos votos de docentes , 15% peso dos votos dos discentes estudantes e 15% peso votos dos funcionários técnico-administrativos derrotou a proposta dos estudantes.

¹⁴ Universidade Federal de Santa Maria a proposta dos estudantes foi vitoriosa.

verificadas pelos fatos quando nos reportamos à ação profissional e identificamos seu sentido, significados, finalidades, meios e métodos ao longo da história.

Caracteriza-se, também, por ser um campo de conhecimento que se estrutura a partir das práticas históricas, socialmente produzidas, cientificamente estudadas e investigadas e, criativamente ensinadas de geração a geração.

A consolidação desta identidade para o exercício profissional requer:

- 1) Sólida formação teórica de base interdisciplinar na perspectiva da formação omnilateral;
- 2) Unidade entre teoria/prática que significa assumir uma postura em relação à produção do conhecimento que impregna a organização curricular dos cursos, tomando o trabalho como princípio educativo, e ênfase na pesquisa como meio de produção do conhecimento e práxis social.
- 3) Gestão democrática – que permitam a vivência e o trabalho com relações de poder democráticas e não autoritárias;
- 4) Compromisso social com ênfase na concepção sócio-histórica do trabalho, estimulando análises políticas sobre as lutas históricas pela superação da sociedade de classes, para que seja garantido o acesso aos bens a todos que dele participam em sua produção.
- 5) Trabalho como princípio educativo – eixo norteador da formação omnilateral.
- 6) Formação continuada para permitir a relação entre a formação inicial e continuada no mundo do trabalho;
- 7) Avaliação permanente como parte integrante das atividades curriculares, de responsabilidade coletiva a ser conduzida a luz do projeto político pedagógico da instituição, abarcando as dimensões da avaliação da aprendizagem, do docente, dos programas e projetos, da instituição.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA SUPERADORA

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação – Licenciatura Plena de Caráter Ampliada em Educação Física foram desenvolvidas em consonância com os princípios enunciados no Parecer n.º. 776/97, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), constituindo-se num conjunto articulado de princípios e de orientações que devem ser considerados na proposição e no desenvolvimento curricular desta modalidade de curso.

As diretrizes curriculares constituem no entender do CNE/CES, orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as instituições de ensino superior. Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes curriculares devem observar os seguintes princípios:

- 1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- 8) Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Nesta perspectiva consideramos currículo como um fenômeno histórico, resultado das relações sociais, políticas e pedagógicas que se expressam na organização do conhecimento vinculados à formação do ser humano. Consideramos, portanto, como objeto do currículo o pensamento teórico, a atitude científica, a elevação das funções psicológicas superiores. Isso pressupõe a organização de conhecimentos pautada nas tradições cultural e científica do nível e/ou

da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do contexto sócio-cultural, superando as visões de currículo que se caracterizam pela organização formal, linear e fragmentada de disciplinas convencionais, e por uma excessiva carga de disciplinas obrigatórias com grandes vínculos de pré-requisitos.

A intenção é consolidar uma consistente base teórica, fazendo-o a partir da Teoria do Conhecimento que possibilita a construção do conhecimento a partir da categoria da prática, permitindo a organização do conhecimento em ciclos, da constatação de dados a realidade, as sistematizações, generalizações, ampliações e aprofundamentos. Para consolidar uma base teórica, a prática deve ser o eixo articulador do conhecimento no currículo, tendo a história como matriz científica.

Concebemos currículo, portanto, como uma referência nacional, de formação comum, relacionado ao padrão unitário de qualidade para oferecimento do curso e que se desdobra considerando as especificidades e particularidades do Brasil.

As Diretrizes aqui apresentadas foram formuladas a partir do reconhecimento de que a autonomia e a flexibilidade preconizadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) são inequívocas e representam um ponto de apoio para a ação pedagógica. A autonomia institucional diz respeito ao preceito legal, estabelecido na Constituição Nacional em seu Artigo 207 como já mencionamos nos pressupostos da presente tese.

Para garantir a unidade nacional em torno de uma consistente formação acadêmica assumimos a idéia da **base comum nacional** que deverá permitir uma consistente formação teórica, interdisciplinar, a unidade teoria/prática, a gestão democrática, o compromisso social, o trabalho coletivo, a formação continuada, a avaliação permanente, na formação acadêmica, para que o graduado compreenda criticamente os determinantes e as contradições do contexto em que está inserido e seja capaz de atuar na criação de condições objetivas para a transformação social. Estas idéias não são novas e vem historicamente sendo abrigadas, desenvolvidas e defendidas no fórum da ANFOPE – Associação Nacional pela formação dos profissionais da Educação - <http://anfope.spaceblog.com.br/>.

A base comum nacional deverá, portanto, permitir o domínio do conhecimento e seus meios de produção, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento produzido e que permita relações e ações transformadoras na realidade, tendo no horizonte um projeto histórico de superação do modo do capital organizar a vida na sociedade – modo este criado nas relações humanas e, portanto factível de ser alterado.

A partir dessas considerações gerais, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Educação Física foram desenvolvidas de modo a:

- Assegurar a autonomia das Instituições de Ensino Superior na composição da carga horária e duração dos cursos, bem como na especificação das unidades de estudo, observando-se o indicado na resolução que decorre deste parecer;
- Assegurar a sólida formação básica na área e o aprofundamento de estudos em campos temáticos de ação profissional ou de formação acadêmica, principalmente os que são motivo de estudos e investigações pelos grupos de pesquisa da instituição;
- Assegurar um processo de formação crítica que considere a articulação entre os conhecimentos de fundamentação e de ação profissional com as dimensões política, humana e sociocultural;
- Indicar os campos de conhecimento que comporão o currículo;
- Estimular e aproveitar práticas independentes, visando estudo de formação complementar para fins de integralização do curso;
- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos adquiridos fora do ambiente universitário, inclusive experiências profissionais relevantes para a área de formação;
- Fortalecer as unidades teoria-prática, tendo a prática como eixo articulador do currículo, a pesquisa como princípio educativo, por meio de atividades planejadas e sistematizadas em pesquisas, estágios, monitorias e atividades de extensão que deverão constituir como atividades essenciais o currículo da graduação;
- Nortear a formação acadêmica tendo como referência a discussão acumulada pela área bem como, as referências cientificamente atualizadas em áreas afins, que se mostram relevantes para a formação;
- Compreender uma concepção de formação humana omnilateral em contra-ponto a concepção de competências, não incorrendo no reducionismo que induz a compreender a formação em seu sentido meramente instrumental, mas sim, como uma política global que compreende dimensões humanas como a científica, pedagógica, técnica, ético-moral e política.
- Assegurar tanto o domínio dos meios de produção do conhecimento como o acumulado historicamente acerca da cultura corporal – objeto de estudo dos cursos de formação do professor de educação física.

DETALHAMENTO DA PROPOSTA

DENOMINAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO: Licenciatura Plena em Educação Física, de caráter Ampliado. Entendendo-se aqui como licenciado o que está apto a agir em diferentes campos de trabalho mediado pelo objeto de estudo a cultura corporal.

PERFIL DO GRADUADO:

O graduado em Licenciatura Plena em Educação Física com formação pautada em princípios estéticos, éticos, morais, políticos, técnicos, pedagógicos com base no rigor científico. Profissional qualificado para o exercício de atividades profissionais no campo da cultura corporal, que tenham como objeto as atividades corporais e esportiva, entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar cuja finalidade é possibilitar a todos o acesso aos meios de produção da cultura corporal e ao acumulado histórico de tal produção, resultante do processo de desenvolvimento da humanidade. Meios que possibilitem a construção deste acervo compreendido como direito inalienável de todos os povos, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana. O egresso do curso estará apto a exercer a docência em diferentes campos de atuação profissional – educação, saúde, lazer, políticas públicas, treino de alto rendimento-, a produzir conhecimentos científicos considerando como objeto de estudo a cultura corporal e, gerenciar, administrar no sistema público e privado esta área de conhecimento e de atuação profissional relacionada à cultura corporal.

A POLÍTICA GLOBAL DE FORMAÇÃO:

A política global de formação que dará identidade profissional e que é necessária caracteriza-se historicamente pelo trabalho profissional, tem o ato pedagógico no trato com o conhecimento acerca da cultura corporal como identidade, abrangendo as dimensões humana e político-social e tem por finalidade a formação omnilateral¹⁵.

A configuração das dimensões científicas, técnicas, pedagógicas, éticas, estéticas, morais e políticas deve ser a concepção nuclear na orientação do currículo de formação inicial do professor – profissional de Educação Física.

A formação acadêmica inicial deverá propiciar, portanto, o domínio de capacidades e habilidades para o trabalho pedagógico, o domínio dos instrumentos dos processos de construção, produção do conhecimento científico que fundamenta e orienta a ação profissional, além de competências para a

¹⁵ Omnilateral está sendo aqui empregado no sentido que lhe é atribuído na tradição marxista como sendo o contra ponto a formação unilateral e que contempla as dimensões da ciência, tecnologia, humanidades, artes e educação física, na perspectiva da formação para a transformação da sociedade e superação do capitalismo.

gestão e administração pública e privada deste patrimônio. Além destas competências e habilidades é imperioso que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação moral, ética e política, libertadoras, emancipatórias, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

O professor de Educação Física, além do domínio dos conhecimentos específicos para sua ação profissional deve, necessariamente, compreender e enfrentar as questões envolvidas com o trabalho capitalista, seu caráter e organização. É preciso demonstrar capacidade de trabalhar solidário, em grupo, com autonomia e auto-organização, para tomar decisões, bem como se responsabilizar pelas opções feitas. É preciso também que saiba avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, e que saiba interagir cooperativamente tanto com sua comunidade profissional, quanto com a sociedade em geral.

O desenvolvimento de tais dimensões requeridas na formação do graduado em Educação Física deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria e prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de ação profissional balizadas por posicionamentos reflexivos com consistência e coerência conceitual.

Tais dimensões da formação humana não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental. É imprescindível, portanto, que haja coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e a necessidade de emancipação e democratização política, humana e sociocultural para além da lógica do capital.

Portanto, tais dimensões da formação humana não podem ser compreendidas e nem reduzida às dimensões do aprender a aprender, do aprender a fazer, do aprender a ser e aprender a conviver, conforme a pedagogia do capital. Implicam também a consciência de classe, a formação política e a organização revolucionária.

O pressuposto dessas diretrizes identifica-se com uma concepção de currículo compreendido como processo de formação da competência humana histórica para a emancipação. Sendo assim, a formação é, sobretudo, a condição de refazer permanentemente as relações com a sociedade e a natureza, objetivando a superação da alienação humana.

Nesta perspectiva, a formação em Educação Física deve privilegiar:

- A cultura científica de base em ciências humanas, da terra, exatas, sociais e biológicas e nas artes, de modo a contribuir para formação humana emancipatória e omnilateral, para a adequação e o enriquecimento da ação profissional ética, bem como para possibilitar que a cultura corporal, tematizada nas manifestações clássicas e emergentes da Educação Física, seja compreendida e analisada a partir da articulação das suas dimensões científica, técnica, moral, estética e ética, política, pedagógica;

- O desenvolvimento das capacidades psicológicas superiores, a capacidade teórica, que se desenvolve na inter-relação e internalização de signos, culturalmente desenvolvidos e historicamente acumulados;
- A capacidade para analisar criticamente o real e agir para transformar, tendo como horizonte a superação das relações do modo de produção capitalista;
- O domínio tanto dos meios de produção como de conhecimentos clássicos e essenciais relacionados à cultura geral e à formação específica que são objetos das atividades humana e profissional, adequando-os às necessidades de emancipação sociocultural dos seres humanos e ao desenvolvimento democrático da sociedade;
- A atitude científica sobre os resultados de pesquisa para a adequação e o aprimoramento das ações humana e profissional em prol da consecução dos objetivos específicos e de formação sociocultural planejado;
- A compreensão e o domínio do processo de ação profissional nos campos de trabalho relacionados à tradição e com base no emergente da área e nas suas relações com o contexto no qual estão inseridos, a saber, o contexto da subsunção do trabalho ao capital;
- A resolução de problemas concretos da prática profissional e da dinâmica das instituições afins, zelando pela aprendizagem e pelo desenvolvimento das pessoas;
- A consideração crítica das características, interesses e necessidades das pessoas nos momentos de planejamento, aplicação e avaliação dos programas de intervenção profissional;
- A sistematização e socialização da reflexão sobre a prática profissional;
- A compreensão e as implicações sociocultural, política, econômica e ambientais do campo da cultura corporal e esportiva;
- A demonstração da capacidade de lidar crítica e autonomamente com a literatura pertinente e atualizada e com os diversos tipos de produção dos conhecimentos afins, reconhecendo a transitoriedade dos mesmos;
- O uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias, bem como para qualificar a intervenção profissional;
- A demonstração de sentido de cooperação, auto-determinação, auto-organização, solidariedade na relação com as pessoas, clareza, adequação e objetividade nas formas de comunicação escrita, verbal e não-verbal e desenvoltura no fazer didático, de modo a conduzir e compartilhar adequadamente sua atividade profissional;
- A capacidade de argumentação de modo, a saber, justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional com a construção do projeto histórico para além do capital, bem como

balizar sua ação profissional à luz da crítica às teorias produzidas a partir dos campos de conhecimento específicos e afins.

As dimensões gerais da formação deverão ser contextualizadas e complementadas considerando as relações entre, o geral da formação humana, o específico próprio à ação do professor, em particular do professor de Educação Física, definidas pela Instituição de Ensino Superior.

Ao desenvolver o conhecimento científico em conjunto pelo coletivo incidir na formação global reconhecida nos sujeitos, nos interessa:¹⁶ a capacidade de teorização - superação dos pseudoconceitos aos conceitos científicos, das representações ao real concreto, da alienação à desalienação; a organização do trabalho pedagógico – na prática pedagógica, no trato com o conhecimento, nos objetivos – avaliação; o sistema axiológico - atitudes, valores, representações perante a realidade complexa e contraditória; a compreensão e utilização dos processos de produção do conhecimento científico e no acesso coletivo dos produtos das relações de produção do conhecimento alterando-se significativamente a organização do trabalho; a compreensão política das relações de poder e da força que adquire o conhecimento em dadas relações de produção – força produtiva, ideológica e política.

Sucintamente, resumimos a proposta superadora e apresentamos um quadro comparativo que nos permite reconhecer nas variáveis os aspectos avançados que estamos propondo.

PROPOSTA SUPERADORA

EDUCAÇÃO FÍSICA FORMAÇÃO UNIFICADA – LICENCIATURA PLENA CARATER AMPLIADO

Carga Horária Mínima: 2800h

Integralização: 4 anos

PERFIL DO EGRESSO

Atuação profissional tratando do objeto de estudo a cultura corporal em campos de intervenção profissional que exijam o trabalho pedagógico, a produção do conhecimento científico sobre a cultura corporal e, a gestão e administração, pública ou privada do objeto cultura corporal.

TEMAS ABORDADOS NA FORMAÇÃO

¹⁶ Terminologia provisória para designar o reconhecido e amplo campo do qual decorrem saberes, conhecimentos, práticas consideradas e institucionalizadas com diferentes fins, metas, objetivos e interesses de classe. caracteriza-se básica e essencialmente pelo ato pedagógico que utiliza nas relações de produção as atividades corporais sistematizadas. Exemplificando: Nas escolas tem-se privilegiado conteúdos como Jogos Esportes, Dança, Ginástica, e outros, de acordo com interesses de classe predominantes, hegemônicos. Tal predominância pode ser identificada em cada local de atuação e intervenção profissional.

Os Conhecimentos de Formação Ampliada abrangem as seguintes dimensões: Relação ser humano – Modo de produção; Relação ser humano – Trabalho – modo de vida;

Relação ser humano – Sociedade - poder; Relação ser humano – Educação, Saúde e Lazer – cultura. Os Conhecimentos Identificadores da Educação Física abrangem as seguintes dimensões: Cultura corporal - natureza humana e meio ambiente. Cultura Corporal - mundo do trabalho/campos de trabalho; Cultura corporal – Territorialidade; Cultura corporal - Política cultural

AMBIENTES DE ATUAÇÃO

Modo de produção capitalista. Campos de trabalho em expansão – educação, saúde, políticas públicas, lazer, treino de alto rendimento. Mercados de trabalho – educação, saúde, lazer, políticas públicas, treino alto rendimento cujo objeto de estudo, de intervenção profissional seja a cultura corporal.

INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

Órgãos estruturantes das universidades - Sistemas de laboratórios; bibliotecas, sistema de saúde; sistema de informática; sistema de memoriais, museus, sistemas de documentação; complexos esportivos multifuncionais; reservas ecológicas. Biomas diversificados, territórios diversificados.

ANALISE COMPARATIVA DAS PROPOSIÇÕES

VARIÁVEIS	GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA MEC/CNE	LICENCIATURA - MEC/CNE	CURSO DE GRADUAÇÃO: LICENCIATURA PLENA AMPLIADA
CARGA HORARIA	3.200	2.800	NO MINIMO 2.800
INTEGRALIZAÇÃO	4 ANOS	3 ANOS	NO MINIMO 4 ANOS
PERFIL	atua no planejamento, prescrição, supervisão e coordenação de projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade, avalia as manifestações e expressões do movimento humano, tais como: exercício físico, ginástica, jogo, esporte, luta, artes marciais e dança. Pesquisa, analisa e avalia campos da prevenção, promoção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação	planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Física. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação Física, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento da Educação Física em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais,	exercício da docência tendo como objeto a cultura corporal – trabalho pedagógico em diferentes âmbitos de atuação, sistemas de ensino, saúde, lazer,

	<p>motora e do rendimento físico-esportivo. Planeja e gerencia atividades de lazer e de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais de modo compatível com as políticas públicas de saúde, primando pelos princípios éticos e de segurança</p>	<p>ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.</p>	<p>treinamento corporal esportivo; produção do conhecimento científico no campo da cultura corporal; gerenciamento, gestão e administração tendo como objeto a cultura corporal em diferentes âmbitos ou esferas – público e privado.</p>
<p>TEMAS ABORDADOS NA FORMAÇÃO</p>	<p>Administração Desportiva; Anatomia Humana; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Cinesiologia; Dança; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Fundamentos da Educação Física; Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Política e Estrutura da Educação Física; Prevenção de Acidentes; Recreação e Lazer; Respectivos Esportes; Ritmo e Movimento; Treinamento Desportivo; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).</p>	<p>Administração Desportiva; Anatomia Humana; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Cinesiologia; Dança; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Fundamentos da Educação Física; Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Política e Estrutura da Educação Física; Prevenção de Acidentes; Recreação e Lazer; Respectivos Esportes; Ritmo e Movimento; Treinamento Desportivo; História, Filosofia e Sociologia da Educação; Metodologia e Prática da Educação Física; Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à Educação Física; Psicologia da Educação; Probabilidade e Estatística; Legislação Educacional; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)</p>	<p>Objeto de Estudo: Cultura Corporal. Sistemas de complexos Os Conhecimentos de Formação Ampliada abrangem as seguintes dimensões: Relação ser humano – Modo de produção; Relação ser humano – Trabalho – modo de vida; Relação ser humano – Sociedade - poder; Relação ser humano – Educação,</p>

			<p>Saúde e Lazer – cultura; Os Conhecimentos Identificadores da Educação Física abrangem as seguintes dimensões: Cultura corporal - natureza humana e meio ambiente; Cultura Corporal - mundo do trabalho/campos de trabalho; Cultura corporal – Territorialidade ; Cultura corporal - Política cultural .</p>
<p>AMBIENTE DE ATUAÇÃO</p>	<p>Física atua em clubes; em academias de ginástica; em empresas de artigos esportivos; em clínicas; em hospitais; em hotéis; em parques; nos meios de comunicação. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.</p>	<p>Trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria</p>	<p>Modo de produção capitalista. Campos de trabalho em expansão – educação, saúde, políticas públicas, lazer, treino de alto rendimento. Mercados de trabalho – educação, saúde, lazer, políticas públicas, treino alto rendimento cujo objeto de</p>

			estudo, de intervenção profissional seja a cultura corporal
INFRAESTRUTURA RECOMENDADA	Laboratórios de: Anatomia; Biomecânica e Cinesiologia; Bioquímica; Cineantropometria; Comportamento Motor; Práticas Pedagógicas; Fisiologia; Fisiologia do Exercício; Informática com Programas Especializados. Campo de Futebol. Ginásios de: Ginástica; Lutas; Poliesportivo. Piscina. Pista de Atletismo. Sala Multiuso. Sala de Musculação. Biblioteca com acervo específico e atualizado	Laboratórios de: Anatomia; Biomecânica e Cinesiologia; Bioquímica; Cineantropometria; Comportamento Motor; Práticas Pedagógicas; Fisiologia; Fisiologia do Exercício; Informática com Programas Especializados. Campo de Futebol. Ginásios de: Ginástica; Lutas; Poliesportivo. Piscina. Pista de Atletismo. Sala Multiuso. Sala de Musculação. Biblioteca com acervo específico e atualizado.	Órgãos estruturantes das universidades - Sistemas de laboratórios; bibliotecas, sistema de saúde; sistema de informática; sistema de memoriais, museus, sistemas de documentação; complexos esportivos multifuncionais ; reservas ecológicas. Biomás diversificados.
BASE EPISTEMOLOGICA	Relativismo e ecletismo epistemológico	Relativismo e ecletismo epistemológico	Histórico-cultural
BASE PEDAGOGICA E METODOLOGICA	Escolanovismo, tecnicismo e neo-tecnicismo	Escolonivista, tecnicismo e neo-tecnicismo	Histórico crítico e crítico superadora

Com esta base comparativa e explicativa estamos apresentando, portanto, a minuta que se segue.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES ____/____, de __ de _____ de 2011, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em __ de _____ de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º – A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º – As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de professores, profissionais de Educação Física, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º – A Educação Física é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia.

Portanto, sua matriz científica é a história, do homem e sua relação com a natureza, com os demais seres humanos e consigo mesmo.

Art. 4º – O Curso de Licenciatura Plena de Caráter Ampliada em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófica tendo o trabalho como princípio educativo.

Parágrafo Único – O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para conhecer, compreender e analisar criticamente a realidade social para nela intervir por meio das diferentes manifestações e expressões da cultura corporal.

Art. 5º – A estrutura curricular do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliada em Educação Física deverá pautar-se em uma política global de formação, que eleve as funções psíquicas superiores, a capacidade do pensamento teórico e que observe os seguintes princípios:

- 1) trabalho pedagógico como base da identidade do professor, profissional de Educação Física
- 2) compromisso social da formação na perspectiva da omnilateralidade
- 3) sólida e consistente formação teórica, formação política
- 4) elevação da consciência de classe
- 5) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- 6) indissociabilidade teoria-prática;
- 7) tratamento coletivo e interdisciplinar do conhecimento;
- 8) ação investigativa crítica, solidária, coletiva, interdisciplinar na produção do conhecimento científico;
- 9) articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento a partir de sistemas de complexos que assegurem a compreensão radical, de totalidade e de conjunto.
- 10) avaliação permanente
- 11) formação continuada
- 12) respeito à autonomia institucional;
- 13) gestão democrática

14) condições objetivas de trabalho

15) Auto-determinação dos estudantes

Art. 6º – A identidade profissional baseada no trabalho pedagógico e as competências no sentido amplo de formação humana omnilateral de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional, deverão constituir a concepção nuclear do currículo de formação do professor, profissional de Educação Física.

Art. 7º – O currículo para o Curso de Graduação:Licenciatura Plena de Caráter Ampliada em Educação Física será constituído por Conhecimentos de Formação Ampliada Geral; Conhecimentos Identificadores da área da Educação Física; Conhecimentos do Aprofundamento da Praxis Pedagógica e Conhecimentos das teorias de Conhecimento e do desenvolvimento da pesquisa científica atitudes científicas. Cinquenta por cento (50%) destes conhecimentos serão organizados em disciplinas e atividades de caráter obrigatório e Cinquenta por cento (50%) de caráter opcional.

Parágrafo 1º – Os Conhecimentos de Formação Ampliada advém das áreas das ciências sociais, humanas, da terra, da saúde, ciências exatas e da natureza e abrangem as seguintes dimensões:

- a) Relação ser humano – Modo de produção;
- b) Relação ser humano – Trabalho – modo de vida;
- c) Relação ser humano – Sociedade - poder;
- d) Relação ser humano – Educação, Saúde e Lazer - Cultura

Parágrafo 2º – Os Conhecimentos Identificadores da Educação Física abrangem as seguintes dimensões:

- a) Cultura corporal - natureza humana e meio ambiente
- b) Cultura Corporal - mundo do trabalho/campos de trabalho;
- c) Cultura corporal – Territorialidade e Cultura;
- d) Cultura corporal - Política Cultural (Educação, saúde, lazer, treino alto rendimento)

Parágrafo 3º – Os Conhecimentos do Campo de Aprofundamento Práxis Pedagógica da Educação Física são compreendidos como o conjunto de fundamentos específicos que tratam de singularidades e particularidades na elaboração, implantação, implementação e avaliação das ações acadêmico-profissionais, em sistemas de complexos, em diferentes campos de atuação profissional;

I – Cada Instituição de Ensino Superior deverá propor seus sistemas de complexos, definindo a articulação de conhecimentos e experiências que os caracterizarão de acordo com sua capacidade investigativa e de pesquisa em diferentes campos de atuação profissional.

Art. 8º – O tempo de integralização do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliada em Educação Física será definido pelas Instituições de Ensino Superior, respeitando o mínimo de duração e de carga horária de 4 anos e de 2.800 horas, respectivamente.

Parágrafo Único – Da carga horária total, 30% (trinta por cento) será destinada ao Conhecimento de Formação Ampliada, 50% aos Conhecimentos Identificadores da Educação Física, e 20% aos Conhecimentos Identificadores de Aprofundamento da Educação Física, admitindo-se uma variação de até 5% para mais ou para menos.

Art. 9º – A prática de ensino com 400 horas deverá ser desenvolvida desde o início do curso, tendo como objeto de estudo a docência, devendo o Estágio Curricular obrigatório, com 400 horas, a partir do cumprimento de 50% da carga horária total para integralizar o currículo, sendo, necessariamente, supervisionado pela instituição formadora e articulado a projetos de ensino-pesquisa-extensão, tendo como objeto a atuação docente em diferentes campos de atuação profissional.

Parágrafo 1º – Da carga horária total do Estágio Curricular, 60% deverá ser cumprida tratando de diferentes sistemas de complexos, em diferentes campos de trabalho da Educação Física, – saúde, lazer, alto rendimento- ao longo do curso e, 40% no campo de trabalho vinculado ao sistema formal de ensino – Educação infantil, ensino fundamental, médio, superior e educação de jovens e adultos.

Art. 10 – Para os Cursos Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física será exigida a iniciação científica orientada por professores pesquisadores, mestres e doutores,

articulados a grupos e linhas de pesquisa, devendo culminar com a elaboração de um trabalho científico de conclusão de curso (TCCC), que caracterize uma monografia de base, articulados aos programas de iniciação científica e de incentivo a docência, na forma definida pela própria Instituição de Ensino Superior.

Art. 11 – As atividades complementares deverão perfazer 200 horas e serem incrementadas ao longo do curso, devendo ser entendidas como conhecimentos adquiridos de forma autônoma pelo graduando por meio de estudos e de práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de estágios extracurriculares, programas de extensão, congressos, seminários e cursos, atividades estas a serem reconhecidas pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 12 – Na organização do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física deverá ser indicada a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 13 – O Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física deverá obedecer à legislação específica emanada do Conselho Nacional de Educação para a Formação de Professores da Educação Básica e ser ampliada para atuação profissional tendo a docência como elemento identificador da atuação em diferentes campos de atuação do profissional: professor de educação física.

Art. 14 – A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física deverá ser acompanhado e permanentemente avaliado, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo 1º – A avaliação dos graduandos deverá basear-se nos princípios norteadores que assegurem uma consistente base teórica e o desenvolvimento de competências no sentido amplo de formação humana de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional.

Parágrafo 2º – As metodologias e critérios empregados para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em

consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

Art. 15 – Perfil do Egresso: O professor, profissional de Educação Física, formando pelo Curso Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado em Educação Física, tendo integralizado o currículo, estará apto a desenvolver as funções nos seguintes campos de trabalho e atuação profissional: **a)** Docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos; **b)** Gestão e Administração Esportiva que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos e de treino corporal, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à supervisão, à inspeção, à orientação e à avaliação em contextos escolares e não escolares no trato com o objeto de estudo – cultura corporal; **c)** Produção e difusão do conhecimento científico sobre a cultura corporal e do campo de trabalho da Educação Física, Esporte e Lazer e da Ciência do Esporte.

Art. 16 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, de ----- de 2011.

Presidente da CNE/CESA **GUIZA DE CONCLUSÃO**

Retomando a categoria “possibilidade de essência” descrita por Cheptulin (1982, p. 342) como sendo aquela cuja realização está ligada à modificação da essência da coisa, com a sua transformação em uma outra coisa, compreendemos que determinadas condições objetivas estão colocadas para avançarmos na luta contra a divisão na formação do professor- profissional de educação física.

Sintonizados com a luta de resistência, travada neste momento histórico, em todo o planeta, contra o imperialismo, contra os ajustes, contra o modo de vida capitalista, contra a perda de direitos e conquistas, consideramos de grande importância reconhecer que a possibilidade está posta. Este reconhecimento nos permitirá orientar a atividade prática e, em particular, a realização de planificações concretas de curto, médio e longo prazo.

As possibilidades estão em relação direta com a atividade prática humana, e sua consideração assegura uma orientação adequada das vias e dos meios de se chegar a esse ou

àquele resultado prático. As possibilidades são ilimitadas, à medida que a matéria passa de um estado qualitativo a outro e aparecem novas possibilidades.

Temos possibilidade sim de alterar os rumos da história e de romper os nós que foram amarrados pela construção de consensos que estão sendo desfeitos pela luta de classes.

Os estudos de Taffarel (1993), Nozaky (2004), Alves (2005), Santos Júnior (2005), Silva (2006), Lemos (2008) Brito Neto (2009), Cruz (2009), Dias (2011), Aranha (2011) Dutra (2011), Morschbacher (2012) demonstram que os embates são enormes no plano científico, acadêmico, político, que as propostas de unificação são minoritárias, mas, que o processo está em curso e não pode ser dado como acabado. Necessita, sim, a precisão nos rumos, nas tendências para que se de com precisão o combate ao reacionarismo na formação do profissional: Professor de Educação Física, no Brasil.

Neste sentido, estamos nos aliando às posições de resistência e de ofensiva e defendendo a tese da necessidade da formação unificada em um único curso de Graduação: Licenciatura Plena de Caráter Ampliado que deverá ser complementado com cursos de especialização, mestrado e doutorado que aprofundarão a consistente base teórica, a consciência de classe, a formação política e, a auto-determinação revolucionária dos professores de Educação Física formados nas universidades, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE – BRZEZINSKI, Iria. Dilemas e desafios nas políticas de formação de professores e de valorização dos profissionais da educação. ANPED, 05.10.2009

ANFOPE – BRZEZINSKI, Iria. Anfope em Movimento.: 2008-2010. Brasília: Líber Livro. Anfope: Capes, 2011, 136 p.

ARANHA, Otávio Luiz Pinheiro. Currículo de Formação de professores de Educação Física no Estado do para: Conteúdos curriculares, concepções pedagógicas e Modelos de Profissionalidade. Belém/Para. Universidade federal do para. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado em educação. 2011.

ARAÚJO, M. N. R. As contradições e possibilidades de construção de uma educação para além do capital no contexto da luta pela terra. III EBEM. Salvador, 2007.

A VERDADE. Revista Teórica da Quarta Internacional. Nº 62/63 janeiro de 2009.

BRITO NETO, Aníbal Correia. O Impacto das diretrizes Curriculares Nacionais nos projetos Político pedagógico dos Cursos de Graduação em Educação Física do estado do para. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do ará, Centro de Ciências Sociais e Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

CALDART. R. S. Educação do Campo. Notas para uma análise de percurso. 2010. (Mímio).

CHEPTULIN, Alexandre. (1982). A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Instituição das diretrizes nacionais de formação e professores para a educação básica

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Instituição da duração e carga horária do curso de licenciatura.

CRUZ, Amália Chatarina Santos. O Embate de projetos na formação de professores de Educação Física. Além da dualidade Licenciatura-bacharelado. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFSCV, 2009.

DIAS, Fernanda Braga Magalhães. A fragemntação da formação de professores de educação Física: Minimização da formação sob a ordem do capital. Dissertação Mestrado., programa de Pós-Graduação em Educação. UFSC, 2011.

DUARTE, Newton. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

DUTRA, Geovanna Caroline Zanini. Atualidade do debate sobre a formação unificada na Educação Física: Um balanço da correlação de forças na área. Monografia da Especialização em metodologia do ensino e da pesquisa em educação física, esporte e lazer. FAGED/UFBA. 2011.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. São Paulo: Global, 1990.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo. Moraes. S/D.

FÓRUM PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCENTE NA BAHIA. Proposta de Construção do Plano Estadual de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do Estado da Bahia. Governo do Estado da Bahia. Instituto Anísio Teixeira, 2010.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC . Criado em evento realizado em Brasília, 16 e 17 de agosto de 2010.

FREITAS, Luiz Carlos. Projeto Histórico, Ciência pedagógica e “didática”. In: Educação e Sociedade. Ano IX Número 27, Set/1987. São Paulo, Cortez, 1987.

LEMOS, Lovane Maria. Formação profissional e a inserção de egressos do Curso de Educação Física da UNIJUI no mercado e no mundo do trabalho: 1995-2006. Trabalho de Conclusão de Curso(Licenciatura em Educação Física) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008.

MORSCHBACHER, Maria. Reformas Curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação Pa lógica privada/mercantil. Pelotas/RS: Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Fpísica. Universidade federal de pelotas. 2012.

MARX; Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2º ed. São Paulo, Martins. Fontes, 1983.

_____. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.

MARX E ENGELS. A ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. Manifesto do partido comunista. São Paulo, Global, 1984.

MARX, K. ENGELS, F. LÊNINI, V e TROTSKY, L. O programa da revolução. Brasília, Nova Palavra, 2008

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo, Campinas: Boitempo, 2005

MÈSZÁROS, Istvan. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo, Boitempo, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Educação Básica. Diretoria de políticas de formação, materiais didáticos e de tecnologias para a educação básica. Coordenação geral de formação de professores. Programa Institucional de formação continuada de profissionais de educação.

MORAES, M. C. Dupla problemática do objeto da história: ontológica e metodológica. In: Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campo - anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC / CED / Núcleo de Publicações, 2000.

NASCIMENTO, M. SAVIANI, D. LOMBARDI, José. A escola pública no Brasil: História e Historiografia. Campinas: SP Autores Associados, 2005.

NOZAKY; Hajime Takeuci. Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão. – Niterói: UFF, 2004.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS JÚNIOR; Claudio de Lira. A formação de professores de Educação Física: A mediação dos parâmetros teóricos metodológicos. 2005. 157 f. Tese (Doutorado em Educação. Universidade Federal da bahia. Faculdade de Educação, Salvador/BA, 2005.

SAVIANI, D. (Org.) Instituições Escolares no Brasil. Conceito e e reconstrução Histórica. Campinas, SP Autores Associados. 2007.

SAVIANI, D. ALMEIDA, J; SOUZA, R. VALDEMARIN Vera. O Legado educacional do Século XX no Brasil. Campinas: SP Autores Associados 2006 A.

SAVIANI, D. ALMEIDA, J; SOUZA, R. VALDEMARIN Vera. O Legado educacional do Século XIX no Brasil. Campinas: SP Autores Associados, 2006 .

TAFFAREL, Celi. A formação do profissional de Educação Física: O processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no Curso de Licenciatura da UNICAMP. Tese de Doutorado. Orientador: Luiz Carlos de Freitas. Programa de Pós-Graduação em Educação. 1993.

TAFFAREL, CELI N. Z. e SANTOS JÚNIOR, CLÁUDIO de L. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura X bacharelado. In: TERRA, D. V. e SOUZA JÚNIOR, M. (Org.) Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia, GO: CBCE, 2010. pp. 13-48.

VENDRAMINI, Celi Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.

VENDRAMINI, C. R. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

VIGOTSKY, L. - A formação social da mente. SP, Martins Fontes, 1987

VIGOTSKY, L. - Pensamento e linguagem. SP, Martins Fontes, 1988.

VIGOTSKY; LEONTIEV; LURIA. - Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. SP, Icone, 1988

ExNEEF – 20 ANOS DE LUTA EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E SOCIALMENTE REFERENCIADA

Ediberto Almeida (Êgo)¹

Mateus Ballardin²

Introdução

Em meio ao ano em que se comemora 20 anos da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), vários estudantes do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) encampam junto à outros setores do Movimento Estudantil, dos professores e servidores técnicos administrativos, uma greve que hoje conta com cerca de 53 instituições federais paradas e já dura mais de 60 dias na luta por uma educação de qualidade, faz-se necessário o debate acerca da universidade e de momentos de luta ao longo desses 20 anos de ExNEEF, como este cenário de greve, que contribui para construir uma verdadeira formação crítica e de diferentes dimensões, ao mesmo tempo em que traz conquistas para a Universidade pública e para as três categorias fundamentais que a compõe.

A bandeira da universidade, dentre as quatro bandeiras que a ExNEEF carrega e alicerça suas lutas, é a única que sempre esteve presente nas reivindicações do MEEF a partir das ações que marcam o surgimento do movimento na década de 1950. A busca por uma formação profissional qualificada vem sendo pautada e discutida desde o primeiro Encontro Nacional de Estudante de Educação Física em 1980. De lá para cá, se passaram 33 anos de discussões, aprofundamento e proposições por uma educação de qualidade, que foram se tornando mais concretas ao longo do tempo e dos estudos, na busca de contrapor os avanços do capital e a metamorfose de seu mundo do trabalho que visa sempre o amoldamento do trabalhador as demandas de mercado.

A educação, atividade ontológica do ser humano e produto imaterial, ou seja, produto que não se separa do seu ato de produção (SAVIANI, 2007), com as contradições das relações humanas à partir das formas concretas de produção e a divisão da sociedade em classes, torna-se um instrumento de desenvolvimento das forças produtivas e da qualificação da força de trabalho que atenda aos interesses da classe dominante, aparato ideológico de manutenção das ideias hegemônicas vigentes, ou como afirmam Marx e Engels: “as ideias dominantes de uma época foram sempre as ideias da classe dominante”.

¹ Estudante de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana e Coordenador da ExNEEF – Regional 3.

² Estudante de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Coordenador da ExNEEF – Regional 6.

Enquanto isso, o Estado usa de sua aparência “neutra” para gerir os negócios da burguesia tal como ela deseja e ordena, e através dessa superestrutura política e jurídica que se ergue sobre a base material, é garantida toda a legislação para que a educação que deveria ser um bem social comum à todos se transforme em mercadoria, de forma com que essas legislações sejam instituídas e reproduzidas como corretas para toda a população e fazendo das instituições educacionais espaços estratégicos para formação do trabalhador requerido pelo capital e para o desenvolvimento da ideologia burguesa.

Na sociedade burguesa, a escola torna-se uma instituição burguesa, nascida no ventre da sociedade do capital, se vinculando ao ideário democrático-burguês e tomando parte da dinâmica produtiva e reprodutiva da sociedade. Dessa forma, enquanto microestrutura da sociedade burguesa, a escola se relaciona por redes complexas, tensas e contraditórias com a dinâmica social maior, onde toda e qualquer autonomia relativa e suas contradições não permitem, todavia, transformar a instituição escola, como sistema nacional de ensino, em uma instituição antagônica as diretrizes fundamentais do metabolismo social capitalista (SOUZA JUNIOR, 2010).

Portanto, a educação é um produto determinado pela sociedade, pelas diferentes formas de educação para a classe burguesa e para a classe proletária, através da intervenção direta ou indireta da sociedade por meio das escolas capitalistas (MARX e ENGELS, 2010).

Se na escola é assim, na Universidade não é diferente. Ela – a universidade – desde sua origem não cumpre o papel de atender às necessidades fundamentais da sociedade na qual faz parte, na perspectiva da classe trabalhadora, que são aqueles que constroem essa realidade, muito pelo contrário, ela cumpre importante função na manutenção da sociedade capitalista, na perspectiva de quem explora os trabalhadores (CONTE e SILVEIRA, 2010).

Fica claro então, que a educação institucionalizada e mais precisamente a instituição universidade, não está agindo apenas na questão econômica para gerar força de trabalho que a burguesia possa explorar, mas age também, no patamar político e ideológico para garantir à burguesia sua manutenção no local privilegiado da sociedade, em detrimento da exploração e destruição de toda a sociedade (FUCHS, 2011).

Mesmo a história nos mostrando que a universidade é uma instituição que irá produzir e reproduzir a sociedade vigente e seguir suas mudanças no decorrer da história (FUCHS, 2011), não se pode descartar o conhecimento produzido por essa instituição. Muito pelo contrário, este conhecimento mesmo sendo voltado para os benefícios capitalista, desempenha um papel histórico quando minimamente apropriado pela classe trabalhadora, pois, é pela apropriação desses conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade, que o ser humano se tornou capaz de se libertar de formas mais primitivas de organização, produção e reprodução da vida para formas mais complexas e avançadas. Este conhecimento, portanto, mesmo sendo burguês, faz-se necessário e de

grande importância para o desenvolvimento das condições necessárias a superação do modo de produção capitalista.

Dessa forma, a luta cotidiana travada dentro da universidade pelas categorias que há compõem, e em especial pelo movimento estudantil, torna-se de extrema importância para a garantia de acesso, mesmo que limitado, da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, pois, os dominados precisam dominar aquilo que os dominantes dominam.

A ExNEEF, ao longo desses 20 anos de vida, traz consigo a luta por uma educação e universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão... enfim, da garantia da qualificação na formação da futura geração de trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo, como dissemos anteriormente, entendendo a universidade enquanto uma instituição social que reflete de maneira determinada a base estrutural e o modo de organização da sociedade como um todo, e que, portanto, tem limites nesse modo de produção, essas lutas, trouxeram grandes conquistas para o MEEF e conseqüentemente fortalecendo esta entidade e conseqüentemente trouxeram benefícios as universidades, como o fim do “provão”, e as conquistas estruturais e na formação em diversas escolas entre outras conquistas efetivadas por manifestações e greves em todo o âmbito nacional.

Nas linhas que se seguem desse texto, abordaremos as lutas da ExNEEF nos seus vinte anos em torno da bandeira Universidade, entendendo que esta instituição vem sendo alvo de políticas educacionais realizadas pelo Estado, também conhecido como gerente do capital, baseadas em indicadores dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem como seu principal instrumento a Contra-reforma universitária iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, consolidada no governo LULA e que o governo Dilma vem dando continuidade, com o intuito de precarizar, sucatear e privatizar as universidades, transformando a educação em mercadoria, atendendo a lógica neoliberal, onde o estado se afasta de suas funções sociais se tornando mínimo para a população e máximo para o capital, visto as suas intervenções veementes nas crises cíclicas da sociedade capitalista.

Dividiremos nossa análise desses vinte anos em duas partes, não entendendo a história em etapas, mas sim para uma melhor organização didática e compreensão dos leitores: Na primeira abordaremos a luta da ExNEEF em torno da pauta nos seus dez primeiros anos, de 1992 a 2002, aos ataques feitos pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Na segunda, analisaremos nossos enfrentamentos contra os governos Lula e os primeiros anos do governo Dilma, de 2002 a 2012, onde enfocaremos os principais ataques feitos pelo governo petista às universidades públicas brasileiras, como o Programa de Reforma Universitária (REUNI) e o atual Plano Nacional de Educação (PNE) entre outros. Demonstrando claramente que os diferentes

governos que se passaram só fizeram aprofundar e intensificar o desmonte da educação pública à partir da lógica desumana de o capital garantir seus interesses.

De 1992 à 2002: a ExNEEF em defesa da Universidade pública frente aos primeiros ataques neoliberais

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física surge em meio a inserção do neoliberalismo³ no Brasil no início da década de 1990 com o governo de Fernando Collor de Mello.

Segundo Paulani (2006), no neoliberalismo, medidas como a de terceirização e a implementação do modelo toyotista de organização do trabalho produtivo, faz com que o capitalista aproveite a força de trabalho dos proletários em sua totalidade, sem com isso garantir direitos trabalhistas e redução da jornada de trabalho, visando sempre uma maior extração de mais valia do trabalhador.

Ainda segundo Paulani (2006) todo o conjunto de transformações neoliberais que mudaram a face do sistema produtivo, busca em última instância conferir ao capital a flexibilidade que necessita para aproveitar as oportunidades de acumulação no setor produtivo, financeiro ou nos negócios de Estado.

A partir deste período, deu-se início no Brasil uma reforma de Estado como parte estratégica mundial para superar a crise de acumulação capitalista, alterando a estrutura organizacional do Estado brasileiro delimitando suas funções típicas, reduzindo seu tamanho por programas de privatizações e terceirizações (ANDES, 2007), o que conseqüentemente trouxe reformas na educação superior brasileira, principalmente através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE).

Essa reforma de Estado seguida por uma reforma educacional fazem parte da proposta elaborada pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil. Esses organismos internacionais (BM e FMI) procuram utilizar a educação como instrumento de segurança para a classe dominante ao assistirem esses países periféricos com algum “punhado” de educação pública, para que a população não se revolte, em contraposição ao crescimento da educação privada (LEHER, 1999).

É a partir da inserção neoliberal que se inicia a reforma universitária tendo seu estágio mais avançado nos governos de FHC e de Lula. A universidade começa a ser pensada como uma organização, ao invés de ser entendida enquanto uma instituição, sendo administrada por ideias de gestão, planejamento, controle, previsão e êxito. Exatamente como uma empresa, descaracterizando a função social da universidade (CHAUÍ, 2003).

³ O neoliberalismo se expressa através da desresponsabilização por parte do Estado de funções que deveriam ser suas, como a Educação e a Saúde, investindo cada vez menos nesses setores, dando espaço para a privatização.

Este modelo de Estado neoliberal, implicar ser gestado como se fosse um negócio, mas tendo um resultado inverso, há uma dilapidação dos recursos do estado, encolhimento do seu tamanho para a população, atrofiamento do seu espaço econômico público, não querendo dizer que ele seja fraco, ao contrário, ele é muito mais forte e violento para conduzir os negócios e as demandas do capital (PAULANI, 2006).

De acordo com Paulani (2006), o discurso neoliberal no Brasil começou a se firmar nas eleições de 1989 com o discurso ‘liberal-social’ de Collor de Melo. E apesar de defender em seus discursos a ampliação das vagas nas instituições públicas, Collor favoreceu desde seu início de mandato a expansão das Universidades privadas. Segundo o ANDES (2007), o governo de Collor também trouxe a ideia da “Universidade de ensino” visando a elitização do ensino superior para alguns poucos.

Com o impeachment de Collor, Itamar Franco passou a dar continuidade a essas reformas no ensino superior, que, no entanto, só vieram a se consolidar no governo de Fernando Henrique Cardoso. É no governo deste último que o ensino superior sofreu definitivamente o impacto do sucateamento das Universidades Públicas.

Segundo Figueiredo (2003, p. 09), seguindo as recomendações do Banco Mundial, o então ministro da Educação do Governo de FHC, Paulo Renato, em 1996, apresentou três pilares para a reforma universitária, são elas: 1) Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); 2) Autonomia Universitária; e 3) melhoria do Ensino, através do programa de gratificação e estímulo à docência/GED.

A ExNEEF sempre se postou sendo contrária a estas propostas de precarização do ensino superior público e de mercantilização da educação oriundas do governo Collor. Mas, precisamente em relação a esses pilares da reforma universitária proposta pelo governo FHC, a Executiva de Estudantes de Educação Física, juntamente com outras Executivas e Federações de cursos, promoveram sucessivos boicotes ao Exame nacional de Cursos (Provão) instituído através da lei 9.131/95, por entender que está avaliação não avalia a realidade concreta dos estudantes, dos cursos e das instituições de ensino ao desrespeitar os aspectos regionais e a autonomia universitária, por ser uma única prova para todo o Brasil, por ter um caráter punitivo para aqueles que não conseguiram alcançar a nota ideal, além de divulgar as notas das instituições por uma questão de status, beneficiando principalmente as instituições privadas que propagandeiam quando recebem boas notas. Como afirma Silva et al. (2001):

“[...] o Provão se caracteriza por ser um método punitivo de avaliação, na medida em que divulga conceitos avaliativos sem sugerir mudanças que deem conta de superar as deficiências. Logo, a instituição que buscar uma melhoria não sabe em que se pautar para atingir seus intentos. Outra evidência do caráter punitivo da avaliação governamental é sofrida pelo estudante das instituições “reprovadas” na

Avaliação, composta da Prova já citada e da ACO (avaliação das condições de oferta), baseadas no projeto pedagógico da instituição e em sua infraestrutura física.” (p. 30).

Obrigatório para todos aqueles estudantes em seu ano de formação por pena de não receberem o diploma, o Provão em nenhum momento se colocou como uma avaliação transformadora, apontando problemas e propondo melhorias, muito pelo contrário, mascara a real situação das universidades públicas que sofrem com a falta de verbas, e serve de controle ideológico, controlando o conhecimento a ser produzido pelas universidades e a forma como se dá a formação desses profissionais, voltando-se para a lógica de mercado atendendo perfeitamente ao que foi pensada, incentivando a abertura de instituições privadas (CARVALHO, 2001).

“O ENC em momento algum leva em consideração as condições de funcionamento das universidades; por ser padronizado, o Provão ignora as diferenças de vocação das instituições e aplica um teste único de norte a sul do país e como se não bastasse, o MEC corta verbas da educação pública (70% dos recursos de custeio, financiamento de pesquisa, 5 anos sem contratar professores, má remuneração sem reajuste salarial, etc...), mas investe e incentiva a abertura de cursos e faculdades privadas” (CARVALHO, 2001, p.48).

Após anos de luta feita pelos estudantes organizados em suas executivas e sucessivos boicotes realizados, o Provão foi encerrado, o que não finalizou o ataque neoliberal às universidades públicas, no governo Lula surgiu alternativa de avaliação nos mesmos moldes do provão, o ENADE, que veremos mais adiante.

Frente aos outros pilares da proposta do governo FHC a ExNEEF também se fez presente na luta por uma verdadeira autonomia universitária onde as instituições possam tomar suas próprias decisões de maneira democrática e socialmente referenciada, diferente da proposta governista, que segundo Figueiredo (2003), confunde autonomia com autarquia, restringindo apenas a autonomia financeira, ao gerenciamento das receitas e despesas, tornando a universidade como órgão de administração.

A autonomia da universidade é comprometida nas atividades-fim (autonomia didático-científica), sua competência para definir o conhecimento a ser transmitido, a forma como transmiti-lo e os problemas a serem investigados, apresenta-se comprometida: a) pelo Exame Nacional de Cursos (Provão), que controla ideologicamente a universidade, definindo os conteúdos a serem transmitidos; b) pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que influenciam na formação de professores e, c) pelos Fundos Setoriais que financiam a Ciência e Tecnologia (C&T) no âmbito extra-universitário (FIGUEIREDO, 2003, p. 18-19).

Ou seja, todas essas medidas tomadas pelo Governo Federal, visam o crescimento das instituições privadas em detrimento das universidades públicas. O Provão, como citado acima, foi um dos instrumentos utilizados para que a partir das notas recebidas pelas universidades pudesse ser elaborado um ranking onde aquelas com as menores notas seriam punidas sendo forçadas a buscar

financiamento próprio abrindo espaço para a terceirização e privatizações. Ainda segundo Figueiredo (2003, p. 19), com essas investidas, podemos perceber a ingerência do Estado nas universidades, retirando o real sentido da autonomia universitária instituída na constituição federal e construída ao longo de sua história enquanto instituição social.

Essa autonomia financeira requerida pelo o governo deixa as universidades públicas livres para buscarem seus próprios recursos por vias privadas, ficando assim a um passo da privatização.

Utilizando-se também da Gratificação de Estímulo Docente (GED) para gerar uma concorrência entre os professores para aumentar a carga horária e conseqüentemente terem algumas migalhas a mais no salário, burlando a dedicação exclusiva e implementando o reformismo “a partir da administração inconsequente dos departamentos, centros e instituições pela cobrança de taxas por serviços prestado pela universidade em nome de uma sobrevivência acadêmica” (ALMEIDA, 2001, p. 39-40).

Diante desse cenário de ataque neoliberal aos direitos sociais historicamente conquistados e principalmente ao ensino superior público, o Movimento Estudantil de Educação Física representado por sua executiva esteve presente nas diversas mobilizações durante este período (já citamos algumas dessas nos trechos acima), principalmente naquelas onde se enfatiza a luta de classes existente em nossa sociedade, e que contribuiu para o fortalecimento da ExNEEF, de suas lutas, trazendo benefícios para as Universidades públicas. Como nos mostra Figueiredo (2003) a partir das greves realizadas pelas Universidades Federais de 1998 e 2001, sendo seguidas por diversas greves nas universidades estaduais.

A greve das universidades federais que ocorreu em 2001, contou com a participação efetiva da ExNEEF⁴ no Comando Nacional de Greve. Após a greve algumas conquistas foram alcançadas a nível específico e a nível nacional, proporcionando uma maior articulação entre os setores organizados de resistência a este modelo educacional, como relata Figueiredo (2003, p. 35):

A greve de 2001 das universidades federais obteve algumas conquistas relacionadas às reivindicações mais diretas, como reajuste salarial, manutenção do regime jurídico único (RJU), abertura de concurso público, verbas para assistência estudantil, além de possibilitar uma maior articulação dos movimentos de resistência, ao modelo educacional que vem sendo implementado, a nível nacional.

Impulsionado por essas lutas e conquistas a ExNEEF buscou se fundamentar ainda mais em relação a bandeira da Universidade, suscitando e estimulando discussões no âmbito da Educação, da formação de professores de educação física e sobre o papel da universidade pública em nossa sociedade, algo que já vinha sendo feito nos Encontros Nacionais, como no ENEEF de Recife-PE, em 1999, onde se acentuaram as reivindicações acerca da Educação Pública, Gratuita e de

⁴ De acordo com Figueiredo (2003, p.33), “a ExNEEF teve representação direta no Comando Nacional de Greve...”.

Qualidade, diante da política de reforma universitária cada vez mais acelerada; assim como no ENEEF de 2000, na Seropédica-RJ, onde foi colocada a importância da articulação com outros movimentos sociais para a construção de um coletivo contra hegemônico.

O ponto máximo deste período foi a realização do XXII ENEEF, em 2001, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o tema, “Educação Física e reforma universitária: resgatando diretrizes do movimento estudantil de educação física e propondo intervenções. Na carta de apresentação do encontro, é explicitado o objetivo de “delinear ações concretas venham contrapor à reforma universitária”, justificando a temática do encontro devido ao contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal para com a Educação pública, em consonância com a política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) com o intuito de implementação do neoliberalismo como alternativa a crise capitalista, tendo o Movimento Estudantil de Educação Física a tarefa de se organizar para opor-se a esta política educacional.

Ao final do XXII ENEEF, foram feitas diversas deliberações a cerca da reforma universitária, visando o aprofundamento no debate e o fortalecimento e consolidação das lutas da ExNEEF contra a reforma universitária e educacional:

- 1) Que os militantes do MEEF busquem instigar discussões sobre a reforma universitária e suas implicações na produção do conhecimento (ensino-pesquisa-extensão), em todos os espaços de atuação (órgãos colegiados, sala de aula, projetos), fundamentados nos posicionamentos deliberados no ENEEF; 2) Que a ExNEEF juntamente com outras executivas encaminhe a UNE um documento explicitando nosso posicionamento em relação ao projeto de reforma universitária do MEC, exigindo posicionamento oficial da UNE e sua inserção na luta; 3) Luta pelo fim do atual Conselho Nacional de Educação (CNE), em função da constituição de conselho composto paritariamente por trabalhadores em educação, estudantes, representantes dos sindicatos e unidades populares e eleitos respectivamente com mandatos revogáveis; 4) Luta pela abertura de concurso público para professores nas universidades federais e estaduais; 5) Posicionamento contra o provão pelo boicote e pela participação no plebiscito sobre o provão, por uma avaliação institucional qualitativa construída democraticamente objetivando a melhoria das IES; 6) Defesa da democratização do acesso ao ensino superior, bem como, a redução das mensalidades; 7) Posicionar-se contrário às diretrizes curriculares impostas pela Comissão de Especialistas (COESP) do MEC; 8) Combater as iniciativas de privatização da universidade, cobranças de taxas, fim do emprego público, etc. (Esta foi apenas ratificação de encontros anteriores) (FIGUEIREDO, 2003, p. 37-38).

Essas deliberações foram de suma importância para que a ExNEEF aprofundasse seus estudos em defesa da universidade pública e contra a reforma universitária, possibilitando o desenvolvimento de estratégias e táticas nessa batalha contra o desmonte do ensino superior.

Foi importante também para a articulação com outras executivas de curso para fazer esse enfrentamento, já que a UNE, então entidade representativa dos estudantes, neste momento já

aparecia de forma dúbia ao não defender os interesses historicamente construídos pela categorial estudantil.

A análise concretas de situações concretas, vez com que a ExNEEF já se prepara-se para o que estava por vir. A conciliação de classe imposta pelo governo LULA/PT nos anos seguintes, ao mesmo tempo que dar continuidade e avança nas políticas neoliberais iniciadas pelos governos anteriores, coopta várias entidades de luta de diversas categorias, dificultando a organização das mesmas, e fazendo necessário com que os Movimentos Estudantis de área, voltassem suas forças para uma reorganização a partir da base para que pudesse fazer o enfrentamento à política governamental de precarizações dos direitos sociais (como é a educação), que aparece agora muito mais violenta e disfarçada.

2002 à 2012 – 10 anos de luta contra a política de conciliação de classes

Como vimos nas páginas anteriores, a década de 1990 ficou marcada como o início da desertificação neoliberal no Brasil (ANTUNES, 2005), passando por sucessivos governos, a estratégia consensual “bancomundialista” de implementar uma política educacional de ajuste à configuração da hegemonia capitalista, ou seja, a hegemonia neoliberal, foi levada à cabo. Cardoso fechou um ciclo, conseguindo, não sem muita resistência, aprofundar o projeto burguês para educação, “em relação à educação da maioria da população prevaleceria, no geral, a diretriz de que esta deveria ser “minimalista”, aligeirada e superficial, dotada de caráter pragmático e utilitarista.” (Leher, 2010, p. nd).

Tal projeto foi duramente criticado pelos setores progressistas do país, incluindo o Partido dos Trabalhadores, então oposição ao Governo FHC, e principal instrumento de organização da classe trabalhadora. Lula da Silva, representava à época uma esperança de ruptura com a política neoliberal. Não tardou muito, para que aquilo que alguns já anunciavam acontecesse, Lula não só deu continuidade ao ajuste neoliberal, como o fez de maneira orquestrada, cooptando setores importantes de resistência, consolidando um bloco de poder nacional subordinado de forma consentida à burguesia internacional, com políticas operadas por seus principais agentes, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas (ONU), etc.

Pouco antes das eleições presidenciais de 2002, Lula lança seu compromisso-documento, a Carta aos Brasileiros, afirmando que se eleito manteria a agenda macroeconômica, o que segundo Leher (2009), alguns setores como o ANDES-SN, já previam um porvir difícil para o campo da educação. Tal documento buscou reforçar a confiança da burguesia nacional para com o projeto de conciliação de classes proposto pelo PT, ao qual resultou de um processo, de aproximação com

setores da burguesia, fazendo eco com as teorias de fim da história que hegemonizaram o pensamento político ideológico ao longo da década de 1990 e neste breve início de século.

Na carta ao povo brasileiro, Lula inicia com a seguinte frase “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos”. Tres verbos -que designam ação- crescer, incluir, pacificar, seriam as palavras chave do governo ao longo de seus 8 anos de mandato.

No que tange a Universidade, já no início de seu mandato, o governo logo tratou de criar um GT interministerial, que teve por função elaborar uma proposta de reforma universitária, que não havia sido feita por FHC, e que cabia agora à ele, para ajustar a Universidade ao novo cenário neoliberal. Podemos caracterizar dois momentos distintos da reforma.

Como o governo Lula havia sido eleito com base em um “acordo” entre as classes, expresso também na sua carta

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

Para o povo, Lula reservou a inclusão, para o empresariado o crescimento e para o governo a pacificação. Sabendo o apoio que encontrava em sua base, construída ao longo de quase três décadas de lutas populares, Lula tratou num primeiro momento da reforma universitária de agradar e conquistar a confiança dos mais desconfiados do seu governo, o empresariado.

A década de 90 foi marcada pela crescente expansão do capital privado em todos os âmbitos da sociedade, no ensino superior não foi diferente, difundidas as teses do capital humano, que defendem uma condicionalidade direta entre padrão de vida e quantidade de educação recebida, o capital privado viu na educação uma mercadoria em grande potencial à ser oferecida/vendida.

Na década de 1960, eram 80% de vagas públicas e 20% privadas, e após anos de neoliberalismo no Brasil, chegamos aos atuais 88,3% nas privadas e 11,7% nas públicas (CENSO, 2010). Como em qualquer outra empresa, a regulação da esfera privada está sujeita as leis do mercado. Um crescimento dessa ordem não poderia gerar senão uma crise no setor privado, com quedas nas taxas de lucro devido a grande concorrência, chegando ainda em 2004 numa total de vagas ociosas na casa dos 40%, sendo que esse número nas instituições públicas eram na ordem de 5% (ANDES-SN, 2004).

O primeiro conjunto de medidas da contra-reforma universitária vão centrar fogo na salvação aos empresários ou tubarões do ensino superior. Três programas chave desse primeiro momento: A lei de Inovação Tecnológica (LIT), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), todos amparados pela aprovação

das Parcerias Público-Privadas (PPP), que visam estreitar os laços entre o Estado, que entra como grande financiador e avaliador, e as grandes empresas, que entram com uma pequena parte dos dividendos e uma grande parte dos lucros. Tais parcerias demonstram o novo formato do neoliberalismo implementado por Lula da Silva, a partir da “conciliação” de interesses antagônicos.

Ao som de Geraldo Vandré, a juventude marcha nas ruas rumo ao ensino superior, essa era a propaganda comercial do programa Universidade para Todos (PROUNI), programa de maior aceitação da reforma universitária, que aliava os interesses dos empresários, pois o governo comprava às custas de isenção fiscal as vagas ociosas nas instituições privadas, suprimindo assim o principal fator gerador da crise, e ainda imprimia a tão sonhada inclusão das camadas populares na Universidade, mesmo que com o total de verbas que deixava de entrar nos cofres públicos dessem para abrir o triplo de vagas nas instituições públicas, mas fazer o que, Lula tinha um acordo a cumprir.

Em países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, em que o padrão de desenvolvimento se dá sob a forma de dependência, coube historicamente a Universidade Pública o desenvolvimento de ciência e tecnologia, algo que nos países centrais é feito no interior das empresas. Herdando de FHC um quadro de deterioração do quadro docente, a Lei Inovação Tecnológica visa transformar a Universidade Pública em um braço servil do capital industrial, sob as formas das parcerias público privadas, e mediadas por fundações ditas de apoio que sugam parte do capital que adentra na Universidade pública, vindo tanto da esfera estatal quanto do setor privado, que irão “incentivar” a inovação tecnológica a serviço das demandas industriais, utilizando-se da estrutura física e humana do público, retirando assim a autonomia da universidade em sua produção do conhecimento e acrescentando o empreendedorismo nas funções docentes. De fundo a LIT, as PPP, as fundações de apoio tem como base comum a privatização interna da Universidade pública.

As primeiras medidas da reforma universitária trazem uma clara tentativa de apagamento das fronteiras entre o público e o privado, entre o que é de uso comum à todos e o que é privilégio de uns poucos. Soma-se a isso a redefinição do papel do Estado neoliberal, e surge o SINAES como um novo mecanismo de regulação e ajuste da educação aos organismos internacionais. Tratando a educação como um bem social e não como direito de todos, podendo ser oferecida da mesma forma tanto pelo setor público como pelo privado, e portanto dignos de receber verbas públicas, afinal as instituições privadas estão prestando um serviço social, cabe as comissões internas e externas, formadas por uma maioria escolhida a dedo pelo governo definir os rumos dessas verbas.

Como sub-produto do SINAES, temos o ENADE, uma prova única em todo país que visa avaliar os estudantes ao final da graduação, desconsiderando as regionalidades, seguindo o caráter meritocrático/punitivo do SINAES, ofertando bolsas aos melhores colocados, amoldando a

consciência da classe trabalhadora ainda em seu processo de formação ao jogar estudante contra estudante, e de fundo cumprindo o papel diluidor das diferenças fundamentais entre o público e o privado.

É visível como esses primeiros passos da reforma universitário, cumprem com o projeto maior do governo Lula – crescimento, inclusão, pacificação – promovendo o crescimento econômico as custas da retirada de direitos da classe trabalhadora, sob a face maquiada da inclusão, e promovendo assim a difícil pacificação advinda do amortecimento das contradições da luta de classes.

É importante ressaltar que essa primeira parte da contra reforma universitária foi aprovada com pouca resistência da sociedade civil, sobretudo pelo processo de cooptação das organizações históricas tanto no âmbito sindical com a CUT, e no movimento estudantil, com a UNE, que desde o surgimento do PT desenvolveram-se atreladas ao partido, e que diante da degeneração e transformação do PT passaram também pelo mesmo processo.

Mesmo que sem alguns de seus principais atores, o segmento que fazia a crítica e a resistência ante o aprofundamento do ajuste, manteve-se. Setores como o ANDES trouxeram críticas logo na implementação de tais programas, e o MEEF não foi diferente, ainda em 2004, quando o Movimento ocupou o prédio do Conselho Nacional de Educação, a luta contra a implementação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, de fundo expressa uma concepção de educação superior contrária a engendrada pelos primeiros passos da contrarreforma. Tal luta, não esteve isolada, articulava-se com outros setores do Movimento Estudantil e Social, e ainda sindicatos e outras entidades que construíram o “Grupo de Trabalho e Mobilização – Vamos Barrar Essa Reforma Universitária”, que organizou um calendário de lutas em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, colocando-se contrário ao aprofundamento neoliberal que ensaiava seus próximos passos. Para se ter uma ideia, assinaram a convocatória para a plenária nacional contra a reforma universitária:

Sindicatos: ANDES-SN – SINTUFJF – SINTUFES – SINTE-MED – SINTUFEPE – SINTEST/RN – SINTUPERJ – SINTUFF – SINPEEM – SINDCEFETEQ

Entidades Gerais: AACP (Associação de Alunos do Cursinho da Poli) – APG-USP/Capital (Associação dos Pós-Graduandos da USP) – CONLUTE (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes) – Fórum Estudantil de Luta contra a Reforma Universitária da UFAM – Fórum Fluminense de Lutas – UES/Santarém (União dos Estudantes de Santarém) – UMERP (União Municipal dos Estudantes de Rio Preto) – Grêmio do Liceu/Niterói – UMESG (União Municipal dos Estudantes de São Gonçalo)

Executivas e Federações de Cursos: ABEEF – DENEM – DENEIO – ENEF – ENEENF – ENEN – ENESSO – ENEV – ExNEL – ExNEEF – ExNEPe – FEAB – FEMEH – FENED

DCEs: FURG – UEFS – UEMS – UFAL – UFC – UFES – UNIARARAS – UFF – UFLA – UFMA – UFMG – UFPel – UFRJ – UFS – UFRPE – UFRRJ – UFS – UFSM – UFU – UnB – UNICEUMA – UNIFAP – UNIFESP – UNIFOR – UNIT – UPE – URI – UFPR – USP

Movimentos: MTL(Movimento Terra, Trabalho e Liberdade)

(comissão organizadora da Plenária Nacional, 2004)

O embate também se expressou nos diversos Boicotes ao ENADE que a ExNEEF, em conjunto, com outras executivas de curso, organizou e vem organizando ano após ano, colocando-se contrária ao exame de cunho meritocrático e punitivo, e defendendo uma avaliação que busque detectar as problemáticas da educação superior no país afim de que se construam políticas para superá-las. Articulando-se ainda à outras parcelas do Movimento Estudantil e dos Movimentos Sociais, vimos a ExNEEF presente em enfrentamentos que se fizeram frente a adequação utilitarista da Universidade, como por exemplo a luta contra o Parque Tecnológico na UFRGS, que visa atrelar a produção do conhecimento às demandas da burguesia industrial em detrimento da produção com referência no conjunto da sociedade, lógica essa estimulada pela Lei de Inovação Tecnológica.

A grande aceitação do PROUNI, somada a grande base estudantil da UNE nas Universidades Privadas, fez com que houvessem poucas mobilizações contrárias ao Programa, ainda assim, a ExNEEF não se furta de fazer a crítica a estratégia do Governo, reafirmada em seus Encontros, e debatendo às claras, que a crítica se dirige ao programa e não aos estudantes bolsistas, aos quais busca-se demonstrar o pano de fundo, afim de que os mesmos, consigam fazer a crítica ao Programa mesmo internos ao mesmo.

Com um alto índice de aprovação, em 2006 Lula se reelege, e pode então dar sequência ao seu desmonte do ensino público. Se num primeiro momento Lula centrou fogo nas universidades privadas era chegada a hora de reestruturar as Universidades Públicas. Tendo como carro chefe dessa nova onda o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que atrela a pouca verba destinada as instituições à sua adesão ao programa, que trazia como central, a expansão pela via do melhor aproveitamento do material humano e físico das universidades, com metas de dobrar o número de estudantes no ensino superior, com uma taxa de aprovação de 90%, número destoante com a nossa realidade, e aumentar a média de relação professor-aluno para 18 estudantes para cada professor. O aumento de verbas previsto era de no máximo 20%, meta essa que não foi possível de ser cumprida, o que fez com que diversas obras em todo o país que estavam sendo executadas para abarcar a meta de duplicar o número de estudantes fossem paralisadas pela falta de verbas e assim permanecem até o momento.

Um dos aspectos a se analisar quanto ao REUNI, é a própria forma como o mesmo foi implantado, um decreto presidencial, algo que foi muito utilizado por FHC e Collor, para

desconsiderar a posição do Congresso. Nesse caso, um decreto significa excluir o popular e democrático do programa do governo, pois o mesmo desconsiderou a posição dos diversos setores da educação do país, principalmente o ANDES, e o Movimento estudantil, que durante a implementação do REUNI em 2007 ocuparam dezenas de reitoria pelo Brasil, sendo contrário a implementação do programa nos moldes colocados pelo governo. Esse movimento foi importantíssimo para o Movimento Estudantil, pois possibilitou, mesmo que com limites, uma reorganização do ME por fora da UNE, que com verbas desviadas da área da saúde percorreram o país na caravana REUNI, defendendo o programa que, agora passados 5 anos de sua implementação demonstra o sucesso de seu objetivo: precarizar ainda mais a universidade pública, e aumentar os índices de adoecimento do corpo docente das universidades, devido ao aumento da exploração e precarização do trabalho dos professores.

No bojo da reforma o governo criou ainda a Universidade Aberta do Brasil, que se trata de uma fundação de direito privado que tem a função de organizar cursos a distancia de nível superior, tanto na graduação, como na pós-graduação. Tendo em seu discurso o objetivo de situar o Brasil na sociedade do conhecimento, o programa de fundo visa a formação de centenas de milhares de desempregados com nível superior, seguindo a promessa de inclusão, mas nos moldes da inclusão excludente. A educação a distancia tem se tornado a maior forma de expansão do ensino superior brasileiro, e garante ao governo números e estatísticas que escondem a realidade da reforma universitária no país (ANDES, 2007).

Sob o discurso de que a Universidade sob o modelo humboldtiano não correspondia as demandas do processo de desenvolvimento do país, o governo cria a Universidade Nova, tendo como referência a UFBA, a Universidade Nova cria cursos generalistas de curta duração, que dão direito ao título de bacharel em nada, caracterizados como ensino de terceiro grau, e que aos que tiverem melhor aproveitamento será concedido o direito à formação superior.

Esse segundo bloco de programas, garantiu o aprofundamento do projeto de governo pautado no crescimento, principalmente com a educação a distância que se tornou uma das formas mais lucrativas de se vender educação em qualquer esquina, e principalmente com o REUNI, o governo conseguiu incluir uma parcela da população brasileira no ensino superior público, chegando a dobrar o número de ingressos, garantindo assim a acomodamento de um setor que reivindicava esse direito.

Porém o que os números escondem, é que junto com o expansão sem qualidade do ensino superior e o crescimento econômico, expandiu-se também o número de desempregados no país e também o abismo social entre a classe dominante e os trabalhadores, que nunca estiveram tão endividados como no governo Lula. Essa é a principal contradição da sociedade do conhecimento, ou seja, a sociedade capitalista.

O processo de ocupações de Reitoria desencadeado em 2007 foi de tamanha intensidade e importância para o MEEF, que o décimo volume do Caderno de debates da ExNEEF, produzido pela gestão 2007-2008, traz como tema “O MEEF e as ocupações de reitoria em 2007”. O caderno narra as lutas desenvolvidas na USP, UFSM, UFRGS, UFPA, UFJF, UFBA, UFPR, UEPA, UFRJ, UFRuralRJ e UFSC. O primeiro texto do caderno, produzido pela coordenação geral da gestão⁵, traz uma retomada histórica, e sintetiza a análise do MEEF frente ao processo, situando o ano de 2007 como marcante para dar um novo fôlego à luta dos trabalhadores no Brasil. A deflagração da Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária, no final de 2006, com o objetivo de unificar e aglutinar o Movimento no combate contra as políticas devastadoras colocadas em curso no primeiro mandato de Lula da Silva e apontamento para o que viria adiante, o programa REUNI, tirou calendário de ações unificadas que oxigenaram a luta no âmbito Universitário no país.

O processo de ocupações, que teve início com a ocupação da UNICAMP e ganhou visibilidade nacional com a ocupação da USP, desencadeando a onda de ocupações pelo país, que tinha como pauta unificada a contrariedade à reforma-universitária e a solidariedade a ocupação da USP, articulando às questões específicas de cada localidade. O segundo levante de ocupações de 2007, teve como eixo articulador a resistência à implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, mesmo com a forte mobilização, o Programa foi aderido pela totalidade das Universidades do país, sobretudo por seu método de aprovação, que desce de um decreto presidencial e adentra a Universidade pelos Conselhos Universitários, que mantêm a estrutura decisória criada em plena ditadura militar, com professores representando 70% do peso de decisão, enquanto aos técnicos administrativos e estudantes correspondem 30%.

Quanto a implementação do REUNI, não há dúvidas, o movimento saiu derrotado, porém ao avaliar o processo, perceberemos que o Movimento estudantil transformou-se qualitativamente, sobretudo na caracterização quanto a entidade nacional que até então representava os estudantes no Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que serviu de braço do Governo para a imposição da contra-reforma universitária, colocando-se contrária ao movimento de ocupações, demonstrando seu afastamento da base real dos estudantes e sua falência para a organização das lutas estudantis combativas e independentes. Tal caracterização permitiu que no ano seguinte, durante o ENEEF realizado em Porto Alegre, o MEEF e sua entidade, a ExNEEF, rompe-se com UNE, com os seguintes apontamentos:

⁵ A coordenação Geral da ExNEEF, gestão 2007-2008, era composta pelos estudantes Eduardo Gottems Pergher e Shin Pinto Nishimura, ambos estudantes da UFRGS.

“Que a ExNEEF rompa com a UNE e priorize a formação e reestruturação de sua base, além de manter sua atuação no FENEX e construir outras lutas do ME (nº19)

A ExNEEF entende a importância de uma nova entidade para o Movimento Estudantil Geral porém não avalia a conjuntura como favorável para construção de uma nova entidade (nº20)

A ExNEEF se propõe a participar e construir espaços por fora da UNE de reorganização do ME combativo e de luta, inclusive um congresso nacional dos estudantes, levando em consideração as resoluções aprovadas neste ENEEF e as bandeiras históricas do MEEF (nº21)”

O rompimento e a caracterização da necessidade de uma nova entidade que surja do seio das lutas estudantis, vem sendo reafirmado desde então e compreende a perspectiva de reorganização pautada pelo MEEF atualmente:

“Ao romper com a UNE, o MEEF aponta a necessidade de reorganização do movimento estudantil pela base, garantindo a articulação entre outras executivas através do FENEX, mesmo com todos os seus limites, e, apontando a necessidade de construção de uma nova entidade nacional, capaz de reorganizar as lutas.” (ExNEEF, 2012, p. 164).

Mesmo as contradições apresentadas não deram conta de abalar a força do PT, e em 2011 pela terceira vez elege o presidente da República, agora com a figura de uma ex guerrilheira, Dilma Roussef. Que em seu primeiro ano já demonstra que assim como Lula pretende dar continuidade a implementação da cartilha neoliberal. Cortando 50 bilhões do orçamento para os insumos sociais, sendo na Educação mais de 3 bilhões. Dando sequência ao desmonte da educação pública no país, da mesma forma como fez Lula, à conta gotas, como expressam as MP's que agora com a forma de projetos de leis visam privatizar internamente os hospitais universitários, com a criação de fundações de direitos privados para gerir essas instituições e a criação do banco de professores substitutos que flexibilizam ainda mais as relações trabalhistas agora entre o Estado e os trabalhadores, colocando o modelo de contratação utilizados pelas empresas para aumentar seus lucros agora também no serviço público.

E para os servidores públicos que ainda possuem o “privilégio” de concursados o governo reservou um congelamento de salário pelos próximos 10 anos, o que motivou diversas greves e ocupações ao longo de 2011, greve essa que saiu derrotada, e com punição aos grevistas. Demonstrando que a ex-guerrilheira que antes colocava medo nos agentes da ditadura militar, hoje faz o mesmo, porém, com a classe que batiza o seu partido, os trabalhadores.

Nesse terceiro mandato tramita ainda o novo PNE, que busca transformar em políticas de Estado as metas essenciais da contra reforma, o que gerou uma forte mobilização ao longo do ano

de 2011, sobretudo com a criação da “Campanha por 10% do PIB para a Educação Pública Já”, organizada nacionalmente e composta por uma vasta gama de organizações da sociedade civil, entre sindicatos, partidos e movimentos sociais. A ExNEEF compôs os comitês e construiu a campanha com suas entidades de base, Diretórios e Centros Acadêmicos, por diversas Universidades do país, e no final de 2011, com o plebiscito nacional, que detectou a necessidade da implementação imediata dos 10% do PIB na educação pública.

Tal movimento foi importante, pois unificou diversos segmentos em torno da pauta única, possibilitando um amplo diálogo com a sociedade acerca da necessidade de se priorizar as políticas sociais, algo que vem sendo negado ao longo dos sucessivos governos, e ainda acumulou forças para a conjuntura atual, em que vivenciamos uma das maiores greves nas Universidades Federais da história recente do Brasil⁶.

Em Junho de 2012, a câmara, em reunião da comissão especial do Plano Nacional de Educação, aprovou a elevação para os 10%, porém, com o condicionante de se atingir a meta em 10 anos, ou seja, em 2023, além de não prever se a destinação dos fundos será a educação pública ou privada. Tais encaminhamentos vão de encontro aos interesses do conjunto da sociedade, que reivindica a aplicação imediata da parcela do PIB para a educação pública, como forma de minimizar o atraso educacional no país. Tal medida, apoiada e comemorada pela UNE, teve como intuito desmobilizar e deslegitimar o forte grevista e a organização dos estudantes que retomaram o método de luta dos trabalhadores, com assembleias e a criação do Comando Nacional de Greve Estudantil, que num primeiro momento foi negado como representação estudantil para negociar com o Governo, mas que pela forte pressão do movimento estudantil que atua por fora ou como oposição de esquerda da UNE, obrigou-se a recuar.

Considerações Finais

Ao longo dos seus 20 anos de luta e resistência, a EXNEEF não titubeou na defesa de uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada na superação das mazelas sociais do país, articulando suas pautas específicas de um movimento de área, com as pautas gerais da educação e da luta de classes como um todo.

A greve nacional vivenciada atualmente, tem dado conta de comprovar a correta análise que o MEEF vem conseguindo construir ao longo da realização dos seus fóruns – Encontros Nacionais e Regionais de Estudantes de Educação Física e Conselhos Nacionais e Regionais de Entidades de

⁶ O presente trabalho foi finalizado em agosto de 2012, com o processo de greve ainda em andamento, com mais de 90% das Universidades Federais paralisadas, tendo na pauta de reivindicações, a melhoria por condições de trabalho, que articula os três setores da Universidade.

Educação Física – no que tange a necessária crítica as políticas iniciadas na década de 1990 e continuadas com o Governo petista, a necessária autonomia do Movimento Estudantil e a vinculação com a base dos estudantes.

A limitação deste trabalho, não permite conclusões acerca do movimento grevista, mas pode-se concluir que a contra-reforma universitária implementada nos últimos dez anos, se negativamente representou um misto de precarização e privatização interna da Universidade Pública, positivamente representou uma possibilidade de organização da classe em defesa da educação, abrindo um fértil período de lutas que tem demonstrado na prática os atores sociais desse embate, por um lado vemos o Governo petista e seus braços, como a UNE e o PROIFES, atuando pela manutenção da condição colonial da Universidade e do outro uma ampla parcela de setores buscando no próprio processo, sua organização autônoma e combativa, campo esse em que se encontra a ExNEEF, e a construção de uma Educação Pública e de Qualidade, que insira a Universidade no campo da disputa por projetos de sociabilidade em curso. A luta continua.

Referências

ALMEIDA, Renan de. Movimento Estudantil e Reforma Universitária: Reforma ou revolução? **Caderno de Debates ExNEEF n° VII**, 2001.

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2. Ed – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ANDES-SN. A Contra-reforma da Educação Superior: Uma análise do ANDES-SN das Principais Iniciativas do Governo Lula da Silva. Brasília, 2004.

ANDES-SN. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos ANDES n° 25**. Brasília, 2007.

CARVALHO, Déric H. Paranhos de. Avaliação institucional do MEC, um reflexo da política educacional do governo FHC: Avaliação ou auditoria. **Caderno de Debates ExNEEF n° VII**, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003.

COMISSÃO ORGANIZADORA, Plenária nacional contra a reforma universitária. **Universidade Pública, Direito de Todos! Vamos Barrar essa Reforma Universitária!**. 2004.

CONTE, Gabriel; SILVEIRA, Pedro. A Universidade na sociedade do capital. **Caderno de Debates ExNEEF, n° XII**, 2010.

ExNEEF, Gestão 2006-2007. **Caderno de Debates: Reformas do Estado e Mundo do Trabalho**. Volume IX. Porto Alegre, 2007.

ExNEEF, Gestão 2007-2008. **Caderno de Debates: O MEEF e as Ocupações de Reitoria de 2007**. Volume X. Porto Alegre, 2008.

ExNEEF, Gestão 2011-2012. A luta pelos 10% do PIB para educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada: a luta é pra vencer! In: **Universidade e Sociedade**. Ano 21, nº 50, junho 2012.

ExNEEF, Gestão 2011-2012. **Nota pública em defesa da campanha “10% do PIB para educação pública já!”**. 2012

FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. **Reforma Universitária e o Movimento Estudantil de Educação Física: Lute agora ou pague para sempre!** Monografia de graduação, Universidade de Pernambuco, 2003.

FUCHS, Marcius Minervini. Universidade: caminhos para o socialismo ou para a barbárie? **Caderno de Debates ExNEEF, volume XIII**, 2011.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista Outubro, v. 1, n.3, p. 19-30, São Paulo, 1999.

LEHER, Roberto. Educação no Governo Lula da Silva: A Ruptura que não Aconteceu. 2010. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítica 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política I: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NISHIMURA, Shin, PERGHER, Eduardo Gottens. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. **Caderno de Debates ExNEEF**, nº X. Porto Alegre, 2008.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: suas dinâmicas e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França (org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, 2007.

SILVA, Ariane Regis et al. Avaliação institucional na Educação Física: Em busca de uma proposta para a educação física. **Caderno de Debates ExNEEF nº VII**, 2001.

SOUZA JUNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, Sp: Ideias & Letras, 2010.

LICENCIATURA AMPLIADA

Marina El Hajjar Meneghel¹

Karen Moraes dos Santos²

Esse texto tem o objetivo de sistematizar o acúmulo histórico³ do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), que há mais de 30 anos estuda sobre educação, formação de professores e formação em Educação Física. Movimento que desde 2009 iniciou uma campanha pela formação unificada, intitulada “Educação Física é uma só. Formação Unificada Já!”. Campanha esta que partiu da necessidade dos estudantes compreenderem o porquê da divisão curricular em bacharelado e licenciatura, e a limitação de conhecimentos e campos de atuação, tendo como proposta a luta contra a divisão na nossa formação defendendo a Licenciatura Ampliada como forma de superar os problemas encontrados.

Em 2009, completou quatro anos da aprovação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que potencializam a fragmentação durante a formação, e alguns estudantes passam a já se formar em bacharelado e licenciatura. Esse contexto somado as contradições que estudantes encontram durante sua formação no seu currículo, culmina na campanha, por isso retomamos com força o debate sobre formação, em diversos fóruns do MEEF, como Encontros Regionais e Nacionais e Conselhos de Entidades, com objetivo de avançar na análise sobre a atual formação e perspectivar formas de superar as críticas apontadas. Continuamos os estudos referentes a uma proposta superadora para formação de professores de Educação Física, a Licenciatura Ampliada. Nesse texto apresentaremos os princípios da proposta de formação que o MEEF vêm discutindo e defende.

Compreendendo que os limites da formação hoje se dão para além dos marcos da divisão curricular e envolvem a educação como um todo e a Universidade, encontramos na nossa formação uma grande desarticulação entre teoria e prática; também sofremos com a falta de aplicabilidade dos conhecimentos tratados; com a realidade cada vez mais distante dos cursos; com o contato tardio e a produção de pesquisa somente a partir de um trabalho de conclusão de curso; a organização do

¹ Estudante de Educação Física pela UFRGS. Militante do Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança da UFRGS e Coordenadora Nacional de Imprensa e Divulgação da ExNEEF gestão 2011/2012.

² Estudante de Educação Física pela UFRGS. Militante do Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança da UFRGS e Coordenadora Regional de Imprensa e Divulgação da ExNEEF gestão 2011/2012.

³ Esse texto é embasado nos estudos do MEEF, em espaços de debates nos Conselhos Nacionais e Regionais, nos Encontros Nacionais e Regionais. Portanto é um acúmulo coletivo, sistematizado pelas autoras. Qualquer erro ou equívoco é de nossa total responsabilidade.

conhecimento de forma linear, fazendo com que não consigamos articular os conhecimentos para pormos em prática; uma formação unilateral, que se amolda as necessidades do mercado de trabalho, negando alguns conhecimentos produzidos historicamente; uma formação de capital humano em contraposição a uma formação humana. Todos esses problemas são potencializados com as novas DCN e ao longo do texto apresentaremos o caráter superador na proposta de Licenciatura Ampliada.

Iniciaremos caracterizando o modo de produção e a atual forma de acumulação do capital, como isso se desdobra em políticas para educação superior e atinge a especificidade da Educação Física. A seguir trataremos sobre a Licenciatura Ampliada, a partir de quatro princípios, a formação humana enquanto concepção de formação, a história enquanto matriz científica, o trabalho enquanto princípio educativo e a organização do conhecimento de forma espiralada. Ao final apresentaremos a campanha Educação Física é uma só. Formação Unificada já! Enquanto um instrumento de luta do MEEF/ExNEEF.

O Brasil e a Educação

Caracterizamos o Brasil enquanto um país de capitalismo dependente (Florestan Fernandes) que segue as diretrizes dos organismos multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO, entre outros - e aplica a política neoliberal no país desde a década de 90, cumprindo um papel dentro da divisão internacional do trabalho. As políticas neoliberais caracterizam-se, fundamentalmente, com a não intervenção do Estado nas áreas sociais, mas contraditoriamente o Estado vai atuar para grandes empresas, bancos, grandes indústrias. Então concluímos que o Estado é máximo para o capital e mínimo para os direitos sociais. O neoliberalismo⁴ atua na economia, na política, mas principalmente na ideologia, tornando os sujeitos cada vez mais individualistas e consumistas, pregando o fim da história, ou seja, afirmando que não há possibilidades de superar o capitalismo.

Na década de 90 essas políticas serão implementadas no Brasil principalmente com as iniciativas do governo do Fernando Henrique Cardoso com o Plano Diretor e a Reforma do Estado, e com a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência em 2002. Após 10 anos de mandato, pouco se tem feito pela classe trabalhadora, apenas políticas assistencialistas e de consenso de classe, aplicando de forma mascarada e por baixo dos panos a Reforma do Estado.

⁴ O Neoliberalismo surge na década de 40 em resposta ao Estado de bem-estar social que acontecia na Europa. Mas somente a partir da década de 70, com a necessidade de reestruturação produtiva pós crise é que ele ganha força através de políticas. Para saber mais indicamos a leitura de Perry Anderson e Ricardo Antunes.

Estamos vivenciando a época de maior privatização no país, retirada de direitos dos trabalhadores, a cooptação das entidades que antes representavam a classe trabalhadora e os estudantes, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a União Nacional de Estudantes (UNE), mesmo assim as greves estão aumentando a cada ano, tendo como exemplo esse ano de 2012 que inicia o segundo semestre com cerca de 20 categorias do funcionalismo público em greve.

A reforma do Estado brasileira vem com a justificativa de dar respostas à crise fiscal. Compreendemos que a crise do capital é estrutural, conforme Mészáros (2011), a crise se manifesta a partir de quatro aspectos: 1. seu caráter é universal, atingindo amplas esferas da produção; 2. seu alcance é global, atinge a todos os países do globo; 3. sua escala de tempo é extensa, permanente, diferente das crises cíclicas; 4. e seu modo de desdobramento é rastejante, em contraste com as erupções e colapsos do passado. Ou seja, a crise alcança todos os âmbitos da vida humana, é uma crise política, social, ambiental, econômica. Crise iniciada em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995). Nesse momento as ideias neoliberais, iniciadas na década de 40, em resposta ao estado de bem-estar social que acontecia na Europa, viram política, tanto para países de capitalismo avançado como Inglaterra, França, como países de capitalismo dependente, em toda a América Latina.

O capital traz em si a lógica destrutiva, ou seja, subordina as necessidades humanas a seu objetivo de acumulação e expansão (PERGHER 2012), com a educação não será diferente, a acumulação do capital em tempos de flexibilização se dá através da acumulação por desposseção (HARVEY, 2004), ou seja, retirando direitos já conquistados da classe trabalhadora.

É nesse contexto que está inserida a Educação Física. A partir da Reforma do Estado, a educação não sai ilesa, formula-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN), a nova LDBEN aponta para a criação do Plano Nacional da Educação (PNE), que serviria para estabelecer um plano de trabalho, financiamento e metas para a próxima década e para uma mudança no ensino superior no âmbito da formação, que foi a extinção da formação pelos Currículos Mínimos e criação de DCN. Na formação pelos currículos mínimos tínhamos grades fechadas, ou seja, um currículo mínimo padrão para todo o país, que deveria ser seguido para que o curso fosse reconhecido pelos órgãos nacionais. Essa forma já não estava servindo para as necessidades de formação de trabalhadores no país, que dentro da lógica de acumulação do capital e das reestruturações produtivas também precisa alterar a formação dos trabalhadores para superar as crises, então ligada ao novo padrão de acumulação a formação a partir de DCN possibilita maior

flexibilidade, pois elas são orientações a serem seguidas, logo, mais fácil de serem flexibilizadas e de serem postas a serviço do mercado.

Com a nova LDBEN e as novas DCN muitos cursos foram fragmentados em licenciatura e bacharelado, dividindo no processo formativo, os professores e os pesquisadores de uma mesma área, quem põe em prática e quem pesquisa, dualizando o processo de trabalho já em âmbito formativo. Essa fragmentação então, não é somente da área da Educação Física, pois é uma política para a educação a nível nacional.

Na especificidade da Educação Física temos ainda o Conselho Federal e Regional de Educação Física, o sistema CONFEF/CREF que, enquanto um agente do capital, vai potencializar a lógica de fragmentar o curso em todo o País, confundir a todos dizendo que licenciado pode atuar somente em escola. Passamos um momento de contradição nos marcos da formação de professores de Educação Física em todo o país, já tendo muitas escolas discutindo e reformulando seus currículos. Estudantes tendo acesso a Campanha por quase todo o País questionando sua formação, trabalhadores entrando em ações judiciais contra o Conselho que impedem, ilegalmente, os mesmos a exercerem a profissão.

As novas DCN servem para manter o status quo, e nela além da fragmentação do conhecimento, se encontra uma concepção de formação, formar capital humano, ou seja, a educação estará relacionada diretamente a economia, é necessário formar mão de obra qualificada para atender as necessidades do mercado. Como demonstra Fonseca (2010): “a educação potencializa para o emprego, perdendo sua especificidade como formação humana; funcional ao capital e perversa ao trabalho”.

Podemos ver claramente o que é ter uma formação pautada pelas necessidades do mercado de trabalho na própria história da Educação Física, onde na década de 80, que é marcada pelo “boom” das academias, se valoriza cada vez mais os ambientes não escolares, negando outra parte da profissão, e restringindo o acesso a uma formação e a uma atuação ampla. Dessa forma coloca-se estudante contra estudante, trabalhador contra trabalhador, não compreendendo que todos, independente da área de atuação, serão de uma mesma categoria, profissionais da educação e da saúde, professores de Educação Física.

As novas DCN estabelecem um perfil de formado visando garantir a flexibilidade do sujeito ao mercado de trabalho. Visa criar competências e habilidades, para adaptar e integrar o perfil profissional as exigências do sistema e a nova forma de acumulação, e tende reduzir o tempo de duração dos cursos de formação. Para isso, além das legislações já citadas, entra em curso a

aplicação das políticas de Contra Reforma Universitária, no Governo Lula/PT e continua com Dilma/PT, essas políticas visam atender de forma específica as Universidades Federais, levando elas a precarização, para mais tarde justificar a privatização do ensino superior, potencializa as Universidades privadas e faculdades, os cursos tecnólogos e o ensino a distância. Políticas essas que serão tratadas como políticas de Estado para os próximos 10 anos através do Plano Nacional da Educação – PNE – aprovado mesmo com a manifestação contrária dos setores ligados a educação e movimentos sociais, principalmente em se tratando do financiamento. Não vamos nos deter nesse texto a tratar sobre esse tema, mas é importante relacionar as mudanças específicas da área há um contexto maior da educação em geral e a educação superior, além das mudanças do próprio modo de produção capitalista, que é a base estrutural para todas essas políticas.

Dentro disso que apresentamos a proposta de Licenciatura Ampliada, síntese desses 30 anos de acúmulo do MEEF, tendo nesses três anos da Campanha “Formação Unificada Já, Educação Física é uma só!” um período rico de abertura de discussão crítica sobre as DCN aprovadas em 2004, e de avanço de formulação do próprio movimento em torno de suas bandeiras de luta.

Concepção de Formação

A humanidade do homem é produzida através da transformação da natureza pelo trabalho. E o mesmo constitui-se enquanto tal justamente pela apropriação desse patrimônio – material e espiritual – resultante do trabalho, e que foi acumulado pela humanidade. Sobre a apropriação dos objetos e fenômenos que constituem a realidade, Leontiev (1978 pág. 286) nos coloca que:

[...] é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade acumulada no objeto.

E é através do **processo educativo** que nos apropriamos *dos traços essenciais da atividade* que permitiram a criação do objeto. Isso possibilita ao homem reproduzir o mesmo objeto, assim como a partir da capacidade *criativa* que só o ser humano possui, se questionar sobre o contexto de necessidade no qual foi criado, e quais as outras necessidades que o objeto possa vir a suprir.

Perspectivar a formação do indivíduo na sua totalidade está presente ao longo da história da humanidade. Atualmente pouco se mudou do viés da formação dos tempos antigos, que era restrita a uma elite que não precisava trabalhar, onde a desigualdade era visto como algo natural e o patrimônio cultural restrito a uma classe. Entendemos que essas relações tenham que ser superadas para uma formação completa e irrestrita do ser humano.

No sistema capitalista além da formação do ser humano (o acesso ao patrimônio material e espiritual) ser formalizada e restrita através da escola, a formação é tratada agora como uma forma

de qualificar o trabalhador para que esse se insira minimamente no mercado de trabalho. A educação formal é então organizada em conteúdos e métodos, e inclui-se nesse processo também uma formação que desenvolvam habilidades e competências para se adaptar ao mercado de trabalho.

Porém nessa forma de produzir e reproduzir a vida como o caráter da compra e venda (desigual) da força de trabalho é tida como natural, negamos o aspecto de que a formação dos trabalhadores acaba sendo uma formação de mão-de-obra que no capitalismo se torna a única mercadoria do trabalhador, tendo que ser vendida para atender aos interesses de uma classe dominante detentora dos meios de produção.

A educação, assim como o trabalho estão assentadas sobre relações de produção, tendo como único objetivo a manutenção desse sistema que oprime e explora. A formação voltada para a lógica do mercado concretizada através da Teoria do Capital Humano de Theodore Shultz potencializa ainda mais a orientação da formação dos trabalhadores para o trabalho a serviço do capital. Shultz coloca justamente que os investimentos (fator K) nas pessoas e em sua formação trazem influência significativa sobre o crescimento econômico. Esse investimento na mão-de-obra era um ‘capital humano’, e que consistia basicamente em um investimento na educação, com o intuito de desenvolver habilidades, conhecimentos, atitudes e valores, que seria um diferencial para o desenvolvimento da economia e conseqüentemente das nações.

“Partindo do pressuposto de que o componente da produção que decorre da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras semelhante a qualquer outro investimento de produção, Shultz define o ‘capital humano’ como o montante de investimentos que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros”. (FRIGOTTO, 1989)

Se partirmos de uma análise da história enquanto matriz constituinte do conhecimento, conseguimos facilmente contrapor a Teoria do Capital Humano, pois essa não traz ao debate as relações de escravidão, colonialismo e imperialismo que foram postas diversas nações do mundo, e que por isso até hoje não se estabelecem como nações desenvolvidas. Como também conseguimos estabelecer uma crítica ao desenvolvimento **de habilidades e competências, e a falácia da empregabilidade**.

O equívoco de uma formação pautada pelas transformações econômicas e políticas mundiais fez com que a partir da crise da década de 70 e a ascensão do regime neoliberal se reestruturasse tanto o modo de produção das grandes indústrias quanto à forma de gerir do Estado e suas políticas ‘essenciais’. Reformas que afetaram diretamente a formação dos trabalhadores. A formulação das

atuais DCN para o curso de Educação Física é um exemplo, pois estão no bojo das políticas educacionais para a formação de um novo trabalhador flexível as novas demandas do capital. Esse novo modelo de produção flexível exige novas atitudes, habilidades e competências, visando um trabalhador flexível, para um mercado instável, ou seja, novas demandas de formação e qualificação profissional.

Houve uma necessidade de reestruturar a formação dos trabalhadores, mexendo em seus currículos, com o objetivo de desenvolver capacidade de se adaptar a diferentes funções: empreendedorismo de sua força de trabalho; atuar inter, multi e transdisciplinarmente. Sendo todos padrões que carregam traços latentes de subjetividade, pois se antes a qualificação profissional estava intimamente ligada ao posto de trabalho, agora o novo padrão carrega em si traços subjetivos, como coloca Vasconcelos: *“padrões de subjetividade, valorizando determinados atributos pessoais, ligados a individualidade, tais como: espírito de liderança, capacidade de relacionar-se em grupo, espontaneidade, etc”*.

Uma formação pautada na valorização do sentido individualista, objetivando desenvolver habilidades e competências a partir da meritocracia, que possibilite ao sujeito uma rápida adaptação às constantes mudanças que ocorrem no mercado de trabalho; para a empregabilidade, incentivando a competição pelos postos de trabalho, assim como também para o desemprego estrutural.

A fragmentação da Educação Física contribui ainda mais para essa lógica exclusivista da formação balizada pelo mercado. Não nos colocamos contrários a uma formação profissional e técnica, mas não aceitamos a divisão da área que restringiu os conhecimentos de cunho pedagógico para os licenciados, e os conhecimentos de cunho mais técnico para os bacharéis. Caracterizando como uma expropriação da classe trabalhadora, pois especializa ao invés de fornecer uma compreensão de totalidade dos conhecimentos que compõe a Educação Física. Além de ser um limitante na atuação desse profissional, pois não permite que esse tenha embasamento pra atuar amplamente dentro dos campos de trabalho da área.

Essas novas habilidades e competências a serem desenvolvidas nos trabalhadores dentro dos currículos de Educação Física remodelam e colocam a concepção da formação do sujeito para resolver situações-problemas do dia-a-dia, que envolvem diferentes graus de complexidade que se referem ao cotidiano social e educacional. Os estudantes são formados para serem competentes no mercado de trabalho, os casos de desemprego são, considerados dentro dessa lógica, como uma falta de competência do indivíduo para ‘resolver àquela situação complexa’; as situações complexas são postas como problemáticas a serem resolvidas, contudo não permite que o indivíduo compreenda essas problemáticas, colocando na adaptação a superação. Uma formação pautada no

desenvolvimento de competências e habilidades nega novamente o desenvolvimento da sociedade de classes e a lógica excludente do modo de produção capitalista, que necessita do exercito de desempregados, para a manutenção de seu lucro.

Podemos concluir que uma formação pautada pelas mudanças produtivas que servem a manutenção da lógica de acumulação capitalista não vem no sentido de melhor ‘qualificar’ os trabalhadores, bem pelo contrário, servem a lógica de qualificar para o mercado de trabalho, desqualificando a formação e a vida dos trabalhadores.

Por outro lado, a formação também pode nos apresentar elementos para que compreendamos mais a fundo enquanto seres sociais que estabelecem relações sociais para produzirmos nossas vidas e que tais relações não são prontas e acabadas, mas sim, podem ser (e foram ao longo da história da humanidade) modificadas e transformadas, ou seja, uma formação que, além de nos formar para a inserção no mundo do trabalho, nos permita compreender as contradições que existem no mesmo e apresente elementos para que possamos traçar estratégias e táticas para superarmos tais contradições.

Em nossa proposta trazemos a concepção de formação omnilateral, que nos permita desenvolver amplamente todas nossas potencialidades: técnica (da aplicabilidade dos conhecimentos); científica (de pesquisar e conceituar a realidade); político (de criticar e intervir na realidade social); filosófica (refletir, filosofar, capacidade criativa); cultural (de nos entendermos enquanto sujeitos criadores de cultura) dentre outras. Para explicar a omnilateralidade utilizamos uma citação de Manacorda:

“ O desenvolvimento da formação omnilateral deve ser entendido como o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e gozo, em que se deve considerar, sobretudo o usufruir dos bens espirituais (plano cultural e intelectual) além dos materiais e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”

A partir dessa perspectiva de formação humana partimos também ao entendimento do homem enquanto um ser omnilateral, com múltiplas capacidades a serem desenvolvidas, impossíveis de serem alcançadas dentro do sistema capitalista. Por isso temos claro a necessidade de superar através da luta organizada esse sistema que limita o ser humano a mão-de-obra para ser explorada, rumo ao projeto histórico socialista, que sirva aos anseios da classe trabalhadora.

Formando mais que um indivíduo, mas um sujeito histórico, nas suas diversas potencialidades, para intervir na realidade buscando sua transformação. Como bem coloca Marx que *pintores seriam ‘homens que também pintam’*.

Princípio Educativo

Os seres humanos diferentemente dos animais que se adaptam, têm sua existência fundada na modificação da natureza através do trabalho. Isso porque sua existência não está garantida somente pela reprodução da natureza de modo instintivo, como é feito pelos animais, mas a partir da sua transformação com objetivo de adaptá-la as suas necessidades de existência. Essa diferenciação é fruto de longos anos de evolução da espécie humana. Engels tratando da transformação do macaco em homem coloca:

Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos, e num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição [...] (Engels, 1896)

Pelo trabalho o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma, a mão não é apenas órgão do trabalho; é também produto dele (ENGELS, 1896). A partir do trabalho de transformação da natureza com uma finalidade, para servir aos fins associados à satisfação das necessidades do gênero humano, o ser humano muda a si próprio.

A transformação da natureza pelo homem também não é acidental, mas sim projetada, a capacidade de prévia-ideação é um diferencial também para o desenvolvimento da humanidade, e essa é uma capacidade somente humana, pois o ser humano ao perspectivar o seu ato futuro na transformação da natureza, ou seja o trabalho, o planeja para depois o executar. O homem, enquanto ser genérico, vai se transformando e desenvolvendo sua intelectualidade ao transformar o mundo que o cerca, pelo trabalho. Portanto, de acordo com Marx: “(...) o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.” (Marx, pp. 211-212).

Dizemos então que o trabalho tem uma dimensão ontológica para a humanidade. Ontologia do grego significa *conhecimento do ser*, é a parte da filosofia que trata do que é inerente a todos os seres humanos. O trabalho então se torna uma categoria ontológica, pois pertence à essência do ser humano. Sendo que somente através dele se funda enquanto tal, pois é a categoria que permite a interação do homem com a natureza, e com outros homens.

Ao longo da existência da espécie humana o trabalho, assim como os modos de produção utilizados por cada sociedade para produzir suas necessidades materiais, que são balizados pelo desenvolvimento das forças produtivas, sofreu modificações determinadas e determinantes de cada período histórico. Verificamos as várias faces que o trabalho foi tomando ao longo do tempo e como a educação esteve diretamente relacionada com esses processos produtivos. Do modo de produção primitivo ao asiático, escravista, feudal e capitalista vemos uma modificação na forma coletiva de produção á uma apropriação cada vez mais individual e nefasta do produto e do processo de trabalho.

Produzimos nossas vidas nos últimos séculos a partir de relações sociais de produção capitalista. A sociedade dividida em classes – burgueses e trabalhadores, onde uma minoria capitalista detém os meios de produção à custa da exploração da venda da força de trabalho dos trabalhadores – sua única mercadoria, nos apresentando a face mais avançada sob o domínio do capital da categoria trabalho – o trabalho alienado. Com o trabalho sob o domínio do capital o ser humano ao invés de evoluir e chegar mais perto da sua essência criativa se aliena dos processos de produção, e se aliena do fruto do seu próprio trabalho, agora mercadoria. Então, dentro do modo capitalista de produção da vida, o trabalho toma uma dimensão de alienação, ou seja, de afastamento do ser humano de suas capacidades humanas de transformação da natureza, o trabalho continua sendo a categoria fundante do ser social, porém nesse período histórico capitalista, caracterizamos o trabalho na sua forma histórica de trabalho alienado.

A educação, assim como o trabalho, passou por modificações ao longo da história. No seu próprio processo educativo, vinculado ao trabalho enquanto formador e transformador da gênese humana, servindo para o desenvolvimento do ser humano como um todo, na sua característica histórica onde o trabalho aliena de seu processo e produto, prevê uma educação não mais para sua emancipação, mas para manter as relações de opressão e exploração impostas pelo sistema capitalista. Os conhecimentos são selecionados pela classe dominante e reproduzidos dentro das instituições de ensino de forma fragmentada e desconexa com a realidade, não permitindo a compreensão das relações que determinam a realidade na sua totalidade.

Caracterizamos o trabalho como principio educativo, dentro da proposta de licenciatura ampliada, pois é a partir dele que apreendemos o mundo, ou seja, tomamos seus conhecimentos e aspiramos a realidade. Essa é a categoria pela qual a humanidade forjou-se como tal, e que mediado pelo trabalho relaciona-se com a natureza e cria relações entre outros seres humanos. No capitalismo não podemos caracterizar isso, pois o trabalho em sua forma alienada, distancia a

humanidade de sua própria essência e é um constante ponto de contradição para a classe trabalhadora.

Mas a história nem sempre foi assim, e traz indícios para a sua superação. O trabalho como uma construção social, humana, atividade criativa e que liberta mesmo sob seus traços históricos da sociedade dividida em classes, continua sendo princípio educativo dentro da nossa proposta de formação de professores de Educação Física, pelo caráter ontológico que possui, e pela necessidade de entendermos essa categoria fundante do ser social enquanto estratégia para superamos a realidade posta. Como nos afirma Mészáros:

“(…) estamos preocupados com um processo histórico, imposto não por uma ação exterior mística de predestinação metafísica (caracterizada como o inevitável “dilema humano”), tampouco por uma “natureza humana” imutável – modo como muitas vezes esse problema é tendenciosamente descrito – mas pelo próprio trabalho, é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser”. (Mészáros, 2006, pg.60)

A gênese humana se funda através do trabalho, da intervenção do ser humano na natureza para suprir suas necessidades. É nesse sentido que Savianni coloca que “*a essência humana é produzida pelos próprios homens*”, pois o trabalho é uma categoria fundante do ser humano. No capitalismo o trabalho assume outra característica do que a ontológico-histórica, se assume enquanto trabalho alienado, contudo mesmo assim continua sendo formativo, só que para a manutenção da lógica do capital.

O trabalho se caracteriza centralmente de duas formas na sociedade capitalista. Na sua forma ontológica, com a capacidade de desenvolver novas relações de objetivação e apropriação do fruto do trabalho acumulado pela humanidade. E sob sua forma histórica; o trabalho assalariado/alienado, sob a lógica do capital.

Defendemos mesmo assim **o trabalho como princípio educativo**, isto é, de onde de onde deve partir os conhecimentos, pelo entendimento de que o trabalho também permite que o homem aprenda quando trabalha. Como coloca Saviani:

“ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portando a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo” (pág.154, Saviani 2007).

O conhecimento teórico só tem sentido quando responde as demandas da realidade histórica de que se trata. Desde o início da história da humanidade a relação prática do homem na natureza através do trabalho nos permitiu afirmar que o fundamento da teoria é a prática

Hoje nossa formação longe de nos permitir ter acesso ao conhecimento através do trabalho, não nos garante nem mesmo apropriação de conhecimentos que partam da realidade. A proposta de formação presentes nas DCN do curso de Educação Física traz uma concepção fenomenológica de currículo, onde o conhecimento é aquilo que o próprio sujeito constrói através de suas experiências pessoais, negando a história e as demandas que incitaram. O estudo dos fenômenos, separando-os dos elementos sociais e históricos não abordará os conflitos das classes sociais e das mudanças estruturais que se apresentam nos povos. (TRIVINÕS, 2008).

Nossa proposta busca através da **práxis social**, que diferentemente da prática pela prática é uma ação refletida que busca a superação das contradições encontradas na prática com o embasamento da teoria, possibilitar que o futuro professor tenha acesso desde o começo de sua graduação à realidade. Isso garantindo desde o começo da nossa formação interfere diretamente na nossa própria relação com os conhecimentos que a universidade irá produzir e a sociedade, pois desde cedo nos defrontaremos com os desafios da sociedade capitalista no nosso locus de atuação, tais quais o sucateamento das escolas públicas, o trabalho infante-juvenil (FONSECA, 2010), ou a desregulamentação do trabalho dentro das academias e clubes (HAJIME, 2004) . Problemas que não somos preparados para intervir, vemos isso claramente quando vamos atuar.

Superar nossa formação balizada pelo mercado de trabalho que está em constantes modificações a partir das necessidades de o capital, onde o trabalho alienado mutila a capacidade criativa do ser humano, e formar um indivíduo histórico, capaz de compreender criticamente e se inserir na realidade no sentido de transformá-la são alguns dos desafios postos no nosso período. Dentro da bibliografia existente já temos alguns exemplos de experiências que apontam para uma formação politécnica, entendemos não como um conjunto de técnicas, mas uma forma de desenvolver multilateralmente o trabalhador, não separando teoria da prática, não separando trabalho intelectual do trabalho manual. Possibilitando ao trabalhador entender a íntima ligação das relações sociais com a ciência, do trabalho no seu sentido ontológico, quanto principal objetivação do ser.

Matriz Científica

A matriz científica seria a origem, a fonte do conhecimento sistematizado. Para compreender porque uma gama de conhecimentos determina a nossa profissão, para não desvincularmos a análise da realidade e compreendermos a essência dos fenômenos defendemos a história enquanto matriz científica.

Diferente dos defensores da tese de Fukuyama do “Fim da história”, nós afirmamos que sem a compreensão da história não temos a possibilidade de compreender, constatar, explicar e vir a transformar o real. Não é possível analisar um fato, um fenômeno sem compreendermos as múltiplas determinações que o caracterizam, que o identificam, que fazem com que ele se objetive de determinada maneira. Pegamos como exemplo o esporte futebol, se analisarmos pela sua máxima objetivação, analisaríamos a partir do alto rendimento, grandes equipes, grandes torcidas, mas para compreendermos como esse fenômeno se tornou tão relevante para a sociedade, é necessário compreendermos a sua história, os interesses políticos, econômicos e as relações sociais que o tornaram esse fenômeno, que envolve diferentes países através de grandes megaeventos, o que ele significa para além de sua aparência. Para termos condições de fazermos essa análise não podemos compactuar com a tese de fim da história, pois a história é a fonte e a origem do conhecimento.

É importante ressaltarmos que não defendemos aqui “a historiografia como ciência que estuda o passado e as marcas impressas pelos homens na construção de si mesmos e da sociedade” (TAFFAREL, DANTAS JR.), ou seja, não é somente contando a história de um determinado fenômeno que compreenderemos o que ele significa, mas entender a história como: “A ciência capaz de ser a síntese entre filosofia, política e economia, perspectivando dar conta da integralidade da ação humana no seu fazer-se histórico” (Marx e Engels)

Para conseguirmos dar melhor materialidade do que estamos defendendo, partiremos para a análise do objeto de estudo da Educação Física. O que determinou o conjunto de conhecimentos da Educação Física foi a cultura corporal, que ao longo do tempo, das necessidades da época, o ser humano foi produzindo, descobrindo diferentes possibilidades do seu corpo, se aperfeiçoando, criando novas expressões corporais, ou seja, a cultura corporal é:

“a materialidade corpórea que foi historicamente construída e, portanto, existe uma cultura corporal, resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos” (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

O objeto de estudo identifica quais os conhecimentos de determinada área, qual conjunto de conhecimentos necessários para atuação no mundo do trabalho. É importante compreender que o objeto de estudo identifica uma visão de mundo, interesses políticos e econômicos. Diferente do que está posto nas DCN (resolução CNE/CES 07/2004) e o que está em vigor em muitos cursos de Educação Física do país, não consideramos o movimento humano enquanto objeto de estudo da nossa área.

O movimento humano tem uma perspectiva idealista, isso significa dizer que o que determina um fenômeno é a idéia e não a matéria, na nossa perspectiva o que vem antes é a matéria

e a partir dela determinamos nossa consciência e a idéia sobre essa matéria. Na perspectiva idealista as idéias mudariam as relações sociais impostas, e sabemos que não são somente através de idéias e pensamentos que iremos modificar alguma relação, e sim a ação concreta e direta, isso não significa dizer que a consciência não é necessária, a idéia não é fundamental, obviamente são, mas não partimos dela, partimos das relações sociais, da concretude dos fatos. São as concepções de mundo, de educação que determinam as práticas docentes, que determinam as mudanças curriculares, que determinam a nossa formação, por isso nos contrapomos aquilo que está posto nas DCN.

O movimento humano recorre à filosofia liberal, que trata o indivíduo como único responsável pelo seu progresso, valoriza a obediência, as normas, a hierarquia (COLETIVO DE AUTORES, 1992), está embasado na pedagogia tradicional, biologicista e tecnicista. Através do movimento humano, perdemos a noção da história enquanto matriz científica do curso, e compreendemos cada fenômeno como simples atividade física para atingirmos determinadas capacidades físicas. Isso não significa dizer que negamos os conhecimentos biológicos e técnicos, mas eles estão relacionados com conhecimentos pedagógicos, filosóficos, políticos. Reafirmamos o que Taffarel e Escobar, trazem:

“Assinalar à disciplina Educação Física o campo da Cultura Corporal como objeto de estudo não significa perder de vista os objetivos relacionados com a formação corporal, física, dos alunos, senão, recolocá-los no âmbito espaço-temporal da vida real de uma sociedade de classes”.

O movimento humano tende a isolar os fenômenos, trata a Educação Física somente por um viés - o da atividade física - por isso denominamos de perspectiva unilateral. Através da lógica formal, analisa o conhecimento como simples soma de partes e não como uma totalidade, analisar significa sim separar as partes, mas sem perder a totalidade, estabelecendo nexos entre o singular, o particular e o geral.

A cultura corporal está embasada numa concepção materialista, expressando-se através do esporte, da dança, da capoeira, das lutas, da ginástica, do jogo. Tendo a lógica dialética como fundamento para análise dos conteúdos, análise da realidade. Na perspectiva da cultura corporal analisaremos o desenvolvimento mais avançado do fenômeno, para entender todo seu processo histórico, suas múltiplas determinações, entendendo que o conhecimento está em constante movimento e modificação.

Abaixo indicamos um quadro que simplifica o que tratamos aqui, quadro com base no grupo de estudos do dia 1º de abril de 2009 pelo Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança da UFRGS, compreendendo esse quadro somente para facilitar e sintetizar o que explanamos.

	Movimento Humano	Cultura Corporal
Base filosófica	Idealista	Materialista
Projeto histórico	Reprodução e manutenção da ordem capitalista	Socialista
Teoria do Conhecimento	Positivista – pós moderna	Materialista histórico dialética
Trato com o conhecimento	Lógica formal, etapista, linear	Lógica dialética. Espiralado, em movimento
Trato do conhecimento	Unilateral	omnilateral
Perspectivas e Objetivos	Competências físicas e aptidão física	Capacidades humanas, expressão corporal como forma de linguagem

Compreendemos que o objeto de estudo relaciona-se com toda a formação, ao definir os conhecimentos que deverão ser trabalhados com os futuros professores de Educação Física na sua graduação, ao definir qual a perspectiva de mundo que deve embasar essa formação, seja de reproduzir e manter a ordem, seja de buscar a transformação social, como também se relaciona com a organização do conhecimento, com a forma como trataremos os conteúdos na nossa prática pedagógica.

Enquanto professor de Educação Física somos responsáveis por trabalhar com a cultura corporal, seja em âmbito escolar ou não-escolar, e devemos compreender que o jogo, a dança, a capoeira, o esporte, a ginástica e as lutas, não são simples movimentos ou atividades físicas, mas são determinações construídas ao longo da história da humanidade, que através de diversas necessidades expressaram a intelectualidade com o corpo, a evolução através de expressões corporais, que sistematizamos e chamamos de esporte, de luta, etc... Esse conjunto de experiência humana deve ser trabalhado para cumprir diversos objetivos, de capacidade física também, mas não somente isso, de buscar a compreensão da realidade, de tornar seres críticos que busquem a superação dessa sociedade desigual.

Organização do conhecimento

A organização do conhecimento é a forma como distribuiremos ao longo do currículo as disciplinas e como as relacionaremos entre si e com nossa práxis social. Verificamos que além da

flexibilização do currículo, garantida pelas novas DCN, os currículos de quase todo o país são montados com uma variedade de disciplinas que, quase sempre, não se articulam entre si, muitas repetem os mesmos conteúdos, tornando mais difícil nossa compreensão da realidade e a forma como iremos atuar a partir dos conhecimentos tidos nas diferentes disciplinas.

Essa organização do conhecimento posta nos nossos currículos são lineares e etapistas, ou seja, guardamos os conhecimentos de uma disciplina numa “caixinha”, e assim sucessivamente com as diversas matérias que fazemos ao longo da nossa formação e dificilmente conseguimos relacioná-las. Dessa forma compreendemos o homem enquanto soma de partes e não como uma totalidade. A fins metodológicos podemos estudar a partir de fragmentos, mas sem perder a visão de totalidade.

Na proposta de Licenciatura Ampliada, procuramos novas formas de organizar o conhecimento, nossos estudos se embasam na teoria do Sistema de Complexos, de Pistrak (2000), mas compreendemos que essa teoria foi posta em prática em um período de revolução na antiga URSS, por isso é necessário estudar compreendendo os seus limites. Propomos, somente enquanto referência, os estudos dos pedagogos da Revolução Russa, que buscaram uma nova forma de trabalhar com os conhecimentos.

A organização do conhecimento é fruto da concepção de mundo, de educação. Da forma como está posta hoje, certamente se pretende exatamente aquilo que cumpre, nos tornarmos indivíduos alienados do processo e do produto do nosso trabalho, não compreendemos a totalidade de nossa formação e as relações sociais do modo de produção capitalista. Por isso, na proposta de Licenciatura Ampliada partimos da concepção de mundo embasada na formação humana, trabalhando com as diversas dimensões da vida - política, filosófica, cultural, científica - compreendemos que o trabalho é fundante do ser social e que devemos romper com sua forma histórica alienante, ao qual se caracteriza no sistema capitalista, e nos baseamos na cultura corporal, enquanto especificidade da Educação Física.

Trabalharemos a partir de três eixos fundamentais: a base teórica (os conhecimentos que teremos ao longo da formação), a práxis social (como iremos para a prática, e trabalhar com as diferentes áreas da Educação Física), a produção de conhecimento (a partir da prática e da realidade, deveremos utilizar o método científico para superar os problemas encontrados). A partir desses três eixos articulados podemos ir em busca de uma nova maneira de lidar com o conhecimento, rompendo com a lógica positivista, buscando no método dialético essa articulação. O método dialético admite que o conhecimento esteja em constante movimento e transformações, por isso é tão importante estarmos embasados na teoria, na prática e relacionando a produção científica

as necessidades da sociedade. Devemos compreender que o conhecimento não é estático e sofre influências do meio e de classe.

A partir desses três eixos, separamos os conhecimentos em: Conhecimentos de Formação Ampliada, Conhecimentos Identificadores da Educação Física (Formação Específica) e Conhecimentos de Aprofundamento de Estudo. Pois para darmos conta do mundo do trabalho, compreendemos que o papel da graduação é nos dar as bases necessárias para atuação, nos dar a visão de totalidade da nossa área.

Os conhecimento de formação ampliada dizem respeito a noção geral, de totalidade, compreensão do mundo, das relações sociais, do modo de produção, da história, da educação.

Os conhecimento identificadores da Educação Física, dizem respeito aos conhecimentos referentes aos elementos da cultura corporal (jogos, danças, esporte, lutas, capoeira, ginásticas), a organização do trabalho pedagógico nas diferentes área de atuação da Educação Física (escola, academias, clubes, hospitais, etc).

Os conhecimentos de aprofundamento de estudo, tem o objetivo de suprir as necessidades individuais de cada sujeito a partir do seu interesse de aprofundar sobre determinado tema. Seriam diversas disciplinas, optativas, para que o sujeito possa, a partir de seus estudos específicos, buscar o aprofundamento de estudo em determinado assunto.

Essas idéias são gerais para todo e qualquer currículo, não temos a pretensão de sugerir disciplinas, pois compreendemos que essa tarefa deve ser feita em cada unidade, com as especificidades regionais de cada escola.

Essas propostas nos fazem refletir o quanto é possível modificar, a partir de vontade política e embate social. Compreendemos que a educação não mudará o mundo, mas a partir dela podemos buscar maneiras de dar embate a realidade que o capital e seus agentes no impõe como forma “natural” de viver.

Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

A Campanha ‘Educação Física é uma Só, Formação Unificada JÁ!’ nesse ano completa três anos desde que foi lançada pelo MEEF em 2009, no Encontro Nacional de Educação Física (ENEEF) em São Paulo. A Campanha pela Unificação surge das contradições expressas na fragmentação imposta pelas DCN aprovadas em 2004 que dividiram o curso de Educação Física em Bacharel e Licenciatura.

O contexto em que a Campanha é lançada em 2009 e que se estende até hoje, é o de refluxo das massas populares do país que se deu principalmente após a eleição do primeiro presidente operário Lula/PT em 2002 e a cooptação das direções dos movimentos sociais e populares que acreditavam no governo. Os movimentos que rompiam com essas entidades cooptadas apontavam a necessidade de reorganização da esquerda, reorganização essa que também se expressava no âmbito do movimento estudantil. No ENEEF em 2008 o MEEF também delibera o rompimento com a UNE, entendendo que aquela entidade já vinha passando por um processo de burocratização pela maioria da juventude do PC do B (principal aliado ao governo do Partido dos Trabalhadores), e por isso não respondendo mais aos anseios do movimento combativo, como exemplo simbólico em 2007 se colocado a favor da Contra Reforma Universitária⁵. Nesse espaço também apontamos que a reorganização do movimento se daria voltando às forças políticas para as bases estudantis, potencializando a organização de diretórios/ centros acadêmicos e coletivos que compõem o MEEF.

Frente ao período que se estendia, de burocratização de DCE's, Executivas e Federações de Cursos, DA's e CA's, como também de criação de novas entidades estudantis como Conlute em 2005 e ANEL em 2009, afirmamos então que a Campanha pela Formação Unificada teve um papel fundamental na reorganização do próprio MEEF através do eixo político da formação, servindo para potencializar as escolas num período de fragilidade do próprio movimento.

A luta pela formação unificada nesses 3 anos de campanha se difundiu pelas escolas de Educação Física do país todo movimentando diversos coletivos, centros e diretórios acadêmicos através dessa pauta. Como consequência dessa movimentação que a campanha possibilitou, temos relatos da aproximação de estudantes novos à organização política em sua escola e também a formação e consolidação de militantes. O avanço nas críticas às atuais DCN e na formulação da proposta de Licenciatura Ampliada é, sobretudo, consequência da organização que se deu tanto por parte da ExNEEF em centralizar e operacionalizar a Campanha, no sentido de termos deliberações desde 2009 objetivando fortalecer, discutir, formular, articular, e expandir a Campanha, quanto também por parte dos coletivos que compõem o MEEF no dia-a-dia fortalecendo a campanha nas suas escolas.

A campanha cumpre um papel importante também no diálogo com outras pautas, como por exemplo a luta pela Universidade Pública e de Qualidade, já que ao debater currículo e formação fica impossível não perceber que a própria universidade, com a contra-reforma universitária, vem sendo desmontada o que também prejudica a formação dos estudantes.

⁵ Sobre a Contra Reforma indicamos o v. 9 do Caderno de Debates da ExNEEF de 2007. E os estudos de Kátia Lima e Roberto Leher.

Em 2011 tivemos uma boa inserção a partir da campanha dos “10% do PIB para educação pública já!” com o debate de educação básica e financiamento da mesma, pois ao compor essa campanha e se inserir ao plebiscito e comitês da campanha, percebemos a importância da articulação com outros setores da luta pela educação. Essa articulação foi importante para o debate de financiamento e do próprio PNE do governo que é mais uma medida de desarticulação da educação superior.

Lênin já dizia que *sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*. Através do acúmulo correspondente dos espaços do MEEF organizados pela ExNEEF conseguimos formular nossa própria proposta de formação, captar a totalidade como síntese de múltiplas determinações (MARX, 1982), que não se encontram somente na crítica ao cotidiano e no imediatismo. Possibilitou um avanço de consciência nos coletivos e fortalecimento do MEEF como um todo, pois através das problemáticas do currículo apontamos para outro projeto de homem e sociedade expresso na proposta de Licenciatura Ampliada, e também apontamos para a necessidade da luta pela educação como um todo, contra as propostas do governo Dilma/PT que tem colocado a educação a serviço dos organismos multilaterais. Proposta essa que além de proposta de formação também é um instrumento de luta, pois a aprovação da mesma é inconciliável com a lógica da formação imposta pelo capital. Dessa forma quando afirmamos enquanto Bandeira está se defendendo outra concepção de homem, de formação, de universidade e de mundo. Sendo um posicionamento político do MEEF frente à forma do capital organizar a vida.

Enquanto instrumento de luta cumpriu o também o papel de mexer na conjuntura da formação de professores de Educação Física do país, como não víamos desde as discussões que formularam as atuais DCN de 2004. Atualmente vemos grandes formuladores da área se posicionando em relação às DCN, além dos grupos de pesquisas decorrentes da Nota da Campanha que a ExNEEF lançou em 2010. Essa repercussão nacional é comprovada quando no CONBRACE que é o encontro da maior instituição de pesquisa da nossa área que é o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), vemos um espaço em que se discutiu concepção de formação e currículo. A Campanha hoje extrapola até mesmo as discussões da Educação Física, já sendo tema de diversos espaços estudantis de outros cursos, como da Federação de História, Economia, Comunicação Social, etc. E o MEEF/Exneef já sendo referência na discussão de formação, e tendo importante papel de socializar, com outros cursos, o acúmulo produzido no último período.

Nesse sentido ao analisar os processos de luta e embate em torno dessa pauta nas escolas temos que diferenciar cada processo e o que ele possibilitou para os diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e coletivo que compõe o MEEF. Ou seja, a maior vitória da Campanha não é aprovar

um ou dois cursos unificados, e sim a possibilidade que ela abre para rearticular os coletivos que compõem o MEEF, formar militantes novos, e abrir um período de novas discussões na área a cerca da formação de trabalhadores.

Entendendo a Licenciatura Ampliada enquanto uma bandeira que busca romper com as contradições da formação voltada para o capital, e que sirva de instrumento de emancipação da classe trabalhadora, essa bandeira não deve servir para conciliar os interesses dos estudantes com a ordem posta, e tentar ‘reformular’ a formação. Mas sim uma bandeira que busque potencializar as contradições presentes na formação, formar e organizar os coletivos no seu horizonte estratégico e romper com a lógica dominante que oprime e explora os trabalhadores.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

FONSECA, Laura S. Trabalho Infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas. 2010

FREITAS, Luiz Carlos. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. Cadernos do ITERRA, v.10– n.15 - setembro 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap.I.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, Hajime T. Educação Física e o Reordenamento do Mundo do Trabalho: Mediações da regulamentação da profissão. 2004

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

TRIVINÕS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2008

Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo

Alan Jonh de Jesus Costa¹

“La enfermedad y la muerte diaria nos enojan. No es porque haya tanta gente que se enferma o que haya gente que se muere. Estamos enojados porque muchas enfermedades y muertes tienen sus raíces en las políticas económicas y sociales que se nos imponen.”
(Una voz desde Centroamérica in Declaração pela Saúde dos Povos)

Introdução

O presente estudo se insere entre os que investigam e problematizam as concepções de saúde, o panorama geral das políticas públicas de saúde no país e os que no âmbito da Educação Física analisam suas práticas em busca de uma reorientação de seu processo de trabalho.

Deste modo, tendo em vista o caráter atribuído ao projeto que o demandou (Caderno de Debates da ExNEEF) o mesmo consiste em uma síntese que busca apresentar as contradições centrais colocadas em pauta pelas demandas populares em saúde, aprofundando os rumos das políticas públicas e das intervenções da Educação Física no setor.

O conceito de saúde/doença

Qual o caráter da doença? Existe uma essencialidade biológica no adoecimento humano?

Segundo Asa Cristina Laurel renomada pesquisadora da Epidemiologia Social estas polêmicas tem se intensificado desde o final das décadas de sessenta. “Discute-se se a doença é essencialmente biológica ou, ao contrário, social.” (LAUREL, 1982).

A busca por respostas que ajudem a identificar as causalidades e determinações das enfermidades esteve presente em várias fases da humanidade. Recebendo diferentes contribuições de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas de cada época, da concepção de mundo dos atores envolvidos. E acaba por colocar em viabilização distintos modelos de atenção em saúde.

Até o século XIX as interpretações sobre o processo de adoecimento humano podem ser divididas em duas grandes vertentes: a ontológica e dinâmica. Na *ontológica* a doença tem um caráter *sobrenatural*, extra-físico e a busca da cura se vinculava a práticas de caráter mágico-religioso. A *dinâmica* enxergava a doença como uma desarmonia entre forças vitais, reflete o início

¹ Professor de Educação Física Licenciado pela UEFS, Pós Graduado em Met. do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer pela UFBA. Membro da LEPEL - Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer UEFS. Trabalhador do NASF/Barreiras. Contatos: alanjonh@hotmail.com

da ciência positiva e orientava a busca pela cura na ingestão de substâncias que deviam propiciar o reequilíbrio da máquina.

A partir destas teorias explicativas, e com o desenvolvimento das forças produtivas (marcando o fim do feudalismo o início do capitalismo), temos o surgimento dos modelos de explicação formulados com base de disciplinas como a biologia e química.

O primeiro desses modelos é o monocausal que atribuíam à interferência de elementos biológicos (os germes) numa relação direta agente-hospedeiro a origem das enfermidades. Este modelo foi desenvolvido a partir dos avanços da microbiologia com Pausteur/koch. Nesta abordagem a origem das enfermidades se situa especialmente fora do organismo humano.

Um segundo modo de interpretar a doença nesta fase foi por meio do modelo multicausal ou modelo ecológico, consolidado numa tríade agente-meio-hospedeiro. Este modelo passa a incorporar aspectos sociais, culturais e econômicos, estabelecendo relações entre os modos de adoecer. No entanto, o faz somente com base estatística e quantitativa. Que traz como uma de suas vertentes o modelo de história natural das doenças, Em que Leavell e Clark (1976), consideraram que a perda de saúde é causada por agentes patológicos animados e inanimados.

Este paradigma médico-biológico evidenciado até aqui tem no final da década de 60 o desenvolvimento de um forte questionamento que perdura até os dias atuais. Desencadeado pela evidência das crises cíclicas do capital que acaba por colocar em contestação o modo dominante de satisfação das necessidades da classe trabalhadora, gerando uma busca por novas formas de interpretação dos problemas de acordo com os interesses da própria classe. Questionamento paradigmático que se apresenta no interior da medicina pela dificuldade em gerar novos conhecimentos á compreensão dos problemas de saúde provocados com o processo de industrialização (doenças cardiovasculares e tumores malignos) e na própria crise da prática médica que não atende a melhoria das condições de vida da comunidade. (LAUREL, 1982).

O terceiro modelo é o de determinação social das doenças orientado pelo materialismo histórico dialético, que além dos elementos biológicos que incluíam o envelhecimento e a maturidade, leva em consideração, os aspectos do ambiente, o psicológico, o físico, o social, o sistema de organização dos serviços e o estilo de vida (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000).

[...] por processo saúde-doença entende-se a resposta dinâmica que classes sociais manifestam de forma diferenciada, de acordo com sua inserção no sistema de produção, frente aos determinantes sociais, resposta essa, dada pelas características de riscos ou potencialidades que são reflexos do processo biológico de desgaste. (LAUREL, 1983; BREILH & GRANDA, 1986, p.40 apud QUEIROZ e EGRY 1988 pág 4).

Neste modelo ocorre a superação da relação de unicausalidade, e adoecer passa a ser entendido como processo modelado pela estrutura social. Nesta abordagem *a causa última do comportamento do processo saúde-doença deve ser buscada na forma segundo a qual a sociedade se organiza para a construção da vida social*. (FONSECA, 2006).

A teoria da determinação social do processo saúde-doença permite compreender como cada sociedade cria um determinado padrão de desgaste em função do consumo e gasto de energia pelos indivíduos no processo de reprodução social. Nas sociedades classistas, especificamente naquelas organizadas sob o modo capitalista de produção, a cada classe social corresponderia um determinado padrão de desgastes e potencialidades, manifestos através de condições negativas (riscos de adoecer ou morrer) ou positivas (possibilidades de sobrevivência), conseqüentes às formas historicamente adotadas pela sociedade para conduzir a sua vida social. (FONSECA et al 2006, pág 21 e 22).

De acordo com a Comissão Nacional de Determinantes Sociais e Saúde estes determinantes dizem respeito a desigualdades decorrentes das condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. Envolvem condições gerais de vida e trabalho como educação, lazer, saneamento, etc – e incluem elementos socioeconômicos, culturais e ambientais. Estes determinantes influenciam o estilo de vida já que as decisões relativas, por exemplo, ao hábito de fumar, praticar exercícios, hábitos dietéticos e outras estão também condicionadas pelos DSS – Determinantes Sociais e Saúde. (CNDSS, 2005).

A tendência do caráter histórico e social do processo saúde-doença foi analisado por pesquisadores da Universidade Autônoma do México, Laurel (1982) comparando as principais causas de morte naquele país em 1940 e 1970 e chega-se a conclusão que os perfis são claramente distintos entre os anos estudados e que estas diferenças não se devem a aspectos biológicos já que não são fruto da mudança etária da população.

Em um segundo estudo os autores analisam as condições coletivas de saúde no México, em Cuba e nos EUA no mesmo momento da história. O estudo comparado entre México e Cuba permite constatar que no México prevalecem as doenças infecto-contagiosas e uma elevada taxa de mortes por cirrose hepática. Cuba apresenta em maior prevalência as doenças cardiovasculares e os tumores malignos, as doenças infecto-contagiosas apresentam uma menor prevalência. Para negar uma possível influência nesta diferença de “doenças residuais” e devido à estrutura demográfica é feito uma análise de acordo com as idades das pessoas chegando-se a conclusão de que *as doenças isquêmicas do coração são três a quatro vezes mais freqüentes como causas de morte nos EUA na faixa de 35 a 64 anos do que em CUBA*. (LAUREL, 1982).

Outro estudo² apontado pela autora comprova a influência do aspecto social nas diferenças de causas morte na infância. A pesquisa demonstrou que o risco de morrer nos primeiros anos está diretamente relacionado com a ocupação do pai, ou seja, com o modo com que este se insere no mundo do trabalho. *Assim, a possibilidade de uma criança proletária urbana morrer antes dos dois anos de idade é quatro vezes do que a de uma criança de alta ou média burguesia; o risco da criança camponesa é cinco vezes maior* (LAUREL, 1982).

Estudos como estes que evidenciam a influência do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais no perfil patológico dos indivíduos/comunidades aos poucos ganharam campo especialmente a partir da Epidemiologia Social ou Crítica tanto na América Latina bem como no Brasil.

De acordo com a CNDSS:

Nós últimos anos, aumentaram também em quantidade e qualidade os estudos sobre as relações entre saúde das populações, as desigualdades nas condições de vida e o grau de desenvolvimento da trama de vínculos e associações entre indivíduos e grupos. Estes estudos permitem constatar que uma vez superado um determinado limite de crescimento econômico de um país, um crescimento adicional da riqueza não se traduz em melhorias significativas das condições de saúde. A partir desse nível o fator mais importante para explicar a situação geral de saúde de um país não é sua riqueza total, mas a maneira como ela se distribui. Em outras palavras, a desigualdade na distribuição de renda não é prejudicial à saúde somente dos grupos mais pobres, mas também prejudicial para a saúde da sociedade em seu conjunto. Grupos de renda média em um país com alto grau de iniquidade de renda possuem uma situação de saúde pior que de grupos de renda inferior, mas que vivem em uma sociedade mais equitativa. Um estudo comparativo entre os estados dos Estados Unidos da América revelou que os indivíduos que vivem em estados com grandes diferenças de renda possuem pior saúde que a daqueles com ingressos equivalentes, mas que vivem em estados mais igualitários. O Japão não é o país com maior expectativa de vida do mundo por ser o país mais rico ou porque os japoneses fumam menos ou fazem mais exercício, mas porque é um dos países mais igualitários do mundo (CNDSS, 2005, pág 1).

Entretanto a concepção de saúde/doença em hegemonia continua orientada pela lógica biológica e individual. O que segundo (Laurel, 1982) não se configura em erro mais em uma limitação que impossibilita o avanço do conhecimento.

² H. Behm, Social Economic determinants of mortality in Latin America. Mimeog. Apresentado na Reunião da ONU/OMS sobre "Economic and Social Determinants of Mortality and its Consequences", Cidade do México, 1979.

Com base nestes dados o que devemos nos questionar é como diante de tantas evidências mostrando as limitações da concepção biológica da doença e das práticas que a sustenta, o modelo de atenção em saúde do país continue reproduzindo tais posições?

Sociedade, estrutura social e modelo de atenção em saúde

O modo de organização de produção e reprodução da vida que apresenta como centro a propriedade privada dos meios de produção, a divisão social entre classes sociais e a exploração da força de trabalho humana enquanto mecanismo de produção da mais-valia carrega em si as mais graves determinações do adoecimento humano na atualidade.

Mais que padrão estrutural apresenta o capitalismo para criar desigualdades sistemáticas tão injustas e evitáveis e determinar condições sociais tão limitantes a capacidade de saúde de algumas pessoas?

No atual período da sociedade, a maior parte da riqueza é produzida nas fabricas. O operário que trabalha nesses espaços é livre para vender sua força de trabalho mais também se encontra desapropriado de qualquer outro meio de produção a não ser sua própria força de trabalho. Sendo estes meios de produção, propriedade privada de uma minoria que entrega ao trabalhador apenas o necessário para viver e continuar a trabalhar.

Segundo Karl Marx em Crítica da Economia Política:

[...] na produção social de sua vida, os homens ingressam em relações definidas, que são indispensáveis e independem de sua vontade, relações de produção correspondentes a uma determinada etapa de evolução de suas forças produtivas materiais. O grande total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o verdadeiro alicerce sobre o qual se ergue uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas definidas de consciência social. O Sistema de produção da vida material condiciona o processo da vida social e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser social, porém, pelo contrário, seu ser social é que determina a consciência deles. Num certo estágio de sua evolução, as forças produtivas materiais da sociedade entram em choque com as relações de produção existentes, ou – o que é mera expressão legal da mesma coisa – com as relações de propriedade dentro das quais ela tem atuado até então. (MARX, 2003, p, 24 e 25).

Mais o que vem a ser exatamente forças produtivas materiais, relações de produção, estrutura e superestrutura da sociedade?

Por *forças produtivas* material entende-se os elementos através dos quais a sociedade transforma natureza de acordo com a satisfação das necessidades humanas. Todos os instrumentos utilizados para transformação da matéria em um produto útil a vida humana. No sistema capitalista

na produção de mercadorias. São exemplos de forças produtivas materiais: as fabricas, máquinas, as matérias primas utilizadas e o próprio homem - força física e intelectuais - agente de transformação da matéria prima (ORM – Política Operária ,2010).

É importante situar que mercadoria não é o que se produz para uso particular de quem a produziu, mas tudo o que se produz para a troca, para o consumo de outra pessoa, que para ter acesso entrega outra mercadoria ou dinheiro. Possuindo, portanto um valor de uso e um valor de troca.

Na produção destas mercadorias:

Durante determinadas horas da jornada de trabalho, digamos 4, o operário trabalha de fato em troca do salário, isto é, durante esse tempo ele de fato criou valores equivalentes aos dos alimentos e demais mercadorias de que necessita. Marx chama esse trabalho de TRABALHO NECESSÁRIO, pois nessas horas o operário produz realmente em troca do seu sustento. Mas o fato do operário ter produzido em 4 horas exatamente os valores equivalentes aos valores das mercadorias necessárias ao seu sustento, não quer dizer que ele já possa encerrar o dia de trabalho. Ao assinar o contrato, aceitou trabalhar 8 horas, isto é, 4 horas a mais do que o tempo de trabalho necessário para obter os recursos que o sustentam. Nas 4 horas restantes a classe operaria produz um excedente de mercadorias cujo valor vai para o capitalista. Portanto, além do trabalho necessário, a classe operária é obrigada a executar um TRABALHO EXCEDENTE (ou sobre-trabalho), cujo fruto - chamado sobre-produto, ou mais valor, ou mais-valia - é apropriado totalmente pela burguesia. Aí está a exploração capitalista. (ORM – Política Operária, 2010, pág 21).

As relações de produção dizem respeito às relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção social da vida, que como observou Marx ocorre independente da vontade dos sujeitos.

No modo de produção capitalista estas relações baseadas na exploração da força de trabalho humana e na apropriação dos meios de produção orientam toda a estrutura social, política e jurídica da sociedade.

Neste sentido, as relações sociais estabelecidas entre os seres humanos, que tem por base a consciência social, que foi por sua vez determinada pela base econômica (relações de produção e forças produtivas) são chamadas de *superestrutura*. Superestrutura que reproduz através da educação escolar e não escolar, instrução e diversos outros meios de informação as idéias da classe dominante (detentores dos meios de produção).

De acordo com Marx e Engels:

Tal e como os individuos manifestam sua vida, assim o são. O que são coincide, por conseguinte, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem.

O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX, K e ENGELS, F, 1979 p.39).

Neste sentido nos afirma Ademar Bogo (2008) que algumas das consequências do modo de produção capitalista é que o consumo ganha status de criatura gerando formas de comportamentos, novos vícios e a perda da capacidade de percepção das diferenças.

O ato de comprar transforma-se num verdadeiro prazer a ser satisfeito pelo grande “bordel” em que se tornou o mercado. Como se estivessem numa festança, os consumidores potenciais “embriagam-se” e aceitam comprar aquilo que, que de fato, querem e também aquilo que se arrependerão de terem aceitado comprar. Com isso, as pessoas vão se tornando mais deprimidas, mais angustiadas e mais violentas; estas são as doenças epidêmicas dos tempos atuais obcecadas pelo dinheiro (BOGO, A. 2008, pág 13).

Desse modo o estado de saúde dos indivíduos coletivos, é reflexo em última instância da forma como o homem produz e reproduz sua existência:

[...] No desenvolvimento das forças produtivas, chega-se a uma fase em que surgem forças produtivas e meios de troca que, sob as relações existentes, só podem ser fonte de males, já que não são mais forças de produção, e sim muito mais forças de destruição (maquinaria e dinheiro); e intimamente relacionadas com isso, surge uma classe condenada a suportar todos os inconvenientes da sociedade sem gozar de suas vantagens que se vê expulsa da sociedade e obrigada a colocar-se na mais resoluta oposição a todas as demais classes; uma classe que forma a maioria de todos os membros de uma sociedade e da qual nasce a consciência de que é necessária uma revolução radical, a consciência comunista, consciência que, naturalmente, pode chegar a formar-se também as outras classes, ao contemplar a posição em que esta se encontra colocada... (MARX, K e ENGELS, F, 1979 p.77-78).

Na declaração para saúde dos povos 2012 os autores chamam a atenção para expansão de políticas financeiras, agrícolas, industriais e políticas a nível de governos nacionais e organizações internacionais que respondendo a necessidade do capitalismo privam as pessoas de suas possibilidades de sobreviver dignamente. E para o incremento das desigualdades entre as nações e no interior dos países através do processo de globalização e de liberdade econômica.

Afirmam que nas últimas décadas apesar dos níveis sem precedentes de riqueza em todo mundo a pobreza e a fome tem aumentado. A distância entre as nações ricas e pobres tem-se ampliado, assim como entre os mais ricos e pobres no interior destes países. Uma grande parcela da população mundial sofre com a falta de alimentos, água potável, condições de saneamento básico, terra, recursos para produção e de acesso a assistência a saúde. Os recursos mundiais estão concentrados cada vez mais na mão de poucos que se projetam a maximizar suas propriedades Os recursos naturais do planeta estão sendo esgotados em uma velocidade alarmante. Os serviços

públicos não satisfazem as necessidades da população, são pouco acessíveis, inapropriados, mal distribuídos e tem se deteriorado como resultado da redução dos pressupostos sociais dos diversos governos (Declaração para Saúde dos Povos, 2012).

No Brasil as políticas públicas de saúde orientadas pelo intenso processo da luta de classes no país especialmente na década de 90 com uma correlação de forças desfavoráveis a classe trabalhadora apesar dos avanços na definição da saúde como um direito social a ser garantido pelo estado não teve forças para garantir o caráter totalmente público, deste importante sustentáculo para todos os outros aspectos do florescimento ou da capacidade humana – a saúde e abriram-se as portas para investidas do capital.

[...] o sistema de saúde brasileiro é um modelo de saúde plural, composto pelo setor público e pelo setor privado, distribuídos em três sub-sistemas: o SAMS - Subsistema de Atenção Médica Supletiva, que envolve a medicina de grupo, a autogestão, a cooperativa médica e o seguro de saúde; SDD - Subsistema de Desembolso Direto, serviços auto geridos pela iniciativa privada em que o paciente paga diretamente pelos serviços e SUS (Sistema Único de Saúde) um sistema público, gratuito e unificado gerido pelo ministério da saúde, secretárias estaduais e municipais de saúde (COSTA, 2011, pág 22).

Segundo a ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em 2009 enquanto os investimentos per capita do SUS foram de R\$ 449,93 per capita o sistema de assistência médica supletiva recebeu o investimento de R\$ 1, 512.00 por usuários. Sendo que 60% dos gastos públicos são direcionados ao SAMS – Subsistema de Atenção Médica Supletiva e os 40% restantes aplicados em ações junto à totalidade da população.

Na rede hospitalar o setor privado ocupa quase que 71% dos leitos. No entanto mesmo mantendo apenas 29% dos leitos com caráter público o SUS financiou em 2007 mais de 73% das internações.

O nível de atenção secundária responsável pelas consultas especializadas, exames e tratamentos de média complexidade e prolongados não atendem a demanda da população, que muitos casos têm que esperar meses e até anos para realização de um simples exame. E é desenvolvido substancialmente pelas clinicas conveniadas que em muitos casos realizam procedimentos diferenciados e de baixa qualidade para os usuários do SUS quando comparado aos usuários de desembolso direto e planos de saúde atendidos pelo mesmo estabelecimento.

No nível da atenção básica temos um aumento gradual dos investimentos, entretanto a população continua sofrendo com a falta de acolhimento, tratamento não humanizado, pela falta de espaços físico adequado, de equipamentos e insumos necessários ao atendimento de suas necessidades de saúde.

Por outro lado, crescem as flexibilizações no âmbito da gestão, a inserção da lógica privada e produtivista no serviço público e a precarização nas garantias de manutenção empregatícia através das Fundações Estatais e das Organizações sociais.

No eixo do trabalho a política de pessoal é orientada centralmente por contratações com alto grau de precarização ligadas a apadrinhamentos políticos, sem qualquer estabilidade no quadro de pessoal. Elementos que se estruturam como uma imensa barreira a implementação dos princípios do SUS.

No cotidiano dos serviços por sua vez o modelo de atenção em saúde³ do SUS continua orientado pela concepção biologicista e curativista através da medicalização das queixas e das práticas individualistas a exemplo das consultas e exames.

Para Merhy; Cecílio; Nogueira Filho (1991), o que caracteriza os modelos de assistência está relacionado com questões como a definição de saúde e do que se recorda como objeto de trabalho, os instrumentos e saberes colocados em ação e o projeto político em viabilização. Todas essas variáveis se articulam diretamente no fazer cotidiano dos trabalhadores e desse modo os trabalhadores e usuários em suas relações conformam os modelos de assistência ao mesmo tempo em que são também produzidos como trabalhadores e usuários nesse trabalho. (FORTUNA,2003 pág 52)

Modelo de atenção em saúde que no caso brasileiro sofre forte tensão contrária a transformação conduzida pela atuação do complexo econômico-industrial que busca garantir sua margem comercial através do fornecimento de insumos, medicamentos e equipamentos médico-hospitalares. E no cotidiano pela própria resistência dos profissionais, fruto da falta de alinhamento a proposta do SUS e a inconsistência política do processo de formação dos profissionais da saúde.

Pode-se afirmar que há um consenso (tácito) entre os observadores da reforma sanitária brasileira de que a formação dos recursos humanos para o setor é um dos mais graves problemas do Sistema Único de Saúde (SUS). O despreparo dos

³ "Modelo Técnico Assistencial constitui-se na organização da produção de serviços a partir de um determinado arranjo de saberes da área, bem como de projetos de ações sociais específicos, como estratégias políticas de determinado agrupamento social.

Entendemos desse modo, que os modelos tecno-assistenciais estão sempre apoiados em uma dimensão assistencial e tecnológica, para expressar-se como projeto de política, articulado a determinadas forças e disputas sociais". Merhy et al (2) consideram que os modelos tecno-assistenciais se apresentam como projetos de grupos sociais, formulados enquanto projetos tecnoassistenciais, para serem implementados enquanto estrutura concreta de produção de parte das ações de saúde, realizando-se de forma "pura" ou incorporando propostas de outros projetos. Esses projetos tecno-assistenciais apóiam-se em conhecimentos e saberes que definem o que é problema de saúde, como devem ser as práticas de saúde, para que servem e como devem ser organizadas tais práticas, quais serão os trabalhadores necessários e para quais pessoas estão dirigidas.

A conformação desses modelos expressa uma dada forma de poder político e, portanto, uma dada conformação do Estado e de suas políticas, que pressupõem a construção de uma visão dos outros modelos, seja para a disputa enquanto projeto, seja como estratégia de sua manutenção (MERHY.E et al 2004 p. 16)

profissionais recém formados para atuarem na complexidade inerente ao sistema de saúde, compreender a sua gestão e compreender a ação de controle social da sociedade sobre o setor é uma constatação freqüente.

A esta constatação se alia outra, a de que a formação em saúde reproduz uma visão mais centrada nas técnicas bio-médicas que nos valores da saúde coletiva. As aprendizagens relativas ao mais elevado acolhimento dos usuários nos serviços do SUS terminam substituídas pela reprodução de uma imagem dos serviços de saúde com tratamento impessoal e uma visão autoritária da educação em saúde (higienista). (CECCIM,R e BILIBIO, L, in Projeto Piloto Versus Brasil pág 5).

Despreparo profissional que teve forte influência da estruturação da formação médica desenvolvida através do Relatório Flexner. Oriundo de uma pesquisa solicitada nos EUA pela American Medical Association com o objetivo de reformular o ensino médico, o encaixando dentro dos ideais de cientificidade da época. E que acabou direcionando a formação das profissões de saúde para uma visão centrada na doença, com uma forte compartimentalização da clinica, redução do processo saúde/doença aos determinantes biológicos e ausência de abordagens relativas à saúde coletiva, á gestão e a organização dos serviços de saúde.

Deste modo, se reproduz em todo território nacional um modelo de atenção em saúde que parte de uma concepção reduzida de saúde/doença, com poder verticalizado a partir do saber biomédico, tendo como objeto de intervenção a doença e não o individuo/família e comunidade. As tecnologias colocadas em ação estão centradas em consultas e exames relacionados somente aos aspectos biológicos da vida humana se limitando a medicalização das queixas.

Todas essas dificuldades identificadas no interior do setor saúde somam-se as grandes desigualdades do nível de vida de boa parcela da população em um país que tem um dos maiores níveis de desigualdade social do planeta. Alimentação, acesso a pose de terra, vivência livre e plena da cultura corporal, habitação, educação, renda, meio ambiente salubre, transporte, lazer, são dificuldades crescentes para um sem numero de indivíduos. Que desapropriados destes determinantes são desapropriados também do direito a saúde, ou seja, da garantia de condições (biológicas, psíquicas, físicas, sociais, etc) que lhes permitam exercer todas as possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas favorece a outros indivíduos na atualidade. Uma vez que saúde é um processo o qual depende o florescimento da capacidade humana e conseqüentemente de forma dialéticas diferentes condições de trabalho e consumo.

Educação Física, Cultura Corporal e Saúde

Nos tópicos anteriores nos foi possível contatar uma serie de fatores que apontam o caminho de determinação da base material no processo saúde/doença.

Partindo do entendimento de que: *O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.* (MARX, 2003 pág 2, 3), podemos afirmar que saúde e doença dizem respeito a um processo, histórico e dinâmico, orientado pela forma como cada indivíduo se insere no modo de produção, na estrutura de classes sociais. Histórico porque reflete uma existência “cumulativa” que acompanha/influência toda a vida do individuo desde o seu nascimento até a sua morte de mediadores singulares genótipo e fenótipo e mediadores grupais classe social, gênero, etnia, geração. Dinâmico porque sofrendo influência de determinantes diversos orientado pela disputa de prevalência de fatores protetores e dos fatores destrutivos a saúde acaba tendo variações constantes. O que o torna um fenômeno não estático que por sua vez acaba por orientar diferentes condições de trabalho, consumo, moradia, transporte, educação, lazer, consequentemente de condições favoráveis e desfavoráveis de adoecer. (EGRY, 1996).

Todavia a falta desses pressupostos ou a má interpretação quanto aos mesmos tem ocasionado pelo menos duas interpretações simplistas que tem limitado as possibilidades de contribuições da Educação Física para a saúde da população.

A primeira partindo do restrito conceito de saúde/doença que o vincula somente aos aspectos biológicos da vida humana fundamenta suas práticas na idéia de atividade física enquanto sinônimo de saúde e atribui a Educação Física em última instancia como forma única de influência no processo saúde doença a melhoria da aptidão física dos indivíduos.

A segunda apesar de compreender o fato de que em última instância o que somos é determinado pela forma com que produzimos e reproduzimos a vida e de identificarem as mediações existentes entre Educação Física, Cultura Corporal e Saúde se distanciam da dialética e não conseguem transpor estes conhecimentos para o campo da práxis no interior do setor saúde. Limitando a crítica econômica e o embate ideológico por fora do setor.

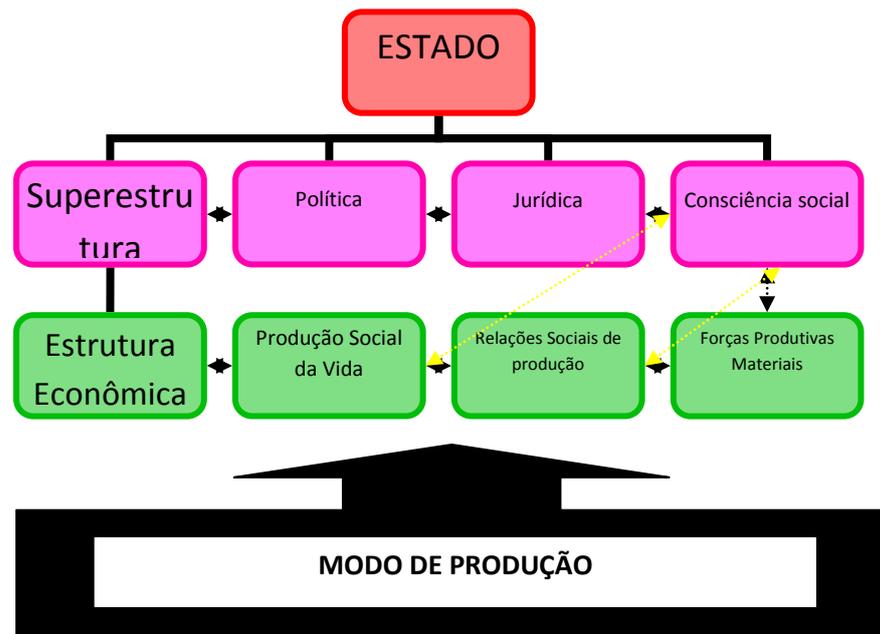
Fatos que pressupõe que discutir e problematizar a relação Educação Física, Cultura Corporal e Saúde numa perspectiva crítica requerem para além da incorporação de um conceito ampliado de saúde/doença a revisão da compreensão dialética das relações sociais.

Engels, numa carta endereçada a Bloch no ano de 1890 afirma:

[...] Segundo a concepção materialista da história, o momento em última instância determinante [in letzter Instanz bestimmende], na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que o momento econômico é o único determinante,

transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstracta, absurda. A situação[lage] econômica é a base[Basis], mas os diversos momentos da superestrutura [Uberbau] – formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc., formas jurídicas, e mesmo os reflexos [Reflexe] de todas as estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões [Anschauungen] religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas – exercem também a sua influência [Einwirkung] sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente[vorwiegend] a forma delas. Há uma acção recíproca (Wechselwirkung) de todos estes momentos, em que, finalmente, através de todo o conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não-existente, a podemos negligenciar), o movimento econômico vem ao de cima como necessário.(Engels a Joseph Bloch, Londres, Setembro de 1890).

A carta evidência a visão de Engels para a relação estabelecida (ver figura abaixo) entre estrutura econômica e a superestrutura, mais especificamente chamando atenção para as determinações da superestrutura na luta de classes consequentemente na economia⁴, indicando que o momento econômico não é o único determinante para luta de classes e para o estabelecimento de um novo projeto histórico.



Nada tem existência fora de seu processo de mediação, ou seja, nada adquire sua concretude fora do múltiplo processo de suas determinações. No interior deste movimento de perpétua constituições e negação das formas particulares que

⁴ Segundo Marx e Engels economia diz respeito à produção e reprodução da vida. As relações dos seres humanos para produzir e reproduzir a vida.

constituem o todo, este se expressa tanto nos momentos particulares que conduzem ao todo como na forma genérica em que os diferentes momentos particulares produzem suas sínteses históricas (IASI; M. 2006, pág 74).

Analisando estas mediações se vislumbra a possibilidade da Educação Física acrescer a contribuição a saúde identificada na vivência de práticas corporal ao organismo físico com contribuições à modificação das atuais referências no tocante a temática saúde e das bases superestruturais e estruturais através do incentivo a adoção popular de uma consciência em si através da referência crítico superadora de socialização e qualificação da cultura corporal.

Mas será que a Educação Física possui de fato espaços que possam ser utilizados como lócus de disputa ideológica (luta de classes) para construção de outros sentidos de compreender e fazer saúde na atualidade?

Antes de analisar estas possibilidades é importante considerar que em última instância a mudança do padrão de saúde/doença da sociedade passa necessariamente pela luta concreta de construção de outro projeto histórico, o socialismo, através do engajamento em organizações revolucionarias. Conforme salienta Breilh:

Qualquer esforço de implementação de uma proposta verdadeiramente inovadora para o que-fazer em saúde não pode surgir como um processo puramente técnico-formal; por mais especializado que seja o que fazer, deve inserir-se em um projeto histórico mais amplo e enquadrar-se em uma concepção objetiva da sociedade, com uma postura clara frente aos interesses sociais contrapostos que nela se expressam. (Breilh, J. apud Costa, Dina Czeresnia, 1990, p. 141).

Todavia entendendo a Educação Física enquanto uma área de conhecimento e intervenção pedagógica que lida com a cultura corporal. E identificando a cultura corporal como uma produção social, fruto da relação homem x natureza; homem x homem para garantia de necessidades objetivas, que apresenta um caráter histórico, não material e como atividade principal o movimento corporal.

Assim pensamos existir pelo menos quatro espaços a expressar possibilidades de contribuição a questão ou que se configuram em importantes espaços de disputa a ser ocupado.

O primeiro destes espaços é a própria Educação Física Escolar, campo de maior expressão numérica e de importantes possibilidades pelo próprio caráter educativo da mesma. E por tratar-se de um campo em que os indivíduos se encontram numa fase da vida mais maleáveis aos aspectos formativos de sua consciência social.

Contudo as contribuições da Educação Física a saúde no espaço escolar passa pela:

- Problematização do conceito de saúde, negando o conceito restrito de saúde ligado somente aos aspectos biológicos e indicando a importância dos determinantes sociais no processo saúde/doença especialmente junto ao ensino médio;
- Abordagem da saúde enquanto um direito humano a ser garantido pelo estado, desconstruindo a perspectiva introjetada principalmente na população mais carente de que serviço de saúde é um favor e que a qualidade de atendimento só pode se efetivar pela via privada;
- Desconstrução da idéia linear de que as práticas corporais apresentam um único caráter na relação com os indivíduos, o caráter protetor. E aprofundar a análise dialética de que as práticas corporais transitam ora ocupando um caráter protetor ora um caráter destrutivo a saúde, a depender da forma e dos objetivos com que são praticadas. Estimulando a vivência saudável dessas práticas;
- Problematização dos efeitos do fenômeno esportivo no processo saúde-doença do povo brasileiro. Analisando sua construção histórica e os efeitos das características atribuídas a estas práticas corporais na sociedade capitalista e nos indivíduos em particular. Segundo, Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela e Jaime Breilh (2010):

Apesar de haver uma imagem ideal na qual o esporte é sinônimo de saúde, a relação entre ambos é um processo socialmente determinado, cujas características dependem das correlações de poder que operam em uma determinada formação social.

Portanto, embora as práticas do esporte e os seus espetáculos sejam considerados bons recursos de desenvolvimento humano, sob condições históricas e modos de vida típicos de certas classes e grupos sociais, essas atividades podem perder o caráter protetor da saúde e se tornar práticas destrutivas.

Esse caráter surpreendente e contraditório do esporte regido pela lógica capitalista se manifesta de diversas formas. A mais dramática é a tensão crônica que acarreta lesões permanentes em desportistas de elite induzidos à ⁵competição extrema. Tal processo deteriora o fenótipo do atleta, afetando seus sistemas físicos, como o osteomuscular e sua saúde mental. (MATIELLO, E.J; CAPELA. P; BREILH. J, 2010, Pág, 16 e 17).

O segundo espaço diz respeito aos fóruns de produção e socialização de conhecimento dentro e fora da área. Entendendo que produção de conhecimento é um importante elemento na luta de classes, na consolidação da superestrutura é importante a construção de contraposições a forma hegemônica de produção científica na atualidade. Que na relação Educação Física e saúde vêm se desenvolvendo a partir da orientação que considera atividade física como fator estritamente protetor

a saúde e em muitos casos como sinônimo da mesma. E aponta como objetivo central de seus estudos a justificativa de tal posição junto a sociedade. Dentro deste aspecto chamamos atenção para os fóruns do grupo de trabalho temático Atividade Física e Saúde do CBCE - Colégio Brasileiro de Ciência dos Esportes em seus congressos. Espaço que tem se caracterizado hegemonicamente pela posição positivista de fazer ciência, pela abordagem reducionista de saúde, pela compreensão não dialética da relação atividade física e saúde. Fatores que expressão a necessidade de construção de uma contra hegemonia entendendo esta entidade como a maior entidade científica de nossa área abarcando desse modo uma enorme capacidade de construção de identidades e posturas.

O terceiro elemento são os espaços públicos de vivência do lazer oriundos de políticas públicas para o setor.

Existe em todo país uma tendência (ainda pouco expressiva) de criação de espaços públicos de esporte e lazer para população. Políticas que em muitos casos tem atrelado à atuação de professores de Educação Física para orientação e apoio a realização de práticas corporais.

Em 2011 foi criado pelo Ministério da Saúde o Programa Academia da Saúde:

[...] que tem como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis (BRASIL, 2011, pág 2).

Dentre as atividades descritas pela portaria a serem desenvolvidas no programa destaca-se: promoção de práticas corporais e atividades físicas e orientação para práticas de atividades físicas.

Todavia analisando as positivities e os limites apresentados por estas políticas, enfatizamos a importância dos professores de educação física envolvidos nestes projetos:

- Abordarem o conceito de lazer numa perspectiva crítica, relacionando o mesmo ao trabalho e discutido o seu duplo caráter de fenômeno ontológico e alienado. Enfatizando-o enquanto direito de todos e dever do Estado. E discutindo a relação do mesmo com o processo saúde/doença.
- Incentivar uma vivência diversificada do lazer com caráter auto-determinado, solidário, cooperativo, criativo e crítico.
- Incentivar a criação de fóruns populares locais de esporte e lazer e de militantes culturais que discutam e lutem pela construção de uma política cultura de amplo acesso e com caráter desalienador. (TAFFAREL, N, Z et al 2004).

O quarto espaço é justamente o dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família, situado no nível de Atenção Primária a saúde.

O NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família foi criado no ano de 2008 pelo Ministério da Saúde com o objetivo de ampliar as ações e o escopo da atenção primária e impulsionar a mudança do modelo de atenção em saúde.

Tendo como atribuições principais o matriciamento e apoio inicialmente as equipes da ESF - Estratégia de Saúde da Família⁶ e mais recentemente aos consultórios de rua, programa de internação domiciliar, academias da saúde, programa saúde na escola.

Apoio substanciado no diálogo, no modelo de equipe interação consolidada por um projeto assistencial comum, e reinteração do projeto técnico com flexibilidade na divisão do trabalho e autonomia técnica de caráter interdependente.

Já o conceito de Matriciamento tem por objetivo assegurar uma retaguarda especializada uma complementaridade de saberes a equipes de referência e apresenta como foco central a ampliação da clínica através da incorporação de conhecimentos e habilidades multiprofissionais que não compõe hegemonicamente o saber das áreas de conhecimento das Equipes.

O apoio matricial implica sempre a construção de um projeto terapêutico integrado, no entanto essa articulação entre equipe de referência e apoiadores pode desenvolver-se em três planos fundamentais:

- a) atendimentos e intervenções conjuntas entre o especialista matricial e alguns profissionais da equipe de referência;
- b) em situações que exijam atenção específica ao núcleo de saber do apoiador, este pode programar para si mesmo uma série de atendimentos ou de intervenções especializadas, mantendo contato com a equipe de referência, que não se descomprometeria com o caso, ao contrário, procuraria redefinir um padrão de seguimento complementar e compatível ao cuidado oferecido pelo apoiador diretamente ao paciente, ou à família ou à comunidade;
- c) é possível ainda que o apoio restrinja-se à troca de conhecimento e de orientações entre equipe e apoiador; diálogo sobre alterações na avaliação do caso e mesmo reorientação de condutas antes adotadas, permanecendo, contudo, o caso sob cuidado da equipe de referência (WAGNER, G e DOMITTI, A, 2007, pág 3).

Desse modo, o processo de trabalho deste núcleo abrange atividades de educação em saúde, educação permanente, terapias de grupo, projetos terapêuticos singulares, projetos de saúde no território, oficinas de grupo, participação em reunião de equipe, interlocução para apoio de outros setores, dentre outras.

Todavia estas ferramentas devem está atreladas seja no âmbito do projeto assistencial comum:

⁶ A saúde da família é entendida como uma estratégia de reorganização dos serviços de atenção básica a saúde, desenvolvida a partir da atuação de equipes multiprofissionais que trabalham num território delimitado, acompanhando um número limitado de pessoas, com foco na família e tendo como espaço de ação principal uma unidade básica de saúde.

- A definição pelos trabalhadores que a compõem da mudança do modelo de atenção em saúde das equipes como objetivo central e insubstituível do seu processo de trabalho.
- Do incentivo a construção de conselhos locais de saúde e da ampliação da participação popular e do controle social.
- Desenvolvimento de uma consciência em si junto aos trabalhadores de saúde através das ações de Educação Permanente ao:

E no âmbito das práticas corporais:

- Incentivo a consolidação de espaços coletivos objetivando a luta nos territórios por condições concretas de vivência do lazer e das práticas corporais.
- Aprofundar junto aos demais profissionais de saúde as relações existentes entre doenças como obesidade, HAS (que tem o sedentarismo apresentado como fator de risco) e as imposições de modo de produção capitalista que atuam desde o aumento exacerbado do consumo de alimentos a ausência de condições concreta (inclusive tempo) para execução das práticas corporais.
- Incentiva a vivência crítica e autônoma de práticas corporais nos territórios.
- Socializar de forma diversificada as práticas corporais nos territórios levando em consideração o resgate da cultura popular local.

Evidenciadas as possibilidades é importante analisar que a efetivação desses elementos pressupõe a utilização de uma metodologia adequada, o que na visão de COSTA, A (2008, 2009) perpassa pela adoção do pensamento dialético, atuação fundamentada na práxis e substituição do modelo de intervenção da Educação Física centrado na Atividade Física para uma atuação que se oriente na socialização das práticas da cultura corporal.

A adoção de pensamento dialético permitiria uma atuação baseada na existência de um duplo caráter em diversos determinantes da saúde, dentre eles a própria Atividade Física, a ocorrência de nexos e relações entre elementos diversos da vida humana que vão desde aspectos biológicos aos determinantes sociais. Que os objetos e fenômenos são organicamente ligados, dependentes uns dos outros. Portanto impossíveis de serem compreendidos isoladamente, o que naturalmente se aplica aos diferentes estados de saúde/doença da população.

A atuação fundamentada na práxis dá a possibilidade de interferência objetiva em diferentes esferas da vida dos sujeitos, abordando os fenômenos expressos tanto na natureza quanto nas relações sociais. *A partir da pedagogia da práxis os professores terão oportunidade de contribuir*

para saúde da coletividade atuando nos elementos de caráter biológicos e nos elementos de caráter social, através da unidade entre os elementos teóricos e os elementos práticos. (COSTA, 2009).

A substituição do modelo de intervenção da Educação Física centrado na Atividade Física para uma atuação que se oriente na socialização das práticas da cultura corporal é um fator preponderante para ampliar as contribuições destes profissionais no setor. Atuar tendo como objeto de intervenção a atividade física é atuar no limite do biológico, atrelada a o conceito restrito de saúde e doença que não leva em consideração a interferência de diferentes e contraditórios fatores no processo de vida dos sujeitos e por isso acaba atuando num caráter de superfície.

A adoção de instrumentos permanentes de acompanhamento e avaliação é a garantia de melhor obtenção dos objetivos planejados. Desse modo a adoção desses instrumentos deve se dá com base nos objetivos planejados e deve levar em consideração diferentes fatores que influenciam no processo saúde/doença.

CONCLUSÃO

Uma análise final do estudo nos permite afirmar que existe hoje uma demanda urgente de ampliação das lutas pelo direito a saúde no país. Diante do grau de expropriação da classe trabalhadora dos elementos protetores a saúde, de exposição a doenças que tem sua cura cientificamente comprovada com plena possibilidade de superação. É tarefa imediata de todos aqueles que se encontram em condições de contribuir atuar no desenvolvimento de uma consciência de classe em si. Que conduza a sociedade a uma nova efervescência das lutas sociais, dentre elas o direito a saúde. Medidas que a nível superestrutural perpassam pela problematização do conceito de saúde/doença, pelo profundo conhecimento das leis e fundamentos que regem a sociedade na lógica do capital e no âmbito da relação Educação Física e saúde pela luta diária pelo direcionamento dos profissionais para adoção de um novo modelo de atenção em saúde que tenha como características principais um conceito ampliado de saúde/doença, a abordagem centrada no indivíduo/família e comunidade, relações de trabalho não verticalizadas baseadas no diálogo e na troca de saberes e que se desenvolvam com plena participação popular, humanização, e acolhimento dos usuários. Que valorize sempre o caráter eminentemente pedagógico das intervenções da Educação Física e as possibilidades metodológicas orientadas pela adoção da cultura corporal enquanto objeto de intervenção da área.

Referências

BOGO, A. **Identidade e luta de Classes**. São Paulo. Expressão Popular. 2008.

BRASIL, Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011. Ministério da Saúde. Acesso em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_academia_saude_719.pdf

BREILH, Jaime, GRANDA, Edmundo. La epidemiologia em la forja de una contrahegemonía. **Salud Problema 11**. Primera Época, verano 1985. Acesso em: <http://148.206.107.10/bibliotecadigital/estadista.phd>.

COMISSÃO NACIONAL DE DETERMINANTES SOCIAIS E SAÚDE, Rumo a um Modelo Conceitual para análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde. **Ensaio para apreciação da Comissão de determinantes sociais de Saúde**. Rascunho, 2005.

COSTA, A.J. **A pedagogia crítico-superdora e a construção de um novo horizonte de intervenção da Educação Física no Sistema Único de Saúde (PSF): Primeiras aproximações, 2008**. MIMEO.

_____ **O objeto de intervenção da Educação Física nos serviços de saúde**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador – Bahia, 2009.

CZERESNIA, D. O Conceito de Saúde e a Diferença entre Prevenção e Promoção. Czeresnia, Dina; Freitas, Carlos. M. **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003.

EGRY, Y.WA, E. **Saúde Coletiva. Construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo, Ícone Editora, 1996.

ENGELS, Friedrich. “**Carta de Engels a Bloch (21/22 de setembro de 1890)**”. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d]. V.3.

FONSECA, RMG, EGRY EY, Bertolozzi MR O Materialismo Histórico e Dialético como Teoria da Cognição e Método para a Compreensão do Processo Saúde Doença. In: EgrY EY, Cubas MR. (org.). **O Trabalho da Enfermagem em Saúde Coletiva no Cenário CIPESC**. Curitiba: Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná, 2006, p. 19-61. Fontes. 2003.

FORTUNA, C.M. **Cuidando de quem cuida – Notas cartográficas de uma intervenção institucional na montagem de uma equipe de saúde como engenhoca mutante para a produção da vida**. Ribeirão Preto, 2003.

GASTÃO, W.S.C e DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, fev, 2007.

H. Behm, Social Economic determinants of mortality in Latin America. Mimeog. Apresentado na Reunião da ONU/OMS sobre “Economic and Social Determinants of Mortality and its Consequences”, Cidade do México, 1979.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento**. 1º Edição. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2006.

- LAUREL . A. C. La salud-enfermedad como proceso social". **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes.
- LEAVEL, H. R; CLARK, E.G. **Medicina Preventiva**. Editora McGraw-HILL do Brasil, Rio de Janeiro, 1976. 744p.
- MATIELLO JÚNIOR, Edgard; CAPELA Paulo, BREILH Jaime. **Ensaio alternativos latino-americanos de educação física, esportes e saúde** / organizadores – Florianópolis: Copiart, 2010.
- MARX, K E ENGELS, E. **A Ideologia alemã**. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARX. K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- MERHY E.E, Malta DC, Santos FP. Desafios para os gestores do SUS hoje: compreender os modelos de assistência à saúde no âmbito da reforma sanitária brasileira e a potência transformadora da gestão. In: Freese E (org.). **Municípios: a gestão da mudança em saúde**. Recife-PE: UFPE, 2004. pp. 45-76.
- MOVIMIENTO PARA LA SALUD DE LOS PUEBLOS – **DECLARACIÓN PARA LA SALUD DE LOS PUEBLOS**. Acesso em: <http://www.phmovement.org/sites/www.phmovement.org/files/phm-pch-portuguese.pdf>, 2012.
- ORM- Política Operária; **Curso Básico** / Polop, Centro de Estudos Victor Meyer. Coleção Marxismo Militante. Salvador, 2010.
- PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde Coletiva: **A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2000.
- QUEIROZ. V. M, EGRY . E. Y. Bases Metodológicas para a Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva, fundamentadas no Materialismo Histórico e Dialético. **R. Bras. Enfermagem**. Brasília, 41 (1) 26-33 jan./mar. 1988.
- TAFFAREL,N.Z. et al. **Formação de militantes culturais e alternativas de desenvolvimento da Cultura Corporal, esporte e lazer em áreas de reforma agrária**. Acesso em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/543.htm.

Contribuição sobre megaeventos esportivos: quebrar ilusões para um debate necessário

Eva Pacheco da Silva Santos¹

Guilherme Gil da Silva²

Introdução

Acabamos de assistir a mais uma edição de Jogos Olímpicos e diversas análises nos são apresentadas sobre a participação brasileira em Londres. É possível dizer que para os brasileiros e brasileiras em geral estes foram jogos marcados por alguns elementos aparentemente bastante importantes, tais como a sua transmissão realizada por uma televisão que não a *Rede Globo* e o surgimento de novos “heróis” nacionais em modalidades esportivas até certo ponto desconhecidas; ao lado disso, também foram jogos que não apresentaram novidades no espectro do imaginário social: as seleções masculinas de futebol e vôlei, tidas como francas favoritas ao título e tomadas de uma enorme expectativa por resultados dourados, retornaram ao país como grandes decepções, sendo alvo de comentários por toda parte, e, assim, também se colocou a possibilidade de apontar promessas para a próxima edição dos Jogos, que será em nosso território, como uma espécie de “revanche”.

Este texto parte da compreensão de que este é um tema bastante relevante para o período, que demanda da militância na Educação Física sua apropriação e aprofundamento com a finalidade de formular uma política para a análise e intervenção nos mais diversos locais em que estudantes, professoras e professores e militantes das mais diversas lutas sociais atuam. Trata-se de um tema bastante amplo, passível de diversas possibilidades de enfoque e que guarda relações com questões internacionais, nacionais e locais, como tenta-se expor a seguir sistematizando vários elementos para que se amplie a sua compreensão.

O fato é que a definição de que o Brasil sediaria a realização de megaeventos esportivos causou bastante alvoroço³. Por um lado, a massa saiu às ruas, talvez levada por sentimentos de

¹ Estudante do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana. Coordenadora de Ensino Pesquisa e Extensão da ExNEEF (2011-2012).

² Mestre em Ciências do Movimento Humano. Professor na Rede Municipal de Ensino de Sapucaia do Sul/RS. Ex-coordenador da EXNEEF (2005-2006).

³ Fala-se quase sempre da Copa do Mundo de Futebol/2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos/2016, obviamente entre os maiores e principais eventos esportivos em nível mundial, mas é fato que a chamada “década de ouro” do esporte no Brasil está em curso pelo menos desde a realização dos Jogos Pan e Parapanamericanos/2007, passando pelos Jogos Mundiais Militares/2011, pela Copa das Confederações de Futebol/2013 e pela Copa América de Futebol/2019, além de outros desses megaeventos esportivos.

“paixão” e “orgulho nacional” e também sob forte apelo midiático, cuja argumentação girava em torno de “legados” positivos para a população. Por outro lado, outros setores, basicamente ligados a movimentos sociais, também se levantaram, sabedores das falácias que os envolvem. Estes últimos são setores mais conscientes da classe trabalhadora ou, então, setores da população que vêm sofrendo as consequências mais diretas com expulsões e remoções forçadas, violência de toda sorte e até mortes, levadas a cabo pelo Estado e pela indústria da construção civil (no mais das vezes, aquele à serviço desta), sob a alegação do “progresso” e do “desenvolvimento” urbano. Entre os que se levantam contrários aos megaeventos esportivos, destaca-se, certamente, o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), representado pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF), que acumula há anos debates e ações nos mais diversos locais em que atua (EXNEEF, 1996; 2011).

A todo tempo são levados à população através da mídia hegemônica apenas os pontos positivos existentes na vinda desses megaeventos esportivos, levando a população a acreditar que o país terá inúmeros investimentos, pois será o centro das atenções de todo mundo, o que irá contribuir, por exemplo, com o crescimento da economia. Trataremos de problematizar a construção de tais ideias sobre o esporte expresso nos megaeventos esportivos e demarcar uma posição para o acúmulo no interior do MEEF.

Origem e desenvolvimento do esporte na sociedade capitalista

O que é esporte? é uma pergunta que parece simples, mas a nosso ver carente de mais aprofundadas análises. Sintetizaremos abaixo uma discussão que procura reunir alguns elementos científicos que superem uma visão vulgar sobre o tema, sem a pretensão de esgotá-lo e sabendo que podemos incorrer em imprecisões pelo pouco espaço de que dispomos para tal.

É bastante conhecida a relação que Marx faz entre a forma mais desenvolvida de expressão de um fenômeno e a sua forma menos desenvolvida. Importa aqui compreender que conhecendo a sua forma “superior”, é possível conhecer a sua forma “inferior”. Falando sobre o esporte, consideraremos que a sua manifestação mais atual e avançada – os megaeventos esportivos – nos permite reconhecer o seu movimento, seu processo de gênese e desenvolvimento contraditório.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. a anatomia do homem é a chave da anatomia do

macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior (MARX, 1982, p. 17).

Para fazer esta relação com o esporte, trataremos centralmente de dois exemplos que tocam diretamente as discussões sobre a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. Entendemos que isso ajudará a ilustrar o debate de fundo que está por trás das discussões que nos trazem aos megaeventos esportivos e o porquê de questioná-los e tomar uma posição contrária a eles. O fazemos também procurando amparar nossa análise na referência da cultura corporal, que entende os processos de produção social e acúmulo histórico do conhecimento sobre o esporte como um de seus temas (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.70-71).

Há registros de práticas muito antigas, que, ao se desenvolverem historicamente, deram origem ao que hoje concebemos como esporte. Entretanto, há que se considerar que o esporte é um fenômeno da sociedade capitalista, tendo nascido e se desenvolvido com ela particularmente a partir do século XIV e, mais marcadamente, do século XVIII em diante.

Aproximadamente desde o século XIV em diante podem encontrar-se, nas fontes inglesas, referências bastante seguras a um jogo de bola chamado futebol, mas a semelhança do nome não autoriza, de modo algum, a identificação do próprio jogo. Tudo o que sabemos sobre a maneira como era jogado sugere um tipo de jogo muito diferente. Nas fontes inglesas medievais, a maioria das alusões ao futebol provém quer das proibições oficiais do jogo, nos edictos reais e das autoridades cívicas quer de relatos de acções na corte contra pessoas que infringiram a lei pelo facto de o praticarem apesar das proibições. Quanto ao tipo de jogo efectuado nesse tempo, sob o nome de futebol, nada pode ser mais revelador do que as constantes e, em geral, bastante infrutíferas tentativas do Estado e das autoridades locais para o suprimirem. Deve ter sido um jogo violento, de acordo com o temperamento das pessoas desse período (ELIAS; DUNNING, 1992, p.257).

Os registos mais antigos mostram que, muitas vezes, as lutas entre representantes dos grupos locais, com ou sem futebol, constituíam parte de um ritual anual. Verifica-se que os jovens membros desses grupos eram desafiados com frequência para uma luta e, a menos que a tensão explodisse antecipadamente, esperavam com ansiedade pela chegada de Terça-Feira Gorda ou por qualquer outro dia do ano que se identificasse com semelhante encontro colectivo. Durante este período, o jogo de futebol proporcionava um desses escapes para as constantes tensões entre grupos locais. O facto de esse jogo constituir um elemento do ritual tradicional não impedia que qualquer dos grupos submetesse as tradições aos seus próprios interesses, nos casos em que os sentimentos de oposição ao outro se exacerbavam demasiado (Idem, ibidem, p.266).

É no bojo da sociedade capitalista, portanto, que se funda o esporte como conhecemos hoje. Tomando o exemplo do futebol colocado acima, cujo histórico remete a disputas de concepção com o rúgbi e outras modalidades, evidenciam-se suas origens ligadas a esse período. E surge, como visto, enquanto se forjavam os valores da nova classe em ascensão (a burguesia), que exigia novas atitudes que se contrapusessem ao modo de vida dominante no período feudal. Admite-se que foi em escolas inglesas para a alta elite burguesa, aproximadamente entre meados e final do século XIX, que surgiram e se institucionalizaram as ideias de adoção de regras desportivas também destinadas a forjar os valores e o modo de vida dessa classe.

Nesse sentido, o papel das *Public School* britânicas (como também das suas expressões em outros lugares da Europa e na América) foi determinante nessa etapa. Tais escolas, reservadas para os filhos das famílias da burguesia, transformaram alguns passatempos populares em exercícios corporais da “elite”, separando-os das práticas sociais às quais estavam ligados e destituindo-os de seu caráter original, no mais das vezes ligados à religiosidade, que eram tidos como práticas não condizentes com os valores pretendidos pela classe burguesa que ascendia ao poder.

Aliado com essa concepção, o Barão Pierre de Coubertin, tido como aquele que fez “renascerem” os jogos olímpicos da antiga Grécia, formulou sua proposta a partir da qual se origina o movimento olímpico, ou o chamado olimpismo (COB, s.d., p.5). Assim, da mesma maneira que o esporte foi criado como componente de um sistema educacional que se universalizava e se institucionalizava, também o olimpismo, para além de ser uma mera proposta de organização de “jogos” com a pretensa participação de pessoas do mundo inteiro, passava a representar um movimento de caráter mais amplo, no sentido de forjar valores e modos de vida. É o que expressam os documentos oficiais do Comitê Olímpico Internacional:

Pierre de Coubertin também queria ser visto como um pedagogo. Todos os seus projetos, incluindo os Jogos, tinham o mesmo objetivo: fazer o homem. Sua definição de Olimpismo tinha quatro princípios que estavam longe de uma simples competição esportiva: Ser uma religião, i. e. “aderir a um ideal para uma vida superior, a busca pela perfeição”; representar uma elite “cujas origens são completamente igualitárias” e ao mesmo tempo “cavalheiresca” com suas qualidades morais; criar uma trégua “um festival quadrienal da primavera da humanidade”; e glorificar a beleza pelo “envolvimento das artes filosóficas nos Jogos”. Está claro que o conceito de Jogos Olímpicos está longe de uma simples competição esportiva (IOC, s.d.)⁴.

Sendo assim, é possível dizer que de forma explícita a intenção última deste “movimento olímpico” pretende ser não só uma proposta para simples “jogos”, mas também uma referência para a formação humana. Prova disto são as várias referências que se podem encontrar publicadas sobre

⁴ Tradução livre nossa.

uma suposta “educação olímpica” (cf. TURINI; DACOSTA, 2001, p.323-420; DACOSTA *et al*, 2008, p.343-405). Extrapolando os limites dos jogos em si, apregoam-se valores e princípios para uma “filosofia de vida” (IOC, 2007, p.11). A partir desses princípios, expressos na *Carta Olímpica* (IOC, 2007), percebe-se que o olimpismo explicita sua concepção de mundo, de sociedade e de formação humana, para muito além do esporte. O caso é que este movimento toma tamanha força que hoje não se restringe apenas ao sistema educacional francês (como era a *nobre* intenção de Coubertin).

Por outro lado, Lima, Martins e Capraro (2009) sistematizam elementos sobre o surgimento dos jogos olímpicos da atualidade e apresentam, entre outras questões, o fato de que não há evidências suficientes para se afirmar que os jogos de Coubertin sejam uma retomada precisa dos tais “jogos de Olímpia, na Grécia, em 776 a.C.”. Os referidos autores, baseados em Lee (*apud* LIMA; MARTINS; CAPRARO, 2009, p.2-3) demonstram que “é possível que tenham existido 27 jogos antes de 776 a.C.”. Isso talvez já bastasse para que se desfizesse a ideia corrente de que o barão de Coubertin tivesse relançado jogos já ocorridos no passado e que, de outra forma, se entenda de uma vez por todas que este sujeito procedeu, sim, à criação de jogos esportivos com uma finalidade determinada. Portanto, é equivocada a corrente noção de que os Jogos Olímpicos modernos são cópia dos Jogos de Olímpia, na Grécia do Período Clássico.

Veremos mais adiante que as intenções do barão, direta ou indiretamente, representam interesses de classe de uma parcela da sociedade com fins bastante específicos. O estudo de Lima, Martins e Capraro (2009) auxilia-nos para a crítica e reflexão acerca dos megaeventos esportivos de maneira não direta e mecânica, a exemplo de muitas outras abordagens. Terá caído por terra, então, a tese de que os Jogos Olímpicos, tais como os que ocorrerão em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, são uma retomada daqueles jogos que ocorreram em Olímpia, na Grécia antiga? Para estes autores, sim. Eles tratam a questão como uma “tradição inventada” (LIMA; MARTINS; CAPRARO, 2009). Portanto, há engodo na história que nos é contada sobre as olimpíadas modernas...

Isso significa que por trás da aparência desses jogos, que são apresentados à ampla massa da população como sendo o “legado” de anos de prática, há também o ineliminável aspecto de tratar-se de uma criação humana. Seria mais correto, portanto, considerar que os atuais megaeventos esportivos não sejam reedições de práticas realizadas pelos homens e mulheres anos atrás, mas sim, que eles expressam a cultura corporal de nossa época e são carregados do acumulado histórico-social das práticas que hoje se chamam de “esporte”, mas que na época não eram assim considerados.

Megaeventos esportivos: o lado podre e sujo do esporte como lógica hegemônica

Os megaeventos esportivos encerram no campo da cultura corporal uma contradição. De um lado expressam a potencialidade para a humanização dos seres humanos, pois aí está representada a máxima capacidade já alcançada de desenvolvimento das forças produtivas. Vemos super-homens e super-mulheres que atingem capacidades de desempenho e performance esportivas – força, velocidade, superação de limites físicos, etc. – inimagináveis pelos não-atletas; vemos equipamentos e materiais da mais alta e avançada tecnologia sendo produzidos, que mais tarde ingressam em nossas vidas cotidianas sem que percebamos – sobre isso é bastante elucidativo e irônico o seguinte exemplo:

Grande parte dos clientes da Adidas não pratica esportes [. . .] **milhões de pessoas usam os calçados da companhia para tarefas pouco cansativas, como apanhar o controle da televisão.** Mas, para manter os entusiastas da poltrona como compradores de seus produtos, [. . .] fazia questão de que os vencedores também usassem Adidas. Nas Olimpíadas de Los Angeles [. . .] 80 por cento dos atletas, na corrida, natação, futebol, basquete ou boxe usavam seus produtos, levando as três listas e o trevo da Adidas a uma platéia de bilhões, via televisão (SIMSON; JENNINGS, 1992, p.38 – grifos nossos).

Enfim, desenvolvem-se e se acumulam os conhecimentos sobre o funcionamento orgânico do corpo humano, sobre a tecnologia de construção e fabricação de instalações, equipamentos e materiais esportivos, etc.

De outro lado, também estão as relações de exploração do capital e de destruição das forças produtivas. Vemos aí a degradação da natureza (humana e não-humana) explicitada por megaobras de infraestrutura urbana que acinzentam paisagens antes verdes ou que destroem vidas inteiras por conta de anos de treinamento desportivo ou pelo uso de substâncias químicas; vemos também a utilização da força de trabalho de atletas ser sugada até as suas últimas reservas, não só com a sua exploração nos treinamentos extenuantes, mas também com sua despersonalização levada a cabo por contratos de imagem, vinculação com empresas e marcas as mais diversas, que muitas vezes atentam inclusive contra a ideia de uma vida “saudável” que supostamente levariam (encobertas também por uma ideia de que para isso ganham cifras milionárias – realidade de uma pequena minoria desses trabalhadores); ao lado disso, explora-se a força de trabalho de operários da construção civil, que precisam cumprir prazos, metas e projetos sob as piores condições de pressão, com direitos trabalhistas irrisórios, sem condições de trabalho e salários; enfim, são verdadeiros processos de desumanização impostos pela lógica destrutiva do capital.

E o que prevalece é esse segundo aspecto – mais negativo, podre, sujo – e aí reside o problema e a nossa crítica. Sua realização não está alheia aos conflitos, interesses e disputas que ultrapassam as “quatro linhas”, haja visto os inúmeros boicotes, atentados e manifestações políticas de diversas ordens⁵ – apesar das declarações ridículas e falaciosas de João Havelange (ex-presidente da FIFA) de que “esporte e política não devem se misturar” (JENNINGS, 2011, p.62)⁶, que também são reproduzidas muitas vezes em outras esferas.

Vê-se uma alta capacidade de alienação e entorpecimento de grandes contingentes da população, na mais pura lógica do “pão e circo” – que atinge parcelas estimadas em torno de 70% da população mundial⁷ – colocando uma questão curiosa e passível de questionamento: o grosso da população é, no máximo, espectadora e consumidora de subprodutos da indústria desportiva, ou seja, nem pratica o esporte, só o assiste, nem domina seus códigos, símbolos, lógicas, etc. E isso também tem relação com o que ocorre nas aulas de Educação Física nas escolas, onde os conhecimentos da cultura corporal são negados, e nas políticas públicas e de governo, em que se sabe muito bem “como iludir o povo” (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2007).

Nesse sentido, os megaeventos esportivos cumprem o papel de causar um distanciamento do real e gerar um desinteresse ao indicar essas condutas. Trata-se, explicitamente, de um processo de mercadorização do esporte, manifestado nos megaeventos esportivos, em detrimento de sua fruição, pela transformação de seu caráter lúdico em mais um produto fetichizado e alienado do capital. Sendo assim, a partir da íntima relação existente entre a sociedade capitalista e o esporte dos megaeventos, admitindo que este contribui na perpetuação desse modelo de sociedade, a classe dominante age no sentido de que as suas ideias sejam disseminadas tornando-se as de toda a sociedade, sendo que a classe burguesa domina o plano material (econômico, político e social), dominando também o plano espiritual (ideias).

Ao passo que entendemos que os megaeventos esportivos constituem parte expressiva e componente da política imperialista, entende-se também qual papel cumprem no processo de expansão de novos mercados consumidores em um período de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), ou seja, utilizando-se do seu caráter pretensamente “neutro” para atingir a população, de maneira a criar adoradores que vivem dentro de um “mundo esportivo” que é mascarado alienadamente, quando cria supostas ideias de ascensão social, de “paz entre as nações”,

⁵ Conferir o documentário *Munique, 1972: um dia em setembro* (MUNIQUE..., 1999); ver também o documentário *Salute*: <http://salutethemovie.com/>.

⁶ Declaração feita por Havelange dois dias após o assassinato pelo governo da Nigéria de ativistas conhecidos como “Os Nove Ogoni”, liderados por Ken Saro-Wiwa, que protestavam contra a degradação ambiental realizada pela companhia petrolífera Shell – o ex-dirigente da FIFA esteve reunido com o presidente nigeriano para tratar de acordos para a realização de um campeonato de futebol naquele país em 1995 (v. JENNINGS, 2011, p.62).

⁷ Para que se tenha uma ideia desse grau de abrangência, basta ver que a Organização das Nações Unidas (ONU) possui 198 países membros, enquanto a Federação Internacional de Futebol (FIFA), 203; também é curioso que a Palestina, que continua sem um Estado reconhecido, é membro do Comitê Olímpico Internacional (COI) desde 1994.

de igualdade econômica, etc., tudo isso através do prazer gerado pela prática esportiva ou dado ao espectador ao assistir e/ou comprar o esporte-mercadoria.

Ao olharmos para edições anteriores desses megaeventos (Jogos Olímpicos de 2008 na China e Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul), é possível perceber que trata-se exatamente disso – no caso chinês, demarca a sua “abertura” capitalista, em um mercado consumidor potencial de bilhões de habitantes e uma economia emergente; no caso africano, um país considerado “atrasado” e, portanto, ainda com altíssimo potencial para o desenvolvimento capitalista, mais recentemente alçado a equiparar-se e aliar-se aos demais países dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). As palavras do presidente do COI abaixo explicitam isso:

"A candidatura do Rio era excelente, mas o valor agregado era o fato de os jogos irem a um continente ainda não explorado", confirmou Jacques Rogge, presidente do COI [. . .] Teoria ou verdade, o fato é que o COI tem olhado de maneira diferente para países outrora esquecidos nessas ocasiões. A China sediou os jogos de 2008; a Índia receberá os tradicionais Jogos da Comunidade Britânica em 2010; Sochi, na Rússia, terá os jogos de Inverno de 2014. Com o Rio 2016, fechou-se um ciclo de vitórias esportivas dos países do chamado BRIC, bloco imaginário que inclui quatro nações consideradas potências em crescimento (BRITO, 2009, s.p.).

A escolha das cidades-sede se dá por um jogo complexo de interesses, que envolvem as movimentações mais amplas do capital internacional (lobby imperialista, disputa intercapitalista), além das disputas específicas relacionadas às entidades esportivas. Nesse bojo é que entra o Brasil e sua “década de ouro” do esporte. É necessário, portanto, compreender que o país joga um papel na divisão internacional do trabalho. A política econômica levada adiante pelos governos de Lula e Dilma a serviço dos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas) e os interesses do capital proporcionados pela visibilidade que os megaeventos esportivos trazem – tidos como uma “oportunidade” para o “desenvolvimento” capitalista – é o que explica a sua realização nesse período em nosso país. Afinal de contas, temos um mercado consumidor potencial de quase 200 milhões de habitantes, recursos energéticos incalculados, mão-de-obra barata, além de uma intensa desorganização da classe trabalhadora (cada vez mais fragmentada), ao lado de uma propalada “paixão nacional” pelo futebol – o que permite a manipulação escancarada de tudo que está envolvido com os megaeventos esportivos.

Se o discurso antes da chegada dos megaeventos esportivos era de que haveria melhorias e benefícios nas cidades-sede para toda a população, agora, passado algum tempo e alguns desses

eventos, já se nota essa grande mentira: diversos órgãos precisam reconhecer, embora nem sempre, que a maioria das obras de infraestrutura não ficará pronta para servir aos Jogos⁸.

Ocorre que, embora no senso comum os megaeventos esportivos sejam tomados como uma forma de representação social dos países que os sediam (é o Brasil – a nação – que os sedia e precisamos fazê-lo bem), em verdade são eventos geridos por entidades privadas – o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Associações de Futebol (FIFA) –, que têm como parceira (financiadora) a grande indústria imperialista⁹ e como aliado o Estado. Tratam-se, portanto, de entidades gerenciadas pelos interesses da classe burguesa, cujos dirigentes – que contam com cargos e altíssimos salários na maior parte das vezes vitalícios – são elevados aos seus cargos na forma do lobby, da corrupção, da troca de favores, etc. (SIMSON; JENNINGS, 1992; AGUILAR; MENDES, 2009; JENNINGS, 2011).

Entretanto, veja-se que apesar de entidades privadas, parceiras da indústria imperialista os gerirem, as obras são realizadas com financiamento público. Dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União atestam que quase a totalidade do orçamento para as obras (98,5%) sairá dos cofres públicos – os maiores investidores na Copa do Mundo do Brasil são, na ordem, a Caixa Econômica Federal (com 28,43%, ou R\$ 6,65 bilhões), a Infraero (com 22%, ou R\$ 5,15 bilhões) e o BNDES (com 20,8%, ou R\$ 4,8 bilhões). Na prática, o dispêndio do BNDES é bem maior. Inclui a participação do banco no financiamento à expansão dos portos, aos preparativos dos governos estaduais e municipais, e até na recente privatização de três aeroportos brasileiros. Além disso, é o próprio BNDES que financia as obras ditas privadas, tais como a reforma do Estádio Beira-Rio em Porto Alegre, entre outras. Assim fica explícito quem pagará essa conta e “quem são os vencedores e os perdedores” (TAVARES, 2005) nessa história...

A realização dos Jogos Pan e Parapanamericanos no Rio de Janeiro, em 2007, serviu de alerta e exemplo prático. Instalações esportivas tiveram superfaturamento (custo total imensamente superior ao previsto – de aproximadamente R\$ 400 milhões para cerca de R\$ 4 bilhões) e desvios de recursos, comprovados pelo próprio Tribunal de Contas da União, de cerca de R\$ 10 milhões (BRASIL, 2009) – num verdadeiro “derrame de dinheiro público” (ALENCAR, 2012).

Apesar de financiadas com investimentos públicos, imediatamente depois dos Jogos várias instalações foram vendidas ou repassadas à iniciativa privada – casos do Estádio do Engenhão, para

⁸ Levantamentos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) dão conta de que dos 13 aeroportos com obras para a Copa de 2014, conclui-se que nove não terão condições de finalizar seus empreendimentos a tempo de receber o evento.

⁹ Basta ver os 11 patrocinadores (financiadores) do COI: Coca-Cola (refrigerante), Acer (informática), Atos Origin (tecnologia da informação), Dow Chemical (química), General Electric (eletrônica), McDonald's (fast food), Omega (relógio), Panasonic (eletrodoméstico), Procter & Gamble (higiene/limpeza/estética/outros), Samsung (eletrônica) e Visa (cartão de crédito); e também os da FIFA: Adidas (material esportivo), Coca-Cola (refrigerante), Hyundai (automóvel), Emirates (aviação), Sony (eletrônica), Visa (cartão de crédito), Budweiser (cerveja), Castrol (óleo lubrificante), Continental (pneu), Johnson & Johnson (higiene/limpeza/estética/medicamento), McDonald's (fast-food), Oi (telecomunicação), Seara (carne), Yingli Solar (energia), Itaú (banco), Liberty (seguradora), Nestlé (alimento).

o Botafogo, e do Complexo Aquático Maria Lenk, para a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA). Também ocorreu surpreendentemente a defasagem e superfluidade de vários desses locais, a exemplo do velódromo, que custou cerca de R\$ 14 milhões e agora deverá ser demolido; afora a questão dos chamados “elefantes brancos” – locais projetados para abrigar públicos imensamente superiores às médias em eventos locais – casos dos estádios para a Copa em Brasília, Natal, Manaus e Cuiabá; os próprios locais de competições na maior parte das vezes ficaram vazios, já que os preços de ingressos não foram nada acessíveis, fazendo com que se mobilizassem estudantes de escolas públicas para preencher os espaços (só assim!) ; houve um intenso processo de militarização e criminalização das populações pobres nas favelas da cidade, tendo novo impulso aí as ocupações militares com as Unidades de Polícia *Pacificadora* (que já se espalharam por outras cidades do país, como Salvador, na Bahia, por exemplo).

É claro, estão acontecendo diversas obras, tais como a construção de ruas, avenidas e estradas – mas apenas utilizando-se da “desculpa” dos megaeventos esportivos, afinal de contas, não seriam obras necessárias para o povo mesmo que não houvessem esses eventos? A propósito, é necessário também compreender que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) vêm realizando diversos investimentos em infraestrutura – materializados nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento e no recente anúncio do Programa de Investimentos em Logística, que concede 133 bilhões de reais ao setor privado, entre outras medidas – além de manter os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública federal, em detrimento de investimentos em educação (setor no qual houve cortes orçamentários da ordem de R\$ 50 bilhões), saúde, etc. (AUDITORIA..., 2011).

Mais do que isso: a que preço se estão realizando tais obras? Às custas da expulsão de comunidades inteiras de seus locais tradicionais de moradias (cujo número estimado pode chegar a 170 mil pessoas) (NEIVA, 2012, p.46), algumas instaladas há 50 anos ou mais – basta ver os casos da Vila Autódromo no Rio de Janeiro ou da Vila Cruzeiro em Porto Alegre – e, além disso, custando caro também à natureza e ao meio ambiente: a maior parte dessas obras está atingindo as regiões mais valorizadas do ponto de vista do capital, tais como orlas, corredores hoteleiros e áreas de preservação ambiental¹⁰.

¹⁰ Veja-se que, olhada de cima, a rota das obras em Porto Alegre atinge coincidentemente a região da orla do Guaíba, passando pelo Morro Santa Tereza, que são locais disputados pela especulação imobiliária há alguns anos – com projetos de revitalização do Cais do Porto, do Estaleiro Só, etc. – e que agora, com a “desculpa” da Copa, estão sendo implementados um a um. No Rio de Janeiro, apresenta-se a mesma relação, colocando a orla marítima, o entorno do estádio do Maracanã e algumas favelas e morros próximos ao mar, o que perfaz um “corredor” onde estão localizados os hotéis e que é do interesse da especulação imobiliária há tempos e que desde os Jogos de 2007 vêm sendo roubados do povo fluminense.

Outra questão é que se aprovou uma legislação de exceção (com o também chamado Regime Diferenciado de Contratações)¹¹, a partir da qual se produzem manobras em licitações e se ultrapassam todos os limites de humanidade no trato com quem estiver no caminho das obras – tudo em nome da “emergência” para atender aos interesses da FIFA e do COI, cujos projetos já vêm prontos e aos quais o Governo brasileiro apenas baixa a cabeça obedientemente. Curioso é que o atual ministro dos esportes, Aldo Rebelo, em outro período foi o algoz das denúncias de corrupção da Confederação Brasileira de Futebol (AZEVEDO; RABELO, 2001), mas nesse momento segue à risca as orientações da entidade futebolística.

Segundo Penna (s.d.), ao fazer do esporte um “templo sagrado”, o capital transforma-o simultaneamente em uma mercadoria nobre, agregando ao mesmo qualidades como honra, dever, sacrifício e luta.

Nesse sentido, o esporte assemelha-se a um enorme e alienante guarda-chuva chamado pátria sob o qual se busca justificativas para os grandes gastos individuais com viagens, para assistir eventos esportivos em outros países e continentes, e com a compra de televisores caríssimos e de última geração, além da criação de muitas outras mercadorias que serão submetidas à ditadura do consumo. Ou ainda, ao tratarmos dos estados nacionais, verificamos que estes justificam os grandes gastos públicos em investimentos essenciais de grandes massas de capital, destinadas à produção da infraestrutura para sediar megaeventos esportivos, tais como se pode identificar nas histórias recentes da produção brasileira dos Jogos Panamericanos, em 2007, no Rio de Janeiro, bem como das expectativas de gatos feitas para a Copa do Mundo, em 2014, e para as Olimpíadas de 2016, também no Rio de Janeiro (PENNA, s.d., s.p.)

Sendo assim, os valores propagados pelo esporte nada mais são do que os que darão sustentação à forma de produzir e reproduzir a vida no atual modo de produção. O individualismo, o tecnicismo, a competição exacerbada, etc., reproduzindo e legitimando as desigualdades sociais, naturalizam esse processo. Dessa forma, podemos compreender o esporte nesse contexto como um instrumento que será utilizado pela burguesia, em prol de sua dominação e expansão, reproduzindo seus valores, na tentativa de formar um homem ágil, obediente, disciplinado e submisso às novas regras da sociedade capitalista, e esta, forma seres humanos alienados, que não se reconhecem no seu processo de trabalho e apenas obedecem e reproduzem o que está posto. Tal situação é condição *sine qua non* para a sustentação das relações de produção que são a base da exploração da classe trabalhadora.

¹¹ Além da Lei Geral da Copa, bastante discutida na mídia nesse último período, há também a chamada lei do “Ato Olímpico” (Lei 12035/2009), que não teve absolutamente nenhuma repercussão, mas que já está em vigor para a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016.

Sob a ideologia da promoção da paz e da inclusão social, à luz do discurso da herança dos legados para o desenvolvimento da nação, o esporte vem, ao mesmo tempo, contribuindo tanto para o processo de abertura do país à invasão dos monopólios, quanto para o domínio do capital financeiro. Além de facilitar o deslocamento de investimentos de outras áreas da produção (da indústria e da agricultura, por exemplo), para a área de serviços. Como resultado, verifica-se não só o alinhamento das políticas do esporte com a precarização e a desregulamentação do trabalho, como também os seus reflexos incidindo na aceleração da individualidade e na naturalização da segregação social e, portanto, do mascaramento da “questão social”. Estas características não são uma particularidade brasileira, ao contrário, são impostas a todos os países sede de megaeventos esportivos (PENNA, 2011, p. 67).

Ao entender toda a lógica que está por trás dos megaeventos esportivos, entenderemos também o pouco valor existente na sua realização. O importante na verdade é o que gera mais lucro às empresas que irão patrociná-los. Eles encontram nesses eventos uma fonte inesgotável de dinheiro, inclusive com aportes estatais, onde de diversas formas diferentes os lucros são exacerbados, seja através das obras superestimadas ou de acordos de privatizações feito com os governos.

Por uma nova síntese para o esporte e os megaeventos

Procuramos demonstrar, com diversos elementos, para quê e para quem servem os megaeventos esportivos de que estamos tratando e, portanto, a radicalidade que deve encerrar nossa crítica aos mesmos. Palavras-de-ordem como “Fora Ricardo Teixeira”, por exemplo, como muitos movimentos há pouco tempo atrás mostram-se vazias de conteúdo, uma vez que ao trocar uma peça do jogo, ele continuará a ser jogado exatamente da mesma forma – é o que está acontecendo nesse exato momento, com a saída de cena providencial de Ricardo Teixeira e de João Havelange da CBF e da FIFA, o que não altera em absolutamente nada a realidade. Ao mesmo tempo, tratar com a palavra-de-ordem “Copa para o povo” desconsidera a lógica por trás dos megaeventos esportivos (seu caráter privado e *interessado*), tratando com a ilusão de que o esporte de elite (dos megaeventos) possa ser de acesso à massa da população. Nossa defesa, portanto, deve ir além da mera aparência para analisarmos com a necessária abrangência esse tema.

Nossa linha deve ser a de nos posicionarmos contra a realização de tais megaeventos no Brasil, ainda que saibamos que, apesar disso, eles não deixarão de acontecer. Parece-nos acertada a posição que o MEEF vem defendendo de “abrir mão” dos megaeventos esportivos e agitar “mais investimento para saúde e educação”, porque de fato é disso que se trata. Se os megaeventos esportivos representam a apropriação privada de um tema caro à Educação Física – o esporte –

legado cultural da humanidade socialmente produzido, historicamente acumulado e que deve ser crítica e criativamente tratado na escola e nos demais campos de trabalho, que se denuncie essa privatização, expondo os elementos que a caracterizam, e se apontem para fora do próprio movimento o que seriam as prioridades imediatas.

É necessário demarcarmos isso e também fazer as denúncias sobre o desperdício e o desvio de verbas públicas, as expulsões de comunidades, a política do Governo e do Ministério dos Esportes levada a cabo pelo PT e pelo PCdoB¹² – contra os interesses da classe trabalhadora –, as arbitrariedades contra os trabalhadores da construção civil nos estádios e demais obras. Enfim, é necessário acumularmos e tomar uma posição diante dessa pauta que mexe com a classe, qualificando nosso debate para a intervenção junto à ela.

É possível dizer que a prática já não deixa margens para tanta ilusão, pois as pessoas em geral têm a capacidade de ver que as obras de infraestrutura não andam, não há investimentos nas escolas e menos ainda na Educação Física escolar, etc. O que há, sim, é um grau tão elevado de alienação que, no geral, não leva as pessoas à luta para se contraporem aos megaeventos esportivos, a não ser entre aquelas camadas mais conscientes de trabalhadores. A tarefa principal de um movimento como o MEEF é fazer com que o seu acúmulo ultrapasse os limites da academia, da universidade e que sua voz seja ouvida, suas posições cheguem à massa – aprendendo a lição lenineana de que a teoria quando se apodera das massas adquire caráter revolucionário. Cremos que seja esse o esforço que o MEEF e a EXNEEF vem travando no último período, com muito acerto. Talvez com mais acerto, pode-se dizer que o esporte e os megaeventos esportivos encerram um duplo caráter contraditório: a possibilidade para a formação do *ser* humano, mas também para a sua desumanização, sendo necessário quebrar esta segunda perspectiva com ideias e ações concretas.

Referências

AGUILAR, Luís; MENDES, Fernando. **Jogo sujo**: doping, prostituição, favorecimentos financeiros, acidentes de arbitragem e não só. Conheça o verdadeiro mundo do futebol português. 2ed. Alfragide: Livros D’Hoje, 2009.

¹² Entre os ministros Agnelo Queiroz, Orlando Silva e Aldo Rabelo na pasta do Ministério dos Esportes nada mudou: os dois primeiros já têm contra si denúncias de corrupção e desvio de recursos em muitos projetos; e o terceiro, como dissemos acima, é o perfeito articulador político dos projetos de interesse do capital imperialista no governo.

ALENCAR, Chico. Muito além da Copa: derrame de dinheiro público. **Disponível em:** http://www.chicoalencar.com.br/portal/noticias_do.php?codigo=723. Acesso em 29/3/2012, 15h40min

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Orçamento Geral da União. **Disponível em** http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view. Acesso em 26/4/2012, 15h39min.

AZEVEDO, Carlos; RABELO, Aldo. A corrupção no futebol brasileiro. **Motrivivência**. Florianópolis, ano XII, n.17, Setembro, 2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Ata n.º 24. Sessão ordinária. 17 de Junho de 2009. [Sobre os XV Jogos Panamericanos; Contrato entre Ministério do Esporte, Estado do Rio de Janeiro e empresa executante de serviços]. **Disponível em:** http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/sessoes/atas/repositorio_atas/ATA_24_PL_de_17-06-2009.pdf. Acesso: 24/6/2009.

BRITO, Gabriel. Rio 2016 é emblemático da nova geopolítica no esporte. **Disponível em** http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3837:manc-hete081009&catid=67:gabriel-brito&Itemid=172. Acesso em 16/6/2011, 2h30min.

COB. Olimpismo: suas origens e seus ideais. **Disponível em:** http://www.cob.org.br/site/memoria_olimpica/cartilha_olimpismo.pdf. s/l. COB, s.d. Acesso em 25/4/2008.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DACOSTA, Lamartine; e outros. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

EXNEEF. **Movimento estudantil e esporte**: em busca de uma visão dialética. Caderno de Debates. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. S.l., v.1, Setembro, 1996.

EXNEEF. Megaeventos: uma vitória para os trabalhadores brasileiros? **Caderno de Debates**. A Licenciatura Ampliada e as lutas do MEEF. São Paulo: EXNEEF, v.XIII, Julho, 2011. p.71

IOC. **Olympic charter**. Lausanne: International Olympic Committee, October 2007.

IOC. Pierre de Coubertin: a life dedicated to the revival of the Olympic Games. **Disponível em:** http://www.olympic.org/uk/passion/museum/permanent/coubertin/index_uk.asp. IOC. Official web site. s.d. Acesso em 25/4/2008.

JENNINGS, Andrew. **Jogo sujo**: o mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalo de ingressos. Renato Marques de Oliveira (trad.). São Paulo: Panda Books, 2011.

LIMA, Mariza Antunes de; MARTINS, Clóvis J.; CAPRARO, André Mendes. Olimpíadas modernas: a história de uma tradição inventada. **Pensar a Prática**. Goiânia, v.12, n.1, 2009.

MARX, Karl. (1982). Introdução [à Crítica da economia política]. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. [Coleção Os economistas]. Edgard Malagodi e outros (trad.). São Paulo: Abril Cultural. p.3-21.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MUNIQUE, 1972: um dia em Setembro. [One day in September]. Direção: Kevin Macdonald. 91min. Passion Munich Ltd. e Dan Valley Filma Ag., 1999. 1 DVD.

NEIVA, Alvaro. Mega-eventos para quem? **Classe**. Revista de Política e Cultura da ADUFF. Ano V, n.4, jan./fev./mar. Niterói: ADUFF, 2012. p.44-51.

PENNA, Adriana Machado. Megaeventos esportivos: novo templo do capitalismo contemporâneo. S./l., s.d. **mimeo**

PENNA, Adriana Machado. **Esporte contemporâneo**: um novo templo do capital monopolista. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os senhores dos anéis**: poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. Celso Nogueira (trad.). São Paulo: Best Seller, 1992.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JUNIOR, Claudio de Lira. Como iludir o povo com o esporte para o público. In: SILVA, Maurício Roberto da (org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**: as políticas públicas em foco. Chapecó: Argos, 2007. p.55-104.

TAVARES, Otávio. Quem são os vencedores e os perdedores dos Jogos Olímpicos? **Pensar a Prática**. Goiânia, v.8, n.1, Jan./Jun. 2005. p.69-84.

TURINI, Marcio; DACOSTA, Lamartine. (orgs.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

Discutindo opressões: minoria que é maioria!

Vivian Machado Dutra¹

Marcela Darido

Discutir opressões não é selecionar fatos pontuais e discuti-los com soluções breves, e sim discutir a base das condições de vida e todos os tipos de agressões (físicas, verbais, morais,...) sofridas pelos trabalhadores, em sua maioria pobres, mulheres, negros e homossexuais.

Atualmente uma percentagem pequena da população mundial, aproximadamente 1%, se configura como a massa rica, acumulando uma renda de cerca de 57% equivalente a população mais pobre. E ainda dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU – de 2005 e 2006, informavam a existência de seiscentas pessoas multimilionárias que gozavam de um patrimônio individual de mais de um bilhão de dólares, as cem pessoas mais ricas do mundo acumulam riquezas equivalentes a receitas totais dos países pobres e um dos dados mais alarmantes está localizado na América Latina, onde os 10% mais ricos da população ficam com 60% da riqueza, enquanto os 10% mais pobres alcançam somente 2%.

O que ocorre então, é que os países mais ricos acumulam uma percentagem maior de capital, e também os capitalistas com maior concentração de renda do mundo, enquanto que os países mais pobres tem uma concentração de renda menor, tanto entre as pessoas, quanto a acumulação dos próprios países. Isso ocorre devido ao fato de os países mais ricos, onde se concentram empresários donos e sócios de grandes multinacionais, empresas e bancos, necessitam de matéria prima e mão de obra dos países mais pobres, onde o trabalho é amplamente desvalorizado e a população vive em uma linha de miserabilidade muita intensa. Porém, são nos países mais ricos onde as contradições se colocam lado a lado, pois ao mesmo tempo em que se concentram os multimilionários nas áreas mais ricas, se concentra uma população pobre, trabalhadora e super explorada nas zonas mais pobres, principalmente nas zonas industriais, o que acaba por gerar um grande índice de criminalidade e prostituição.

Pelo fato histórico de colonização e grande exploração do continente Africano, inclusive no período da recente escravidão, a maior concentração mundial de pessoas pobres e miseráveis são negras, moradores de favelas e periferias, obrigadas a vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver, se rendendo por muitas vezes a empregos temporários, terceirizados e informais.

¹ Professora de Educação Física da Rede Municipal do Rio de Janeiro
Mestranda em Educação – Políticas e Instituições – PPGE UFRJ

No Brasil não é diferente, existe uma grande concentração de negros, pobres, moradores de favelas, subúrbios e baixadas, que sobrevivem em condições precárias, que não tem acesso a uma educação de qualidade, já que essa lhes é negada pelo Estado em todos os âmbitos de poder, jogando os trabalhadores cada vez mais para a linha da miséria.

Para a aceitação de suas condições de vida, e ao mesmo tempo para a expansão de sua popularidade perante a população, da classe trabalhadora aos empresários, o Governo do Partido dos Trabalhadores, desde o Governo Lula, até o Governo Dilma, vem construindo programas de acesso à educação, financiamento da educação, acesso a moradia e acesso ao esporte, programas esses que devem ser discutido com seu real intuito: o de manutenção da ordem vigente.

Acalmando a população pobre com migalhas como o bolsa família e o PAC, que atendem uma pequena parte da população, com uma “mixaria” de dinheiro por mês e uma casa para algumas famílias, ao mesmo tempo em que mantém a má qualidade do atendimento da população de educação e saúde, além de manter limitado o acesso às atividades culturais. Mantendo essa ordem, consegue-se explorar os trabalhadores com pouca reação dos mesmos, aumentando o lucro dos empresários e banqueiros, fazendo crescer assim, a economia do país, que não se reverte à população pobre e trabalhadora, e assim aos próprios empresários e banqueiros.

Com a crise econômica iniciada em 2008, a manutenção da ordem torna-se cada vez mais necessária, para manter os lucros dos empresários, pois, com a quebra de pontos das multinacionais pelo mundo, as sedes brasileiras, por mais que continuassem lucrando, atacaram os trabalhadores com férias coletivas e inúmeras demissões, para reerguer as sedes em outros países e manterem os lucros no Brasil. Nesse sentido a reação dos trabalhadores no Brasil tornou-se cada vez mais reprimida pela força policial, quando os movimentos puderam, e podem, presenciar prisões e mortes de militantes e trabalhadores que lutam por empregos, condições de trabalho, saúde, educação e moradia, ou seja, trabalhadores são reprimidos por lutarem por condições básicas de sobrevivência que o Estado capitalista necessita para sua manutenção.

Importante destacar que na crise econômica iniciada em 2008, a maioria das demissões se concentraram entre mulheres, e em sua maioria negras, que sofrem ainda mais com a repressão da sociedade.

Para além disso, o Estado, por uma visibilidade em sua atuação perante a crise, de continuidade de acumulação, pela existência de um governo conciliador, indica e vence o Brasil como sede para os mega eventos esportivos. Com isso, somada a necessidade de expansão de arrecadação do Estado com impostos e serviços de empresas, além de tirar do entorno dos acontecimentos esportivos riscos de ataques da “criminalidade”, começam a desapropriar moradias “irregulares” de terrenos ditos “privados” ou do “Estado” e a entrar nas favelas, principalmente cariocas, com o símbolo da “pacificação” e reprimir cada vez mais trabalhadores pobres, fazendo

revistas, entrando em suas casas e com denúncias inclusive de agressões e furtos, tudo isso em nome da ordem capitalista, manutenção e crescimento dos lucros dos empresários.

Enfatiza-se aqui a importância de lembrar que o Governo Dilma/PT, desde o governo Lula, encontram-se diretamente ligados a essa grande criminalização da pobreza e repressão aos movimentos sociais, pois são os agentes implementadores das políticas no Brasil, que permitem essa manutenção, e também são responsáveis pelas comando de repressão do aparato policial.

Passa-se em 2012 por um grande caso de opressão a classe trabalhadora, diretamente ligado a manutenção do Estado capitalista: a reintegração de posse do Pinheirinho. Bairro em São José dos campos, ocupado por trabalhadores da região, que construíram suas casas em um terreno abandonado pertencente a NajiNahas, grande nome da especulação e imobiliária e investimentos falidos em bolsas, causando crises econômicas em no Brasil. Quando da “vontade” do Estado de São Paulo – senhor Geraldo Alckimim/ PSDB, da Prefeitura de São José dos Campos e do senhor NajiNahas, para o aumento do setor metalúrgico da região, a Força Policial a mando do Estado, invade o local, retira os moradores a força, agredindo, ferindo e matando os trabalhadores, com a conivência do Governo Dilma/PT que “entrou mudo e saiu calado” dos atos de atrocidade cometidos pelo poder repressor do Estado sobre os trabalhadores.

Discutir opressões então é discutir a situação dos trabalhadores na sociedade, o que os fez chegar e o que os mantém nessas condições de vida, a fim de discutirmos no interior dessa situação as condições das mulheres, negros e homossexuais, sem descolar a análise classista dessa avaliação.

A questão da mulher na sociedade capitalista

A questão da submissão da mulher perante o homem na sociedade, não é uma questão meramente biológica, como tenta enfatizar a sociedade capitalista, pois, como demonstra Engels em seu celebre livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” e Toledo também contribui no livro “O gênero nos une, a classe nos divide”, muitas tribos primitivas tinham uma ordem contrária a atual, ou seja, as mulheres exerciam trabalhos de força e administração, enquanto os homens se dedicavam as artes. Outras tribos tinham a relação de divisão da criação dos filhos entre toda a tribo, não sendo a criação uma prioridade materna, pois assim os filhos cresciam conscientes e ativos nos trabalhos da tribo.

A divisão do trabalho intelectual e manual no interior das tribos primitivas, somado a questão da propriedade de terras e sua produção, trouxeram consigo o direito a herança e queda do direito materno, existentes nas tribos com casamentos coletivos, onde sabia-se a mãe, mas nem sempre o pai, sendo assim os filho eram considerados da tribo. Com a queda do direito materno a mulher passa a ter o papel de reprodutora na sociedade, tendo também o papel de cuidado dos

filhos, logo para ela também sobram as tarefas domésticas, enquanto aos homens cabem as tarefas de porta à fora como plantio e caça, e provimento dos alimentos e riquezas da família.

Entende-se assim portanto que o início da submissão da mulher está intimamente ligado a divisão do trabalho, e que isso ocorre antes mesmo da estruturação da sociedade capitalista. O que acontece, pois, é que a sociedade capitalista se apropria e aprofunda essa submissão para uma maior exploração das mulheres.

Um grande exemplo disso ocorre durante a Revolução industrial quando inúmeras mulheres são empurradas para o chão das fábricas com o intuito de prover a sobrevivência de sua família, juntamente com os homens, já que os salários eram baixos e a carga horária de trabalho de aproximadamente doze horas. No entanto, como os salários das mulheres era tido como o complemento do salário dos homens para o provimento do sustento das famílias, os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens. Ou seja, as mulheres eram tão exploradas quanto os homens, no trabalho, inclusive realizando muitas tarefas “pesadas”, de força, que eram tidas como próprias dos homens, mas entraram na vida das mulheres trabalhadoras, porém ganhando salários menores que os homens.

A discussão da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a partir daí, veio ganhar corpo nas discussões da Segunda Internacional, pois era necessário pensar sobre o significado desse ingresso para as mulheres e para a classe trabalhadora em âmbito geral. A questão era se a mulher se emancipava por ter uma renda e não depender única e exclusivamente do homem para a sobrevivência e nem ficar “mal vista” por estar trabalhando, ou se tratava de uma exploração ainda maior do mercado capitalista para manter a produção e reserva de mão de obra.

Concluiu-se então que no interior da sociedade capitalista não existe emancipação da mulher, pois essa emancipação virá em conjunto com a classe trabalhadora, e apesar de as mulheres estarem no mercado e poderem não depender diretamente do homem para prover seu sustento, ainda sim é oprimida com jornadas duplas de trabalho, pois ao mesmo tempo em que o capitalismo lança a mulher no mercado de trabalho, não retira dela as funções domésticas. Porém uma questão importante foi levantada, as mulheres agora, sofrendo diretamente a exploração do “chão da fábrica” e de todos os outros trabalhos para qual foram lançadas, se encontravam, ombro a ombro, lado a lado, com os homens trabalhadores, nas lutas por melhores condições e pela emancipação da classe.

Ainda atualmente encontramos grandes desigualdades no que diz respeito à diferenciação do salário das mulheres nos mesmos cargos que os homens, mesmo pós graduadas as mulheres recebem cerca de 51% menos que os homens, ou seja, mesmo com percentagem maior de escolaridade, as mulheres continuam recebendo menos que os homens. Ainda, colocando no mesmo

patamar, a diferença de renda entre mulheres e homens com os mesmos anos de estudos chega a 100%.

Entrando na discussão acima, ao se pesquisar sobre a mulher negra, encontra-se uma estimativa ainda mais baixa, pois as negras em sua maioria encontram-se em condições de menor acesso a educação, devido a questão histórica da formação social, portanto tendo maior acesso a sub empregos ou empregos informais. Já em altos cargos de empresas, uma média baixíssima de mulheres negras consegue alcançar por estarem fadadas, pelo mesmo processo histórico, a um “preconceito”, pois o percentual de mulheres em altos cargos não chega a 5%, e entre essa percentagem a maioria é de mulheres brancas.

Algumas estatísticas explicitam que as mulheres perdem o emprego com maior facilidade do que os homens, seja após a licença maternidade, seja em período de crise financeira da empresa, ou crise estrutural do capital. Na crise estrutural do capitalismo, iniciada em 2008, a maioria das demissões, nas montadoras situadas no Brasil, se encontravam entre as mulheres.

Isso coloca a necessidade de se colocar um debate o debate da emancipação das mulheres trabalhadoras, ligado ao debate de emancipação da classe trabalhadora, pois a mulher, mesmo com toda a propaganda capitalista neoliberal de avanço nos direitos sociais, ainda é a que mais sofre com a maior flexibilização do trabalho e com as crises cíclicas do capitalismo.

É necessário entender então que existem sim conquistas de direitos, ao longo da história, que foram feitas através da organização de luta das mulheres, porém ainda está longe da libertação da mulher, e ainda, algumas políticas propagandeadas como avanço, não passam de políticas que empurram mais ainda a mulher para o seio da exploração.

A questão da violência à mulher

Atualmente, presas nas correntes do machismo, crescente com facetas de “liberdade”, na sociedade capitalista, vem ocasionando sérias e graves denúncias, oficiais ou não, de agressões às mulheres, sejam elas psicológica, morais ou físicas.

Dados alarmantes têm sido debatidos como: a cada 2 minutos cinco mulheres são espancadas por seus parceiros no Brasil. Para além a pesquisa sobre violência de gênero de 2011 coloca que 65% das mulheres entrevistadas já sofreram violência física, 38% já sofreram violência psicológica e 32% sofreu violência moral. Ou seja, grande parte das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência.

Por muitas vezes, sem condições de arranjar emprego, pela posição da mulher no mercado de trabalho e em relação ao seu nível de estudos, muitas mulheres, que sofreram violência de seus parceiros, continuam morando com seus agressores, a fim de garantirem seu sustento.

A Lei Maria da Penha, propagandeada por trazer avanços no debate de violência contra a mulher, na verdade tenta amenizar o que a sociedade capitalista necessita, exploração da mulher, e continuar colocando setores da classe trabalhadora, contra setores da mesma classe. A verdade é que não traz um real avanço para o aniquilamento dessa violência, e acomoda a classe no sentido de suas reais punições.

Mas a violência à mulher não vem somente do homem, mas também da sociedade, principalmente das políticas de Estado, isso se verifica em relação ao debate de saúde da mulher, principalmente no eixo sobre o aborto. Cerca de 200 mil mulheres morrem vítimas de aborto clandestino no Brasil, pois em situação de pobreza, sem condições de criarem filhos, muitas vezes abandonadas pelos parceiros, optam por não terem os filhos. Porém com a ilegalidade do aborto no país, as mulheres pobres se rendem de inserção de bico de patê em seu útero até injeção de produtos químicos de higiene do lar, já que as clínicas, ainda clandestinas, porém especializadas e aparelhadas, custam acima de 1200 reais, não tendo a classe trabalhadora essa opção de escolha, e sim a opção fica com as mulheres da pequena burguesia e a burguesia, enquanto as trabalhadoras morrem em clínicas de “fundo de quintal”.

Mas não é somente nesse tipo de clínica que as mulheres morrem não. Na fila do SUS, as mulheres, muitas vezes sem atendimento de suas especialidades, acabam sendo vítimas das mais diversas enfermidades, por muitas vezes não sendo atendidas e chegando ao óbito. O governo Dilma então propaga a criação dos hospitais da mulher, propagandeados como a grande salvação da saúde pública voltadas a prevenção e tratamento da mulher. Porém, inserida nas mesmas condições dos hospitais públicos, as vagas para atendimento são mínimas, em hospitais isolados, que acabam por não atender as necessidades reais das mulheres trabalhadoras. Logo é necessário que em conjunto com a melhoria da totalidade da saúde pública, exista o atendimento as especificações das mulheres, inclusive legalizando o aborto e o inserindo gratuitamente no SUS como questão de saúde pública, debate que Dilma/PT se furtou a fazer em sua campanha, para dar espaço a sua aliança com a Igreja católica.

Opressão aos homossexuais e transexuais

A questão do machismo na sociedade extrapola a questão explanada a cima em relação à situação da mulher na sociedade. Os papéis criados pela sociedade capitalista em relação à mulher e o homem, e sua materialização no dia a dia, através das funções profissionais relativas a cada sexo, o jeito como devem se portar e as relações que devem manter, a sociedade rejeite os homossexuais causando violência, indiferença as suas especificidades e indiferença à própria situação vivida por esse setor da classe trabalhadora.

Essa opressão é tida como própria da sociedade capitalista, já que no comunismo primitivo

as relações tanto não eram monogâmicas, quanto não tinha obrigatoriedade em serem por sexos diferentes, todos se relacionavam entre si, de forma mútua, sendo todos os trabalhos realizados pela tribo e para a tribo, com todos tendo consciência tanto de seu papel quanto do papel alheio, e todas as crianças eram filhos da tribo.

Já na Grécia antiga a relação entre sexos opostos era própria à reprodução, pois a relação mantida para o prazer era vivenciada entre pessoas do mesmo sexo, e também sem a necessidade da monogamia. Sendo assim dá-se ênfase então no entendimento do processo histórico de construção social, para se entender a opressão dos homossexuais e transexuais.

Atualmente cresce o número de agressões aos homossexuais e transexuais, uma pesquisa feita por entidades de Direitos Humanos afirmou que no Brasil cerca de 65% dos homossexuais já sofreram algum tipo de agressão. 34% afirmam já terem sido discriminados por amigos e vizinhos, 32% na escola ou faculdade, 16% no trabalho e 12% em sérios de saúde pública.

Mas as agressões não param por aí. Os governos também tem um grande papel nesse tipo de agressão, primeiro porque não cumpre nenhum papel de conscientização, já que os governos servem a estrutura capitalista, e para essa estrutura se manter é necessário todos os tipos de opressões, para garantir os lucros da produção e a manutenção do exército de reserva.

Segundo porque se a questão de saúde pública da mulher é ignorada, mais ainda é a saúde dos transexuais. Os governos, sequencialmente, ignoram a questão psicológica dos transexuais, sem terem o entendimento que a qualidade de vida desse setor passa também por transformações em seus corpos.

O SUS não cumpre o papel das cirurgias necessárias e nem do atendimento psicológico, fazendo com que, além das agressões sofridas pela sociedade, não se tenha nenhum tipo de atendimento para a saúde, deixando os transexuais em uma situação de péssimas condições de vida.

A questão dos pretos e pretas

Existe racismo no Brasil?

O Brasil é o maior país negro fora da África. Segundo o último censo do IBGE (2010), pretos e pardos são 50,7% da população. Mesmo em maioria são os que têm menor expectativa de vida, sendo que a maior parte da população preta e parda está abaixo de 40 anos de idade, em detrimento aos brancos que se encontram em maioria na população idosa acima de 65 anos. No que diz respeito ao rendimento médio mensal, negros e pardos tem em média a metade do rendimento dos brancos. Mesmo depois de 124 anos a população preta ainda carrega os grilhões da escravidão.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre o racismo no Brasil, 89% dos entrevistados acredita existir racismo no país. Quando perguntados se tinham preconceito de cor em relação aos negros, 96% dos entrevistados diz não ter preconceito. Ao analisarmos os dados dessa pesquisa podemos concluir que hoje a população Brasileira identifica a existência de racismo no país, mas não se identifica enquanto disseminador do mesmo. A existência do racismo é senso comum, mas onde ele se esconde?

O racismo se manifesta em diversas formas, não necessariamente escancarado, mas também de forma velada. A discussão sobre cotas raciais nas universidades públicas é um exemplo de como o racismo pode se deixar esconder por traz de um falso mito de democracia racial, transferindo o resultado de uma política de mais de 500 anos de genocídio e descaso social em mera incompetência do povo oprimido. Mas como assim?

Provavelmente você já deve ter participado de alguma discussão sobre esse assunto: na sala de aula, no bar ou durante uma reunião familiar e com certeza ouviu ou citou enquanto argumento contrário a cotas raciais: “Os brancos pobres sofrem tanto quanto os negros pobres para entrar nas universidades”, “As cotas vão diminuir a qualidade dos cursos”, “Quem vai definir quem é negro no Brasil?”, “As cotas tem que ser sociais e não raciais”. Mas pera ai! Se existe racismo no nosso país, como é possível dizer que um grupo que é marginalizado e inferiorizado tem as mesmas condições que os brancos? E por que a presença dos negros diminuiria a qualidade dos nossos cursos? Eles não teriam competência para acompanhar as turmas de alunos brancos?

O Brasil se estruturou a partir do preconceito racial, que foi necessária para manter uma opressão de classe, permitindo que os negros permanecessem por mais de 400 anos escravizados e possibilitando que permaneçam até os dias atuais marginalizados. Hoje a população negra se encontra a “margem” da classe trabalhadora, ocupando os postos de trabalhos mais precarizados e sustentando a super exploração do povo Brasileiro, pois à medida que aumentam o exército de reserva e, por “socialmente” receber um pagamento bem menor pelo mesmo trabalho feito pelos brancos, permite com que a remuneração da classe trabalhadora seja cada vez menor, consequentemente aumentando exploração.

Nesse texto mostraremos como o racismo se desenvolve no país para entendermos a necessidade da esquerda se apropriar das pautas pretas, afinal a classe trabalhadora tem cor e sexo.

Colonização

Para estruturação do capitalismo foi necessário um processo de acumulação de capital inicial, sendo preciso a elaboração de táticas para a obtenção de lucro. Os países dominantes concretizaram esse objetivo a partir das políticas de expansão e exploração de novas colônias como as da América Latina, assim como a utilização do trabalho escravo negro advindo do continente africano, entre outras. A exploração no Brasil está diretamente ligada a essa conjuntura internacional, o nosso país se constitui a partir da colonização portuguesa, tendo como alicerce o plantation escravista (que se baliza no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo negro).

Escravidão preta

Quando pensamos em escravidão precisamos reforçar duas questões por mais óbvias que pareçam. Para se escravizar é preciso ter alguém para ser escravo (pessoas de fora do seu grupo, ou que foram expulsas do mesmo por não se enquadrarem), assim como a elaboração de um aporte ideológico que seja capaz de desumanizar esse grupo a ponto de que a sua escravidão seja normalizada.

Com a gente não foi diferente. Para manter a relação de poder numa sociedade que se baseava na escravidão, foi necessário um conjunto de ideais capazes de provar a inferioridade do grupo explorado perante seus exploradores. Nesse sentido o racismo aparece enquanto uma ideologia que inferioriza o povo preto em detrimento a elite branca.

No Brasil, a cor da pele era o que definia quem era ou não escravo, fator esse imutável e hereditário. Mesmo após a escravidão é fácil diferenciar quem foi ou não escravizado.

Nós fomos o último país independente do continente americano a abolir a escravidão, pois a elite brasileira, mesmo não querendo o fim da escravidão, entendia que a abolição teria de ser um processo “lento, gradual e seguro”, fazendo com que a transição do trabalho escravo para o assalariado fosse a mais pacífica e segura possível, tentando ao máximo evitar insurreições e prejuízo para os senhores de escravos.

A mulher preta

Em um manifesto escravocrata escrito por fazendeiros aparece os tais dizeres: “a parte mais produtiva da propriedade escrava ainda é o ventre gerador”. Apesar de o nosso país ter optado preferencialmente pelo tráfico escravo em prol da procriação em cativo, essas palavras refletem a

realidade da mulher preta escrava, que não só produzia a vida que seria escravizada, como cuidava da vida na casa grande a partir do trabalho reprodutivo. Por fim, produziu o povo mestiço, fruto do estupro pelos senhores de escravos e seus herdeiros.

Muitas escravas saem da senzala para as casa grande com o intuito de cumprir os trabalhos domésticos, tarefa essa indignas para as senhoras brancas. Eram amas de leites e mucamas, todas escolhidas a dedo. Tinham que ser fortes, limpas e belas, para dar conta dos afazeres e dos desejos sexuais dos senhores e seus filhos.

Dentro de uma relação de escravidão o senhor possui inteiramente o escravo, o que não só permitia o estupro das pretas escravas como o normalizava. Gilberto Freyre, em Casa grande e senzala, relata enquanto normal que a iniciação sexual dos filhos dos senhores se desse com as escravas. Para piorar a situação coloca a miscigenação enquanto prova de amor entre raças. Não podemos nos deixar enganar, a miscigenação em nosso país se dá em primeira estância pelo estupro das “mulheres indígenas” e escravas pretas.

Os filhos oriundos dessa “miscigenação” eram denominados mulatos, termos utilizado ainda hoje para se referir a filhos/as da mistura de negros e brancos. Esse termo *mulato* faz alusão à mula, “filhote” do cruzamento entre cavalo e burra ou jumento e égua, geralmente usado para transporte de carga e estéreis.

Resistência

A resistência negra nos mostra a necessidade de analisar o povo preto enquanto sujeito ativo na escravidão Brasileira, não pelo fato de construir a riqueza de nosso país, mas por terem resistido, criando mecanismos de negação a esse tipo de sociedade, e dando suas vidas para a libertação de seu povo.

Clovis moura entende que a resistência negra se da pela quilombagem e explica: “Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre”. A resistência não se dava só a partir da organização de quilombos, mas também com insurreições como no caso dos Malês e bandoleirismo (espécie de guerrilha).

Malês: aconteceu no ano de 1835 em Salvador organizada por escravos mulçumanos. Malê é o termo utilizado para se referir a escravos mulçumanos. A organização tinha um caráter corporativista de libertação dos escravos mulçumanos. Rapidamente foi reprimida de forma dura.

Quilombo dos palmares: Localizado na serra da barriga na capitania de Pernambuco, resistiu a mais de um século. Construído por negros fugitivos, possuía diversos núcleos e teve como as mais importantes lideranças Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi.

Depois da expulsão dos holandeses do Brasil aconteceram vários ataques a Palmares com o intuito de acabar com o quilombo e recuperar a mão de obra escrava.

O Estado brasileiro sempre esteve articulado para auxiliar os senhores de escravos, nesse sentido organizaram forte repressão resistência negra.

Abolição?

A abolição tem muito mais a ver com a pressão internacional, principalmente da Inglaterra, assim como com a pressão da resistência negra que apareceu por todo o país (ainda mais após a Guerra do Paraguai e a vitória dos escravos negros perante os escravistas franceses no Haiti que atormentavam a elite brasileira) do que pela boa vontade de uma princesa.

No que diz respeito às leis implementadas antes da abolição, o Brasil sempre teve um histórico de Leis que pegam e não pegam, sendo assim em sua maioria não pegaram.

- Em 7 de novembro de 1831 o tráfico de escravos se torna ilegal, mas temos relatos de navios negreiros encontrados em 1841.
- Em 28 de setembro de 1871 lei do ventre livre que era burlada com gatos.
- Em 28 de setembro de 1885 lei do sexagenário que previa liberdade para os escravos com mais de 65 anos, essa foi a lei que mais pegou, já que acabava por ajudar os donos de escravos.
- Em 13 de maio de 1888 lei áurea que define o fim da escravidão sem a indenização para os senhores de escravos.

Um ano depois, em 1889 o Brasil vira República. Ruy Barbosa, ministro das finanças da República em 14 de dezembro de 1890 manda queimar livros e documento referentes à escravidão, para proteger os cofres da república de ter que pagar alguma possível indenização aos

escravocratas, apagando a história dos nossos antecedentes. Apesar de não existir uma indenização formal, essa “indenização” veio através do financiamento da imigração pelo poder público..

Passados mais de 100 anos de escravidão e o Brasil ainda não acertou as contas com os pretos.

E o povo preto pós-abolição?

No pós-abolição o Estado brasileiro além de não criar política de inclusão para o povo preto, reforçou a exclusão. Libertos jogados na miséria, sem terra, educação, saúde, sofrendo discriminação e repressão o povo preto começa uma nova luta.

A elite Brasileira, que já estava preparada para lidar com a abolição, coloca em prática o projeto que irá lidar com a população preta liberta. Esse projeto se estrutura em cima de três políticas principais: o branqueamento populacional, o controle social e o extermínio do povo preto.

O aparato ideológico de dominação pouco mudou e os pretos e pretas que saíram das senzalas acabaram criando nas cidades os bairros africanos, que depois se tornariam as favelas.

Os negros pós-escravidão não se proletariza, e acabam compondo a “franja marginal” da classe trabalhadora. Mesmo dentro da própria classe trabalhadora existe elementos ideológicos da barragem social pelo racismo. O preto é visto como incapaz de atuar como assalariado, vagabundo e indolente.

Apesar do homem preto não conseguir se inserir no mercado de trabalho assalariado a mulher preta não perde seu trabalho e continua sendo explorada a partir do trabalho doméstico (além dos afazeres doméstico também tinham que satisfazer o desejo sexual dos homens da família), outra saída era a prostituição.

A partir de então a população preta historicamente tem sido massacrada pela elite branca, a partir do Estado e seu aparato repressor. O racismo institucionalizado tem funcionado perfeitamente sustentado por um aparato ideológico criado pela classe dominante que reforça uma escala de valor social onde tudo que é próximo ao padrão branco europeu está acima, no polo mais valorizado e tudo que é próximo da cultura africana é desvalorizado e inferiorizado.

Democracia Racial?

A partir da abolição da escravidão se articula em nosso país o mito da democracia racial, onde se faz uma relação direta da miscigenação, que é um fator relacionado com a questão biológica com a democratização racial, que é um fato social e político que nunca existiu em nosso país Casa Grande e Senzala é um marco desse pensamento.

O mito da Democracia racial se coloca enquanto forma de desarticular a população oprimida, cria-se a filosofia da assimilação, aculturação para conseguir o embraquecimento. Uma destruição cultural dos polos de resistência, desarticulando a consciência étnica dos pretos e pretas de nosso país. Nossa realidade étnica não se igualou a partir da miscigenação, mas se hierarquizou.

Partindo de um pressuposto que todas as raças têm as mesmas condições na sociedade, colocam a culpa dos problemas econômicos e sociais nos setores oprimido e discriminados.

E agora?

Hoje os pretos e pretas continuam sendo a parcela que mais sofre com as mazelas da classe trabalhadora.

O índice de mortalidade de jovens de 15 a 24 anos negro no nosso país é três vezes maior do que a de jovens branco na mesma faixa etária, esse índice é resultado de uma política de genocídio da população negra, principalmente de sua juventude. A polícia Brasileira agrava esse índice com sua políticas e grupos de extermínio.

A população negra é a que mais tem sofrido com a higienização nas grandes cidades por conta dos mega eventos esportivos, com as pacificações dos morros, limpeza dos centros (como exemplo a operação na cracolândia em São Paulo) e com o trabalho na construção civil para a construção de estádios.

A mulher preta ainda carrega o estigma da escrava, de objeto sexual dos homens brancos e de trabalhadora doméstica nas casas de brancos. As mulheres brancas entram no mercado de trabalho, deixando para a mulher negra a função de cuidar de sua casa.

O Brasil tem uma história muito recente, num país de 512 anos de história quase 400 anos dessa história foram marcados por uma economia totalmente dependente do braço negro escravo.

Mas o tempo dará conta de superar esse pensamento racista?

A resposta é não! Não é o passar do tempo que superará o racismo, pois os preconceitos se reestruturam, tomam novas feições. É preciso dar oportunidade para que o povo preto escreva sua própria história, fale sobre as condições que tem sido submetido há anos e se organizem, e é a partir dessa premissa que o movimento negro defende as políticas afirmativas.

O papel da Esquerda

A esquerda tem um papel fundamental no combate as opressões, pois no seio dos sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis, precisa ampliar o debate apontando as questões fundamentais e estruturais, e colocando claramente o papel que os governos cumprem de manutenção das opressões, com políticas que por algumas vezes amenizam e por outras vezes intensificam as opressões a classe trabalhadora e seus setores mais atingidos.

Por isso é necessário que nos atos, panfletos, textos, teses, ou qualquer material produzido pelos movimentos apontar o papel do governo denunciar as políticas produzidas, e não fazer como a CUT e a UNE fazem, em retirar o papel dos governos e apontar os empresários em abstrato, sem dar nomes às denúncias.

A esquerda, então, tem um desafio que está na ordem do dia: discutir a situação das mulheres, homossexuais, transexuais e negros trabalhadores inserido em um debate de classe, não descolado da situação do proletariado, não unindo-os a quem implementa as políticas que precarizam e oprimem cada vez a classe trabalhadora, e sim denunciando o papel desses setores.

Esse debate é fundamental para rumar à emancipação da classe trabalhadora!

CONTRIBUIÇÕES

EXNEEF

A luta pelos 10% do PIB para a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada: a luta é pra vencer!¹

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física²

O presente texto tem como objetivo apresentar a contribuição da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) para o debate a respeito da garantia da educação pública como direito historicamente conquistado pelos trabalhadores, do qual ressalta-se a importância do financiamento público e da luta em torno dos 10% do PIB para a educação pública já.

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física é a entidade representativa do Movimento Estudantil de Educação Física a nível nacional, e em 2012, ano em que completa 20 anos reafirma suas quatro bandeiras históricas: o Projeto Histórico Socialista como única forma de superar a sociabilidade do capital e construir uma sociedade livre de toda forma de opressão; a Licenciatura Ampliada como proposta de formação de professores em educação física; a Regulamentação do Trabalho, sendo contrária a regulamentação da profissão e do sistema CONFEF/CREF; e a defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade Socialmente Referenciada, contra a Reforma Universitária de BM/Lula/Dilma/PT.

Assim, nos colocamos em luta sob a perspectiva da classe trabalhadora, ao lado do ANDES-SN e das demais entidades classistas e combativas, que entendem que a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é uma das dimensões da luta de classes em busca de sua emancipação e esperamos que este texto juntamente com os demais possibilite avançarmos em nossa luta cotidiana.

Com isso, entendemos que vivemos desde a década de 70, a Crise Estrutural do Capital, a qual se inicia com a crise do petróleo na esfera produtiva e alastra-se para todas as esferas da vida: naturais, políticas, sociais e econômicas. É uma crise que coloca em risco a própria existência da humanidade e que se caracteriza segundo Mészáros (2011) de acordo com quatro aspectos principais:

- 1- Seu caráter é universal, em lugar restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, como sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.);

¹ Este texto produzido pela ExNEEF foi anteriormente publicado na Revista Universidade e Sociedade – ANDES-SN, Ano XXI, nº 50 de junho de 2012.

² O presente texto foi construído coletivamente pela Gestão da entidade 2011/2012. Dessa forma, compreendemos que a assinatura do texto não é individual, mas sim fruto de debates coletivos. Para contato, indicamos acesso ao site www.exneef.libertar.org.

- 2- Seu escopo é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- 3- Sua escala de tempo é extensa, contínua – se preferir, permanente – em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- 4- Em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de desdobramento poderia ser chamado de gradual, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro; isto é, quando a complexa maquinaria agora ativamente engajada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua força...

(Mészáros, I. Crise Estrutural e Necessidade de mudança Estrutural, 2011)

Esta crise, a qual transpareceu com mais força após o ano de 2008, com a bancarrota dos bancos nos EUA e que se generalizou para todos os países do globo vem acarretando a crescente destruição da natureza com o esgotamento dos recursos naturais disponíveis de minérios, energia fóssil, dos recursos da floresta e da água potável como é demonstrado pela aprovação do Código Florestal que abre possibilidades maiores de exploração da natureza no Brasil e a “Guerra contra o Terror” colocada em curso pelos EUA nos países do Oriente Médio como forma de dominação dos recursos petrolíferos da região.

Acarreta também a crescente redução das taxas de emprego e renda, que somadas ao aumento da inflação, demonstrada nos preços das mercadorias, trazem consequência desumanas de vida para as populações mais pobres, como o marco de que 2/3 da humanidade vive abaixo da linha da miséria. O crescente descrédito da política institucional burguesa, e do Partido dos Trabalhadores ao propor e implementar um Corte no Orçamento de 55 bilhões para insumos sociais, a Desregulamentação de Processos Licitatórios para as obras da Copa do Mundo, a privatização dos aeroportos, dos Hospitais Universitários via EBSRH, a flexibilização das relações trabalhistas na universidade com a aprovação da MP 525 e a proposta de congelamento de salários em 10 anos dos servidores públicos.

Por ser uma crise de caráter global, profunda e prolongada à mesma trará como exigências do grande capital a flexibilização da produção e das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e circuitos financeiros e a privatização do patrimônio público estatal (Netto, 2010). Neste sentido é que o Neoliberalismo surge como política de contenção da Crise, o que acaba acarretando:

“... uma maior intensificação da força de trabalho, desemprego estrutural, crescimento do setor de serviços, precarização do trabalho por meio de contratos temporários e desregulamentação dos direitos, aumento do trabalho feminino e infantil, que trouxe como consequência um fenômeno ao qual Antunes (1995)

caracterizou enquanto fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora.” (Nozaki, 2003)

Este artifício, o qual amplia o trabalho terceirizado e quarteirizado expresso na flexibilização das leis trabalhistas, na retirada de direitos historicamente conquistados nas lutas sociais; o desemprego estrutural que chega a atingir 50% da Força de Trabalho economicamente ativa; o empreendedorismo que mascara a contradição existente na relação antagônica entre Capital e Trabalho acarretará uma nova morfologia da classe trabalhadora a qual, conjuntamente com a queda do Muro de Berlim e a perpetuação da ideologia neoliberal de “fim da história” e a burocratização dos sindicatos de classe, além do amoldamento à ordem burguesa por parte do Partido dos Trabalhadores ao traçar como meta a chegada ao estado burguês, e ao consolidar-se como Partido dirigente do país, e implementar as políticas neoliberais que de fato não produzem mudança estrutural na vida da classe trabalhadora, fomenta a descrença em alternativas de organização coletiva e tem em si arraigado um forte pensamento individualista e que demoniza a política.

É esta política neoliberal, que além de modificar a forma aparente de ser da classe trabalhadora, irá determinar a atual reforma do Estado brasileiro e a contra-reforma universitária colocada em curso atualmente. Tais medidas têm como fundamento central o reordenamento do mundo do trabalho, a fim de sintonizar as mudanças demandadas pelas necessidades do capital, e a formação deste novo tipo de trabalhador: flexível, terceirizado, adaptável e colocado a favor da manutenção da crise estrutural do capital.

No Brasil, esta política é iniciada a partir da década de 90 com o processo de redemocratização do país, após 20 anos de Ditadura Militar, em que a eleição de Collor ampliou a abertura nacional ao comércio exterior e consolidou a ideologia de redução do patrimônio estatal. Porém, é com FHC que o papel do Estado na economia é readequado a partir da análise de que a instituição Estatal enfrentava uma grande crise fiscal, que o tornava arcaico e obsoleto frente às necessidades do desenvolvimento econômico do neoliberalismo.

Com isso, FHC enxuga as fronteiras entre o público e o privado a partir da criação das organizações públicas não-estatais, que desresponsabilizam o Estado em ser o garantidor das políticas de acesso aos direitos sociais, ou seja, exime o estado de sua responsabilidade frente às necessidades coletivas da maioria da população. Essa ação tem a clara intenção de neutralizar a sociedade civil, retirando dela os conflitos existentes em torno de projetos de sociedade antagônicos. Apesar do franco processo de precarização e privatização dos direitos sociais, do enxugamento do papel do Estado na economia e dos ataques aos trabalhadores FHC não conseguiu dar conta de realizar a contra-reforma universitária formulada pelo Banco Mundial para os países da América Latina devido ao fato de enfrentar um movimento docente e estudantil capaz de, através do

Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e da Frente de Lutas contra a Reforma Universitária, barrar tais ataques.

Porém, tal ação não ocorreu a partir do ano de 2002 com a entrada de Lula da Silva na presidência. O governo do PT, partido construído a partir das lutas operárias e populares contra a ditadura militar e o regime de sociedade burguês, que representava uma alternativa aos trabalhadores, longe de representar um marco de rompimento com o projeto neoliberal de FHC, deu continuidade a este projeto e conseguiu aprovar de forma fragmentada, mas articulada entre si a contra-reforma universitária que se coloca em curso no Brasil hoje.

Essa contra-reforma segue a risca os ditames do BM para a Educação Superior na América Latina que se organiza em quatro eixos fundamentais: a) diferenciação das instituições em níveis terciários e pós-secundários; b) a diversificação das formas de financiamento das instituições públicas; c) a redefinição da função do governo no ensino superior e; d) a adoção de políticas de melhoria da qualidade e equidade. Estas diretrizes serão afirmadas no documento “Reafirmando Princípios e Diretrizes para a Reforma do Ensino Superior no Brasil” (2003) e acabará por atacar a Universidade Pública no que diz respeito sua Autonomia, sua forma de Financiamento, seu modelo de Avaliação, sua concepção de Formação e Função Social frente à realidade.

Isso se manifestará na isenção de financiamento público da educação pública através da aprovação da Lei de Inovação Tecnológica (LIT) que institui as Parcerias Público Privadas (PPP) de empresas com as universidades e que irão determinar a lógica de produção do conhecimento voltado para as demandas do mercado de trabalho, interferindo diretamente na autonomia da universidade frente à produção do conhecimento. Além disso, com a política do Programa Universidade para Todos (PROUNI) teremos o rebaixamento da educação pública em detrimento da educação privada, a qual fará com que o governo deixe de criar em até três vezes as vagas nas universidades públicas, para cada vaga aberta via PROUNI, já que as universidades privadas que aderem ao programa adquirem isenção fiscal, passando apenas a possibilitar o maior financiamento através do FIES, colocando mais uma vez o Estado a serviço dos empresários da Educação, ao incentivar a educação privada, e não da necessidade de universalização do ensino superior público. Este é o nítido exemplo de que educação é mercadoria para o governo do PT e para o grande capital.

Também, perceberemos a lógica de precarização do setor público, do qual o REUNI torna-se o carro chefe de toda a política que vem sendo implementada, sob a consigna de democratizar o acesso ao ensino superior, bandeira histórica do movimento estudantil e docente, que o governo de Luis Inácio Lula da Silva aprovou no ano de 2007, abaixo de forte repressão policial frente às mobilizações estudantis e de professores nas ocupações de reitoria. O REUNI, com um plano de metas - aligeiramento da formação através da aprovação em massa de 90% dos ingressantes e

ampliação de 12x1 para 18x1 a relação professor-aluno com aumento de apenas 25% do orçamento – longe de democratizar o acesso tem acarretado a intensificação da precarização nas universidades: através do inchaço de alunos por disciplinas, política de assistência estudantil inexpressiva, desarticulação do tripé básico ensino-pesquisa-extensão, falta de professores e precarização do trabalho docente e da infra-estrutura - com falta de salas de aulas, falta de espaços para convivência estudantil, bibliotecas e laboratórios de informática desatualizados e etc.

Frente a toda a política apresentada, é necessário ressaltar que em 2012 o Partido dos Trabalhadores completa seus 10 anos de governo. Nesses 10 anos, vemos um acirramento da política neoliberal para o Estado, sendo mínimo para as necessidades sociais e máximo para o capital. Tratando com descaso a educação, saúde, transporte público e políticas de saneamento. Mais especificamente referente à educação, na última década as políticas e programas implementados de nada servem para superar o déficit educacional brasileiro, visando a sua democratização com qualidade. Longe disso, o papel que cumpriram foi de fragmentar a luta dos trabalhadores, gerando um falso consenso a respeito das reformas que implementava e ainda, sintonizando a educação brasileira a necessidade de formação de novos trabalhadores.

Além disso, ao longo desses 10 anos, o Governo do PT conseguiu a partir da cooptação de setores que antes eram combativos, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) - que durante o processo de luta contra a contra-reforma universitária assumiu a luta pela a sua aprovação e a sua defesa intransigente, realizando a Caravana pela Reforma – demonstrar que seu caráter de classe há muito já não diz respeito ao dos trabalhadores mas sim, se colocando definitivamente em trincheira oposta da luta da classe trabalhadora.

Por conta disso é que em 2008 em seu XXIX Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEFF) o Movimento Estudantil de Educação Física aponta para a ExNEEF o rompimento com a UNE como forma de ruptura brusca e definitiva ao projeto dessa entidade, que hoje é um dos braços do Governo do PT. Ao romper com a UNE, o MEEF aponta a necessidade de reorganização do movimento estudantil pela base, garantindo a articulação entre outras executivas através do FENEX, mesmo com todos os seus limites, e, apontando a necessidade de construção de uma nova entidade a nível nacional capaz de reorganizar as lutas. Por isso entendemos a importância de travar o debate da reorganização do movimento estudantil em toda luta que travamos. Achamos que os instrumentos criados no período de reorganização não foram suficientes para dar resposta concreta aos estudantes e que a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), criada em 2009, reproduz as limitações destes instrumentos ao não atrelar as pautas concretas dos estudantes com necessidade de reorganização no ME e assim não se coloca como alternativa propositiva para o conjunto do ME, Não construímos, não participamos nem observamos a ANEL, mas entendemos a

necessidade da criação de uma nova ferramenta dos estudantes em nível nacional que aprofunde a reorganização do ME pela base.

Já em 2009, o MEEF a partir do entendimento da necessidade de voltar ao trabalho de base de forma mais efetiva e da conjuntura que o conjunto do Movimento vinha passando, passa a realizar junto aos estudantes discussões sobre a fragmentação dos currículos de formação, lançando a campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada já!”, que além de se colocar contrária a fragmentação da formação apresenta a Licenciatura Ampliada como proposta de formação superadora para os cursos de formação de professores em educação física.

A campanha, além de questionar a fragmentação da formação em Licenciatura e Bacharelado, da qual se compreende como processo de desqualificação do trabalho no âmbito do processo formativo, possibilita questionarmos a organização do conhecimento, pautado por uma perspectiva a - histórica e sob bases idealistas, positivistas, e pós-modernas, demonstrando, que está colocada para a nossa formação a tendência bancomundialista de formação para uma sociedade do consenso que nega a existência da luta de classes e que forma os trabalhadores, e especificamente os professores de educação física, a partir da pedagogia das competências. Tal proposta, encontrada na concepção de educação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do Plano Nacional da Educação, visa formar trabalhadores que estejam preparados para a desregulamentação do trabalho e a flexibilidade das relações trabalhistas, além de adequados a lógica da empregabilidade e adaptabilidade as diversas formas de emprego e subemprego e fazendo com que além de obterem o mínimo de formação que o mercado exige, também não contestem o atual estado das coisas.

A Licenciatura Ampliada é uma proposta construída ao longo de 30 anos pelo MEEF, a partir de debates coletivos em Encontros Nacionais e Regionais, Conselhos Nacionais e Regionais de Estudantes de Educação Física e outros fóruns e espaços coletivos. O MEEF sempre debateu a formação de professores e a educação como um todo, criticando a lógica da formação apenas para o mercado de trabalho, a qual, com o passar do tempo e acirramento das políticas neoliberais pra educação, e não diferente pra educação física, se manifesta a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

As DCN da Educação Física durante seu processo de formulação já demonstraram a quem serviriam, pois foram construídas a partir da lógica do consenso possível entre todas as partes envolvidas. Não é a toa que a ExNEEF se retirou dessa construção, por compreender que nenhum consenso seria possível, visto que o MEEF e os setores envolvidos (CONFED³, CBCE⁴, MEC)

³ Conselho Federal de Educação Física. Entidade que regulamenta a profissão de educação física e que se constitui como um órgão que se coloca na defesa dos interesses corporativistas e mercadológicos na área, intervindo

defendiam posições antagônicas. As Diretrizes da Educação Física são pautadas na lógica da formação a partir do desenvolvimento de competências, e tratam o objeto da educação física como o movimento humano, perspectiva essa que é ausente de historicidade e criticidade.

A proposta defendida pelo MEEF, a Licenciatura Ampliada, tem como preceito a necessidade de superação do modo capitalista de produzir a vida, logo, tem como perspectiva a construção de um projeto histórico socialista como única forma de desenvolvimento real e integral das múltiplas dimensões humanas. Dentro dessa perspectiva, defendemos uma formação humana omnilateral, por compreender que os seres humanos têm naturalmente condições de desenvolver múltiplas dimensões que os constituem parte da humanidade (cultural, técnica, política, científica, etc), e que nesse momento histórico a humanidade organizada no modo de produção capitalista encontra um limite para desenvolver essas múltiplas dimensões.

Limite que é imposto pelo sistema capitalista, pois organiza-se sob a propriedade privada dos meios de produção, em que a grande maioria da humanidade vende sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, enquanto uma minoria detém os meios de produção e sobrevive a partir da exploração do trabalho alheio. Por isso, que defendemos a licenciatura ampliada, como proposta de formação que tem de estar alinhada e indissociada da defesa de um projeto histórico de socialista.

Além disso, ao longo do ciclo de lutas que abrimos em torno da Licenciatura Ampliada, podemos perceber a necessidade de articularmos lutas específicas com as lutas mais gerais e que dizem respeito às demandas históricas dos trabalhadores, pois a luta pela Licenciatura Ampliada dentro dos marcos defendidos pela ExNEEF, tem de estar em sintonia com a luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, por isso reafirmamos a necessidade de defendermos a bandeira histórica de democratização do acesso a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, colocando-nos contrários a atual contra-reforma universitária em curso no Brasil e situando-a como uma bandeira que só pode ser conquistada pela organização e luta dos trabalhadores e não por aqueles que fingem falar em nosso nome, os governos de Lula, Dilma e PT.

Por conta disso, é que compomos a campanha “10% do PIB para a educação pública já!”, afirmando nela a necessidade de exigirmos maior financiamento público para a educação pública, mas sem o mesmo servir para a manutenção de projetos como o REUNI, as Parcerias Público Privadas e a EBSEH, contidos no Plano Nacional de Educação 2011-2020. Sendo assim, colocamo-nos terminantemente contrários ao PNE 2011-2020, entendendo que o mesmo não

diretamente na fragmentação dos currículos de formação e na atuação coercitiva frente aos trabalhadores do âmbito da cultura corporal.

⁴ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

contém, desde seu processo de construção, nenhuma possibilidade de disputa em suas ementas e que representa a precarização e privatização da universidade pública como plano de estado para o prazo de 10 anos.

O novo PNE 2011-2020 representa os interesses do grande capital, ao consolidar como política de Estado todas as políticas tocadas durante o governo Lula/Dilma/PT, que atende as necessidades de aligeiramento de formação dos trabalhadores e de expansão de mercados para o capital fictício, expressas na proposta das PPP's. Está nítido que esse projeto não está em disputa para a classe trabalhadora e movimentos sociais, já que representa o interesse do grande empresariado.

Reafirmamos assim, a necessidade de resgatar os princípios do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, o qual foi construído pela base dos movimentos sociais organizados e que sob um processo democrático de discussão, não buscava contribuir com um falso consenso, no qual os debates são possibilitados, mas os encaminhamentos são mantidos de acordo com o interesse dos governos e dos empresários da educação.

Da campanha “10% do PIB para a educação pública já!”, pontuamos a importância que a mesma desempenha ao buscar consolidar um bloco de esquerda que seja capaz de reorganizar a luta em torno da educação pública brasileira, principalmente com a tentativa de reorganização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no Rio de Janeiro, porém, ressaltamos que a forma meramente agitativa com que a mesma foi construída, dificultou a realização de discussões aprofundadas a respeito de projeto e concepção de educação voltada para os interesses e necessidades da classe trabalhadora brasileira.

Munidos da crítica, mas compreendendo a necessidade de unidade em torno da luta, buscamos construir junto a outras executivas e federações de curso o Seminário Nacional sobre Formação e Universidade, o qual ocorrerá junto ao FENEX e terá como objetivo avançarmos em torno destas discussões, visando unificar bandeiras, lutas e movimentos. Nesse espaço debateremos a Universidade, Educação e Formação a partir das políticas nacionais de educação e das lutas que cada setor do movimento vem travando, compreendendo que ambos são eixos de luta necessários para a compreensão e transformação da conjuntura nacional. Dessa forma, reafirmamos a necessidade de luta por outro projeto de educação que esteja articulado com outro projeto de mundo e sociedade, o socialismo.

Força na Luta, pois a luta é pra vencer!

Referencial Bibliográfico

BRASIL. Reafirmando Princípios e Diretrizes para a Reforma do Ensino Superior no Brasil, 2003. Acessado em 30 de abril de 2004 as 16 horas e 38 minutos. <http://www.fedesp.org.br/superior/MEC%2002-08-04.htm>

MÉZSÁROS, I. *Crise Estrutural e Necessidade de mudança Estrutural*. Conferência proferida na abertura do II Encontro de São Lázaro, em 13 de junho de 2011 – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFBA. http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf acessado em 30 de abril de 2012 as 16 horas.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie. Texto de comunicação na seção temática* “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa, 2010.

NOZAKI, Hajime. *Mundo do Trabalho, Formação de Professores e Conselhos Profissionais*. Artigo encomendado para o GTT de Formação Profissional e Campo de Trabalho do CBCE, por ocasião do XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, em setembro de 2003. <http://www4.fct.unesp.br/entidades/estudantis/caef/escritos/Mundo%20do%20Trabalho%20e%20Formacao%20de%20professores%20e%20Conselhos%20profissionais%20-%20Hajime.pdf> acessado em 30 de abril de 2012 às 16 horas e 31 minutos.

Democratização do acesso ao ensino superior público: é possível em tempos de repressão ao movimento estudantil?

*"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo".
(Florestan Fernandes)*

Faz exatamente 27 anos que a ditadura empresarial-militar findou-se no Brasil. Findaram-se as torturas militares financiadas por grandes empresários e dava-se início a abertura democrática com eleições diretas para presidente conjuntamente em um contexto mundial no qual a queda do muro de Berlim era propagandeada como o fim dos regimes autoritários no mundo e a abertura de uma nova era de paz e felicidade para a humanidade.

Junto ao triunfo da democracia em escala mundial, percebe-se nas últimas duas décadas um intenso movimento de enxugamento do papel do Estado, o qual é conhecido como neoliberalismo e que se manifesta na retirada de direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores como saúde e educação gratuitas, além de direitos trabalhistas como férias, licença maternidade e 13º salário.

No Brasil, o neoliberalismo ganha força nos anos noventa, e na educação vemos a transformação do direito educacional do trabalhador em uma mercadoria a ser oferecida por empresas privadas. Atualmente vemos a presença dessa lógica no ensino superior através de programas de fomento financeiro para grandes grupos empresariais das redes privadas (PROUNI), do sucateamento das instituições públicas através de programas de expansão física sem expansão financeira e de pessoal (REUNI) e também através da abertura das universidades públicas às organizações estatais de direito privado que influenciam diretamente pesquisas e indiretamente as aulas dos estudantes.

Com o processo de retirada de direitos historicamente conquistados, fato que já coloca em cheque a propaganda ideológica neoliberal de triunfo da democracia, percebe-se por parte do Estado um grande ataque as organizações da classe trabalhadora que discordam de tal ideologia.

Ações como a repressão ao direito de greve, a perseguição política de dirigentes sindicais manifestada por demissões e de dirigentes estudantis por reprovações, além do uso da força policial e militar são estratégicas para reprimir manifestações populares. É a lógica da democracia neoliberal; repressão para os trabalhadores e democracia para as demandas do capital.

Esta repressão, longe de ser componente apenas dos livros de História, pode ser vivenciada hoje quando presenciamos nos últimos meses a remoção truculenta por parte da polícia e do governo do estado de São Paulo de 9 mil pessoas que ocupavam a área da comunidade de Pinheirinhos; a desocupação da Cracolândia exonerando o papel do Estado e perpassando um caso de saúde pública a um caso de polícia; a repressão policial aos atos contra o aumento abusivo das passagens de ônibus em Teresina/PI e Recife/PE; e a desocupação da reitoria da USP que contabilizou 400 policiais e acarretou 73 presos políticos.

A repressão na USP demonstra que a universidade vivencia em si as disputas e contradições que ocorrem no seio da sociedade de classes e, caracteriza que quando os interesses econômicos da classe dominante são questionados, a repressão e perseguição política manifestam-se também no espaço da universidade. Isto ainda pode ser visto na lógica de gestão antidemocrática das instituições, fruto da reforma universitária do período da ditadura empresarial-militar que estabelece uma hierarquização entre professores, técnico-administrativos e estudantes, e se estrutura pela divisão no peso de voto de 70-15-15 nos processos decisórios.

O movimento estudantil, na defesa de suas pautas históricas da democratização do acesso ao ensino superior público e da gestão democrática da instituição universitária, compreende que este espaço deve possibilitar o livre acesso e circulação do conhecimento crítico ao conjunto de estudantes de acordo com as demandas e necessidades da classe trabalhadora. Por isso, nós da ExNEEF entendemos que universidade não condiz com repressão, mas sim com livre manifestação do pensamento. Ela não condiz com autoritarismo, mas sim com debate e contraposição de ideias.

Por fim, diferentemente, do que a ideologia neoliberal propagandeava em meados da década de 90, percebe-se que não vivemos em uma nova era de paz e felicidade para a humanidade, entretanto em um período de manutenção da lógica opressora da sociedade de classes.

Desta forma, reafirmamos a pauta de democratização da universidade pública, entendendo que esta, diferentemente daqueles que defendem a reforma universitária de Lula/PT, não pode ser descolada da luta pela construção de uma sociedade livre de opressões, na qual o trabalho deve ser a base de toda a sociedade, permitindo-nos ser “humanamente diferentes, socialmente iguais e totalmente livres”.

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Plano Nacional de Educação, a greve das universidades federais, e os dilemas da educação nacional

Desde o final do ano de 2010 está sendo analisada por uma comissão especial de deputados o projeto de lei 8035/10 que institui o Plano Nacional de Educação (PNE)2011/2020, sendo que após o projeto inicial ter recebido várias emendas, o debate sobre os destinos da educação no país será retomado.

O PNE compreende a formulação de uma política de estado que terá duração de uma década e que determinará o caráter da educação nos seus mais variados níveis, indo desde a pré-escola até o ensino superior. Esse é um momento em que além de serem abertos espaços na conjuntura para que haja o debate sobre a educação nacional, possamos compreender os projetos educacionais em disputa, representados por diferentes concepções de sociedade.

Desde a formulação do PNE 2001/2010 há um forte tensionamento entre os interesses do governo federal e do estado brasileiro, que vinculam toda a educação as demandas do mercado de trabalho e dos empresários, e os reais interesses da sociedade brasileira, que reivindica uma educação pública, gratuita e de qualidade. O PNE2001/2010 foi formulado num contexto em que ainda ocorria uma reestruturação na política educacional do país, tendo como ponta de lança a Reforma Administrativa do Aparelho do Estado em 1995 seguido da estruturação da LDB (Lei 9.394/96), dos parâmetros curriculares nacionais (PCN), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e do próprio PNE 2001/2010. Isso tudo abriu um campo que tem possibilitado, hoje, enormes ataques à educação pública.

Um dos principais debates em foco nesse momento de discussão do novo PNE, assim como aconteceu em 2001, é sobre o financiamento da educação. Além de toda a lógica que o PNE carrega – não basta só fazer a crítica aos poucos recursos destinados a educação, mas também ao projeto de educação representado pelo PNE, um projeto vinculado com as demandas da burguesia – o debate sobre o financiamento ganha centralidade porque só a intenção política de resolver os problemas educacionais não basta, é preciso investimento e destinação de recursos e isso tem sido um dos principais percalços encontrados para que haja a elevação da qualidade da educação.

O percentual de recursos destinados a educação em 2001 evidenciou as contradições de um governo neoliberal, que ao invés de investir nas necessidades da sociedade brasileira preferia manter os privilégios dos banqueiros. O plano previa investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) a serem alcançados até 2011. O artigo foi vetado por Fernando Henrique e o veto foi mantido pelo presidente sucessor, Lula da Silva. A falta de investimentos fez de um plano audacioso um fracasso, sendo que ao final da sua vigência 2/3 das suas metas não foram cumpridas, os índices de

analfabetismo pouco se alteraram, a valorização dos professores não foi efetivada e todos os problemas apontados em 2001 ou permanecem os mesmos ou ainda são maiores que naquela época.

Agora em 2012, ao ser reiniciado o debate sobre o PNE, novamente vimos as mesmas contradições presentes em 2001, onde um governo dito dos trabalhadores, e que teve como um dos pontos centrais na campanha de presidente a valorização da educação, investe 47% do orçamento público para pagamento de juros e amortização da dívida pública e não destina nem 5% deste mesmo montante para a educação. O novo PNE novamente prevê os mesmos 7% do PIB em educação (tanto para as públicas, quanto e especialmente para as privadas!) até 2020. Ao contrário, as organizações de trabalhadores e da sociedade brasileira reivindicam o investimento de 10% do PIB pra educação pública já. Após alguns embates, onde até os organismos coletivos do capital apontaram para a necessidade de investimento de 10% do PIB, o governo acenou com uma proposta mediada de 7,5%.

Mas afinal, qual a relação entre estes números, a lógica de educação contida no PNE e a conjuntura da educação nacional?

Desde o ano passado presenciamos, a nível nacional, uma grande articulação de lutas de professores que brotam por todos os cantos do país, indo desde lutas contra os corte no financiamento público para a educação até reivindicações pelo pagamento do piso nacional. Além disso, em 2011 presenciamos uma onda de ocupações de reitorias pelo movimento estudantil que sente os efeitos da contra-reforma universitária de Lula/Dilma/PT.

Em 17 de maio desse ano, ganha força também a categoria dos docentes das instituições federais, que após um longo tempo sem reajuste salarial sofre com a precarização da sua carreira e inicia uma das maiores greves nacionais dos últimos anos, que hoje conta com 48 universidades com aulas paralisadas. Somado a isso, 16 universidades presenciam greves estudantis e também os servidores técnicos administrativos apontam para a greve a partir de 11 de junho.

Desde 2004, quando foram instituídos os primeiros pontos, via decreto presidencial, da contra-reforma universitária (SINAES, PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica) presenciamos o crescente sucateamento da universidade pública, que foi amplamente potencializada em 2007 com a aprovação do REUNI, projeto que amplia as vagas da universidade pública porém não prevê igual investimento em recursos humanos e infra-estrutura física, amplia a taxa de aprovação dos egressos (90%, implementando quase que uma aprovação automática) e aumenta o número de professores por aluno. Não é por acaso que uma das principais reivindicações de estudantes, professores e também técnicos administrativos nas universidades públicas hoje são, para além de questões corporativas, a falta de condições para aulas, falta de materiais, salários defasados, formação precária, entre outros.

Cada vez mais vimos professores doentes, que se tornam aulistas e não tem condições de trabalhar com pesquisa e extensão (rebaixando o nível da qualidade de ensino); estudantes indignados com as condições da educação e que lotam assembleias estudantis; e também a falta de diálogo com os governos para encaminhar a resolução destes problemas.

Toda essa política de precarização do ensino superior público será levada também para outros níveis de ensino com a aprovação do PNE 2011/2020. Todas as metas do REUNI, a política de colocar as demandas dos empresários a frente das necessidades dos trabalhadores, o fortalecimento do setor privado e o desleixo com a educação pública serão aprovadas numa só lei, tornar-se-ão política de estado. Nisso

tudo a greve nacional das universidades públicas serve como um termômetro que aponta para qual será o rumo da educação nacional caso o novo PNE do governo seja aprovado.

Diante disso, há a necessidade do fortalecimento da luta dos trabalhadores por uma educação que realmente contemple suas necessidades e, que para que isso aconteça, é preciso também dar combate a política do governo federal de desmonte da educação pública, enfrentando a contra-reforma universitária e também tendo posicionamento contrário em relação ao novo PNE.

Por 10% do PIB para a Educação Pública JÁ!

Contra a Reforma Universitária de Lula/Dilma/PT!

Expansão tem que ser com qualidade! Fora REUNI e “Novo” PNE!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

O que é ser professor?

Ser professor é mais do que um trabalho assalariado, pois sabemos que os trabalhadores e trabalhadoras não são valorizados, e sim sempre explorados, em favor do lucro de alguns poucos safados, por demais abastados, que mantêm os meios de produção na palma de sua mão.

Ser professor é ir além da lógica de se trabalhar no local indicado, pelo fato de que não se trabalha com ensino só com horário marcado, e sim a todos os momentos, seja na sala da escola ou em casa no planejamento. E ainda, sabemos que sempre se ensina no dia-a-dia da conversa amiga, seja em casa ou no bar da esquina, pois é ali que encontramos questões reais que provam o que falamos e debatemos na escola a poucas horas atrás.

Ser professor é enfrentar uma enorme precarização, muito por causa da falta de razão desse governo que só tem ladrão, e que não aceita destinar 10% do PIB pra Educação Pública Já, enquanto paradoxalmente prega por maior aumento na taxa de escolarização de nossa pobre população.

Ser professor é ter noção de que com cada nova mediação, um novo mundo pode criar, mas que um grupo enorme de possíveis estudantes desta construção chance nenhuma teve de participar, muito pela forma que esse sistema se utiliza para se perpetuar.

Ser professor é um novo modelo de sociedade almejar criar, aonde todos possam realmente estudar, sem que pra isso a nenhuma exigência do Capital tenha de se sujeitar.

Ser professor é lutar por uma melhora real na vida, pois investir apenas na educação não é saída, ninguém vai pra escola se em sua casa todo dia falta um prato de comida. Os estudantes fora das escolas sempre haverão de estar, se para sua família alimentar desde cedo tem de sair para trabalhar. E, claro, não podemos relevar, as horas nas filas de hospitais públicos que eles hão de gastar, apenas como desculpa para aqueles safados utilizar e estas entidades poder privatizar.

Ser professor é saber que a luta é diária, assim como que a responsabilidade de muito do que na sala acontece, não cabe aos alunos e sim a tudo que lhes carece, pois tem de viver em um modelo de sociedade que ninguém merece.

Ser professor é, finalmente, sempre lembrar que sozinho não se vai a nenhum lugar, que sem o outro nada há de mudar, logo enquanto e ao lado dos demais trabalhadores sempre tem de se posicionar para essa sociedade capitalista conseguir derrubar.

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Plano Nacional de Educação: histórico e necessidade de luta em prol da educação pública

A necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) vem desde a década de 1930, com o intuito de orientar as ações educacionais do poder público do Estado. Porém, somente em 1962, após a LDB de 1961, foi elaborado e implementado o PNE, sob a proposta de metas do Conselho Federal de Educação (CFE). O segundo PNE foi elaborado concomitantemente à Constituição Federal de 1988 (CF/88), e propôs as seguintes pautas: (i) a erradicação do analfabetismo; (ii) a universalização do atendimento escolar; (iii) a melhoria da qualidade do ensino; (iv) a promoção humana, científica e tecnológica do país.

A LDB de 1996 reafirma a necessidade do PNE, porém, é orientada e diretamente influenciada pelo Banco Mundial. Durante a sua formulação a União priorizou a discussão do seu PNE pautado na dependência econômica para o investimento em projetos sociais e na educação, mantendo engavetada a proposta. Em função do descaso por parte do governo em relação a constituição de um Plano Nacional de Educação, a sociedade civil mobilizou-se e organizou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o I e II Congresso Nacional de Educação, em 1996 e 1997. Esses espaços propiciaram amplos debates a partir dos quais elaborou-se o que fica conhecido como PNE da Sociedade Civil ou PNE da Sociedade Brasileira, constituído por especialistas da área, sindicatos de professores e movimentos sociais, pautando a universalização do acesso à educação, ampliação do acesso à educação em todos os níveis (da educação básica ao ensino superior), defendendo a necessidade da educação ser pública, financiada pelo Estado e gratuita para todos.

Contudo, contraditoriamente o PNE-MEC é vinculado ao PNE-Sociedade Civil, sendo que os mesmos tinham duas visões totalmente diferentes de sociedade. O PNE governista é construído a portas fechadas, apresentado como contra-proposta ao PNE da Sociedade Brasileira e visa manter a dependência econômica brasileira desvinculando do Estado o papel de financiar a educação, municipalizando-a. Já o PNE da sociedade brasileira, é construído de forma amplamente democrática através de educadores, sindicatos e movimentos sociais e visa defender a educação pública a todos os níveis, gratuita e de qualidade social. Vinculando as duas propostas, o MEC esvazia de sentido as reivindicações históricas dos trabalhadores, deturpando-as e acaba por demonstrar o fundo neoliberal de sua proposta influenciada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e que ataca a formação de professores e a educação, com a visível ampliação e domínio do setor privado, principalmente na educação do ensino superior.

Nessa conjuntura de ataques internacionais, e o não cumprimento das metas do PNE entre os

anos de 2001 e 2010, é necessário caracterizar o descomprometimento do Estado em diversos aspectos. Apesar de a meta ser uma redução na evasão escolar para 5%, observou-se um aumento de 10% para 13,2% entre 2006 e 2008. O aumento de vagas no ensino superior, que deveria ser de 40%, não foi atingido, em 2002 esse aumento foi de 29%, e em 2010, de 25%, demonstrando que o ensino superior privado aumentou duas vezes no mesmo período. Com relação ao analfabetismo, cuja meta era a erradicação, a taxa segue muito alta: em 2000, era de 13,6%; e em 2010, 9,7%. Todas essas metas idealistas resultam no não cumprimento, ou seja, no FRACASSO em 2/3 do PNE 2001-2010. A análise feita pelos próprios especialistas governistas é de que o fracasso se deu pela falta de recurso.

O PNE que será aprovado em novembro desse ano indica as metas e estratégias para 2011-2020 e é construído por entidades como a Confederação Nacional dos Empresários, Confederação Nacional da Indústria, União Nacional de Estudantes, Central Única dos Trabalhadores e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidades essas que não representam o interesse da sociedade brasileira e sim interesses corporativistas, ligando a formação dos futuros trabalhadores à economia, com o intuito de formar capital humano.

Nesse cenário de contradição nos interesses educacionais, o novo PNE ainda pretende cumprir as promessas da década passada, aumentando o acesso dos alunos ao ensino superior de 30%, em 2010, para 33% em 2020. Outro exemplo é a pretensão de erradicação do analfabetismo e atendimento de metade das crianças de 0 e 3 anos na educação infantil, que também ficaram para 2020.

Todas essas características apontam para a contra-reforma da Universidade com o projeto REUNI, PROUNI, SINAES (ENADE), situando que a precarização da Universidade pública é de interesse do setor privado que fortalece sua inserção na medida em que o Estado se ausentou do compromisso com a sociedade e com a educação pública e de qualidade. Transformando a educação em formação para o trabalho, sob os interesses do capital. Verificamos que no novo PNE a Educação à distância (EAD) ganhou uma importância ainda maior, modificando, aos poucos, o conceito de educação, que já não se baseia no tripé ensino, pesquisa e extensão, mas coloca uma educação somente no viés do ensino precarizado, visto que esse indivíduo não vai ter acesso a aulas presenciais. Essa é uma das formas de garantir maiores números no ensino superior, não garantindo a qualidade do mesmo. Ao tratar sobre investimento na educação, o novo PNE coloca que será investido até 7% do PIB na educação, essa meta deixa claro que ao longo do processo esse objetivo pode ser vetado, além de deixar ambíguo, pois em nenhum momento colocam a porcentagem de investimento no setor público e privado.

Por conta dos ataques históricos que a educação pública sofre, os quais visam a sua

precarização e privatização é preciso resgatar os princípios do PNE da Sociedade Brasileira e nos colarmos em luta, articulada entre os diversos setores dos movimentos docente e estudantil, contra o “novo” Plano Nacional de Educação 2011-2020 e exigirmos 10% do PIB para a educação pública já!Exigindo uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

DE UMA VEZ POR TODAS... REGULAMENTAR PRA QUEM???

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

A regulamentação do profissional de Educação Física é um debate permeado pela disputa de projetos em nossa área. A retórica dos defensores da regulamentação encontra, ainda, amplo respaldo na população afirmando que hoje os espaços ocupados pelos trabalhadores de Educação Física são “TERRA DE NINGUÉM, são ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio qualquer um pode ocupá-lo. Portanto devemos ocupá-lo antes que outros o façam”. Todo esse discurso cai por terra ao nos remontarmos a história de nossa profissão para compreendermos que a EF sempre teve uma função social de atendimento e subordinação às necessidades da ideologia dominante. Em diferentes períodos de constituição e consolidação da sociedade capitalista esta foi quem determinou o perfil do profissional de EF e de que forma este trabalharia, como nos períodos higienista utilizada como cuidados para o corpo e com grande influência médica na área, mais tarde como, militarista onde a EF era utilizada para preconização de homens fortes e hábeis para guerra, tinham assim uma EF militarista, que se materializava dentro da escola apenas enquanto ginástica até chegarmos ao período esportivista, onde até hoje às diversas práticas corporais sofrem com diferentes processos de esportivização.

Com a ascensão do modelo capitalista a EF continua servindo para ajudar na manutenção do sistema, onde com a expansão da industrialização, agora é interessante que o trabalhador seja preparado para agüentar as jornadas extenuantes de trabalho, e a EF vai servir agora para cumprir essa demanda do capital, havendo a exacerbação da abordagem da aptidão física na área.

Mais tarde com os avanços no mundo do trabalho, seguidas de exigências de um novo trabalhador com maior capacidade de abstração, raciocínio, interatividade, competitividade, adaptabilidade, empreendedorismo, etc. a EF passa a não atender a essa prerrogativa, perdendo o seu valor no campo escolar, sendo-lhes atribuídas outras funções no campo ideológico. A partir daí a EF através do processo de esportivização da sociedade brasileira e do ideal do corpo perfeito criado pela sociedade capitalista, ganha espaços em diversos outros campos, se moldando desta forma as exigências do novo modelo de sociedade.

Calcada historicamente em uma concepção de homem e de mundo respaldadas pelo capital, a Educação Física até meados da década de oitenta se encontrava sob o jugo de um setor dominante que dava as diretrizes para a formação em nossa área. No entanto estes setores passam a ser questionados pelos movimentos renovadores da área que se constituem com um coletivo de professores dispostos a colocar a EF a serviço dos trabalhadores realmente, valendo-se e

socializando o seu objeto de estudo, considerado por estes como cultura corporal, retirando a Educação Física de sua histórica condição de subordinação a ideologia dominante.

Neste sentido que se torna cada vez mais clara a disputa de projetos na área, entre os que legitimam o projeto do capital para a formação humana e os que defendem a superação desse modo de organizar a vida. Este embate de projetos culmina em diversas discussões na área que na década de oitenta, os professores que se debruçavam por defender uma Educação Física para além dos interesses da classe dominante sofrem um duro golpe com a divisão da formação em licenciatura e bacharelado (resolução CFE 03/87), onde claramente os setores dominantes na busca por atender a crescente demanda do mercado de trabalho na área da atividade física e saúde fragmentaram a profissão no intuito de respaldar a formação acadêmica para o atendimento dessas demandas, reduzindo assim o papel que a formação em nível superior deve ter. Vale lembrar que os principais interessados nessa divisão foram os grandes empresários das academias, que necessitavam de trabalhadores mais baratos para aumentarem seus lucros.

Dentro destes elementos apontados identificamos que há uma luta bastante clara em nossa profissão que reflete a luta mais geral da sociedade de classes em que seu antagonismo entre burguesia e proletariado se manifesta também na EF. Todas estas transformações advêm de um plano mais geral e que reflete a dinâmica da sociedade capitalista que passa por uma crise estrutural, em que a partir da década de setenta a implementação do neoliberalismo, a reestruturação produtiva no mundo do trabalho colocam em cena a necessidade da formação de um novo tipo de trabalhador este mais polivalente, flexível e de preferência sem direitos trabalhistas, tudo no sentido de reoxigenar a engrenagem capitalista fortemente abalada pela grande crise econômica que reduziu drasticamente as taxas de lucro da burguesia mundial.

Diante desta conjuntura de transformações tanto no âmbito mais geral quanto no específico da profissão é enviado à câmara dos deputados um conturbado projeto de lei (PL 330/95) que começou a ser discutido só depois de um ano já em tramitação na câmara dos deputados, foi aprovado no senado (PLC 33/98), e posteriormente no dia 1º de setembro de 1998 sancionado pelo presidente da república, a Lei 9696/98, que regulamenta a profissão de educação física e cria os conselhos federal e regional de EF (Nozaki, 2003). Este projeto sustentado pelo setor dominante da área que se organizava através das APEF's (Associação dos professores de educação Física) tem o claro objetivo de reserva de mercado e de construção de um aparato legal que sustente as políticas delineadas pelo campo hegemônico da área, através de medidas coercitivas.

Isto é claramente observado quando nos questionamos quais foram os avanços para os trabalhadores em relação à regulamentação da profissão? São mais de 12 anos e não vimos

nenhuma ação deste conselho que visasse à valorização da profissão, argumento principal utilizado para a criação do sistema CONFEF/CREF. Pelo contrário o que vimos é mais precarização, divisão dos trabalhadores já em sua formação, o que não os identifica enquanto classe e os coloca uns contra os outros quando os mesmos disputam os espaços de trabalho entre licenciados e bacharéis. No âmbito do mercado de trabalho não obtemos nenhuma garantia de um salário digno, direitos trabalhistas respeitados, problemas históricos em nossa área e nada disso foi alcançado, pelo contrário o que vemos é uma ação coercitiva do sistema CONFEF/CREF que prende trabalhadores nas academias, cobra anuidades que lhes dão um lucro de 8 milhões de reais por ano podendo assim sustentar este aparato a serviço do capital na EF.

É importante ressaltar que os próprios representantes dos CREF's e do CONFEF em palestras oferecidas aos estudantes e professores da área, fazem questão de afirmar que eles nada tem haver com a defesa dos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro, licença maternidade, etc), entendendo a luta por estes como papel dos sindicatos. Sendo assim regulamentar uma profissão, nada mais é do que criar uma série de normativas, aparatos legais, que são próprios de determinadas profissões, que se nos interessarmos em pesquisar saberemos que tais ações já são realizadas pelo Ministério do Trabalho.

A partir desses preceitos, os movimentos sociais combativos e de luta trazem a tona o debate contrário à regulamentação da profissão e se engajam na luta pela regulamentação do trabalho, por entender que a regulamentação das profissões é fruto do neoliberalismo que desvincula o papel do estado para com os direitos sociais, entre eles os direitos trabalhistas historicamente conquistados pela luta da classe trabalhadora. Entendemos que o surgimento dos conselhos profissionais está diretamente ligado a reestruturação produtiva que interessa aos ditames do capital, que visam formar uma mão de obra cada vez mais precária e que esteja em condições de se amoldar as necessidades do mercado, assim que este requerer, tudo no sentido de aumentar as taxas de lucro e alimentar um sistema que transforma tudo em mercadoria.

Os conselhos profissionais transformaram-se não somente numa ferramenta de colonização de cada parcela do mercado de trabalho, como acontece com os trabalhadores da Educação Física. Hoje, adquirem o status de “estruturas avançadas do capital”, ingerindo em todos os âmbitos de cada área, desde a formação até a atuação profissional e ainda disputando uns com as outras parcelas cada vez maiores de exploração, como acontece com o CONFEF, que não satisfeito com tudo o que faz dentro da Educação Física, ainda busca interferindo em diversas outras áreas do conhecimento.

Colocamos aqui alguns elementos que hoje aproximam o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) e o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) movimento este que emerge em um dos Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física, na luta contra o sistema CONFEF/CREF que elencou o dia 1º de setembro, dia em que foi fundado, como o dia do profissional de EF numa clara tentativa de demonstrar através da arrogância o seu poder. Medida esta que combatemos todos os anos numa ferrenha luta travada contra este poderoso setor que hoje oprime os trabalhadores da área. Defendemos que o nosso dia é 15 DE OUTUBRO, dia do professor, pois independente do local que atuamos somos professores, temos a docência como identidade profissional e isto nos caracteriza enquanto tal.

Entendemos que este dia deve ser comemorado com muita luta, realizada por todos nós da educação física, no sentido de demarcarmos nossa posição enquanto classe social e demonstrar ao sistema CONFEF/CREF que este para nós é ilegal e ilegítimo. Tendo a clareza que somente os trabalhadores organizados, não em conselhos profissionais, mas sim nos movimentos sociais, sindicatos e no partido político, serão capazes de superar as contradições da sociedade capitalista, tendo em vista a construção do projeto histórico de sociedade da classe trabalhadora.

Pela Regulamentação do Trabalho e não da profissão!

1º de setembro não nos representa!

Somos todos professores, nosso dia é 15 de outubro!

Fora CONFEF!

Estatuto: Por que, como e quando? Discutirmos

Olá Estudantada de Educação Física, estamos aqui para vos avisar que o nosso próximo ENEEF - XXXIII ENEEF/Feira de Santana- BA, será Estatutário, calma...respira! Não iremos discutir só estatuto, mas será uma das discussões que perpassarão pelo encontro afinal precisamos discuti-lo, para podermos compreendê-lo e assim alterar ou não!

Estatuto é uma forma de regimento para determinada(o) comunidade, Estado, associação, entidade que é o nosso caso! E nos serve para que possamos manter alguns princípios e algumas questões que facilitam a nossa organização e reconhecimento enquanto entidade. Exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que por sinal é uma conquista da classe trabalhadora, serve para que possamos ter parâmetros para cuidarmos das nossas crianças e adolescentes, assim da mesma forma e é claro com suas singularidades serve o ESTATUTO DA ExNEEF.

Identificamos que o nosso ESTATUTO precisa ser discutido, por percebermos algumas problemáticas, mas não queremos que isso seja feito por D.A's e C.A's apenas e sim por tod@s os estudantes de Educação Física para que possamos ter legitimidade no processo!

Por isso fica o convite aos/as estudantes de Educação Física que recebem esse panfleto em mãos, vamos discutir estatuto por que é importante para mantermos princípios e assim continuar a luta por uma formação de qualidade (Licenciatura Ampliada), contra a precarização do nosso trabalho e por um projeto de universidade que nos permita estudar e sem esquecer é claro da transformação dessa sociedade para uma justa e igualitária.

Portanto, vamos nos organizar através dos D.A's, C.A's, Coletivos e até mesmo sozinho para estudar e colaboramos com a discussão e se assim acharmos pertinente alterar o nosso ESTATUTO.

"A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega"

Executiva Nacional de Estudantes De Educação Física

Gestão 2011/2012

Contra-Reforma Universitária: O Movimento Estudantil

e as Ocupações de Reitoria

Desde o ano de 2004, temos uma contra-reforma universitária colocada em curso que através de projetos como as Parcerias-Público- Privadas (PPP), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) ferem a forma de organização do ensino superior público no que diz respeito a sua autonomia, avaliação e financiamento.

Tais projetos tiram do Estado Brasileiro o dever constitucional de financiar a educação pública e gratuita para o conjunto da população e possibilitam que as universidades federais possam encontrar formas diferenciadas de financiamento junto a empresas, enquanto o governo deixa de cobrar impostos das universidades privadas, os quais possibilitariam a triplicação de vagas no ensino público com articulação de ensino-pesquisa-extensão e assistência estudantil.

Estas políticas ferem o papel social da universidade pública em formular perguntas e respostas que digam respeito aos problemas sociais do Brasil, como a erradicação do analfabetismo, da pobreza e do trabalho infantil, a reforma urbana e agrária, e no caso da educação física, os problemas referentes à regulamentação da profissão, a formação para o mercado e a falta de políticas públicas para o enriquecimento cultural dos trabalhadores brasileiros no que diz respeito à cultura corporal.

No ano de 2007, o governo Lula/PT sob a desculpa de ampliar o acesso ao ensino superior implementou de forma autoritária o projeto do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o qual visa ampliar o acesso as universidades federais, mas sem a devida ampliação de verbas, contratação de professores, técnico-administrativos e estrutura. O projeto, entendido como o carro-chefe da contra-reforma universitária deu conta de ampliar o processo de precarização da universidade, confirmando aquilo que o movimento estudantil de luta e combativo organizado através da Frente de Lutas contra a Reforma Universitária apontava quando ocupou as reitorias se colocando contrário ao projeto e reivindicando uma expansão com qualidade.

Passados quatro anos após a aprovação do REUNI, com o processo de criação de cursos, a entrada de novas pessoas nas universidades e as verbas do programa tendo acabado em 2009, percebemos a grande contradição desta falsa expansão. Em todo o país temos relatos de obras

inacabadas, falta de professores, inchaço nas salas de aula, precarização do trabalho docente, filas intermináveis nos RUs (onde tem RU!) e assistência estudantil precária.

Diante da soma de contradições vivenciamos no ano de 2011 diversas universidades sendo ocupadas reivindicando melhorias no que diz respeito aos problemas estruturais das universidades, exigindo uma expansão do ensino superior público com qualidade, se colocando contrárias a política de precarização e privatização das universidades e exigindo 10% do PIB para a educação pública já.

Ao total, foram ocupadas 14 reitorias e todas elas apresentam elementos que contribuem para as futuras lutas que o movimento estudantil deverá realizar em torno da defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e para o processo de reorganização do movimento estudantil que para a ExNEEF se inicia a partir do processo de burocratização e aparelhamento da UNE pela UJS/PCdoB (União da Juventude Socialista) nos anos de 1992 e amoldamento a ordem burguesa com a entrada de Lula na presidência em 2002.

Se em 2007 devido ao atrelamento da UNE as políticas do governo Lula/PT para o ensino superior, a Frente de Lutas contra a Reforma Universitária representava uma articulação a nível nacional para barrar tais ataques, em 2011 o processo de ocupações de reitoria foi construído a partir das demandas concretas da base estudantil, que através do ânimo e consciência das massas passou por cima das direções governistas e de sua política apaziguadora e radicalizou suas ações.

Por um lado, temos assim a compreensão de que a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade com a qual a ExNEEF rompe em seu XXIX ENEEF não comendo mais seus fóruns e legitimando a sua política, é uma entidade que se faz falida para organizar as lutas do movimento estudantil combativo contra os ataques neoliberais do governo Lula/Dilma/PT e contribuir com o processo de transformação social tendo em vista o projeto histórico da classe trabalhadora. A entidade em nenhum momento se colocou a articular os diversos processos de mobilização, negando a conjuntura caótica da educação de nível superior no Brasil, desmobilizando as massas organizadas e explicitando seu total atrelamento ao governo.

Por outro, respeitando o conjunto de lutadores que a constroem e entendo-a enquanto aliada nas lutas cotidianas, o processo de ocupações demonstrou a insuficiência da Assembléia Nacional de Estudantes Livre (ANEL) em ser o vetor catalisador das lutas a nível nacional, capaz de articular os diversos setores combativos do movimento estudantil e colocá-lo em outro patamar organizativo. Como afirmamos, as ocupações foram construídas de forma desarticulada a nível nacional,

representando a indignação dos estudantes frente às conseqüências da contra-reforma universitária no seu lócus de atuação específico, a própria universidade.

Em síntese, as ocupações representam que a contra-reforma universitária ainda em curso no Brasil e suas conseqüências deve ser combatida como forma de buscar na subjetividade dos estudantes, na luta espontânea e específica elementos que contribuam para os processos de reorganização, derrotando em suma os representantes do governo federal no movimento estudantil e construindo pontos de articulação unitários entre os setores combativos.

Demonstram também, que as alternativas para a reorganização do movimento estudantil não estão dadas, mas sim se fazem a partir do trabalho de base cotidiano, da luta política e da construção de projetos alternativos de formação, como é o caso da Licenciatura Ampliada e a necessidade de construção de uma proposta contra-hegemônica de universidade.

Visto as possibilidades que se abrem após as ocupações, entendemos como importante reafirmar o rompimento da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física com a União Nacional de Estudantes e a necessidade de buscarmos articular as lutas específicas de cada universidade com as lutas mais gerais em defesa de projetos de educação. Por conta disso, chamamos a todos os estudantes de educação física a construírem em suas escolas o “Boicote ao ENADE”, a campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada já!” e a campanha por “10% do PIB para a educação pública já!” como forma de nos colocarmos contrários a contra-reforma universitária, reivindicando outro projeto de universidade e contribuir com o processo de reorganização do movimento estudantil a partir da base, mas de forma articulada a nível nacional.

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Texto Introdutório sobre Movimento Estudantil

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Ao sistematizarmos um breve texto introdutório sobre o Movimento Estudantil é necessário localizarmos o mesmo dentro da conjuntura atual e ao fazermos isto veremos que a consolidação do projeto neoliberal surge na saga de reestruturar o capital e suas bases, a partir da crise estrutural que se abre na década de setenta e impõe políticas de mundialização da economia, de enxugamento do estado para com os direitos sociais e de estado máximo para o capital, acentuando a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização do trabalho e a criminalização dos movimentos sociais.

A partir de 2008 dados cada vez mais alarmantes se apresentam na realidade, sejam eles a nível mundial, como o da miséria que atinge um terço da força de trabalho economicamente ativa, ou da destruição do meio ambiente refletindo nas inúmeras catástrofes que temos acompanhado. Nacionalmente se dissemina a idéia de crescimento, ampliação de acesso à educação, porém, os dados nos mostram ao contrário, onde hoje temos 14 milhões de analfabetos totais no país e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (PNAD/2009/IBGE). No Ensino Superior somente 13% da população brasileira tem acesso, sendo que apenas 3,1% nas Universidades Públicas. Estes dados são consolidados através da atual contra reforma universitária que precariza as universidades públicas e patrocina as IES privadas. O novo PNE incorpora as metas da atual contra reforma e não consolida um maior investimento para educação que, aliás, entrou para a política de cortes como vimos em 2011, onde, 3,1 bilhões de reais foram cortados da educação pela presidente Dilma/PT, e em 2012 cerca de 1,9 bilhões também foram retirados da educação.

Cortes estes que refletem na precarização do ensino superior no país, que sofre com a falta de condições dignas para o ensino nas universidades brasileiras, que vivem um cenário de sucateamento, de uma expansão sem qualidade, a qual foi denunciada já em 2007 na ocupação de cerca de 25 reitorias pelo movimento estudantil, e também em 2011 com a ocupação de cerca de 15 reitorias, onde o movimento estudantil combativo e de luta se colocou contrário as políticas governamentais. Isto tudo se soma hoje a greve geral na educação superior do país. São 48 universidades em greve, mais de um milhão de alunos sem aula, tudo por conta do descaso do atual governo com a educação.

Assim, caracterizamos o Movimento Estudantil como um *segmento da sociedade*, que sofre influência desta conjuntura, e tem um *lócus de ação específico* que é a universidade espaço este de formação dos trabalhadores que se configura como uma instituição social que reflete as disputas mais gerais da sociedade, sendo um espaço de produção e disseminação do conhecimento, podendo este estar ou não estar a serviço da classe trabalhadora. Entretanto, isto não limita a articulação do

ME com os demais segmentos da sociedade como sindicatos, movimentos sociais que atuam fora da universidade, entidades representativas, etc.

O Movimento Estudantil atuando neste âmbito que reflete o plano mais geral da sociedade se organiza em torno de *pautas reivindicatórias* que se configuram tanto no campo específico quanto conjuntural que impulsionam o movimento nas lutas sociais. O ME tem outros elementos característicos também como *a transitoriedade, a relação direção-base e a relação com os partidos políticos*. Todos estes elementos acabam por caracterizar em nosso entendimento o ME como um *Movimento Social*.

Neste sentido o MEEF se insere dentro desta concepção de ME a qual interfere diretamente na atuação política do movimento. Ao observarmos a história do MEEF verificamos que o mesmo tem suas raízes históricas na década de cinquenta e justamente através da luta em torno do currículo da EF no ensino superior e por uma universidade democrática que agregasse amplos setores da população. Isto nos aponta o grande acúmulo que o movimento conquistou ao longo destes anos, chegando aos dias atuais com um projeto para a formação de professores em EF, a Licenciatura Ampliada. Tendo o movimento um papel crucial na construção da campanha “Educação Física é Uma Só! Formação Unificada Já!” e na luta contra a atual Reforma Universitária do governo Lula/Dilma/PT.

A partir disto podemos analisar a forma de atuação do Movimento atualmente, buscando não dissociar teoria da prática, na medida em que a atuação política do movimento dentro dos marcos organizativos, como ENEEF’s, CONEEF’s, EREEF’s, COREEF’s, o que tem se pautado é a construção da luta política a partir de uma análise de conjuntura, esta não dissociando políticas globais e seus desdobramentos na área e na própria inserção do profissional de EF no mercado de trabalho. Isto se desdobra também pelo entendimento do movimento de que ciência e política caminham juntas.

Composto em sua maioria por jovens o Movimento Estudantil hoje passa por um período de reorganização, em que a sua entidade histórica representativa sucumbiu a um modelo de Movimento que está totalmente atrelado à luta de gabinete, disseminando uma prática de luta através da disputa de instâncias burocráticas. Esta prática é levada a cabo pela direção majoritária da UNE (UJS/PC do B) que se colocam a mais de vinte anos na direção da entidade, que se encontra altamente burocratizada e aparelhada por estes setores do ME. Além disso, compreendemos que esta prática é legitimada por aqueles setores que a tentam combater em vão, por dentro da UNE.

A partir deste reconhecimento e de outros debates mais profundos de concepção de movimento que a ExNEEF em 2008 no ENEEF-POA rompe com UNE, por não compactuar com esta prática no ME, que hoje engessa a luta estudantil e acena para a falência da UNE para as lutas

sociais, mas sua completa vivacidade na atuação de uma entidade que age como um braço governamental em diversos âmbitos, principalmente na universidade. Entendemos que o processo de reorganização do movimento estudantil se dá pelo rompimento com a UNE e com estas práticas de aparelhismo, cooptação e despolitização, e que há sim a necessidade de construção de uma nova entidade a nível nacional, capaz de articular as lutas; e que esta será fruto do próprio acúmulo de lutas do movimento.

A ExNEEF vem compreendendo que a reorganização hoje se dá pela rearticulação da base dos estudantes, via diretórios acadêmicos, que se constituem como a célula orgânica do movimento. Por isso elenca como principais pautas, as pautas específicas, e que as mesmas sejam articuladas com as lutas mais gerais, como por exemplo, a campanha da formação unificada, que está diretamente vinculada à luta por um projeto de universidade, de defesa da educação pública e de uma nova concepção de formação humana esta articulada com o projeto histórico socialista.

Neste sentido, partimos da especificidade, pois, compreendemos que o advento do neoliberalismo acentuou a individualismo, ampliou a lógica do salve-se quem puder, onde a desorganização da classe e o período de refluxo, reforçam alternativas individuais para problemas que são coletivos. A tendência hoje é cada um exercer a sua luta no cotidiano para garantir uma melhor posição na sociedade, no entanto sabemos que a alternativa é coletiva, e por isso partimos da especificidade que atinge diretamente o estudante, no sentido de que este se movimenta, e compreenda que os problemas que o atingem são vinculados a toda a conjuntura colocada anteriormente.

Visualizamos que esta é uma prática que advém de uma concepção de movimento que se desamarrou da UNE e hoje faz uma severa crítica a esta entidade, buscando forjar um movimento estudantil combativo e de luta, que esteja nas ruas reivindicando suas pautas, longe das práticas de cooptação, acordões de gabinetes próprios da concepção de movimento disseminada pela UNE.

Acreditamos que o processo de reorganização vem se dando com diversas proposições por parte dos setores que hoje fazem enfrentamento a UNE. A executiva tem se articulado através da composição de campanhas unificadas com demais segmentos da classe trabalhadora, como na campanha 10% do PIB para educação pública já! Composto e construindo o Fórum Nacional de Executivas de Curso, se colocando contrária ao novo plano nacional de educação, articulando seminários de debates e lutas unificadas com demais movimentos sociais e executivas de curso.

Temos também a proposição da construção de uma nova entidade representativa a nível nacional dos estudantes, a ANEL. Entidade esta que tem se colocado ao lado dos trabalhadores na luta por um novo projeto de sociedade, e que tem o reconhecimento da ExNEEF de que é uma entidade combativa e de luta. No entanto, a avaliação que a ExNEEF tem feito a partir de seus fóruns é que o período hoje não é propício a construção de uma nova entidade, pois o cenário de

fragmentação coloca importantes setores do ME ainda na disputa da UNE. Para além disto, entendemos que neste período de refluxo, de fragmentação da classe, a prioridade é o retorno a base a reconstrução dos DA's e CA's e das próprias executivas de curso, visando reconstruir o movimento a partir de uma base sólida capaz de fazer o enfrentamento cotidiano em suas universidades.

Portanto, entendemos que o ME é um movimento social, com um lócus de atuação específico, que possui pautas reivindicatórias, que podem ser tanto específicas como pautas mais amplas, passível de articulação com demais segmentos da classe. Também é um movimento que possui certas especificidades, como a transitoriedade, a relação entre direção-base e a relação com os partidos políticos, e que sofre forte influência da atual conjuntura da luta de classes, como a fragmentação dos trabalhadores, e o período de refluxo das lutas sociais, tendo sua entidade histórica cooptada, aparelhada e burocratizada, o que à colocou do outro lado da trincheira dos setores que se dispõe a fazer um movimento combativo e de luta, sem rabo preso a reitorias e ao governo federal, e para além disso que ainda acredita na luta de classes e na construção do projeto histórico socialista.

A quem servem os megaeventos?

Em breve, serão sediados no Brasil, os dois maiores eventos esportivos mundiais, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Pensando nisso, o Movimento Estudantil de Educação Física, trás algumas reflexões para o conjunto do movimento estudantil e para os diversos movimentos sociais da classe trabalhadora.

Entendemos que estes eventos apresentam diversas contradições, notamos que o esporte hegemônico nos eventos e que é propagandeado pelos mesmos, é o esporte espetáculo, também fruto da produção humana, mas que defende interesses de uma parte minoritária da sociedade que é quem hoje está no controle da mesma: A classe burguesa. Os valores que aparecem neste esporte: competição, individualismo, recordes, vitória, derrota entre outros, não contribuem para o processo de conscientização da grande massa da população sobre o real caráter deste esporte, contribuem apenas para a criação de uma falsa imagem de nação unida e desenvolvida, que na verdade não se preocupa de fato com o investimento em políticas públicas que possam realmente propiciar o acesso da população aos esportes em áreas públicas de lazer, como praças e parques.

Nota-se que essa concepção de esporte está ligada diretamente à proposta de modificação da imagem dos países sedes, sendo essa mudança, interna e externa. Internamente cria-se um movimento de identidade nacional, em que o povo toma para si esses eventos, como se também fossem seus, e como se os seus interesses também fossem contemplados nestes eventos, sendo assim favoráveis a sua realização deles em seu país. A nível externo, constrói-se uma imagem de nação de primeiro mundo junto ao país que realiza o evento, cria-se uma esfera de estabilidade tanto a nível econômico quanto social, vide aos últimos países onde os megaeventos aconteceram e vão acontecer: China, África do Sul e agora no Brasil, todos países emergentes no cenário mundial.

Os impactos sociais causados por estes eventos, se mostram na intensa reorganização urbana das cidades sede, essa reorganização é colocada em prática com desocupações de comunidades para a especulação imobiliária, pelos diversos transtornos sofridos por toda a população devido as obras para construção da infra-estrutura do evento e pela construção de complexos esportivos faraônicos que após a realização dos jogos, são gentilmente cedidos a iniciativa privada e se o povo que pagou por tudo, quiser adentrar na estrutura, precisa pagar ingresso novamente. Outra conseqüência gritante da realização destes eventos, é a onda de desemprego e diminuição dos salários dos trabalhadores quando terminam os jogos, pois uma vez que a festa passou, seus serviços não são mais necessários.

Nós professores de Educação Física, enquanto estudiosos do esporte e sujeitos que mantêm contato direto com essa prática, somos diretamente influenciados, uma vez que nossa atuação é revertida para a identificação de novos talentos esportivos nas escolas, clubes e praças, como se essa fosse nossa única função. Neste processo percebemos uma grande contradição, uma vez que o governo nos empurra para a “caça de talentos ” nas escolas mas investe menos de 3% do PIB em educação, é como tentar tirar leite de pedra! Entendemos que mais financiamentos são necessários urgentemente, mas não para legitimar uma caça aos talentos nas escolas, mas sim para proporcionar a possibilidade de vivência dos mais diversos elementos da cultura corporal (dança, jogos, capoeira,

ginástica, circo entre outros) em nossas escolas, por isso lutamos por 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ!

Cabe ressaltar também os impactos ambientais trazidos pelas obras para os megaeventos, uma vez que essas estruturas depois de prontas, irão pesar ainda mais no consumo de bens naturais como água e energia por exemplo, além de onerar a já tão mal distribuída verba do estado para os investimentos sociais.

As obras para a copa de 2014 estão em andamento, e em quase todas as sedes, já aconteceram greves dos trabalhadores contra a alta exploração de sua mão de obra, os trabalhadores lutam contra baixos salários, sobrecarga de trabalho, e por melhores condições de segurança entre outras pautas. Essa realidade não é “privilegio” brasileiro, diversos países pelo mundo, também enfrentaram essa situação quando se preparavam para a copa, esse foi o caso da África do Sul, último país a sediar a copa, onde greves de trabalhadores explodiram e chegaram até a ameaçar a realização do evento, não é possível encontrar muitos relatos na mídia porque inteligentemente os donos do jogo, não permitem que informações deste tipo cheguem aos ouvidos do povo.

Como se não bastasse toda a exploração no canteiro de obras, surge ainda nos gabinetes dos parlamentares mais um elemento para garantir mais corrupção e impunidade para os verdadeiros interessados nos jogos (FIFA, COI, GOVERNO E PARLAMENTARES, DIRIGENTES ESPORTIVOS), a Medida Provisória 527 cria um regime diferenciado de contratação de licitações, o qual possibilita que as grandes empreiteiras conquistem licitações de obras sem sofrerem um acompanhamento rigoroso dos gastos que serão envolvidos, colocando no popular “fica tudo embaixo do tapete”. Em tempos de ficha limpa na política e necessidade de transparência no gerenciamento dos gastos, a MP 527 representa uma política de total aliciamento do Estado aos interesses das grandes empresas e não do povo brasileiro.

Para completar toda essa política de corrupção, as duas maiores figuras dos megaeventos no Brasil, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ricardo Teixeira e o Ministro do Esporte Orlando Silva, enfrentam denúncias de corrupção direta, sendo alvos de investigações do Ministério Público Federal por diversas denúncias de desvios de verbas e favorecimentos a grandes empresas, com duas figuras como essas a frente dos megaeventos no Brasil, fica difícil acreditar em transparência, portanto, acreditamos que já é hora de sujeitos assim serem retirados da organização tanto da copa do mundo 2014 quanto das olimpíadas 2016.

Com todo esse circo montado, é engraçado notar que quem financia tudo fica do lado de fora, sem poder entrar na festa, os valores abusivos cobrados tanto pela FIFA, quanto pelo COI para a entrada nos eventos e medidas como a tentativa de derrubada do estatuto do idoso e a lei da meia entrada para eventos deste porte, buscam apenas aumentar os lucros dessas organizações que hoje se encontram acima do bem e do mal, notamos a total submissão do estado a FIFA e ao COI, quando o prefeito do Rio de Janeiro sugere que o estado pague para a FIFA, a diferença dos valores das entradas dos idosos e dos contemplados com o benefício da meia entrada, mas relembramos que o dinheiro público sai do bolso dos trabalhadores, portanto quem pagará essa diferença na realidade não deixa de ser o trabalhador já tão explorado por toda essa engrenagem corrupta.

Outro fardo que pode pesar nas costas dos trabalhadores, são os possíveis prejuízos que as cidades sede podem ter com a realização dos megaeventos, advertimos que os lucros não são iguais, as organizações (FIFA e COI), tem o seu faturamento em separado ao das cidades sede, após a copa da África em 2010 enquanto a FIFA estimava lucros estratosféricos, o país sede não sabia o que faria com os estádios construídos por milhões de dólares e que agora custariam outros milhões para serem mantidos, só que sem copa do mundo, ou outros eventos para ajudar, casos como o da cidade de Montreal que após sediar os Jogos Olímpicos de 1976 demorou 30 anos para saldar sua dívida, que por sinal foi paga pela sua população, contribuem ainda para exemplificar quem realmente ganha e quem paga por toda essa festa.

Por isso a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física é contrária a vinda dos megaeventos esportivos para o Brasil, e defende a necessidade da classe trabalhadora se apropriar dos esportes, e demais elementos da cultura corporal de forma crítica e através de políticas públicas de esporte e lazer, de fato discutidas com a população e não propostas que venham de cima para baixo. Políticas estas que ferem as demandas de acumulação de riquezas do grande capital e exigem que a área do conhecimento da educação física se coloque a defender outra forma de apropriação do esporte, este na perspectiva da classe trabalhadora! Só assim, a copa será verdadeiramente nossa!

DA COPA, EU ABRO MÃO. EU QUERO 10% DO PIB PRA EDUCAÇÃO!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

**Carta de Apresentação Executiva Nacional de
Estudantes de Educação Física
Gestão 2011-2012**

Por meio desta, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) visa estabelecer diálogo inicial com estudantes, diretórios/centros acadêmicos e coletivos organizados de estudantes de Educação Física, bem como com sindicatos, entidades de classe e movimentos sociais afim de potencializar as lutas em defesa dos estudantes e trabalhadores.

A ExNEEF, entidade representativa dos estudantes de educação física a nível nacional, a qual completa 19 anos este ano tem como finalidade organizar os estudantes de educação física em seis coordenações regionais e uma coordenação nacional, as quais se organizam através de Conselhos Regionais e Nacionais de Entidades de Base, que tem por objetivo articular os DAs/CAs/coletivos organizados, impulsionar as lutas específicas e as gerais e construir os encontros regionais (EREEFs) e o encontro nacional de estudantes de educação física (ENEEF).

A partir desses espaços, nacionais e regionais, é que a ExNEEF defende historicamente quatro bandeiras de luta, que organizam e identificam o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) e o situam junto a outros movimentos sociais que defendem a transformação da sociedade. Defendemos a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente referenciada; a Licenciatura Ampliada como projeto de formação de professores em Educação Física; a regulamentação do trabalho, sendo contrários ao Sistema CONFEF/CREF e a Regulamentação da Profissão, e o Projeto Histórico de Sociedade Socialista.

Na atual conjuntura de crise estrutural do capital, a qual vem demonstrando os limites civilizatórios da sociedade capitalista, percebemos crescentes mobilizações no Oriente Médio e na Europa contra as precárias e indignas condições de vida dos trabalhadores, assolados pelas consequências da crise financeira de 2008. Estas mobilizações longe de representarem o ataque final ao capitalismo colocam em cheque as teses do fim da história e de humanização do capital, apontando que o caminho a nós estudantes e trabalhadores é a luta social pela superação desse modo de vida.

No Brasil, vivenciamos nos primeiros seis meses de governo Dilma, a continuidade da política neoliberal de corte de verbas, privatizações e ataque aos trabalhadores, assim como Lula e FHC fizeram. Tivemos no último período o corte de 50 bi do orçamento federal para insumos

sociais, sendo destes 3,1 bi para a educação, o aumento abusivo do salário dos deputados e senadores, a aprovação do novo código florestal que beneficia o agronegócio, a proposta de privatização dos aeroportos e dos Hospitais Universitários através da MP 520, agora PL 1749 e a subcontratação de professores nas universidades através da MP 525. Estes projetos e a forma como vem sendo aplicados, nos colocam a necessidade de sermos contrários, de forma combativa ao governo Dilma/PT.

Combatividade esta que há tempos não vem sendo vista nos espaços da União Nacional de Estudantes, a UNE, a qual vem se colocando como um braço do governo federal na defesa da precarização e privatização da universidade pública, como visto na defesa do REUNI e do PROUNI, programas estes que enxugam os limites entre o público e o privado, rompem com o tripé básico de ensino-pesquisa-extensão e acarretam a privatização interna e externa do ensino superior brasileiro. Por conta desse amoldamento da UNE, sua cooptação frente ao governo, sua burocratização a qual impede a disputa interna da entidade e a defesa intransigente de outro modelo de universidade e sociedade é que a ExNEEF reafirma o rompimento com a UNE e aponta para a necessidade de reorganizar o movimento estudantil a partir da base.

Entendendo a grande ilusão transmitida as massas pelo governo através dos mega eventos esportivos, a ExNEEF se coloca contrária a forma como esses eventos estão sendo organizados em nosso país, onde se aprova sigilo em licitações de modo a favorecer desvios de verbas, e se desocupa a população pobre para a construção de obras para favorecimento da especulação financeira, entendemos que eventos esportivos são sim benéficos a população, porém não nos moldes em que a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016 estão sendo pautadas, onde a população que é a grande financiadora de toda essa festa, ficará de fora durante a realização dos eventos, e em caso de prejuízo será a maior prejudicada, tendo que arcar com aumento de impostos, enquanto os empresários só se preocuparão em contabilizar seus lucros, entendemos que é essencial nesse momento potencializar a combatividade do MEEF e do ME como um todo nessa luta que cada dia mais está presente em nossas escolas e sociedade.

É por conta da análise, de que a classe trabalhadora possui outra forma de ser, diferente da dos anos 60/70 é que a ExNEEF compreende a necessidade de construção de uma organização a nível nacional. Por entendermos que o processo de reorganização do movimento estudantil precisa ser aprofundado e que os instrumentos criados neste momento não foram/são suficientes para responder as tarefas colocadas não construímos e nem observamos a ANEL. Porém, avaliamos como necessária uma nova ferramenta organizativa a nível nacional e por isso avaliamos as

condições objetivas de lutas nacionais e a conjuntura do ME para que o MEEF/EXNEEF se insira de forma combativa e fomente o debate sobre a reorganização do ME.

O MEEF, mais uma vez em sua instância máxima de deliberação, a Plenária Final do ENEEF, defendeu para o período, como forma de rearticular o Movimento Estudantil de Educação Física, o fortalecimento na base da campanha “Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!”. Para isso, temos como apontamentos a expansão da discussão sobre formação com outras executivas e federações de curso através do FENEX e com entidades e movimentos sociais através da campanha contra o PNE e por 10% do PIB para a educação pública. Assim, reafirmamos a necessidade de nos colocarmos contrários a contra-reforma universitária e as atuais diretrizes curriculares para os cursos de educação física, discutindo não somente financiamento mas também fazendo enfrentamentos frente a modelos e concepções de formação que não sirvam aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Assim, convocamos a todos os estudantes e companheiros de outras categorias da classe trabalhadora a se somarem nas lutas em defesa de outro projeto de educação, universidade e sociedade. Reafirmamos assim a máxima de que só com luta o futuro se torna respirável.

Força na luta! Que a luta é pra vencer!

Saudações Estudantis,

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física - Gestão 2011/2012

NOTAS E MOÇÕES
DE APOIO ÀS LUTAS
NO BRASIL

Moção de Apoio às Ocupações de Reitorias

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) vem por meio desta moção declarar seu total apoio as ocupações de reitorias que se deflagraram nestes últimos dias e que manifestam o repúdio do movimento estudantil combativo e de luta com a crescente precarização do Ensino Superior Público em nosso país, que se acentua com a implementação da atual reforma universitária do Governo Lula/Dilma/PT. Reforma esta que através de decretos presidenciais visa subordinar o ensino superior brasileiro aos ditames dos grandes organismos financeiros mundiais.

Neste ano sofremos duros ataques aos direitos sociais com corte de 50 bilhões de reais do orçamento da união (3,1 bilhões), corte de 38% pelo governo tucano no estado do Paraná (Beto Richa/PSDB), montante este que eram destinados as universidades estaduais. Esses cortes atingiram em cheio a educação que encontra-se em péssimas condições e só tenderá a piorar. Em contrapartida o governo e os deputados aumentam seu próprio salário, destinam cerca de 50% do PIB brasileiro para o pagamento da dívida externa que nunca tem fim e que alimenta os banqueiros no mundo inteiro!

Na universidade, imprescindível se faz a luta articulada entre os três segmentos que mais sofreram ataques nos últimos anos. Seja por meio da privatização da universidade pública, que coloca a educação como serviço, seja por meio das políticas de aligeiramento da formação ou mesmo através da destruição das carreiras docentes e dos servidores técnico administrativos, o governo adota políticas cada vez mais crescentes de desmonte do ensino superior público. Portanto, a luta pela universidade pública é, além de legítima, extremamente necessária e precisa ser articulada com uma ofensiva dos movimentos sociais que lutam por uma educação comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

É neste sentido viemos ressaltar a luta destes companheiros que hoje ocupam as reitorias de diversas universidades federais e estadual (UFSC, UFPI, UFF, IFBA, UFMT, UFT, UFES, UFPR, UEM) reforçando que este é um ato em defesa da Educação Pública Gratuita de Qualidade e Socialmente Referenciada e com certeza por um outro projeto histórico de sociedade, um projeto histórico socialista, para além do capital!

Ressaltamos, companheiros, que a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física estará lado a lado com estes lutadores da juventude brasileira em defesa desta luta! Por isso companheiros Nenhum Passo Atrás! E Força na Luta, pois a Luta é Pra Vencer!

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOTA PÚBLICA EM DEFESA DA CAMPANHA

“10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ!”



**“Contra a intolerância dos ricos,
A intransigência dos pobres.
Não se deixar cooptar.
Não se deixar esmagar.
Lutar sempre!”**
Florestan Fernandes

O ano de 2011 foi marcado pela intensa mobilização da sociedade civil em defesa da educação pública e de qualidade, organizada em torno da campanha pela aplicação imediata de 10% do PIB para educação pública, contrapondo-se à proposta do governo de aplicação de 7% até 2020 sem especificação do destino do investimento.

Eis que na última terça-feira (26), a câmara, em reunião da comissão especial do Plano Nacional de Educação, aprovou a elevação para os 10%, porém, com o condicionante de se atingir a meta em 10 anos, ou seja, em 2023, onde o próprio ministro Mercadante já afirmou que politicamente será difícil cumprir a meta, assim como no último PNE que previa 7% e sequer chegamos a 5% passados os 10 anos.

A primeira vista, a aprovação aparece como uma vitória para o setor da educação, porém um olhar mais atento e veremos que a luta pelos 10% do PIB para educação pública ainda tem muito terreno para se desenvolver. O movimento educacional exige a aplicação imediata do investimento, para que minimamente se inicie o processo de reversão histórico do quadro de precarização da educação no Brasil e não como um teto à se atingir daqui 10 anos, a responsabilidade com a qualidade da formação não pode mais esperar.

Ainda contrariando os interesses da sociedade, a emenda aprovada, não deixa claro se o destino do investimento será a educação pública ou privada. O que a história recente nos deixa de exemplo, é que boa parte das verbas públicas foram destinadas à salvar os grandes tubarões do ensino privado, tendo como carro chefe o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, com a promessa de democratizar o acesso ao ensino superior, os recursos destinados por cada vaga no setor privado, possibilitaria a abertura do triplo de vagas na Universidade pública.

A comissão rejeitou também a medida que previa regras claras para que os administradores públicos cumprissem a meta aprovada e criminalizasse aqueles que não cumprissem, como é feito com a responsabilidade fiscal com o pagamento da dívida pública, assim favorecendo a corrupção e desvio de verbas que há anos assola o nosso país.

Logo após a aprovação, a União Nacional dos Estudantes, iniciou seu teatro, junto ao governo, para fazer parecer que a aprovação da medida era resultado da pressão exercida pela entidade, colocando como uma conquista histórica, fruto de uma guerra de 17 meses, mobilizando-se nas ruas, universidades e gabinetes. Acatando a medida na forma como foi aprovada, sem as reivindicações do movimento pela aplicação imediata na educação pública, fazendo parecer que a batalha foi vencida, a UNE atua mais uma vez como um pelego amortecendo os impactos da luta real em defesa da educação pública, posiciona-se contrária aos interesses dos trabalhadores.

A greve nas Federais que atinge proporções de mobilização há muito não vistas, com quase todas as Universidades do país paralisadas, demonstra que o quadro da educação é grave, acentuado pelas últimas contra-reformas impostas pelo governo, que agora pretendem transformar em políticas de Estado nesse mesmo PNE que prevê 10% do PIB para 2023 e comemorado pela União Nacional dos Estudantes.

Greve essa, que retoma o método de luta dos trabalhadores, com mobilização, assembleias, criação de comandos democráticos, aos quais o governo tenta deslegitimar, ao afirmar que não negociaria com o comando e somente com a UNE. Esse cenário, demonstra na prática, que a posição do Movimento Estudantil de Educação Física de rompimento com a União Nacional dos Estudantes, reafirmado desde 2008, mais do que nunca se mostra acertado e necessário.

A luta contra o novo PNE, pela aplicação de 10% do PIB para educação pública imediatamente, em defesa da qualidade e referência social na formação, colocam-se na pauta do dia. O período é de balanço, reflexão e luta, para responder nas ruas e organizar o movimento por fora das entidades que se colocam do outro lado trincheira.

**Contra o Plano Nacional de Educação 2011-2020
Por 10% do PIB educação Pública Já**

ExNEEF, Junho de 2012.

MANIFESTO DE ENTIDADES CONTRÁRIAS ÀS INGERÊNCIAS DO CREF/RS NAS ESCOLAS

Nos últimos anos, temos vivenciado a intensificação dos ataques repressivos, constrangedores e truculentos do Conselho Regional de Educação Física do RS (CREF/RS). A fiscalização desta entidade vem ocorrendo em diversas redes de ensino, entre elas a Rede Pública de Ensino de Porto Alegre e a Rede Privada de Ensino do RS, onde recentemente professoras e professores de educação física foram autuados pelos fiscais do CREF/RS sob a argumentação de não terem registro no referido Conselho, sendo acusados de exercício ilegal da profissão mesmo que tenham formação em educação física e, portanto, habilitação para atuarem nas escolas.

A invasão do CREF/RS nas escolas é arbitrária e violenta, constrangendo as professoras e os professores em seu local de trabalho diante dos alunos e das alunas, coagindo-os a se registrarem imediatamente no Conselho utilizando-se de ameaças de retirada do seu local de trabalho, inclusive com uso de força policial.

A exigência de registro profissional para o trabalho no magistério é ilegal, tendo em vista que o exercício da docência responde à legislação educacional brasileira. De acordo com o Parecer Jurídico do MEC 278/2000 "os professores, no exercício das funções do magistério, não exercem profissão regulamentada, e por consequência, não estão sujeitos à fiscalização das atribuições correspondentes, nem estão obrigados, legalmente, ao registro profissional nos Conselhos Regionais".

Por serem recorrentes estas arbitrariedades, diversos documentos já foram elaborados partindo do mesmo entendimento, tais como: Parecer Jurídico do MEC 278/2000, Parecer CNE/CES 135/2002, Parecer CNE/CEB 12/2005, Parecer CEED/RS 452/2001, Parecer CEED/PR 1093/2003, Parecer SEC/PE 25/2006, Parecer CEE/MA 165/2010, Parecer CEE/BA 207/2011, Parecer SINPRO/RS 01/2011.

Estas atrocidades também são percebidas nos editais de concursos públicos para o magistério, na formação fragmentada dos cursos de educação física e no registro diferenciado dado pelo Conselho Profissional aos trabalhadores e trabalhadoras. Com uma interpretação errônea da lei, o Sistema CONFEF/CREF utiliza-se do seu aparato ideológico e financeiro propagando mentiras aos estudantes, professores e professoras de educação física, o que não encontra respaldo legal, como expresso nas Diretrizes de formação da área, bem como no Parecer 82/2011.

Em resposta às arbitrariedades do Sistema CONFEF/CREF, as entidades representativas abaixo manifestam à sociedade seu posicionamento contrário e repudiam toda e qualquer tipo de ameaça aos trabalhadores e às trabalhadoras da educação e reafirmam a não necessidade de registro em Conselhos Profissionais para atuação nas escolas. Por tudo isso, nos manifestamos:

FORA CONFEF/CREFs DAS ESCOLAS!



EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GESTÃO 2011/2012

O Dia internacional da mulher tem como data histórica 8 de março, pois nesta mesma data, em 1857, mulheres operárias de uma fábrica de tecido protestavam por melhores condições de trabalho e salário. A greve que já se estendia por alguns dias foi duramente reprimida, onde 130 tecelãs foram mortas em um incêndio criminoso, trancadas dentro da fábrica onde protestavam. Vale colocar que as mulheres naquela época além da jornada dupla/tripla de trabalho, em casa cuidando das crianças e idosos, tinham carga horária nas fábricas de até 16 horas diárias e salários reduzidos se comparados ao dos homens, o que até hoje em diferentes proporções continua acontecendo.

Passados 155 anos a situação não mudou muito, pois o sistema que vivemos hoje, capitalista, encontra na superexploração e opressão de mulheres mais uma forma de continuar a manutenção das taxas de lucro.

As mulheres continuam com jornadas de trabalho mais rigorosas e com menores salários, mesmo que ocupando os mesmos cargos ou desempenhando as mesmas tarefas que homens, e sobretudo as mulheres negras, que se encontram nos postos de trabalho mais precarizados, além de recebem menores salários que as mulheres brancas que trabalham nos mesmos postos.

Ainda nos é imposto durante toda a nossa educação que a tarefa de cuidar do lar e dos filhos deve ser desempenhada pelas mulheres; a maioria dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres ainda está ligado à área de serviços gerais, educação e cuidados, raramente ocupando cargos de chefia e direções nos seus locais de trabalho, reproduzindo uma lógica de que mulheres devem ser criadas para a vida privada e desempenhar funções de cuidadoras e organizadoras.

Os cortes no orçamento deferidos pela crise capitalista aumentaram o desemprego, isso principalmente entre as mulheres e jovens. A não legalização do aborto, a violência doméstica, os assédios sexuais e os estupros aumentam, assim como aumenta o número de mortes de mulheres a cada dia. Numa sociedade que oprime e explora a mulher temos que nos organizar e saber bem quem é o nosso inimigo.

O machismo tem classe e pertence à classe dominante, como forma de manutenção e reprodução do sistema capitalista. Pois isso que hoje afirmamos: A presidenta Dilma/PT não nos representa! Hoje ela ocupa o cargo de uma grande dirigente a serviço da burguesia, não representando a luta e as pautas das mulheres trabalhadoras!

Feminismo tem classe! Somos todas e todos trabalhadores explorados e necessitamos lutar por uma sociedade livre das opressões! Por isso, no dia 08 de março, a comemoração a ser feita deve ser feita em torno da luta. Luta contra a violência doméstica; luta contra a exploração comercial e sexual das mulheres; luta por creche gratuita aos filhos e filhas de mães/pais estudantes e trabalhadores.

Por uma sociedade livre de opressões!

Sem feminismo não há socialismo!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Gestão 2011/2012

COBRA-\$E

O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), através de sua entidade nacional, a ExNEEF, compreende que a produção científica não se encontra dissociada do contexto político, econômico e social da luta de classes. Por conta disso viemos cobrar da principal entidade científica da área, o CBCE, posicionamento referente a problemas da área do conhecimento da Educação Física, os quais consideramos de grande equívoco tal entidade ainda não ter se posicionado.

Em um contexto de ataques aos trabalhadores, em que o governo Dilma/PT corta 50 bilhões do orçamento para insumos sociais, flexibiliza as licitações das obras da Copa do Mundo favorecendo as grandes empreiteiras, prevê a privatização dos hospitais universitários através do PL 1749/11, e de forma intransigente congela em 10 anos o salário dos servidores técnico-administrativos em educação, criminalizando a greve dos mesmos, demonstrando que sua prioridade são as demandas de lucro e privatizações, cobramos do CBCE:

Posicionamento frente à vinda dos maiores mega eventos esportivos ao Brasil, Olimpíadas e Copa do Mundo, que propagandeiam a concepção de um país desenvolvido e da espetacularização do esporte, como forma de mascarar a crescente desigualdade social e as remoções de famílias.

Frente a 15 ocupações de reitorias e a greve de 48 IES no último período, entendemos a necessidade do CBCE se posicionar em relação à atual Reforma Universitária que precariza o ensino superior público e coloca o ensino, a pesquisa e a extensão reféns da iniciativa privada, tornando a produção do conhecimento dissociada das necessidades dos trabalhadores. Ainda, exigimos posicionamento frente ao envio de 10% do PIB para a educação pública e sobre o Plano Nacional de Educação que precariza por 10 anos nossa educação.

Após mais de uma década de ingerências do sistema CONFEF/CREFs que dividiu nossa área de forma arbitrária entre aqueles que trabalham no campo escolar e aqueles que trabalham no campo não-escolar, que durante todo este tempo contribui para precarizar as condições de vida dos trabalhadores em educação física, exigimos uma posição do CBCE em relação à regulamentação da profissão.

Passados sete anos de Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais fragmentam a formação em educação física e precarizam a formação na área, com a atual unificação curricular dos cursos na UFSM baseado na Licenciatura Ampliada, proposta defendida pelo MEEF, cobramos posicionamento público do CBCE em relação à revogação das atuais DCNs.

Alem disto, entendemos como importante e necessário repensar o próprio papel deste evento. Entendemos que a maior entidade científica da área deve estar aberta as demandas dos trabalhadores e a serviço da transformação da sociedade, por isso achamos inaceitável o preço de inscrição do CONBRACE, que inviabiliza a participação de diversos estudantes por conta de demandas objetivas.

E por fim, fazemos um chamado a todos os estudantes de Educação Física a participar das atividades de apresentação do MEEF que serão realizadas pela ExNEEF no decorrer do congresso.

A luta é pra vencer!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Moção de Apoio à Greve dos Servidores Técnico-Administrativos

A luta pela educação pública, gratuita de qualidade e socialmente referenciada capaz de produzir e socializar os conhecimentos científicos necessários para a compreensão da realidade social é tarefa de todos aqueles que lutam pela transformação radical da sociedade capitalista.

Os servidores técnico-administrativos mobilizados através de sua greve nacional demonstram que a luta por esta educação necessária está intrinsecamente articulada com a defesa de Plano de Carreira, Salário digno e a possibilidade de construir democraticamente a universidade.

Por outro lado, vivenciamos o governo Dilma/PT atuar de forma truculenta ao negar a discussão em torno da pauta reivindicatória do movimento, encaminhar o PL 1749/11 em substituição a MP 520 que privatiza os Hospitais Universitários e defender junto ao Supremo Tribunal de Justiça a ilegalidade da greve.

Esta política é a mesma a qual o movimento estudantil de luta e combativo vêm enfrentando ao se colocar contrário a atual contra-reforma de caráter precarizante e privatizante do ensino superior público manifestada através do REUNI, PROUNI e SINAES/ENADE.

Frente a isso, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física vem demonstrar todo o seu apoio ao movimento grevista dos servidores técnico-administrativos que demonstram cotidianamente que só com luta o futuro se torna respirável.

Colocamos-nos na luta conjunta em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, referenciada nas necessidades e na luta dos trabalhadores.

Força na Luta! A luta é pra vencer!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA GESTÃO 2011/2012

A Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) por meio desta nota vem declarar publicamente todo apoio aos professores e professoras da Rede Pública do Estado da Bahia, que legitimamente deflagraram greve no dia 11 de abril do corrente ano e atualmente ocupam a Assembleia Legislativa do Estado. A pauta do cumprimento imediato do percentual de 22,22 % nos vencimentos dos professores, que desde novembro do ano passado fora aprovado, é uma condição necessária para assegurar o Piso Salarial Nacional e, ao mesmo tempo, impedir que o Governo do Estado argumente que com as gratificações já cumpre com a referida lei. Assegurando também direitos já conquistados como gratificação de incentivo à regência de classe, adicional por tempo de serviço, avanço horizontal, incentivo à qualificação e aperfeiçoamento profissional e atividade complementar (AC).

Todos os ataques direcionados aos movimentos sociais, às reivindicações dos trabalhadores demonstram mais uma vez o caráter de classe do governo do Sr. Jaques Wagner/PT, que criminaliza o movimento grevista e se apresenta em público para desqualificar toda a categoria com seu discurso falacioso e cretino.

Como acontece com a Educação em geral e na Educação Superior do país, a luta cotidiana se mostra imprescindível pela valorização dos pisos salariais e planos de cargos e salários dos trabalhadores da educação. Por isso declaramos nosso repúdio a esse governo e ao processo criminalizador das greves, exigindo que o mesmo cumpra com a determinação legal que estabelece o Piso Salarial Nacional para a carreira docente.

**Toda a força para a GREVE LEGITIMA DE TODA A CATEGORIA!
Força na Luta! A luta é pra Vencer!**

Moção de Apoio a Greve na UFPR

Insatisfeitos com a educação do País, os estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) demonstram que não estão dispostos a aceitar de cabeça baixa os ataques que o Governo Lula/Dilma/PT propõe para educação brasileira.

Ataques esses que prejudicam todas as categorias de estudantes, de professores e de servidores, e em todos os níveis de estrutura da Universidade pública, indo desde o financiamento até a formação dos futuros trabalhadores.

As pautas são diversas, destacamos as contradições geradas pelo REUNI, onde se aumentam as vagas nas universidades públicas sem aumentar a estrutura, nem o número de docentes e técnicos administrativos concursados, levando a destruição das carreiras dos trabalhadores da educação superior e precarizando a formação dos estudantes. O Movimento Estudantil (ME), em 2007 ocupou diversas reitorias pelo Brasil para denunciar esses ataques, incluso no projeto do Governo de contra-reforma do ensino superior.

Passados quatro anos da aprovação desse projeto, o qual a UNE se negou a combater. Percebemos a crescente precarização e a justificativa de que para melhorar a ampliação é preciso privatizar a universidade pública. Vivenciamos isto através da MP 525 que congela a contratação de docentes que articulem ensino-pesquisa-extensão, da MP 520 agora PL 1749/11 que cria uma empresa pública de caráter privado para gerenciar os Hospitais Universitários (HU) e a intransigência em não se colocar em diálogo por parte do governo com as pautas dos servidores técnico-administrativos e docentes.

Somos defensores da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada capaz de produzir e socializar conhecimentos em prol da classe trabalhadora e suas lutas em defesa de outro projeto de educação e sociedade. Por isso, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), vem por meio deste, manifestar total apoio a luta dos estudantes da UFPR, afirmando que se torna cada vez mais necessário somarmos esforços contra as “políticas educacionais” colocadas em curso.

Todo apoio a luta dos estudantes da UFPR!

Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e referenciada na luta dos trabalhadores!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Moção de Repúdio da ExNEEF a Aprovação do PL 1749/11

Vivemos um período de constantes ataques aos direitos historicamente conquistados pela luta dos trabalhadores em favor do lucro dos grandes capitalistas. A educação, a saúde e os direitos trabalhistas assim, são constantemente atacados por práticas que visam a precarização e a privatização destas necessidades, que são básicas ao povo brasileiro.

Desde o final do ano passado, início do ano de 2011, percebemos o governo de Lula/Dilma/PT colocando-se a aprovar através da MP 520 a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que visava à privatização dos hospitais universitários, rompendo com o tripé básico ensino-pesquisa-extensão e colocando a formação dos trabalhadores em saúde a mercê da iniciativa privada.

A medida foi barrada através da luta e pressão dos movimentos sociais organizados, porém voltou ao Senado em regime de urgência através do PL 1749/11 que foi aprovado no último dia 20 de setembro tornando-se PLC 79/11. Tal atitude, somado ao corte de 60 bilhões do orçamento público para gastos sociais e o projeto de lei orçamentária enviado ao congresso recentemente que se aprovado destinará o envio de 48% do PIB de 2012 para pagamento da dívida externa, demonstra que não é prioridade deste governo a saúde e a educação pública em prol dos trabalhadores.

Compreendemos que saúde e educação pública são direitos constitucionais básicos que devem ser garantidos pelo financiamento público do Estado e autogerenciados pelos trabalhadores. Por conta disso a ExNEEF repudia a aprovação do PL 1749/11 pela Câmara de Deputados e exige a retirada imediata do PLC 79/11 e das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais para onde o mesmo será encaminhado.

Por Hospitais Universitários 100% Públicos e 100% SUS!

Contra o PL 1749/11!

Por 10% do PIB para educação pública já!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Moção de Apoio a Ocupação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP – Rio Claro

A educação no Brasil historicamente é tratada de forma secundarizada. Nos últimos anos, vivenciamos a Reforma Universitária de Lula/PT, cujo objetivo é desarticular o tripé básico ensino-pesquisa-extensão, desestruturando o ensino superior público brasileiro e colocando a formação de trabalhadores e a produção de conhecimento voltada aos interesses da iniciativa privada.

No começo do ano, o governo Dilma cortou 50 bilhões para insumos sociais, dos quais 3,1 bilhões seriam destinados a educação, aprovou a MP 525 que precariza a contratação de professores efetivos e manteve encaminhada a MP520, agora PL 1749, que privatiza a gestão dos hospitais universitários, demonstrando que a educação não é prioridade para este governo.

Estas políticas de precarização e privatização da universidade pública atacam também professores, técnico-administrativos e estudantes que vivenciam a precarização da carreira docente, as terceirizações e o não cumprimento do plano de carreira e a ausência de aulas, estrutura física e assistência estudantil.

Por conta disso, vivenciamos greves e ocupações de reitorias ao longo do último período, demonstrando que é preciso lutar em defesa da universidade pública e a favor dos interesses e necessidades dos estudantes e trabalhadores. Por conta disso, por entender que a luta pela educação pública é necessária e legítima para aqueles que defendem uma sociedade justa e igualitária é que a ExNEEF apóia de forma intransigente a ocupação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP – Rio Claro.

*Em defesa da Assistência e Permanência Estudantil!
Em defesa da Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada na luta dos
trabalhadores!
Por 10% do PIB para Educação Pública JÁ!
Força na Luta! A Luta é pra vencer!*

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Nota de Repúdio a Criação do Curso Técnico em Esportes e Atividade Física

Recentemente veio a tona a notícia da criação de um Curso Técnico em Esportes e Atividade Física, curso este que é uma iniciativa de um centro que administra escolas técnicas e faculdades de tecnologia e de uma fundação presidida por um ex-jogador de futebol.

Criado sob a justificativa de democratizar o acesso ao esporte no país e também abrir um novo campo de trabalho na área, compreendemos que o que realmente determina a criação de tal modalidade de ensino são as demandas que o empresariado nacional e internacional terão com a vinda dos megaeventos esportivos para o Brasil nos próximos anos.

Diante da impossibilidade de haver uma remuneração digna aos professores de Educação Física que tiveram formação superior, o curso técnico é criado no intuito de formação de trabalhadores que tenham uma qualificação mínima, conhecimentos restritos e um certificado para trabalharem com o esporte e atividades físicas, vendendo sua força de trabalho por um salário precário.

A ExNEEF, ao longo da sua história, tem defendido uma formação de qualidade para os trabalhadores da área, se contrapondo a fragmentação do conhecimentos e a uma formação estritamente técnica e minimalista. Durante os últimos anos temos apontado os problemas teóricos e de atuação profissional que o mercado de trabalho impõe à Educação Física quando os cursos de formação de professores se pautam por suas demandas.

Na certeza de que o novo Curso Técnico em Esportes e Atividade Física não oportunizará aos seus estudantes uma formação de qualidade e ainda os jogará num mercado de trabalho altamente competitivo, onde os salários serão cada vez mais rebaixados devido a alta concentração de trabalhadores, defendemos uma formação que condiz com as necessidades de educação dos trabalhadores; uma educação sólida, que nos dê o domínio das ferramentas teóricas necessárias para que trabalhemos com a cultura corporal objetivando a transformação da realidade.

Com isso, reafirmamos a luta em defesa da Licenciatura Ampliada como proposta de formação advinda da luta do movimento estudantil e capaz de educar trabalhadores sobre outras bases que não a da exploração do homem pelo homem. Defendemos assim, que Educação Física é uma só! Formação Unificada JÁ!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Nota da ExNEEF em Apoio a Luta dos estudantes da USP

Nesses últimos dias, estudantes da Universidade de São Paulo se mobilizaram pela retirada da Polícia Militar do campus, assim como a quebra do contrato firmado entre as duas instituições.

A partir de 2007 com a entrada da PM na faculdade de Direito de forma truculenta percebe-se um aumento na atuação da polícia na universidade facilitada pelo atual reitor João Grandino Rodas, o que resultou em um processo de repressão não só movimentação política na instituição, como também mostrou que a polícia está a trabalho de uma pequena parcela da população, oferecendo segurança a essa minoria enquanto criminaliza pessoas que não interessam mais ao sistema, ou simplesmente permite com que sejam dizimadas (que é o caso dos jovens negros nas periferias de nosso país), violentas (como as mulheres que sofrem com a violência doméstica e em alguns casos são até mortas) e etc..

Esse processo só intensifica o que já vem acontecendo há anos nas Universidades de todo o país, que é a instauração de um projeto de universidade privatizada e elitista, cada vez mais fechada para a população que a sustenta e em contrapartida construindo os novos quadros político da burguesia, para que isso ocorra é preciso calar a parcela da população que ainda questiona o funcionamento da sociedade, e nada melhor do que o braço armado do estado para cumprir esse papel.

Não podemos permitir que a autonomia das universidades, garantida pela luta histórica de estudantes e trabalhadores seja perdida em prol de uma falsa sensação de proteção. Não negamos que a criminalidade existe na universidade, pois a mesma está inserida em uma totalidade demandando um projeto de segurança que compreenda essa complexidade, mas não é esse que está sendo aplicado pelo reitor da USP. Reivindicamos o projeto de segurança pautado pelo movimento estudantil que propõe ações como: maior iluminação, poda de árvores, livre acesso para a comunidade externa (aumentando a circulação de pessoas), treinamento humanista da guarda universitária, contratação de guardas femininas, diminuição dos intervalos dos circulares, aumento da frota, assim como pontos de ônibus mais próximos, entre outras.

Entendemos que enquanto houver desigualdade social haverá criminalidade no mundo e que não é intimidando os grupos que se dispõe a pensar criticamente a sociedade que vamos superar essa problemática.

Por isso, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) manifesta seu apoio a luta das estudantes e dos estudantes da USP, entendendo que essa universidade representa o que há de mais conservador e reacionário, servindo de exemplo para aplicação de medidas coercitivas em outros lugares de nosso país. Defendemos assim, uma universidade pública, democrática, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada na luta dos e das trabalhadoras, que possibilite a livre circulação do pensamento crítico, podendo assim contribuir para a transformação da sociedade.

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Nota de apoio à luta dos Professores do RS

Historicamente, a categoria dos professores tem encampado a luta em defesa de salário digno e condições objetivas adequadas de trabalho. Entretanto, vem governo, passa governo, o cenário tem sido o mesmo: a desvalorização do trabalho docente.

Mesmo possuindo mesma formação e jornada de trabalho similares, a remuneração de professores no Brasil mostra diferenças abismais, dependendo do estado/região de trabalho, relegando à profissão condições precárias de trabalho. Segundo dados divulgados nesse ano, 17 estados brasileiros não cumprem a lei do piso, aprovada em 2008, e 18 sequer respeitam a jornada extra-classe, correspondente a 1/3 do total, e a qual tem direito o professor.

No Rio Grande do sul, a situação adquire uma feição ainda mais alarmante, sendo o estado em que os professores recebem a remuneração mais baixa de todo o país. Se no estado, o ataque direto à educação e à valorização profissional estava relacionado à figura da direita expressa no governo Yeda e que teve forte pressão social, entramos 2012 e nada se tem de novidade. O governo Tarso, que aprovou nacionalmente a lei do piso e que, inclusive se elegeu defendendo-a, hoje coloca a “impossibilidade” da mesma ser implementada no estado, revelando em seu discurso e prática a essência do partido ao qual pertence, que hoje se mostra mínimo aos trabalhadores e de amplo apoio às políticas do capital.

Além disso, postura semelhante tem assumido entidades que, se antes forjavam a resistência, agora mostram-se enquanto porta-voz do governo e suas políticas. Exemplo disso são as defesas que vem sendo feitas pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que apesar de defender a lei do piso se coloca do lado oposto aos trabalhadores da educação, defendendo a “reformulação dos planos de carreira”, expressamente repudiada pelo CEPRS em nota pública.

Por isso, a ExNEEF entendendo que a luta por educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada faz parte da luta para além do capital, é que manifestamos nosso apoio a luta dos professores do estado do RS em defesa da implementação do piso nacional da categoria.

Além disso, por entendermos a necessidade de melhores condições de trabalho e valorização profissional, as quais reafirmam que educação não é mercadoria é que defendemos 10% do PIB para a educação pública, contra o PNE do governo Dilma/PT!

Todo apoio à luta dos professores do estado do Rio Grande do sul!
Tarso, pague o piso ou a educação para!
10% do PIB para a Educação Pública já!

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

NOTA DE EXECUTIVAS E FEDERAÇÕES QUE PARTICIPARAM DO FENEX

Após 10 anos de Partido dos Trabalhadores, nunca o cenário da Universidade Pública Brasileira esteve tão caótico, dando continuidade às políticas neoliberais do FHC. Através de medidas provisórias e decretos foi instaurada a Contra-Reforma Universitária, tão almejada pelos partidos mais reacionários do cenário político brasileiro. A Contra-Reforma Universitária tem como objetivo privatizar a universidade pública interna e externamente sob a justificativa de expandir o número de vagas dentro da IFES, aumentando a porcentagem de aprovação dos estudantes para 90% mediante metas estabelecidas pelo MEC, em que após quatro anos de implementação do REUNI os percalços se agravam com a falta de estrutura e intensificação do trabalho pedagógico do corpo docente, precarizando ainda mais a formação no ensino superior público. E através do PROUNI vemos o governo brasileiro salvando os empresários da educação, “comprando” vagas ociosas nas universidades privadas, através de isenções fiscais, e utilizando o programa como ferramenta publicitária de popularização do ensino superior, o que o governo federal não propaga é que a verba de cada vaga privada que deixa de entrar para os cofres estatais garantiria a abertura de três vagas nas instituições públicas.

No ano de 2011 tivemos um corte no orçamento de 50 bilhões, sendo desses, 3 bilhões da educação, ficando conhecido como 'o ano em que a verba parou'. Em 2012 novamente iniciamos o ano com um corte de 55 bilhões do orçamento público, sendo que hoje mais de 40% desse mesmo orçamento serve para pagar a dívida pública e salvar os grandes bancos. Com isso, os trabalhadores, que geram a verba pública do país, através dos altos impostos, passam a sofrer ataques permanentes, a partir de uma desconstrução dos direitos historicamente conquistados e pagando duplamente a crise gerada pelo sistema.

Em contraponto, no ano de 2011 tivemos diversas mobilizações e greves do setor da educação, com cerca de 14 universidades ocupadas por estudantes que lutavam por melhores condições de estrutura, pela não privatização dos hospitais universitários, técnico-administrativos que lutavam pelo não congelamento de salários, e professores se colocando contrários a MP 525 que precariza ainda mais o trabalho docente, e em busca de um plano de carreira digno. Diversos setores apontaram a necessidade histórica da Campanha Nacional pelos 10% do PIB para a educação pública, como resposta proposta de 7% do “novo” velho PNE da presidenta Dilma, que trata de colocar como política de estado todas as contra-reformas aplicadas no governo.

Em 2012 não será diferente e já nesse Fórum de Executivas apontamos para a necessidade de nos colocarmos contrários as políticas precarizantes na educação pública brasileira, tendo o Projeto REUNI como a expressão mais avançada, mas não somente esse. Além do apoio na luta nacional da Campanha pelos 10% do PIB pra educação pública JÁ, discutindo a partir do PNE da Sociedade Brasileira, além do financiamento publico em educação pública, o projeto de educação que sirva aos interesses históricos da classe trabalhadora.

Trabalhador e estudantes, essa união nos leva adiante!

Se o presente é de Luta, o futuro nos pertence!

Executivas que assinam:

ExNEEF – FENED - ENESSO – ABEF - CONEP - ENECOS – ENEEnf - FEMEH EXEQUI - DCE UFPEL
DAFE/Ufpel – CALSS – CADEL/PUC/RS – DAFEC DAPSAI/PUC/RS – CAE/UFPR – DACOM/UFSM -
DANK – DACEFD/UFSM

Nota em Solidariedade a Luta dos Moradores de Pinheirinhos

Mais uma vez, uma das necessidades elementares de sobrevivência, a moradia, garantida pela Constituição Federal de 1988 enquanto direito social e de responsabilidade do Estado é atacada para atender os interesses da classe dominante.

No último domingo, dia 22 de Janeiro de 2012, a população de 9 mil pessoas de Pinheirinhos, a qual ocupava há oito anos uma área improdutivo na região de São José dos Campos – SP, da falida empresa Selecta foram fortemente desabrigados por um efetivo de 2 mil policiais munidos de carros blindados, gás lacrimogêneo, balas de borracha e balas letais, além de helicópteros. Segundo informações dos líderes populares da comunidade, a ação policial além de colocar na rua da amargura estas famílias, rendeu sete mortos, incluindo uma criança de quatro anos, diversos feridos e desaparecidos, dados os quais a mídia burguesa se nega a socializar sob a desculpa de que a desocupação foi pacífica, demonstrando a brutal e violenta ação da polícia nesse espaço, seja violência física- chegando a mortos e feridos, seja violência simbólica e emocional ao tratar com horror e arrancar as famílias de suas casas.

Esta ação truculenta encabeçada pelo governo do Estado de São Paulo (Alckmin/PSDB), pelo governo Municipal de São José dos Campos (Cury/PSDB) e pela Polícia Militar reafirma a lógica cada vez mais crescente, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, ferindo a decisão da Justiça Federal em manter a ocupação. Ao invés de o Estado atuar contra os reais criminosos, como o empresário Naji Nahas, que deve 15 milhões de reais ao Estado e dono das terras que serviam apenas para especulação imobiliária, prefere atuar covardemente contra aqueles que lutam honestamente por uma vida digna e contra o atual estado de coisas, como vem acontecendo com o movimento estudantil frente à luta contra o aumento das passagens de ônibus e a precarização e privatização da educação.

Sabemos que a situação dos moradores do pinheirinho não é um caso isolado, em todo país vemos os ataques dos governos contra os trabalhadores que lutam por suas moradias. Nesse sentido, também denunciamos o papel do governo Dilma/PT que se omitiu em todo esse processo e que também cumpre o papel de atacar os trabalhadores ao executar milhares de desapropriações pelo país a serviço da realização dos megaeventos esportivos que só beneficiam aos grandes empresários. O governo federal, assim como os governos do PSDB no caso de Pinheirinhos criminalizam os movimentos sociais como, por exemplo, na prisão dos treze presos políticos do ato contra a vinda do presidente Norte-Americano Obama ao Brasil. Chega de Criminalização!

Por entendermos que o brutal ataque a população de Pinheirinhos faz parte de uma enorme gama de ataques que sofremos diariamente quando temos nossos direitos negados, é que vimos através desta nota repudiar a ação truculenta dos governos estadual de São Paulo e Municipal de São José dos Campos e da polícia militar, colocando-nos ao lado dos lutadores e lutadoras que persistem em resistir e ocupar as terras improdutivoas, tornando-as produtoras de alegria, vida e sentido.

*Todo Apoio a Luta dos moradores de Pinheirinhos!
Fora Alckmin e Cury/PSDB! Fora Dilma/PT!
Basta de Repressão aos Movimentos Sociais!*

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

Carta da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física Campanha 10% do PIB para a educação pública JÁ!

Educação é um direito de todos e dever do estado, como assegurado na Constituição Brasileira. Entretanto, há anos tal preceito tem sido ignorado em nosso país, sob a forma de desresponsabilização do Estado, principalmente através de suas políticas neoliberais e a falta de financiamento.

Exemplo disso, é a contra-reforma universitária aprovada no governo Lula de forma fragmentada: PROUNI, REUNI, SINAES e uma série de outras medidas que precarizam e privatizam a educação no Brasil, ameaçando a sobrevivência da educação pública. Também surgem políticas recentes, como o PRONATEC, a aprovação da MP 525 e os contínuos ataques aos servidores técnico-administrativos das IFES, que demonstram que o descaso do governo com a educação continua.

É nesse sentido, e entendendo que lutar por um maior financiamento é lutar pela manutenção da educação pública, que a ExNEEF (Executiva Nacional de estudantes de educação física), em seu XXXII Encontro Nacional deliberou por se somar à “Campanha 10% do PIB para a educação pública JÁ!”, unindo-se à diversas entidades, categorias e movimentos sociais nessa luta legítima e necessária.

Portanto, a ExNEEF coloca-se, ombro a ombro, daqueles que defendem uma educação para emancipação dos sujeitos, socialmente referenciada e suficientemente financiada, indo contra os rumos deteriorantes que, atualmente, estão sendo defendidos para a educação e que se expressam no novo PNE. Lutemos pela bandeira histórica dos movimentos educacionais: por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Contra o Plano Nacional de Educação do governo Dilma/PT!
Por 10% do PIB para a educação pública JÁ!

**Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2011-2012**

Nota ao Dia da Consciência Negra

Após pouco mais de 120 anos da abolição da escravidão, fato que marca o “fim” da escravidão no Brasil observamos que ainda há um grande preconceito para com @s negr@s, assim como há uma prevalência hegemônica de pessoas brancas cursando o ensino superior.

Muito pelo fato da propagação de idéias por parte das classes dominantes ao longo da história, sendo reproduzidas pelas instituições que compõem a sociedade (Universidades, escolas, famílias, religiões...), essas idéias foram sendo internalizadas na consciência dos indivíduos fazendo com que diversas atitudes, frases, contos populares, superstições, etc. que expressam em maior ou menor grau as idéias racistas, passem por despercebido até por aqueles que se consideram defensores da igualdade.

A igualdade, perante a lei, foi instituída já na constituição de 1891, contraditoriamente a está “igualdade” nota-se que em 2001 97% d@s jovens no ensino superior eram branc@s, sendo @s jovens negr@s apenas 2% dos que estavam na universidade neste período. Claro que @s branc@s pobres, assim como @s negr@s pobres também são um pequeno percentual dos que alcançam o ensino superior, no entanto, enquanto @ branc@ pobre é discriminado devido a sua classe social, @ negr@ pobre é discriminado também pela cor de sua pele.

É fato que o sistema de cotas vem aumentando este índice de jovens negr@s no ensino superior, e até nesse que é criado para tentar reparar o que foi negado historicamente os/as negr@s possuem suas diversas contradições, pois em uma sala de 40 estudantes não é identificado um/uma negr@ devido ao fato de sermos uma população bastante mestiça e na legislação não autuar o que é ou não um negro, onde todos que se sentirem a vontade/acharem podem se declarar negr@ e serem beneficiados com a política de cotas no entanto, não é o sistema de cotas que vai solucionar essa questão, além do mais, temos diversas outras questões que refletem a discriminação para com @s negr@s, e também para com as mulheres, homossexuais, etc.

Temos que ter claro que existem necessidades imediatas, mediatas e históricas, e que temos que pautar as duas primeiras sem perder de vista esta última, afinal, como diz Rosa Luxemburgo:

“Lutamos por um mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e completamente livres.”

**EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
GESTÃO 2011/2012**

Nota de apoio a greve nacional das universidades públicas

Desde o ano passado os docentes do ensino superior vêm tentando dialogar com o governo federal para apresentar e tentar encaminhar uma nova proposta de reestruturação do plano de carreira e reajuste salarial, pela valorização do piso e também incorporação das gratificações. Através do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), os docentes conseguiram fazer com que o governo concedesse um reajuste de 4% e também a criação de um grupo de trabalho sobre a carreira docente. Junto a isso, foi criada uma mesa de negociação para que as reivindicações dos professores fossem levadas a cabo e se materializassem a partir de um acordo com o governo.

Sabemos que o governo Dilma/PT, além de desvalorizar a educação e não ter a mínima pretensão de dar as condições necessárias para que os trabalhadores deste setor possam ter as condições mínimas de exercer a profissão, impõe medidas severas contra a universidade pública, dando continuidade à política de desmonte do ensino superior público quando busca potencializar a lógica da reforma universitária. Em 2012 ainda foram ampliados os cortes com os gastos da união para com os direitos sociais, sendo que somente na educação foram cortados no início de 2011 e 2012 mais de 5 bilhões de reais, montante significativo e que legitima a onda de precarização e privatização da educação pública no país.

Além disso, este governo aprendeu, ao longo dos anos, a como lidar com os trabalhadores. Assim, ao invés de fechar as portas para o diálogo com os docentes, o governo instituiu uma mesa de negociação que vai sendo “empurrada com a barriga” e que não vem e nem tem perspectivas de avanço nas negociações.

Em razão disso, no último dia 17, o ANDES-SN deflagrou greve por tempo indeterminado como forma de pressionar o governo. Assim, a partir desta data várias universidades também fizeram assembleias locais e deliberaram a entrada na greve, sendo que em apenas sete dias de paralisação 80% da base do sindicato já aderiu à greve nacional das universidades federais.

Percebendo todos os nefastos resultados que a política educacional colocada em curso no país vem trazendo para as universidades públicas e no entendimento de a luta por melhores condições de trabalho e valorização da carreira docente é uma luta contra a lógica de sucateamento da educação pública, a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física declara todo apoio à luta dos professores e ao movimento grevista que ganha força por todo o país.

Educação não é mercadoria!

Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física



APOIO:

SINDISPREV-RS

DAEFi
ESEF-UFRGS
2011-2012

Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
Gestão 2010/2011